

Joana Medrado Nascimento

**"Terra, laço e moirão": Relações de trabalho e cultura política na pecuária (Geremoabo, 1880-1900)**



Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação da Profa. Dra. Silvia Hunold Lara.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 22/08/2008.

**Banca:**

**Profa. Dra. Silvia Hunold Lara**  
**Prof. Dr. Sidney Chalhoub**  
**Prof. Dr. Luís Augusto Ebling Farinatti**  
**Profa. Dra. Márcia Abreu (suplente)**  
**Prof. Dr. Robert W. A. Slenes (suplente)**

*Silvia Hunold Lara*

*Sidney Chalhoub*

Agosto de 2008

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

**M469t**                    **Medrado, Joana**  
                              **“Terra, laço e moirão”: relações de trabalho e cultura política**  
**na pecuária (Geremoabo, 1880-1900) / Joana Medrado. - -**  
**Campinas, SP: [s. n.], 2008.**

**Orientador: Silvia Hunold Lara.**  
**Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,**  
**Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Cultura política. 2. Relações de trabalho. 3. Pecuária –**  
**Brasil. 4. Folclore do boi. 5. Brasil – História – Séc. XIX.**  
**I. Lara, Silvia Hunold, 1955-. II. Universidade Estadual de**  
**Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

(cn/ifch)

**Título em inglês: “Terra, laço e moirão “[land, lasso and stake]: working**  
**relationship and political culture in the cattle breeding**  
**(Geremoabo, 1880-1900)**

**Palavras chaves em inglês (keywords) :**    **Political culture**  
                                                                 **Working relationship**  
                                                                 **Cattle breeding-Brazil**  
                                                                 **Cattle folklore**  
                                                                 **Brazil – History – 19<sup>th</sup> century**

**Área de Concentração: História Social**

**Titulação: Mestre em História**

**Banca examinadora:    Silvia Hunold Lara, Sidney Chalhoub, Luís Augusto**  
**Ebling Farinatti,**

**Data da defesa: 22-08-2008**

**Programa de Pós-Graduação: História**

*Mas já que se há de escrever,  
que ao menos não se esmaguem com palavras as entrelinhas.*

*Clarice Lispector*

## RESUMO

Nessa dissertação, focalizamos uma região de pecuária do nordeste baiano nas duas últimas décadas do século XIX com o intuito de investigar as estratégias de ação e a cultura política dos vaqueiros em relação aos fazendeiros. Utilizamos fontes que tocavam mais de perto nessa relação: processos crimes sobre furto de animais, cartas enviadas por vaqueiros ao barão de Geremoabo e narrativas em verso e prosa a respeito da coragem dos vaqueiros para domar o gado bravo do patrão. Dessa forma, acessamos as formas sutis de dominação e resistência existentes nesse contexto. Ao contrário do que supunham autores como Euclides da Cunha, que visitou a região de Canudos durante a guerra de 1896, não havia uma “servidão inconsciente” de vaqueiros em relação aos fazendeiros. Com o absenteísmo dos proprietários, os vaqueiros desenvolveram formas de impor respeito e serem socialmente reconhecidos conquistando um prestígio que os diferenciava dos trabalhadores “comuns”. Reiterado em muitas ocasiões, este prestígio servia de contraponto à tentativa dos fazendeiros de manter um controle total sobre suas propriedades e sobre seus trabalhadores. Em suma: as negociações por mais autonomia laboral e melhores condições de vida e trabalho nessa região de pecuária passavam pela construção de valores como dignidade, honra, liberdade, orgulho profissional e, até mesmo, de um imaginário sobre habilidades mágicas do vaqueiro.

## ABSTRACT

This thesis focuses on a cattle-breeding zone in Bahia, in northeastern Brazil, during the last two decades of the nineteenth century, with the aim of investigating the cultural and “political” strategies of highly-skilled cowmen (*vaqueiros*) vis-à-vis their rancher employers. It uses sources that go to the heart of the relations between the two groups: trial records concerning the stealing of animals, letters sent by cowmen to the Baron of Geremoabo and narratives in verse and prose regarding the courage of these workers in taming the ranchers’ wild cattle. As a result, one obtains insight into the subtle forms of domination and resistance that existed in this particular context. In contrast to what some authors supposed – including Euclides da Cunha, who visited the region of Canudos during the national government’s “war” on that town in 1896 – cowmen did not live in “unconscious servitude” to ranchers. Because of the prevailing absenteeism of landowners, these skilled workers were able to devise ways of making themselves respected and socially recognized, thereby gaining a status that differentiated them from “common” laborers. Reaffirmed on many occasions, this status was a counterpoint that put limits on ranchers’ attempts to maintain total control over their properties and their workers. In sum, in this cattle-breeding region the negotiation by skilled cowmen of greater autonomy and better conditions of life and labor depended on their collective construction of values such as dignity, honor, freedom, and professional pride, and even on their cultivating an image of themselves in the social imagination as magical tamers of cattle in the wild.

## AGRADECIMENTOS

Sinto-me alegremente grata ao finalizar essa dissertação. Alegre porque esse ato não é um ponto final, mas um ponto de longa continuação na pesquisa.

Grata, em primeiro lugar, àqueles que me aproximaram emocionalmente do tema dessa pesquisa: minha mãe, Mary, e meu pai, Eduardo me apresentaram desde cedo um mundo cheio de vaqueiros, bois, cavalos, ovelhas, galinhas serras e vales, paisagem verde e seca; os vaqueiros de Iaçú/BA: João de Néri, seu filho Gilvan, ou Nego, e José Baú, com os quais fiz animadas viagens tocando ou arrebanhando gado, ouvindo aboios e histórias.

Grata aos amigos que, de muitas maneiras, facilitaram e tornaram mais agradável a elaboração dessa pesquisa: Dennis, pelo amor e cuidado, pelo amadurecimento que me proporcionou, pela companhia na viagem à Jeremoabo e por encher meu computador e minha vida de música; Aline, que me deu a primeira oportunidade de morar só e muito bem acompanhada; Rafaela, pela amizade simples e sólida, por compartilhar tantos sentimentos, risadas, viagens e, claro, pelo acolhimento de todas as horas; Beatriz, por não me deixar desistir do folclore; Larissa, pelos papos cheios de futuro; Mariele, que foi se afastando da história no momento em que eu mais me aproximava dela – o que a fez especialmente crítica e irônica; aos colegas da pós-graduação, pelas discussões dentro e fora da sala; e ao pessoal das repúblicas que me recebeu durante as estadias em Campinas: Cunha, Sara, Poft, Barata. A todos vocês agradeço por compartilhar as alegrias e tensões do processo de escrita e por me proporcionar diversão, imprescindível a uma pesquisa saudável.

Grata aos que intermediaram meu acesso às fontes e me ajudaram nas questões burocráticas: Paulo, Samara, dona Edith e “seu” Daniel no Arquivo Público da Bahia; Álvaro Pinto Dantas de Carvalho Junior, na Fundação Clemente Mariani, por me apresentar o tesouro que são as cartas de seu trisavô Cícero Dantas Martins, o barão de Geremoabo; “Seu” Domingos, vaqueiro das terras que eram da família Dantas, por me mostrar a cidade de Jeremoabo e as antigas casas onde morou o barão; e Flávia, no CECULT, que facilitou tantas coisas com solicitude, bom humor e paciência incríveis.

Grata aos mestres fundamentais na minha trajetória acadêmica: Valdemir Zamparoni, ou Zampa, professor de “Introdução ao Estudo da História” da UFBA que primeiro me fez pensar na beleza e amplitude dessa ciência, em sala de aula e no bom e velho bar “Boneca Cobiçada” onde se reunia alegremente a turma de 2001 antes de descobrirem as desavenças ideológicas. Gabriela Sampaio pela “iniciação científica”, por me fazer adorar ler microfilmes e passar tardes e tardes no arquivo lendo intrigas policiais; João Reis por ser um exemplo de competência e simplicidade e por ter acreditado em mim desde sempre; Robert Slenes pela paciência em me ajudar com os gráficos, por me ceder generosa bibliografia e por discutir muitas etapas dessa dissertação sempre mostrando o quão mais complexas e interligadas eram as coisas; Sidney Chalhoub pela crítica instigadora e insistência em me salvar do “isolamento historiográfico”; e finalmente a Silvia Lara, que mais do que orientar este trabalho, partilhou cada detalhe com uma lucidez impressionante. Agradeço muito a sua dedicação impecável, a sinceridade, ao sorriso motivador e a compreensão dos meus momentos difíceis. Agradeço por ter se tornado para mim um exemplo de conduta.

Por fim, agradeço ao apoio econômico recebido para a realização desta pesquisa. Nesse quesito foram imprescindíveis minha mãe e a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo pela bolsa de mestrado que permitiu estabilidade e tranquilidade durante o trabalho.

## SUMÁRIO

|                                                                                                                        |           |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>Introdução.....</b>                                                                                                 | <b>1</b>  |
| <b>Capítulo I: A Comarca de Geremoabo.....</b>                                                                         | <b>17</b> |
| 1. Sob a sombra dos Garcia D'Ávila.....                                                                                | 18        |
| 1.1 Sobre procuradores, administradores, vaqueiros e as formas de mando.....                                           | 19        |
| 1.2 De volta aos Dantas.....                                                                                           | 22        |
| 2. Patrimônios <i>post-mortem</i> : grandes e pequenos em Geremoabo.....                                               | 26        |
| 2.1. Tipos de investimentos.....                                                                                       | 27        |
| 3. “A falta de braços livre para o trabalho”. O trabalhador na visão das elites.....                                   | 38        |
| 4. A Comarca de Geremoabo e a criação de animais.....                                                                  | 42        |
| 5. A comarca de Geremoabo e a lavoura.....                                                                             | 46        |
| <b>Capítulo II: Desavenças e agonias: conflitos e novas solidariedades em Geremoabo.</b>                               | <b>51</b> |
| 1. Características gerais dos crimes de furto de animais em Geremoabo.....                                             | 54        |
| 2. Laços nos animais e nos homens: a delação do furto como forma de obter segurança e mais prestígio na sociedade..... | 56        |
| 3. “Cutucando a onça com a vara curta” e com a vara longa: dois vaqueiros, duas formas de ação.....                    | 59        |

|                                                                                         |            |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 4. Gado fujão ou homem ladrão? A propriedade em disputa.....                            | 62         |
| 5. Animal retalhado, dono emendado: o furto como represália à invasão de roças.....     | 68         |
| 6. “O que engorda o gado é o olho do dono”. Aspectos do absenteísmo.....                | 74         |
| 7. Um parêntese, para finalizar.....                                                    | 81         |
| <b>Capítulo III: Entre linhas: o jogo da dominação pessoal.....</b>                     | <b>85</b>  |
| 1. A questão do prestígio social do vaqueiro.....                                       | 90         |
| 2. “Deixar de ser boi manso”.....                                                       | 101        |
| 2.1 Correspondência entre o vaqueiro José Lins Barreto e o barão de Geremoabo.....      | 102        |
| <b>Capítulo IV: “Ê boi, quem haverá de pegar?” Resistência e submissão cultural nas</b> | <b>117</b> |
| <b>narrativas populares.....</b>                                                        |            |
| 1. Narrativas folclóricas sobre bois e vaqueiros.....                                   | 118        |
| 1.1 Folcloristas: melhor não usá-los.... mas se não usá-los como acessar as tradições?  | 122        |
| 1.2 De próprio punho. Histórias de bois na literatura de cordel.....                    | 128        |
| 2. Histórias do boi encantado, misterioso, mocambeiro, ideado, mandingueiro,            | 133        |
| rezado, curado, moleque, mas nunca xereta.....                                          |            |
| 2.1 Além da história.....                                                               | 139        |
| 2.1.1 Personagens: I – O Boi.....                                                       | 142        |
| II – O Vaqueiro.....                                                                    | 147        |
| <b>Conclusão.....</b>                                                                   | <b>155</b> |
| <b>Fontes e Bibliografia.....</b>                                                       | <b>161</b> |
| <b>Anexos: 1 - Fazenda Caritá: Casa onde nasceu e morou o barão de Geremoabo.....</b>   | <b>171</b> |
| 2 – Casa do vaqueiro que fica na lateral da casa do barão.....                          | 173        |
| 3 – Íntegra da carta enviada por José Lins Barreto ao barão de Geremoabo,               | 175        |
| 24 de janeiro de 1900, documento 0282.....                                              |            |

## Introdução

Esta dissertação trata do tema das relações de trabalho e de dominação estabelecidas entre fazendeiros e vaqueiros numa região tradicional de pecuária no nordeste baiano entre 1880 e 1900. A literatura existente sobre vaqueiros, fazendeiros e a cultura associada à lida com o gado é extensa e diversa. Ela reúne folcloristas, memorialistas, sociólogos e alguns poucos historiadores, que apenas recentemente se debruçaram sobre o assunto.

Uma vertente dessa bibliografia é caracterizadamente saudosista. Entre os que partilham desta predileção pelos tempos em que teriam vigorado a justiça social e a honra nos valores humanos, estão folcloristas como Câmara Cascudo, escritores como Eurico Alves Boaventura, Jozé Norberto Macedo, e cientistas sociais como Capistrano de Abreu e Caio Prado Jr.<sup>1</sup> Para esses autores, o grau de proximidade entre vaqueiros e fazendeiros era tão íntimo e tão marcado pela confiança que inexistia ali uma relação propriamente de trabalho e uma diferença de classes. Capistrano de Abreu, na curta referência que faz aos vaqueiros do sertão do “norte”, corrobora a idéia presente no *Roteiro do Maranhão a Goiás*, escrito em 1900, de que os títulos “vaqueiro, criador ou homem de fazenda” eram considerados “honoríficos” entre os sertanejos.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Câmara Cascudo. *Vaqueiros e Cantadores. Folclore poético do sertão do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco*. [1939] Rio de Janeiro: Ediouro, 2000; Câmara Cascudo. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. [1952] 11ª ed., São Paulo: Global, 2002; Eurico Alves Boaventura. *Fidalgos e Vaqueiros*. Salvador, EDUFBA, 1989; Capistrano de Abreu. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. [1907], 7ª ed., rev., Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: editora da USP, 1988; Caio Prado Jr. *Formação do Brasil Contemporâneo. Colônia*. [1942] 24ª reimp., São Paulo: Editora Brasiliense LTDA, 1996.

<sup>2</sup> Capistrano de Abreu. *Capítulos*. pp. 170-1.

Assim como Capistrano de Abreu, Caio Prado Jr. no clássico *Formação do Brasil Contemporâneo*, aborda o mundo colonial, mas ambos projetam sua análise no tempo. Nas duas obras, a pecuária aparece como uma atividade que não se modificou ao longo do tempo constituindo-se como uma cultura e economia estáticas. Caio Prado Jr, por exemplo, descreve esta atividade como sendo:

*“a mais sugestiva para nossos olhos de hoje. [...] Porque ela ainda aí está, idêntica ao passado [...]. Há séculos esta cena diuturna se mantém em todo país; e neste longo decurso de tempo não se alterou; as mesmas boiadas que seu primeiro cronista (Antonil) descreve com tão vivas cores, poderiam ressurgir hoje a atravancarem as estradas para maior desespero dos automobilistas: estes não notariam a diferença”*<sup>3</sup>

Não é por acaso que Caio Prado Jr. fala dos automobilistas. A suposta calma e conservadorismo do mundo rural é contrastada com o ritmo intenso e mutante das cidades.<sup>4</sup> Nas descrições das formas de criação das fazendas de gado quase inexistente o fator humano. Por um lado, a pecuária é apresentada como uma atividade que não tinha um projeto inicial sendo o gado, com suas andanças, o conquistador das terras e o definidor do local de estabelecimento das fazendas. Renan Monteiro Soares chega a dizer que na pecuária nordestina “ultra extensiva” era “o gado que criava o homem ao invés de o homem criar o gado”.<sup>5</sup> Na descrição de Capistrano de Abreu também fica patente o papel protagonista do gado, pois eram os rebanhos que “dispensavam a proximidade da praia”, “davam-se bem nas regiões impróprias ao cultivo da cana”, “pediam pessoal diminuto” e “quase aboliam capitais”, acompanhando, por esses motivos, “o curso do rio São Francisco”.<sup>6</sup>

---

<sup>3</sup> Caio Prado Jr. *Formação*. p. 187.

<sup>4</sup> Muitos autores das primeiras décadas do século XX afirmam o contraste entre mundo urbano e rural. Escolhemos focar estes porque eles analisam especificamente a pecuária e para tanto usam a mesma dicotomia, identificando nas fazendas de gado os mesmos atributos do “mundo rural”.

<sup>5</sup> São quatro métodos de criação que o autor afirma ter existido cronologicamente, embora ele não apresente datas nem locais específicos: o ultra-extensivo, extensivo em cercados, semi-intensivo e estabulado. Renan Monteiro Soares. *Aspectos Sociológicos da Pecuária Nordestina*. Recife: Imprensa Universitária – UFPE, 1968, p. 38.

<sup>6</sup> Capistrano de Abreu. *Capítulos*. P.167-8.

Por outro lado a atividade pastoril era considerada com excessiva rusticidade. Prado Jr., mais uma vez apoiado no autor de *Roteiro do Maranhão*, fala da “facilidade incrível com que se estabelece nestes sertões uma fazenda” e coloca em nota a observação de um outro viajante que esteve na famosa região ganadeira de Pastos Bons que diz ser “tão suave o método de criar nos sertões [...], tão mediana a despesa [...] e tão diminuto o número de operários”.<sup>7</sup> Costa Porto, analisando *O Pastoreio na formação do Nordeste*, também defende que a pecuária não necessitava de bons solos nem de trabalhadores qualificados.<sup>8</sup>

Essa perspectiva se coaduna com a tese de inexistência de escravos negros no sertão, também presente na bibliografia sobre as relações sociais na pecuária. Caio Prado Jr. afirma, por exemplo, que sendo a vida em uma fazenda “aventuresca e de esforço intermitente” não faltava mão-de-obra pois “não havendo escravos, bastam destes mestiços de índio, mulatos ou pretos que abundam nos sertões”, caracterizados como “ociosos em regra e avessos em princípio ao trabalho”.<sup>9</sup> Também partindo desses pressupostos, Euclides da Cunha, na tentativa de estabelecer uma distinção mais sólida entre litoral e sertão, definiu que o mestiço do litoral é o mulato e o do sertão é o curiboca já que, por algum motivo não esclarecido pelo autor,

*As numerosas importações de escravos se acumulavam no litoral. A grande tarja negra debruava a costa da Bahia ao Maranhão, mas pouco penetrava o interior. Mesmo em franca revolta, o negro humilde feito quilombola temeroso, agrupando-se nos mocambos, parecia evitar o âmagô do país.*<sup>10</sup>

A presença inexpressiva do negro na composição do cenário sertanejo é defendida também por Eurico Alves Boaventura. Em seu livro *Fidalgos e Vaqueiros* ele não apenas sustenta que a “tarja negra” não se disseminou nos sertões, como também responsabiliza o africano, ou o sangue negro que por ventura lá houvesse, pelo mal que se alastrou por essas bandas: a violência, a ignorância, a brutalidade que produziram “esses frustrados heróis do

---

<sup>7</sup> Caio Prado Jr. *Formação*. P. 191.

<sup>8</sup> Costa Porto. *O Pastoreio na Formação do Nordeste*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional / Ministério da Educação e Cultura (Serviço de Documentação – Os Cadernos de Cultura), 1959, p. 40.

<sup>9</sup> Idem.

<sup>10</sup> Trecho do livro clássico que Euclides da Cunha escreve sobre Canudos, cidadela situada a poucos quilômetros de Geremoabo. *Os Sertões*. [1902] São Paulo, Martin Claret, 2003, p. 96.

cangaço”.<sup>11</sup> Segundo o autor, teriam sido poucos os negros que vieram para os sertões porque não havia necessidade deles e nem mesmo possibilidade econômica de obtê-los, isto é, nas áreas de pastoreio para o qual “largou-se sempre a família de pele alva, gente limpa de sangue”.<sup>12</sup> Em síntese: se no sertão da pecuária houve negros, estes foram poucos, fugidos, mestiços, secundários para a composição da “paisagem” sócio-cultural da região. Comprovaria essa tese o fato de o vaqueiro – representante por excelência do sertanejo – ter, na visão desses autores, feições claras e traços finos, agilidade e características do nomadismo indígena.

Se essa vertente de estudos sobre a pecuária deve ser considerada pelo mérito incontestado de ser a primeira a abordar aspectos culturais e econômicos das fazendas de gado, deve também ser entendida como a responsável pela consolidação da visão clássica sobre as relações entre vaqueiros e fazendeiros. Prado Jr. define esses tipos sociais dizendo que nos “sertões do norte” prevalecia “o grande proprietário absenteísta, senhor às vezes de dezenas de fazendas, que vive nos centros do litoral e cujo contato único com suas fazendas consiste em receber-lhes o rendimento”.<sup>13</sup> O vaqueiro seria o responsável por todos os serviços da fazenda e seria remunerado com o próprio produto dela, ou seja, um de cada quatro bezerros nascidos anualmente. O momento do pagamento chamado de partilha é visto por esses autores como pleno de concórdia. Macedo afirma, por exemplo, que “os interessados se submetem, assim, às decisões da sorte, recebendo cada um o seu quinhão, sem discussões, irrevogavelmente”.<sup>14</sup> Todos os autores supracitados concordam também que era comum os vaqueiros juntarem o gado que conseguiam acumular durante alguns anos de serviço e irem se estabelecer por conta própria tornando-se, eles mesmos, fazendeiros. Mas até lá eles se ocupavam essencialmente da vigilância do gado do fazendeiro, uma situação que Euclides da Cunha chegou a considerar como “servidão inconsciente” pois os vaqueiros cuidavam “a vida inteira de um rebanho que não lhes pertence”.<sup>15</sup> Essa dedicação plena, “inconsciente”, desinteressada e incondicional faria do vaqueiro um tipo extremamente devotado e fiel ao fazendeiro e por isso bastante prezado

---

<sup>11</sup> Eurico Alves Boaventura. *Fidalgos e Vaqueiros*, p. 76.

<sup>12</sup> Idem. P. 81

<sup>13</sup> Caio Prado Jr. *Formação*. P. 194.

<sup>14</sup> Joze Norberto Macedo. *Fazendas de Gado no Vale do São Francisco*. (Documentário da Vida Rural). Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura – Serviço de Informação Agrícola, 1952, p 33.

<sup>15</sup> Euclides da Cunha. *Os Sertões*. p.122.

por ele. No entendimento desses autores, que utilizaram basicamente os relatos de viajantes como fonte, a profissão de vaqueiro era muito almejada e prestigiada porque era ele o responsável pela fazenda na ausência freqüente do proprietário, o que teria gerado uma relação de solidariedade moral e de cumplicidade vertical. Essa interpretação sugere, em última análise, que o vaqueiro não era um sujeito ativo na construção de seus valores pessoais, pois estes seriam decorrentes da subserviência inerente à sua relação com o fazendeiro.

Uma tentativa de contraponto a essa concepção “romântica” das relações entre fazendeiros e vaqueiros foi proposta nos anos 1960 por Fernando Henrique Cardoso em *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*.<sup>16</sup> Nesta obra ele questiona a suposta democracia gaúcha que se expressaria na democracia racial e rural defendida por viajantes e historiadores tradicionais gaúchos do começo do século, como Jorge Salis Goulart. Esses autores, criticados por Cardoso, admitiam a existência da escravidão no sul, mas afirmavam que esta teria sido muito mais branda em razão das ligações amistosas entre peões e estancieiros, entre chefes e empregados em geral. Nessa relação não haveria desigualdade porque o patrão trabalhava ao lado dos empregados, dividia com eles o mesmo churrasco e chimarrão numa verdadeira “vida fraternal” que as lides pastoris proporcionavam.<sup>17</sup> Cardoso argumenta que a “reconstrução do passado rio-grandense em termos da ‘sociedade rural democrática’ visa, ao mesmo tempo, glorificar o branco-senhor, magnânimo em face do negro, e considerar o negro como *realmente* e não *socialmente* inferior”.<sup>18</sup> Isso quando não se insistia na “branquidade básica do gaúcho” em função do baixo percentual de sangue africano e da maior presença de sangue indígena, à semelhança das descrições sobre o sertão nordestino.

---

<sup>16</sup> Fernando Henrique Cardoso. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. [1962] São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

<sup>17</sup> Autores recentes partilham também de idéias semelhantes a respeito do vaqueiro ou peão gaúcho. É o caso de Robert Wilton Wilcox que em sua tese sobre as fazendas de gado em Mato Grosso argumenta que entre 1893 e 1895 muitos gaúchos vieram para a região e além de inovações técnicas trouxeram também “seu espírito independente e algum capital [...] estabeleceram pequenas fazendas, mas também trabalharam para grandes latifundiários.” Robert Wilton Wilcox. “Cattle Ranching on the Brazilian frontier: Tradition and innovation in Mato Grosso, 1870-1940”. New York: New York University, PHD, 1992, p. 423 e *passim*. Para o nordeste, Câmara Cascudo tem uma perspectiva semelhante das relações entre vaqueiros e fazendeiros pois afirma não havia desigualdade, não obstante a existência de escravidão, porque ambos partilhavam o mesmo cavalo e as mesmas atividades. Câmara Cascudo. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 11ª ed., São Paulo: Global, 2002, p. 718.

<sup>18</sup> Fernando Henrique Cardoso. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. P. 125

No entanto a crítica de Cardoso parece encerrar-se em si mesma, ou seja, ele não propõe um outro olhar sobre as relações sociais e de trabalho entre estancieiros, escravos e peões. Ao analisar a mão-de-obra na empresa agro-pastoril, que nos interessa particularmente, ele enfatiza sobremaneira a dimensão econômica e não consegue explicar como se realizava a desigualdade nas relações sociais afirmada por ele. Ao contrário, ele repete velhos conceitos e idéias como a de que no início “a atividade pastoril desenvolvia-se mais como mercê da natureza do que como fruto do trabalho humano.”<sup>19</sup> Isso só teria se modificado quando a indústria pastoril se solidificou e se tornou “uma empresa econômica organizada”, o que também não nos informa sobre as relações humanas que teriam aí se estabelecido. É interessante o fato de que quando Cardoso se aproxima um pouco mais da análise dessas relações ele o faça baseado justamente nos autores que ele mesmo critica a respeito da “ideologia da democracia gaúcha”. Portanto, embora Fernando Henrique Cardoso questione a perspectiva romântica das relações sociais nas fazendas gaúchas e tente relativizar a idéia de solidariedade vertical e tornar patente as tensões nas relações de trabalho ele acaba tornando invisíveis aspectos da cultura do vaqueiro, ou os externa apenas sob a ótica literal dos viajantes.<sup>20</sup>

Um objetivo semelhante ao de Cardoso tem o estudo de Décio Freitas, “O Capitalismo Pastoril” que introduz o livro homônimo que publica textos de cinco viajantes ao Rio Grande do Sul e região do Prata.<sup>21</sup> Preocupado em conceituar o modo de produção predominante na pecuária gaúcha, Freitas critica a tese, defendida pelos autores que primeiro descreveram a vida nas estâncias, de que a produção pecuária era basicamente natural, ou seja, quase não dependia do trabalho humano. Nesse sentido define que o “processo de produção natural não conferia nem agregava valor a esse capital [o boi]” sendo por isso fundamental “a incorporação de trabalho social” a esse processo.<sup>22</sup> Assim, Freitas dedica parte do seu trabalho a descrever o cotidiano de trabalho dos peões e a demonstrar como o trabalho na pecuária era especializado.

Ele também refuta, com veemência, a existência de escravos desempenhando funções pastoris. Teria sido “o índio e o mestiço de índio [...] os trabalhadores ideais para a

---

<sup>19</sup> Idem. p. 57.

<sup>20</sup> Idem. pp. 54-66.

<sup>21</sup> Décio Freitas “O Capitalismo Pastoril”. In: *O Capitalismo Pastoril*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980, pp. 9-53

<sup>22</sup> Idem. p. 18.

produção pecuária” principalmente porque mantinham, através de gerações, a técnica de criação.<sup>23</sup> Para Freitas a escravidão não poderia existir na pecuária em razão da possibilidade da fuga ser muito premente e haver a necessidade de constante vigilância.

No entanto constatar a qualificação do trabalho do peão não significou interpretar este trabalhador como alguém dotado de identidade e autonomia moral. Ao contrário, Freitas o percebe como alguém dotado de “baixo desenvolvimento social” e que “se contentava com pouco”.<sup>24</sup> Além do mais, na visão deste autor, o peão era cegamente fiel ao estancieiro: “sem consciência de seus interesses os peões formavam uma classe extremamente débil, impotente para esboçar qualquer luta pelos seus interesses”.<sup>25</sup> Dessa maneira percebem-se as semelhanças entre a visão deste autor e a de Fernando Henrique Cardoso, posto que, para ambos, constatar a desigualdade social significava interpretar os subalternos como seres incapazes de resistir social ou culturalmente.

Mais recentemente diversos estudos foram elaborados sobre o mundo meridional, abordando especialmente as charqueadas e o alcance da utilização de mão-de-obra escrava nessa atividade.<sup>26</sup> Os estudos sobre as relações de trabalho na pecuária tiveram mais vigor no sul do país exatamente em razão da necessidade de revisão dos pressupostos da insignificância da escravidão na pecuária e na indústria da carne seca. Depois dos estudos clássicos de Fernando Henrique Cardoso e Décio Freitas, que estavam mais preocupados com possíveis mudanças no modo de produção, cresceu o número de pesquisas enfatizando a questão da mão-de-obra a partir de um enfoque demográfico bastante acentuado e usando os inventários como fonte primordial.<sup>27</sup> No entanto, essa preocupação revisionista

---

<sup>23</sup> Idem. p. 29.

<sup>24</sup> Idem. p. 44.

<sup>25</sup> Idem. p. 52.

<sup>26</sup> São muitos os autores que trabalham esse tema. Citamos apenas alguns: Sandra Pesavento. *República Velha Gaúcha: frigoríficos, charqueadas, criadores*. Porto Alegre: Movimento/IEL, 1980; Sandra Pesavento. *A Burguesia Gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho. RS 1889-1930*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988; Berenice Corsetti. *Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1983, (Dissertação de Mestrado); Stephen Bell. *Campanha Gaúcha: a brazilian ranching sistem, 1850-1928*. Stanford: Stanford University Press, 1998; Paulo Zarth. *Do Arcaico ao Moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2002. Há também uma bibliografia argentina que inspirou alguns desses autores: Juan C Garavaglia. *Pastores y Labradores de Buenos Aires: una historia agraria de la campaña bonaerense (1700-1830)*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999; Jorge Gelman. *Campesinos y estancieros. Una región del Rio de la Plata a fines de la época colonial*. Buenos Aires: Editorial Los Libros del Riel, 1998.

<sup>27</sup> Ver, entre outros, Helen Osório. *Estancieiros, Lavradores e Comerciantes, na Constituição da Extremadura Portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Niterói: Depto. de História, Universidade Federal Fluminense, 1999. (tese de doutorado); Graciela Garcia. *O Domínio da Terra: conflitos*

continuou deixando em segundo plano a análise sobre o vaqueiro, as peculiaridades de seu ofício e cultura política e a especificidade das relações de dominação no contexto da pecuária.

Uma clara exceção a esse padrão de pesquisas é o estudo de Luis Augusto Ebling Farinatti que aborda a composição e as estratégias da elite agrária na principal zona de pecuária do Rio Grande do Sul, o município de Alegrete, entre 1825 e 1865.<sup>28</sup> O que é bastante interessante nesse trabalho e que o deixa mais abrangente é a intenção do autor de entender “quais os mecanismos de ascensão e reprodução de posições sociais”.<sup>29</sup> Esse objetivo o faz ir além das elites já estabelecidas e buscar entender também os pequenos e médios proprietários e os trabalhadores.

Depois de fazer uma longa discussão sobre a elite agrária, Farinatti analisa as formas de inserção social dos peões – um processo que passava pela construção de uma auto-imagem positiva, associada ao ofício, e por uma concepção de família. O autor questiona, portanto, as teses presentes na historiografia clássica sobre o Rio Grande do Sul de que os peões eram homens errantes, nômades e sem vínculos familiares ou sociais.<sup>30</sup> Ele mostra que esse perfil dos peões – jovem, solteiro, não branco e nascido fora do município – indicava uma estratégia de sobrevivência e de acesso a recursos e não uma “anomia social”. Farinatti constata que depois que os peões se casavam e conseguiam alguma terra, o que não era tão difícil pelo menos até 1850 nessa região, eles optavam por trabalhar para si e por prestar apenas serviços eventuais nas estâncias, ao que eram melhor remunerados do que os fixos. Dessa maneira, Farinatti demonstra como a oferta de trabalho era condicionada pela necessidade de autonomia dos trabalhadores não havendo, portanto, mão-de-obra farta e disponível para os estancieiros, como supunham autores como Décio Freitas.

Ao focalizar os trabalhadores que lidavam com o gado, Farinatti desmistifica a idéia de dependência total destes para com os proprietários. A tese defendida por Freitas e Fernando Henrique Cardoso de que os peões dispunham apenas de sua força de trabalho e

---

*e estrutura agrária na Campanha Rio-grandense Oitocentista*. Porto Alegre: UFRGS, PPGH, 2005. (Dissertação de Mestrado).

<sup>28</sup> Luís A. E. Farinatti “Nos Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira sul do Brasil (1825-1865).” Tese de Doutorado, UFRJ, 2007.

<sup>29</sup> Idem. pp. 33-34.

<sup>30</sup> Oliveira Viana. *Populações Meridionais do Brasil*. – vol. 02: *O Campeador Rio-Grandense*. [data] Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

que a vendiam por um valor ínfimo é posta em questão já que, na interpretação de Farinatti, eram os estancieiros que dependiam desses trabalhadores. Estes, por sua vez, trabalhavam nas estâncias como uma estratégia de construir sua própria independência através de laços sociais e familiares.

Por outro lado, a maioria dos estudos sobre o nordeste continuou seguindo ou retomando as mesmas teses dos primeiros pesquisadores da pecuária. Diana Galliza, ao estudar o caso da Paraíba, afirma que as relações entre fazendeiros e vaqueiros eram brandas e “mais cordiais”.<sup>31</sup> A suposta falta de escravos no sertão é explicada pela necessidade de poucos braços na pecuária e pelo “risco da fuga” – já que as fazendas eram extensas, o dono normalmente estava ausente e o vaqueiro possuía um ou mais cavalos para ir onde desejasse. A autora também retoma a tese da adequação do indígena ao trabalho com o gado por este apresentar característica de “nomadismo típico ao pastoreio”<sup>32</sup> Não obstante a autora relativize a tese da ausência de escravos no sertão afirmando a presença marcante da população escrava nas regiões nordestinas de gado, muitas vezes até superior a alguns municípios canavieiros, ela reproduz os argumentos da predisposição étnica para ocupar a função de vaqueiro, da suposta liberdade deste trabalhador, da solidariedade entre vaqueiros e fazendeiros e da rusticidade da pecuária.

Uma linha de argumentação semelhante pode ser vista no estudo de Maria do Socorro Coelho Cabral sobre a zona ganadeira de Pastos Bons no Maranhão.<sup>33</sup> A autora constata a presença de escravos nas fazendas desempenhando funções diversas, os quais eram chamados “fábricas”. No entanto, em relação à atividade específica de vaqueiro, Cabral afirma não ter encontrado “em nenhuma fonte consultada referências a vaqueiros escravos” o que a faz crer que todos eram recrutados entre os trabalhadores livres. Na sua interpretação, o trato direto com o gado exigiria do fazendeiro maior confiança em seu vaqueiro e isso explicaria a existência de mais trabalhadores livres na pecuária, inclusive na região de Pastos Bons no Maranhão.

Essa idéia de “confiança” sugerida por Cabral, e de maneira mais ou menos indireta por quase todos os autores da primeira geração de estudos sobre a pecuária, precisa ser

---

<sup>31</sup> Diana Soares de Galliza. *O declínio da escravidão na Paraíba, 1850-1888*. João Pessoa, PB: Editora Universitária/UFPb, 1979. Sobre a escravidão na zona pecuária ver especialmente pp. 76-111.

<sup>32</sup> *Idem*, p. 24

<sup>33</sup> Maria do Socorro Coelho Cabral. *Caminhos do gado. Conquista e ocupação do sul do Maranhão*. São Luiz: SIOGE, 1992. Ver especialmente os capítulos 2 e 3.

problematizada. Cabral observa, por exemplo, que o transporte das boiadas para as feiras próximas ao litoral era uma tarefa complexa desempenhada pelos “tangerinos” que se dividiam em cinco. Havia um *guia* que conhecia os caminhos e por isso ficava à frente da boiada, dois *cabeceiras* que se posicionavam ao lado esquerdo e direito do rebanho evitando a fuga do gado, dois *esteiras* e dois *coices* com função idêntica aos cabeceiras, mas posicionando-se atrás do rebanho. Havia também o *passador* “homem da confiança do boiadeiro, que era o proprietário dos bois”, a quem cabia a tarefa de conferência do gado na entrada e na saída dos acampamentos onde o gado pernoitava. Ocorre que, de acordo com Francisco Carlos Teixeira da Silva, o *passador* era em muitos casos um escravo “treinado” pelo fazendeiro, especialmente nas fazendas dirigidas pessoalmente pelo proprietário, o que mostra a fragilidade da tese de que a confiança era privilégio dos homens livres.<sup>34</sup>

Uma pesquisa que foge a esse padrão argumentativo e por isso merece destaque, foi feita por Luiz Mott sobre o Piauí colonial.<sup>35</sup> Nela o autor questiona a tese de que o absenteísmo era a regra nas regiões de pecuária. Na realidade, esta prática teria vigorado apenas nas primeiras décadas de ocupação, mas foi generalizada para todo o período colonial. Segundo Mott, esse mito de um sertão de proprietários ausentes no Piauí é que teria sustentado a idéia de que não houve trabalho escravo na pecuária para o qual teria afluído “naturalmente” o indígena cuja índole combinava mais com o nomadismo do pastoreio.

De fato a pesquisa de Mott indica que o absenteísmo foi exceção e sua freqüência diminuiu com o tempo, sendo no início do século XIX quase irrelevante. De maneira semelhante foi reduzida e também declinante a presença de índios trabalhando nas fazendas, provavelmente em razão da violência recíproca que caracterizou o contato dos nativos com a “frente pastoril”. Ele conclui que nas fazendas de gado do Piauí prevaleceu,

---

<sup>34</sup> Francisco Carlos Teixeira da Silva. “Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia”. Estudos. Sociedade e Agricultura, n. 8 (abril 1997), p. 135. Bernardino José de Souza diz que “no São Francisco baiano o termo *passador* designava o vaqueiro ou camarada que guiava a boiada na travessia a nado de um rio”. Ver *Dicionário da terra e da gente do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, s/d, p. 242.

<sup>35</sup> Luiz Mott. “O Patrão não está: análise do absenteísmo nas fazendas de gado do Piauí Colonial”. In *Piauí Colonial: população, economia e sociedade*. Teresina, Secretaria de Cultura do Piauí, 1985; Luis Mott. “Os índios e a pecuária nas fazendas de gado do Piauí Colonial”. Comunicação apresentada XI reunião da Associação Brasileira de Antropologia. Recife, 1978.

portanto, o trabalhador cativo - 55% em 1762 contra 4,2% de índios potencialmente empregados nos criatórios <sup>36</sup>.

Há também dois estudos importantes sobre a Bahia que utilizaram um volume de fontes mais significativo e oferece novas abordagens do problema da mão-de-obra na pecuária. Para a região do Médio São Francisco, Erivaldo Neves encontrou evidências de que os vaqueiros eram em geral escravos e ao mesmo tempo beneficiários do sistema de sorte aludido acima, o que certamente criava uma relação de trabalho escravista singular. <sup>37</sup> Pesquisando as fazendas do Conde da Ponte cujo inventário data de 1832, e que apresenta, segundo o autor, “mais ou menos [os] mesmos padrões dos criatórios similares das regiões circunvizinhas da segunda metade do século XVIII e primeira do XIX”, Neves indica que mesmo empregando pouca mão-de-obra a pecuária foi fortemente marcada pela escravidão, prova disso é que os vaqueiros eram um dos poucos cativos cuja profissão era especificamente citada nos inventários. Neves também aponta o equívoco presente desde as crônicas coloniais até a historiografia mais recente de se considerar como vaqueiro os administradores das fazendas, estes sim normalmente livres.

Uma das características importantes apontadas pelo autor é que no sertão, diferentemente das zonas açucareiras litorâneas, a escravidão desenvolveu-se “simultânea e articuladamente com a meação, confundindo choupanas de agregados e casebres de escravos”. <sup>38</sup> Essa multiplicidade de relações de trabalho reflete também a diversidade de tarefas desempenhadas em uma fazenda de gado que raramente se restringia aos criatórios, sendo estas também unidades agrícolas.

No livro *Fronteiras Movediças*, Mônica Dantas chega a conclusão semelhante, ao analisar aspectos sociais da região de Itapicuru no nordeste baiano. <sup>39</sup> Dantas verifica também fortes indícios de que os negros e mestiços escravos compunham a maior parte da mão-de-obra utilizada nas fazendas, não obstante essa região também tenha sido objeto das teses sobre a propensão da mão-de-obra indígena para o trabalho de pastoreio. Para elucidar

---

<sup>36</sup> Luiz Mott. “Os índios e a pecuária...”, p.135

<sup>37</sup> A possibilidade de constituir um “micropatrimônio” deu aos vaqueiros a chance de libertar seus familiares cativos ficando ele mesmo cativo, já que assim continuava podendo criar seu gado na fazenda senhorial. Ver Erivaldo Fagundes Neves. *Sucessão Dominial e Escravidão na Pecuária do Rio das Rãs*. Sitientibus, Feira de Santana, n.21 (jul-dez 1999), p. 123-8

<sup>38</sup> Erivaldo Neves. *Uma comunidade sertaneja...*, p. 248.

<sup>39</sup> Mônica Dantas. “Fronteiras Movediças: Relações sociais na Bahia do século XIX (a comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos)”. São Paulo: USP, Tese de Doutorado, 2002. Recentemente foi publicado o livro da autora, que consta na bibliografia final desta dissertação, mas citaremos aqui apenas sua tese.

esse aspecto, a autora recorre a Pedro Puntoni que no livro *A guerra dos bárbaros* faz uma crítica pertinente a esse argumento afirmando que este se sustenta em dois preconceitos largamente difundidos. Primeiro o da incapacidade dos indígenas para o trabalho “continuado e sedentário” o que o excluía do trabalho agrícola e empurrava-o “por exclusão” para o trabalho pastoril. Este preconceito pressupõe a disponibilidade do indígena e sua “utilização ótima na economia colonial”. Em segundo lugar, sustentava essa tese de que o indígena serviu com relativa facilidade aos propósitos da pecuária, o “desconhecimento ou menoscabo da exata dimensão da série de conflitos resultantes do contato da frente de expansão com os grupos indígenas locais”.<sup>40</sup>

Dessa maneira a autora apresenta seus resultados afirmando que, em termos de composição da mão-de-obra, a região de Itapicuru estava mais próxima da realidade do Piauí e do Alto sertão baiano retratadas por Luiz Mott e Erivaldo Neves respectivamente, do “que à situação descrita tradicionalmente por historiadores e curiosos em geral”.<sup>41</sup> Tanto nas pesquisas em inventários quanto nos registros cartoriais há evidências conclusivas a respeito da escravidão nas fazendas de Itapicuru. Mas, infelizmente, a autora não especifica a representatividade desse trabalhador na atividade pecuária, apenas afirma sua existência; tampouco problematiza as idealizações em torno da condição de mais liberdade supostamente gozada pelo vaqueiro.

Assim, embora tenha se desenvolvido uma produção sobre o tema das relações de trabalho na pecuária, houve um grande consenso sobre a idéia de existência de cumplicidade e solidariedade moral entre vaqueiros e fazendeiros. A esse consenso seguiu-se um silêncio desolador sobre os valores, a cultura política e as relações de dominação na pecuária. Em grande medida a reiteração dessa tese e os muitos equívocos de interpretação, a exemplo da idéia de inexistência de escravidão e de negros no sertão, decorrem do pouco apreço à análise de fontes adequadas e pelo sub-aproveitamento de algumas fontes, como os relatos de viajantes.

Mais que negar ou contestar as interpretações dos autores supracitados, o que se pretende com essa dissertação é matizar essas conclusões, posto que elas parecem mais comprometidas com a criação de modelos do que com a explicação de realidades. Por um

---

<sup>40</sup> Pedro Puntoni *apud* Mônica Dantas. *Fronteiras Movediças...*, p. 33-4

<sup>41</sup> Mônica Dantas. *Fronteiras Movediças...*, p. 35.

lado, as teses dos folcloristas e memorialistas e dos primeiros cientistas sociais afirmam um modelo social marcado pela permanência de costumes, pela continuidade em relação ao período colonial e pela ausência de conflitos verticais, ou seja, entre fazendeiros e vaqueiros. Por outro lado, as pesquisas de Fernando Henrique Cardoso e de Décio Freitas, que propunham uma crítica a essas teses, são bastante reticentes na elaboração de uma análise sobre as relações sociais estabelecidas de fato nas estâncias gaúchas.

Nessa dissertação são justamente as abordagens mais românticas sobre o vaqueiro que serão reavaliadas. Todos os capítulos estão permeados pela preocupação de examinar sob outra ótica os atributos de fidelidade, honra, liberdade e autonomia que foram definidos *a priori*, pelos autores do começo do século XX, como típicos do vaqueiro. Apesar das semelhanças temáticas com os folcloristas e memorialistas se verá que fizemos novas perguntas sobre esse velho tema o que nos levou, evidentemente, a outras fontes e outras conclusões.

Nosso objetivo nessa pesquisa foi entender os mecanismos de controle social praticados pelos fazendeiros locais, especialmente aqueles associados aos significados da liberdade e da autonomia laboral. A ênfase no valor da liberdade se justifica por dois motivos. Primeiro, pela associação recorrente na literatura entre vaqueiro, trabalho livre e vida mais autônoma. Segundo, pelo período escolhido para análise que contempla os anos finais de escravidão e iniciais de pós-emancipação – período em que o tema da liberdade era social e politicamente sensível.

Durante a pesquisa foi se tornando cada vez mais claro que as estratégias de dominação na região de Geremoabo estavam fortemente pautadas nas relações pessoais. Por isso foi importante acessar os espaços mais íntimos dessa sociedade para entender como os fazendeiros convenciam seus vaqueiros a apoiá-los moralmente e, ao mesmo tempo, como eles interpretavam esse apoio moral e quais os interesses oblíquos dessa aparente concórdia. Por isso tivemos que examinar um tema que tantas vezes foi abordado, e até repetido como ladainha: o de que os vaqueiros são homens "fiéis", que serviam de braço direito dos fazendeiros, que foram os principais aglutinadores de votos “no tempo da política” e eram formadores dos currais eleitorais que favoreciam os interesses de seus

padrões.<sup>42</sup> Um tema que apesar de ser muito referido foi pouco aprofundado e problematizado. Para elucidar melhor essas questões procuramos avaliar as formas encontradas pelos vaqueiros para se contraporem à dominação de uma elite local bastante imponente. Em grande medida este contraponto foi justamente a manutenção e recriação de um prestígio social que lhes destacassem na sociedade.

Quatro conjuntos documentais permitiram realizar esses objetivos mais gerais: os inventários *post mortem*, os processos criminais, uma parte da correspondência enviada e recebida pelo barão de Geremoabo, personagem central na região e período estudados, e os textos e as entrevistas que aludem ao folclore do boi encantado, um dos temas mais pujantes nas zonas de pecuária nordestinas. O resultado vem descrito em quatro capítulos.

O primeiro capítulo oferece uma visão geral da comarca de Geremoabo: a formação do principal grupo de elite – a família Dantas –, as diferentes composições patrimoniais, a questão da abolição e do conselheirismo, e os universos da pecuária e da lavoura. É claro que esse panorama não é suficiente para sintetizar a visão sobre a comarca, mas foi necessário em razão de não haver estudos acadêmicos sobre a região (como há para a comarca vizinha, Itapicuru). Para tanto utilizamos as informações coletadas no total de inventários existentes para a comarca de Geremoabo entre 1880 e 1900, que somava 324 peças documentais das quais extraímos os seguintes dados: nomes do inventariado e inventariante, ano de morte e abertura do inventário, soma dos valores atribuídos aos bens de raiz, aos escravos, ao gado *vacum* e aos “outros animais”, monte-mor, deduções relativas aos custos do inventário e dívidas ativas, e monte partilhável entre os herdeiros. Debruçamos-nos sobre os inventários para responder a uma pergunta simples, porém necessária para o encaminhamento posterior: quais as características sociais e econômicas dessa sociedade? Em que medida era o gado *vacum* provedor de riqueza? Em que medida significava prestígio para quem o detinha? A análise dos inventários nos permitiu definir cinco grupos sociais que se diferenciavam pelo padrão de investimentos, o que possibilitou algumas conclusões a respeito das formas de sobrevivência material naquela região.

---

<sup>42</sup> Sobre esse aspecto do coronelismo ver, por exemplo: Vítor Nunes Leal. *Coronelismo, Enxada e Voto*. 2ª ed., São Paulo: Alfa-Ômega, 1975; Eul-Soo Pang. *Coronelismo e Oligarquias: 1889-1943: A Bahia na Primeira República Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979; José Ricardo Moreno Pinho. “Escravos, Quilombolas ou Meeiros? Escravidão e Cultura Política no Médio São Francisco (1830-1888)”. Dissertação, UFBa, Salvador, 2001.

No segundo capítulo fizemos um estudo mais detalhado da teia de relações sociais e dos conflitos por que passavam os habitantes de Geremoabo. Para tanto pesquisamos inicialmente todos os processos desta comarca entre 1880 e 1900 focalizando especificamente aqueles que envolviam furto de animais. A razão dessa escolha foi ter notado que nesse tipo de conflito estavam em jogo temas que nos interessavam muito de perto: concepções de poder, posse e propriedade. Além do mais, eram nesses processos que se concentravam o maior número de vaqueiros e fazendeiros, personagens privilegiados nessa pesquisa.

Para a pesquisa dos processos criminais consideramos pertencentes à comarca de Geremoabo todos os maços documentais que foram alocados sob essa denominação no Arquivo Público da Bahia, embora nem sempre essa catalogação do arquivo correspondesse às divisões judiciais e administrativas da época. As vilas de Bom Conselho (atual Cícero Dantas) e de Patrocínio do Coité integraram a comarca de Geremoabo até final da década de 1880 e por esse motivo os processos instaurados nessas vilas até esse período estão alocados nos maços de Geremoabo.<sup>43</sup> Quando Bom Conselho foi elevado à condição de sede de comarca e passou a jurisdicionar a vila de Coité, os processos dessas duas vilas passaram a compor um lote específico, atualmente arquivados com o nome de “Cícero Dantas” no arquivo. Por uma questão prática poderíamos nos limitar à pesquisa dos maços de Geremoabo, porém fizemos algumas incursões curiosas nos lotes relativos a Cícero Dantas, já que geograficamente tratava-se da mesma região, não obstante as complicadas divisões judiciais da época. Dessa forma além dos 107 processos criminais que se encontravam nos maços de Geremoabo analisamos também outros 175 que havia nos maços de “Cícero Dantas”, também privilegiando aqueles que versavam sobre furto de animais.

No terceiro e quarto capítulos empreendemos uma análise mais detida na questão do prestígio social do vaqueiro. As fontes para isso no terceiro capítulo foram algumas cartas da correspondência passiva do barão de Geremoabo que permitiram acessar a maneira como os vaqueiros se reportavam ao barão, que era um fazendeiro absenteísta, porém bastante integrado com as atividades nas suas fazendas. A série de correspondência

---

<sup>43</sup> Assim como optamos pela grafia de época “Geremoabo”, ao invés da atual Jeremoabo, usaremos também o antigo nome “Bom Conselho” para referir ao atual município de Cícero Dantas, a menos que estivermos indicando a localização no arquivo.

disponível no arquivo da Fundação Clemente Mariani contém cartas enviadas e recebidas pelo barão de Geremoabo especialmente no último decênio do século XIX. Como existem quase 3 mil cartas nesse acervo e seria impossível ler todas até escolher aquelas que nos interessavam, escolhemos as que tinham uma dessas palavras-chave: pecuária, mão-de-obra, escravidão, abolição, crise social, emprego e clientelismo. No entanto, a riqueza individual das cartas nos levou a trabalhar particularmente com aquelas enviadas por vaqueiros ou administradores do barão que já continham muitos detalhes sobre o cotidiano dos trabalhadores do gado e suas estratégias para obter melhores condições de vida e trabalho e de manutenção de um prestígio notadamente associado à própria profissão de vaqueiro. Também foi possível observar como se realizava a cumplicidade entre vaqueiro e fazendeiro tão propalada pela literatura, e quais os aspectos de tensão presentes nesse diálogo e que foram ignorados pela maioria dos autores.

No último capítulo continuamos interessados em entender como se construiu essa imagem de prestígio, liberdade e autonomia moral do vaqueiro, mas observamos um grupo diferente de fontes. Analisamos as histórias sobre bois e vaqueiros “encantados” presentes na literatura de cordel, nas compilações de folcloristas e em um conjunto de entrevistas elaboradas pelo projeto “Histórias de vaqueiros: vivências e mitologias” desenvolvido pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) entre os anos de 1985-88. Neste material é possível confirmar que essa tradição permaneceu na memória dos vaqueiros de ampla região da Bahia, inclusive em Geremoabo.

Ao findar essa pesquisa percebemos que longe de encontrar uma sociedade bucólica e cheia de consensos estamos diante de uma realidade bastante conflitada, na qual as solidariedades eram terrenos movediços e as estratégias de sobrevivência e melhoramento social eram construídas cotidianamente. De fato, ali vicejaram valores como liberdade, honra e fidelidade, mas eles serviram tanto para manter a segurança social, quanto para desafiar a ordem estabelecida e permitir que alguns indivíduos galgassem posições mais interessantes.

# Capítulo 1

## A Comarca de Geremoabo <sup>1</sup>

Geremoabo era uma antiga e tradicional região de pecuária localizada no extremo nordeste baiano. <sup>2</sup> Em 1876, segundo o “Mapa Estatístico da Divisão Administrativa, Judiciária e Eleitoral da Província da Bahia”, a comarca de Geremoabo englobava o povoado de Tapera e as vilas de Geremoabo e Bom Conselho que, por sua vez, se subdividiam nas paróquias de São João Batista de Geremoabo, Nossa Senhora da Glória do Curral dos Bois, Nossa Senhora do Bom Conselho dos Montes do Boqueirão e Nossa Senhora do Patrocínio do Coité. Seus limites tocavam o Rio São Francisco no último trecho baiano ao norte, no atual município de Paulo Afonso, avistando, portanto, as famosas cataratas de mesmo nome.

Segundo Durval Vieira de Aguiar, que escreveu sobre as vilas da Bahia de 1888 em suas *Descrições práticas da província da Bahia*, era Geremoabo uma vila “insípida, estacionária” com uma população “pobre e ignorante”, sem indústria nem comércio, havendo apenas “duas ou três lojinhas de fazendas e miudezas” e alguns “botecos” em dias de feira. Pela aridez dos terrenos não prestavam para a lavoura sendo, por isso, “destinados à criação”. Entretanto, pelo mesmo motivo, as secas, mesmo a criação “lá não podia medrar como no Alto Sertão”. Destarte, o gado de tão magro “não se podia comer (...) servindo de

---

<sup>1</sup> No século XVIII ainda se escrevia Jerimuabo que denota melhor a origem indígena da palavra, sendo jerimum = abóbora e o sufixo aba = lugar, logo, lugar das abóboras. Entre 1880 e 1900 se escrevia Geremoabo e atualmente se escreve Jeremoabo. Optamos por utilizar a grafia da época que estamos estudando.

<sup>2</sup> Diversos autores confirmam a antiguidade da pecuária na região. Capistrano de Abreu afirma que um dos caminhos de gado mais antigos “passava por Pombal no Itapicuru, Jeremoabo, no Vazabarris, e atingindo o São Francisco acima da região encachoeirada”, o que corresponde, provavelmente, à atual BR 110. Capistrano de Abreu. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. 7ª ed., ver., Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: editora da USP, 1988 p. 167.

preferência a desagradável carne de bodes e ovelhas que por lá muito se criam”. Aos habitantes sequiosos restavam os açudes “onde bebem os homens e os animais no mesmo poço, apenas, por asseio ou por decência, divididos por uma cerca”. Quando, por graça de deus, chovia e se podia plantar nada era vendido porque as estradas ficavam intransitáveis em razão da enchente do Vaza Barris. As impressões de Durval Vieira não devem ter animado muitos visitantes à vila de Geremoabo e, por pouco, não desanimaram estudos posteriores sobre ela.<sup>3</sup>

## **1. Sob a sombra dos Garcia D’Ávila.**

Toda essa região havia sido parte dos domínios dos Garcia d’Ávila, a poderosa Casa da Torre, no período colonial. A retração dos Ávila, já em meados do século XVIII, esteve associada ao anti-lusitanismo que se intensificou no período da Independência política do Brasil e ensejou doações, vendas e abandono das terras. Foi nesse processo que a família Dantas tornou-se importante proprietária na região, comprando terras dos Ávila, anexando-as a outros territórios, consolidando a criação de gado e estabelecendo forte vínculo com a política local. Por essa razão, dedicaremos algumas linhas a essa família que, durante todo o século XIX, exerceu influência decisiva sobre a Comarca de Geremoabo e adjacências.<sup>4</sup>

Tudo começou com Baltazar dos Reis Porto, lusitano do Porto, que veio para o Brasil com sesmarias concedidas e confirmadas num tal sertão do Tiuiu, antiga denominação para uma área que integrava a vila de N. Sr<sup>a</sup>. de Nazaré do Itapicuru de Cima. Baltazar foi procurador da Casa da Torre nessa região quando esta família começava a agonizar politicamente. Aproveitando-se ou não disso, em 1754 comprou nas mãos da viúva da quinta geração dos Ávila um sítio em Itapicuru, na comarca da qual a então freguesia de Geremoabo fazia parte, e fundou aí o Engenho do Santo Antônio do Camuciata, onde iniciou a moagem de cana e fixou residência. Não sabemos quando exatamente, mas Baltazar casou-se com Leandra Sancha Leite, filha de um casal de

---

<sup>3</sup> Durval Vieira de Aguiar. *Descrições Práticas da Província da Bahia*. [1888] 2ª ed., Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: MEC, 1979. pp. 75-9.

<sup>4</sup> Para informações biográficas e genealógicas mais completas ver: Pedro Calmon. *História da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros*. Salvador: Fundação Cultural da Bahia, 3ª edição, 1983; João da Costa Pinto Dantas Jr. “O Capitão-mor João d’Antas e sua descendência”. In: *Revista do Instituto Genealógico da Bahia*, n. 15, (1967); Álvaro Pinto Dantas de Carvalho Júnior. *O Barão de Jeremoabo e a política de seu tempo. Trajetória de um líder conservador na Bahia*. Salvador/BA: Secretaria de Cultura e Turismo, 2006.

imigrantes portugueses que também recebeu sesmarias no dito sertão do Tiuiu. Essa união foi a célula inicial da família Dantas.

### **1.1 Sobre procuradores, administradores, vaqueiros e as formas de mando.**

Os senhores da Casa da Torre delegavam um grande poder a seus procuradores. Porque eram eles proprietários de uma infinidade de terras, tiveram que manter homens de confiança em cada rincão para estabelecer a posse e administrar, ou “senhorear” como se dizia na época. Pedro Calmon afirma que o procurador representava “o dono distante, a posse armada, a propriedade”. Assegura ainda que nesta associação entre os senhores e os procuradores, aqueles concediam a estes “autoridade, apoio e força” em troca de “sujeição, tributo e homenagem”. Comentando sobre o legendário Manuel Nunes Viana, que servia aos Guedes de Brito, tenta definir um tipo social argumentando que o procurador:

*“Falava por um proprietário que ninguém conhecia; mostrava os instrumentos de procuração; e em nome desse vago direito reinava sobre um trato do país (...). A Torre parecia a capital rústica de províncias solitárias que paxás do sertão, sargento-mores de índios mansos, vaqueiros-procuradores administravam por sua lei, por sua vontade, por seu capricho, dispendo da vida e dos bens dos clientes segundo as conveniências desse governo. Despoticamente, às vezes patriarcalmente, chefes e donos numa fronteira sem juízes, que acudissem às queixas, sem soldados, que velassem pela paz, sem funcionários que impusessem uma ordem qualquer”.<sup>5</sup>*

Essa política de dominação deixou frutos que permaneceram, embora transmutados, largamente no tempo. De pronto é importante observar algumas das diferenças entre vaqueiros, administradores e procuradores, as quais são em geral ignoradas nas falas de memorialistas e historiadores do início do século XX.

---

<sup>5</sup> Pedro Calmon. *História da Casa da Torre*. pp.123-4.

Os vaqueiros comuns, por assim dizer, lidavam diretamente com o gado, tocavam de um pasto para outro, cuidavam das bicheiras e também faziam serviços associados à criação, como conserto de cercas e limpeza dos bebedouros dos animais – as fontes e os olhos d’água. Eram personagens constante no final do século XIX e suas funções foram em muitas fazendas desempenhadas por escravos.

Já o procurador era uma pessoa que representava o proprietário por meio de uma procuração que o habilitava a resolver questões burocráticas e cartoriais. Respondia por eventuais ações na justiça que envolvessem o fazendeiro, enfim, era um administrador dos assuntos externos à fazenda propriamente dita.

O administrador, por sua vez, estava mais presente nas fazendas absenteístas, mas não apenas nelas. Cumpria a função de *administrar* de fato a propriedade. Era ele quem se reportava diretamente ao proprietário para prestar contas gerais, articulava a venda de gado ou de gêneros agrícolas, organizava a contratação de empregados e controlava seus serviços, além de ser o responsável pela apartação, a partilha e as ferras dos animais, momentos em geral festivos nas fazendas. Diferente do significado atual, a apartação, ou “pega de bois” como era chamado em Geremoabo, significava na época reunir e diferenciar o gado solto, pois em razão da inexistência ou precariedade dos cercamentos o gado frequentemente se misturava ao de outras fazendas.<sup>6</sup> Depois de reunido e apartado era feita uma marcação com ferro quente nos quartos traseiros dos animais novos, nascidos no período entre as apartações, contendo, em geral, um símbolo com as iniciais do nome do dono. Como era costume se retribuir os serviços dos vaqueiros em gado, nessa ocasião também poderiam ser realizadas as partilhas, também chamadas de quarteações já que os vaqueiros recebiam um de cada quatro ou cinco bois nascidos naquele ano. Portanto o administrador era também quem detinha o poder de “pagar” pelos serviços dos demais vaqueiros.

Mas os administradores também podiam trabalhar diretamente com os animais, tocando boiadas, correndo os pastos etc. Talvez por esse motivo os administradores definissem a si próprios enquanto vaqueiros, como observamos nos processos criminais da comarca de Geremoabo que iremos analisar mais detidamente no próximo capítulo. Nos depoimentos e interrogatórios não encontramos nenhuma pessoa identificada como

---

<sup>6</sup> Atualmente apartação remete a idéia de separar o bezerro da vaca para iniciar o processo de desmame.

administrador, muito embora ficasse claro, pelo papel que desempenhavam nas fazendas e pela forma como eram referidas pelas testemunhas, que se tratava de administradores. Por outro lado, na correspondência entre fazendeiros de Geremoabo, constatamos que era feita claramente a distinção entre vaqueiros e administradores o que induz a crer que talvez os proprietários fizessem essa distinção vocabular, mas que o termo usado correntemente para ambas as ocupações fosse vaqueiro. O termo procurador só foi encontrado uma única vez e se referia a ninguém menos do que o escrivão da comarca, Porfírio da Costa Borges, que também era o procurador do barão de Geremoabo, personagens que encontraremos mais adiante.

É claro que, em algumas circunstâncias, essas três funções se sobrepunham. Além do mais a identificação através desses diferentes nomes tinha significados em termos de status social. Embora seja difícil captar as mudanças desses significados ao longo do tempo, parece que uma herança importante deixada pela Casa da Torre foi essa forma de administração que supervalorizava o procurador. Com a decadência dessa família, as novas elites que a sucederam no poder político e econômico de Geremoabo, muito menos absenteístas do que os Ávila, devem ter transferido essa onipotência para os trabalhadores mais importantes de suas fazendas, fossem eles chamados de administradores ou de vaqueiros.

Em um processo criminal de furto de uma novilha essa situação fica bastante explícita. Os trabalhadores da fazenda que serviram de testemunhas do crime se referiam ao vaqueiro da fazenda roubada como “senhor França” e, em momento algum, mencionaram o proprietário da fazenda, de quem, afinal, tinha sido roubada a novilha.<sup>7</sup> Era como se o dono tivesse transferido tanto poder a seu vaqueiro que as diferenças entre representar o dono e ser o próprio dono, ou o “senhor”, perdesse o sentido no olhar dos trabalhadores. Por outro lado, em todas as cartas de vaqueiros ao barão de Geremoabo, que serão analisadas mais adiante, a maneira de tratar o fazendeiro é “meu amo”. Embora não possamos confirmar se os demais trabalhadores da fazenda também tratavam o barão dessa forma, esse é um forte indício de que de fato havia diferenças de tratamento e elas eram reconhecidas pelas partes – o dono da fazenda e seu representante maior, seja ele um administrador ou um vaqueiro.

---

<sup>7</sup> Processo crime de furto, em que é réu José de Souza Martins, Geremoabo, 1891, Arquivo Público da Bahia (doravante APB), seção judiciária, estante 09, caixa 301, documento 05.

Provavelmente em razão disso, ser um vaqueiro (com funções de administrador) era tão prestigioso, posto que muitas vezes eles materializassem o poder de mando do próprio fazendeiro, em geral ausente, semelhante ao papel desempenhado pelos antigos procuradores da administração lusitana. Não é a toa que Pedro Calmon usa o termo “vaqueiros-procuradores” para se referir a esses onipotentes homens. Também é significativo o fato de o Sr. Domingos, vaqueiro dos atuais donos das fazendas de Jeremoabo, ao ouvir a pergunta que lhe fizemos: “o senhor é o vaqueiro daqui?”, tivesse respondido: “vaqueiro não, eu sou o procurador”, demonstrando assim o nível de importância e prestígio que gozava.<sup>8</sup>

## **1.2 De volta aos Dantas.**

Foi gozando dessa onipotência que Baltazar deixou filhos “muito bem situados economicamente”, como define o historiador Álvaro P. Dantas de Carvalho Junior. Um de seus filhos, Inácio, se envolveu rapidamente na vida pública de Itapicuru como vereador e avaliador. Mas foi o filho de Inácio, neto de Baltazar, que brilhou politicamente e deu início, por assim dizer, à dinastia Dantas. Foi o único dos 7 filhos de Inácio a ter o sobrenome Dantas, derivado de sua linhagem materna, mais precisamente de sua avó. Nascido em 1773, no mesmo engenho do Camuciatá, em Itapicuru, João Dantas dos Reis Portátil foi grande criador de gado e também ocupou importantes cargos políticos, entre eles o de arrematante de cobrança dos dízimos reais e gados vacuum e cavalar em 10 freguesias, incluindo-se aí Jeremoabo. Essa era uma atividade bastante prestigiosa para quem a exercia e talvez por isso mesmo dependesse de muito “entrosamento” com a política dominante. João Dantas também desempenhou papel militar eminente na luta de independência do Brasil tanto que a partir daí adotou o nome João Dantas dos Imperiais de Itapicuru. Foi intenso anti-lusitano, portanto, apesar de suas origens.

---

<sup>8</sup> Entrevista informal que fizemos com o Sr. Domingos quando da viagem à Jeremoabo em julho de 2006. Ele foi o nosso guia na visita a algumas das antigas fazendas do barão de Jeremoabo. Considerando essa diferença conceitual entre os termos vaqueiro, administrador e procurador e as ambíguas informações que encontramos nas fontes, optamos por usar o termo vaqueiro-administrador para designar os vaqueiros que claramente tem funções diferenciadas e hierarquicamente superiores na fazenda, embora este termo não apareça em nenhuma fonte.

Esse é um personagem que enseja a discussão sobre a importância da adoção de prenomes e sobrenomes para a elite local e também, como veremos nos próximos dois capítulos, para as famílias mais pobres em processo de ascensão social. Linda Lewin, ao realizar um estudo sobre as oligarquias de base familiar na Paraíba, argumenta que o padrão de descendência no sistema brasileiro era mais flexível do que na América hispânica por não ter regra definida e ser, em geral, ambilinear, ou seja, considerada a partir de um ou de ambos os pais.<sup>9</sup> Além disso, permitia que fossem definidos os sobrenomes baseado nos antecedentes como os avós ou bisavós, tanto do lado paterno quanto do materno. Isso possibilitava a manipulação da própria identidade nominal na busca por mais prestígio social. No caso da família Dantas foi comum que os descendentes usassem diferentes combinações de sobrenomes e também que repetissem prenomes significativos, sendo os nomes Baltazar, Ignácio e João usados pela família por mais de uma vez. Segundo Lewin, foi essa falta de regras consolidada sobre a formação de sobrenomes que fez com que a “força do parentesco na política” adquirisse uma “flexibilidade ótima”.

João Dantas dos Imperiais de Itapicuru representa um exemplo interessante porque além de ter adotado o matronímico Dantas, ainda optou pela criação de um outro sobrenome quando da luta pela independência. Parece-nos que esse era um momento crucial para a família Dantas porquanto tentava construir uma identidade, baseada em um aporte moral, sobre o qual iria manter-se, com vigor, seu domínio político. De acordo com Lewin:

*“Como projeções da honra da família individual na sociedade, os sobrenomes anunciavam, como observou um antropólogo, uma acumulação coletiva de virtude que se expressava num pedigree delineado para afirmar pretensões a pré-requisitos políticos na base de status social.”*<sup>10</sup>

A estratégia de João Dantas parece ter dado certo, tanto assim que todos os seus descendentes tiveram uma trajetória de forte vínculo entre prestígio social e inserção política se tornando quase monótono recuperar suas biografias. Era tão forte a relação com

---

<sup>9</sup> Linda Lewin. *Política e parentela na Paraíba. Um estudo de caso da Oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Record, 1993. Cf. esse argumento no capítulo 2.

<sup>10</sup> *Idem*, p. 123.

a política a ponto de Câmara Cascudo, que escreveu uma biografia do barão de Geremoabo em 1939, dizer sobre esta família, uma frase que se tornou célebre, “os Dantas baianos nascem políticos como os pássaros voam e os peixes nadam”.<sup>11</sup>

Ele teve três filhos, Inácio, José e João. José continuou com o sobrenome Itapicuru e teve uma atuação política importante, prova disso é que mais tarde recebeu o título de barão do Rio Real. Seu irmão, João, foi homônimo do pai, João Dantas dos Reis Portátil. Nasceu na fazenda Caritá em Geremoabo, numa casa que havia sido quartel das tropas de seu pai, e foi ele que ampliou de fato os domínios de terra e gado somando em seu inventário grandíssima quantia, em monte-mor, de quase 370 contos de réis. Foi presidente da Câmara de Geremoabo de 1833, apenas dois anos depois da criação deste município, até 1872, um ano antes de sua morte. Tendo passado boa parte da vida nesta instituição, não surpreende dizer que João Dantas foi quem doou para a Câmara Municipal o seu próprio edifício e as terras nas quais estava erguida, *permitindo* assim sua existência. Este ato deve ter sido significativo dada a situação de carência e pobreza de Geremoabo. Em 1888, Durval Vieira de Aguiar em suas *Descrições práticas da Província da Bahia*, afirmou que em Geremoabo “nenhum edifício tem recomendável; e a própria casa em que funciona a câmara como a que em que se acha o quartel e a cadeia são ordinaríssimas”.<sup>12</sup>

Tivemos a oportunidade de consultar o inventário deste João Dantas, aberto com seu falecimento em 1873, e observar a riqueza consolidada por este que foi o pai do barão de Geremoabo, nosso principal personagem.<sup>13</sup> O ouro e a prata ali mencionados demonstram o tipo de suntuosidade do sertão: nada havia que não fosse útil. No mais, deixara para os seus 3 herdeiros 42 fazendas, quase todas com benfeitorias, 11.494 animais e 91 escravos, dentre os quais 55 homens. As ocupações destes escravos eram diversas. Para os nossos propósitos destacamos aqui que num universo de 28 homens que tinham ocupação definida, 14 eram vaqueiros.

Finalmente a figura que povoa este estudo: o filho de João Dantas, Cícero Dantas Martins, nascido também na fazenda Caritá, em Geremoabo. Mais conhecido por seu título, barão de Geremoabo, que recebera em 1880, em virtude de ter fundado junto com seu sogro e seu cunhado a primeira usina de cana da Bahia, segunda do Brasil. Segundo Câmara

---

<sup>11</sup> Luiz da Câmara Cascudo. “O barão de Geremoabo”. *A Tarde*, 1º de agosto de 1939.

<sup>12</sup> Durval Vieira de Aguiar. *Descrições Práticas da Província da Bahia*. p. 76.

<sup>13</sup> Inventário de João Dantas dos Reis, Itapicuru, 1873, seção judiciária, APB, número 04/1803/2274/11.

Cascudo, Cícero Dantas foi também um inovador na pecuária, pois “introduziu gado de raça em suas fazendas, renovou os tipos eqüinos e caprinos. Plantou forragem vinda de longe”.<sup>14</sup> Depois que se casou com Mariana da Costa Pinto, de tradicionalíssima família do Recôncavo baiano, passou a ser senhor de gado e de cana. Mas sua região por excelência era Geremoabo, onde nasceu, Bom Conselho, onde faleceu – e por cuja razão tempos depois mudou o nome do município para Cícero Dantas – e Itapicuru, onde fez do antigo engenho do Camuciatá uma de suas principais residências. A sua atividade política foi intensa, como a dos seus antepassados. Nos dizeres de Cascudo:

*“Quatro vezes deputado geral, venceu vinte outras [eleições] guiando a multidão que o aclamava. Em Itapicuru e Geremoabo foi senhor. Até Inhambupe estendia-se seu prestígio, de fio a fio, de parente a parente, como uma imensa teia que se articulava aos seus dedos e cobria léguas e léguas, numa sucessão de engenhos, fazendas, sítios, povoados de eleitores vibrantes e fiéis.”*<sup>15</sup>

Por herança que lhe cabia quando da morte de seu pai, Cícero Dantas obteve basicamente terras, gado e escravos. É certo que agregou muito mais já que no seu inventário, aberto em 1903, deixou 54 propriedades, das quais 45 fazendas de gado, sendo 25 nessa comarca e as demais em outras regiões do nordeste baiano e em Sergipe.<sup>16</sup>

Portanto, a região continuou sob domínio de potentados, grandes senhores de terra e gado, já que a família Dantas substituiu os Ávila no nordeste baiano. Filhos, netos, bisnetos e tetranetos do casal Baltasar e Leandra ampliaram domínios e ocuparam cargos político e militares fundamentais na região. Mas, para além da família Dantas e de sua parentela, havia muitos outros habitantes na comarca.

---

<sup>14</sup> Câmara Cascudo. “O barão de Geremoabo”.

<sup>15</sup> *Idem.*

<sup>16</sup> Partilha Amigável dos bens do Barão de Geremoabo, Itapicuru, 1903, seção judiciária, APB, número 01/303/578/14. Voltaremos a falar sobre o barão de Geremoabo e sua atuação política no terceiro capítulo.

## 2. Patrimônios *post-mortem*: grandes e pequenos em Geremoabo

A pesquisa dos inventários do período de 1880 e 1900 nos permite ter uma visão bastante abrangente da sociedade de Geremoabo. Diferente de outras regiões do país, ali não é tão marcada a sobre-representação das parcelas mais abastadas como alguns autores observam em seus estudos.<sup>17</sup> A provável razão disso é que em Geremoabo, como em outras comarcas baianas, havia três possibilidades de registrar o patrimônio do indivíduo falecido e repassar seus bens, ou dívidas, para os herdeiros: a partilha amigável, os inventários propriamente ditos e os arrolamentos. Os primeiros eram normalmente realizados pelas famílias mais ricas cujos membros conseguiam chegar a um consenso *amigável* sobre a partilha dos bens do falecido. O segundo era o procedimento mais comum no qual a família definia um inventariante para se incumbir da burocracia cartorial e pagava os custos do inventário. Já os simples arrolamentos, que configuram parcela significativa dos inventários, não tinham custo e significava quase o mesmo de um inventário, ou seja, os bens eram arrolados, avaliados e partilhados entre os herdeiros. O pequeníssimo patrimônio de muitos inventariados, a inexistência de bens em alguns e mesmo o arrolamento apenas de dívidas para com terceiros em outros, comprovam que a realização de inventário, principalmente na forma de simples arrolamento dos bens, eram práticas relativamente acessíveis aos diversos grupos sociais.<sup>18</sup> Por isso acreditamos que os inventários são fontes confiáveis para observar diferenças na composição dos patrimônios entre os grupos sociais de Geremoabo através dos tempos.

---

<sup>17</sup> Muitos são os trabalhos que indicam a “falha” dos inventários como fonte em razão da sobre representação dos mais ricos, cito, por exemplo, Helen Osório. “Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da extremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822.” Tese de Doutorado, UFF, 1999; Luís A. E. Farinatti. “Nos Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira sul do Brasil (1825-1865).” Tese de Doutorado, UFRJ, 2007; Graciela Bonassa Garcia. “Os domínios da terra: as transformações na estrutura agrária da Campanha rio-grandense oitocentista”. *Anais do I Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social*. 2005.

<sup>18</sup> Existem, por exemplo, 123 inventários (38%) nos quais o monte mor não ultrapassa 400\$000 e 3 cujo monte partilhável é negativo em razão da pobreza e dívidas do inventariado. Apesar de ser pequena essa proporção numa sociedade pobre como Geremoabo, esse percentual é significativo.

## 2.1. Tipos de investimentos.

O total de 326 inventários compulsados nos permitiu avaliar as diferentes formações patrimoniais em Geremoabo. Para facilitar o olhar sobre a sociedade e seus principais investimentos dividimos os inventariados em cinco faixas de riqueza baseadas no monte-mor. O critério por monte-mor, embora pareça criar divisões artificiais, constitui, a nosso ver, a possibilidade de visualizar uma das escalas da estratificação social. Seguindo o raciocínio de Kátia Mattoso, acreditamos que os inventários e testamentos, pelo tipo de informações que contêm, permitem um conhecimento da situação material (fortuna) dos indivíduos, sendo a hierarquia econômica um importante critério para definir os grupos sociais ou as categorias sociais “a unidade básica de descrição e de medida.”<sup>19</sup> Ainda segundo a autora, outros critérios poderiam servir de ponto de partida para a identificação e investigação dos grupos sociais, quais sejam: “a **estratificação legal**, expressa pela lei, pelo costume e pela jurisprudência; o **estatuto social**, isto é as diferenças de prestígio social; a **hierarquia econômica**, o poder e a **estratificação ideológica**.”<sup>20</sup> Como nesse capítulo estamos tratando sobremaneira com inventários, optamos por focalizar as informações sobre os níveis de fortuna que esta fonte nos apresenta, muito embora estejamos cientes de que a observação dos outros critérios é também de suma importância para uma análise mais refinada dos grupos sociais e tentaremos fazer isso nos outros capítulos.

Entretanto, para evitar que essa divisão simplificasse em demasia a sociedade e para permitir que nossa análise realmente fosse além das faixas de riqueza e atentasse realmente para os grupos sociais existentes, identificamos algumas características principais dos inventariados de cada faixa bem como os tipos que se diferenciavam ou “desviavam do padrão”. Como Geremoabo tinha na pecuária sua principal atividade econômica relacionamos essas faixas de riqueza ao número total de animais inventariados o que nos ajudou a compreender os significados eventualmente vazios que emergiam do olhar focado apenas no monte-mor. Se observarmos o gráfico que relaciona monte-mor com a quantidade absoluta de animais inventariados veremos que há uma relação direta entre

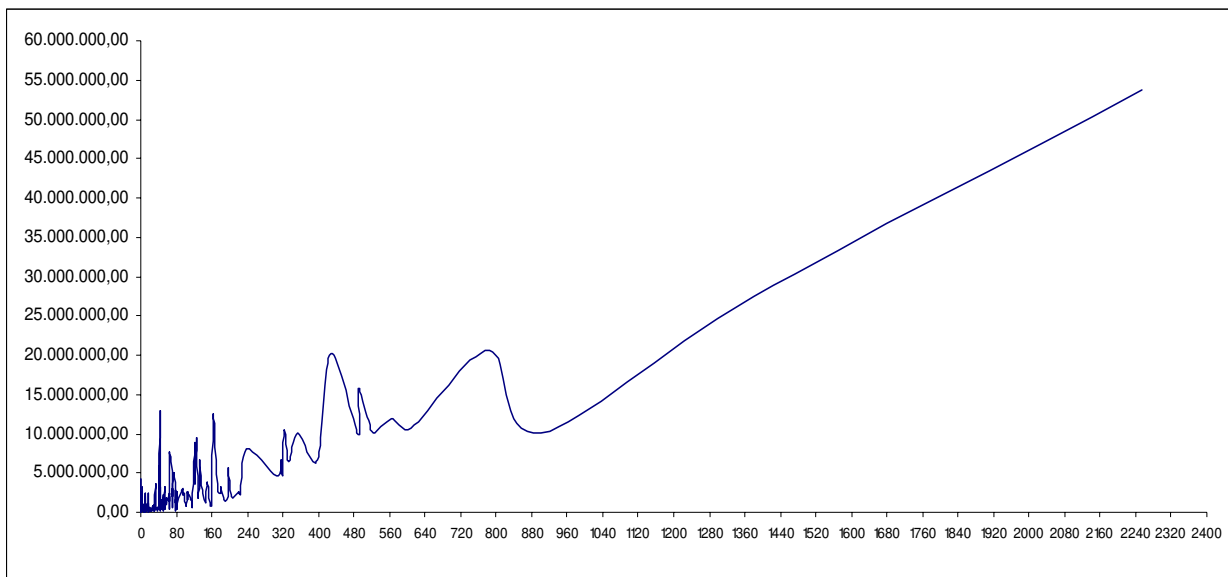
---

<sup>19</sup> Kátia M. de Queirós Mattoso. “Para uma História Social seriada da cidade do Salvador no século XIX: os testamentos e inventários como fonte de estudo da estrutura social e de mentalidades.”. *Anais do APEB*. Salvador, n. 42, (1976). pp. 147-197.

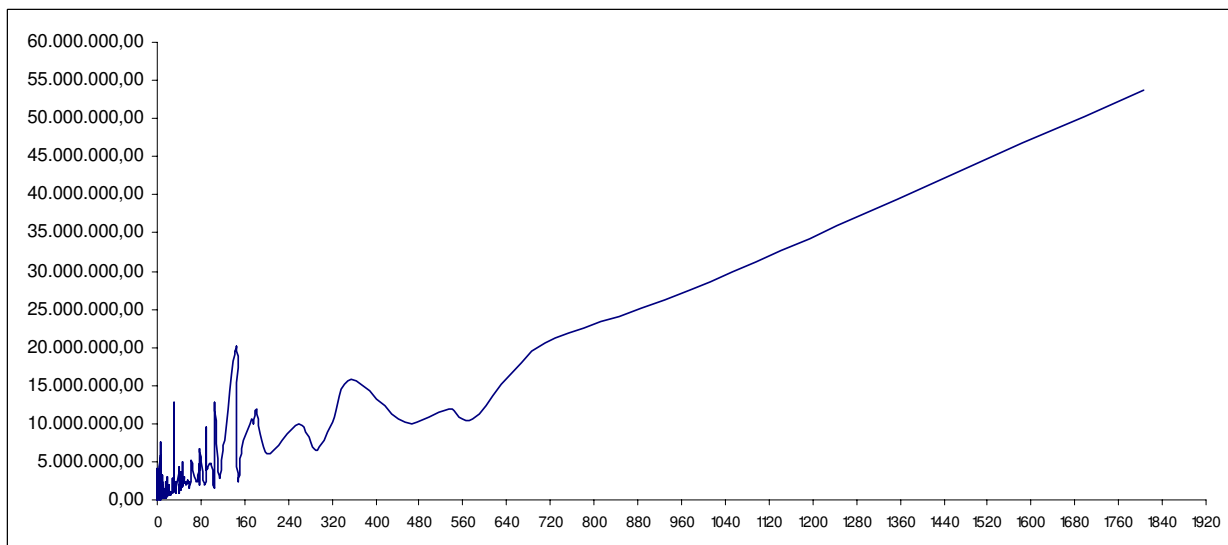
<sup>20</sup> *Idem*, p. 156 (grifos da autora).

essas duas dimensões. Se isolarmos a relação com o gado vacum e depois com os outros animais – caprinos, ovinos, cavalares e muares – o gráfico fica ainda mais acentuado:

**Gráfico 1: Relação entre Monte-mor e quantidade total de animais inventariados 21**

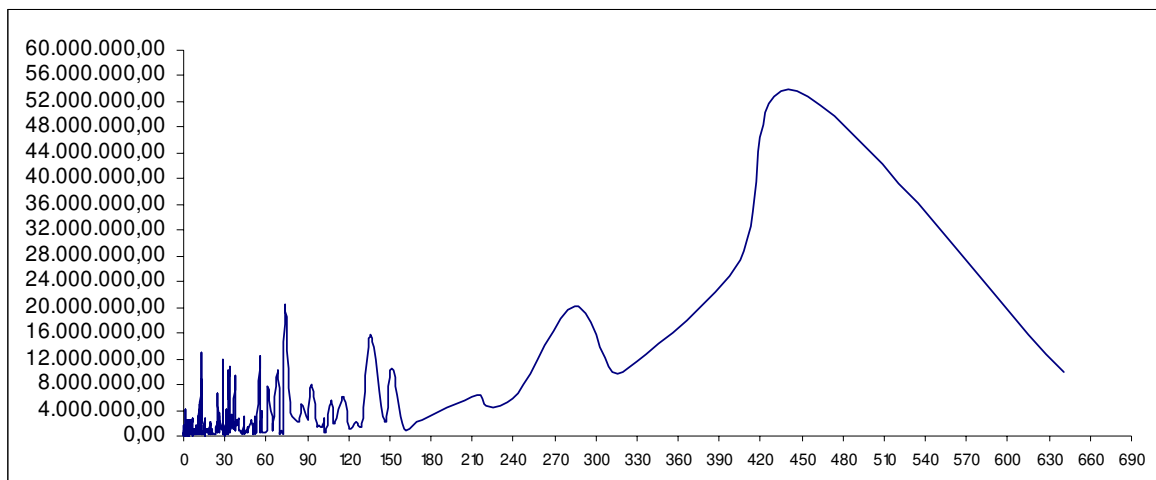


**Gráfico 2: Relação entre Monte-mor e quantidade de gado vacum inventariado**



<sup>21</sup> No três gráficos que se seguem o eixo vertical (Y) indica o monte-mor dos inventariados cujo maior valor é de 53:676\$000rs; o eixo horizontal (X) indica a quantidade de animais inventariados, cujo maior valor é de 2.253 animais e corresponde exatamente ao maior monte-mor.

**Gráfico 3: Relação entre Monte-mor e quantidade de outros animais inventariados**



**Fonte:** Inventários *post mortem*, Geremoabo, 1880-1900, seção judiciária, APB.

Dessa maneira, a primeira faixa compreendeu um seleto grupo de 14 membros que deixou um monte-mor superior a 10 contos de réis. Deste grupo excluímos apenas Maria Victoria das Virgens, cujo inventário foi aberto em 1896, a qual consideramos um caso particular, já que seu monte-mor e sua criação representava quase o dobro do inventariado mais rico desta faixa, Capitão Bernardo Cardoso Varjão, falecido em 1888, que deixou exatos 27:431\$000 e 1381 animais (somando todos os tipos, vacuum, cabrum, ovelhum, cavalhar e muar).<sup>22</sup> Maria Victória havia deixado para seus herdeiros mais de 53 contos de reis e 2253 animais; essa vultuosa soma distorcia os demais dados e conclusões.

Incluímos nesse grupo o inventário de Maria Francisca dos Santos que deixara um pouco menos do que os 10 contos, mas que tinha 488 cabeças de animais. O seu perfil patrimonial nos faz crer que ela acompanhava o padrão do grupo dos mais ricos de Geremoabo cuja característica principal era ser pecuarista e latifundiário.

Dois dos inventariados que se encontram nessa faixa merecem nossa atenção porque desviam dos padrões aí encontrados. Antônio Cuvelho dos Santos faleceu em 1879 e teve seu inventário aberto em 1881. Deixou uma boa fortuna para seus herdeiros, um pouco mais de 12 contos, mas não tinha nem 50 cabeças de animais e nos seus bens de raiz não

<sup>22</sup> Inventário de Maria Victoria das Virgens, Geremoabo, 1896, seção judiciária, APB, número 04/1549/2018/09; Inventário de Antônio Cuvelho dos Santos, Geremoabo, 1881, seção judiciária, APB, número 05/1431/1900/19.

fora arrolado nenhum curral, nos sugerindo que ele não fosse de fato um criador. Possuía 8 escravos homens, 6 mulheres e 7 ingênuos; o fato de que todos os seus escravos homens eram filhos de suas próprias escravas nos faz crer que ele deve ter se utilizado da mão-de-obra dos ingênuos, o que foi permitido com a Lei do Ventre Livre de 1871. Embora pareça modesta sua escravaria, Cuvelho era o segundo maior proprietário deste bem entre 1880 e 1900 e isso era o que havia de mais representativo no seu inventário. O segundo maior investimento que ele fez durante a sua vida foi por nós classificado em “outros bens”. Sob esta denominação consideramos bens diversos como ouro, prata, móveis, insumos agrícolas, dívidas passivas entre outros que no processo de pesquisa, infelizmente, não julgamos relevante especificar. De todo modo, pelo perfil de investimentos de Antônio Cuvelho ele parece ter sido um grande agricultor com uma boa área de terra, alguns instrumentos agrícolas, com gado para tração e consumo interno e que se utilizava da mão-de-obra cativa – é claro, dentro dos limites econômicos da comarca de Geremoabo. Também poderia ter sido um agiota e ter vivido dos lucros auferidos ao emprestar dinheiro, já que morreu com bastante dívida a receber.

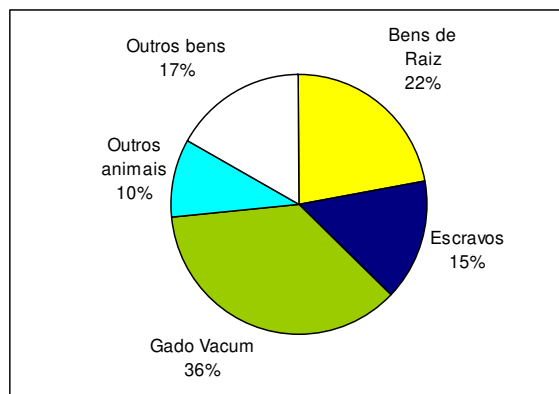
Marcollino de Santa Rosa, falecido e inventariado em 1885, também deixou para seus herdeiros um pouco mais de 12 contos.<sup>23</sup> Era o terceiro maior patrimônio em bens de raiz de Geremoabo. Deixou apenas um escravo, e foi em “outros bens” que se concentrou a maior parcela do seu monte-mor, significando 43% de sua fortuna. Esse dado se diferencia bastante da média encontrada nessa faixa, já que, como observamos nos gráficos abaixo, o campo “outros bens” representava apenas 17% do total de bens até a abolição e 0% de 1888 até 1900. Como ele não era um grande criador, possuindo apenas 162 cabeças de animais, sendo que o próximo criador tinha quase o dobro disso, imaginamos que ele também devia investir mais na agricultura do que na pecuária, por motivos similares ao que explicamos no caso de Antônio Cuvelho. Esses dois inventariados eram, portanto, exceções num grupo majoritariamente de pecuaristas que compunham a faixa 1, mas que decidimos manter nessa faixa já que o segundo grupo que iremos tratar não era necessariamente de agricultores ou lavradores.

---

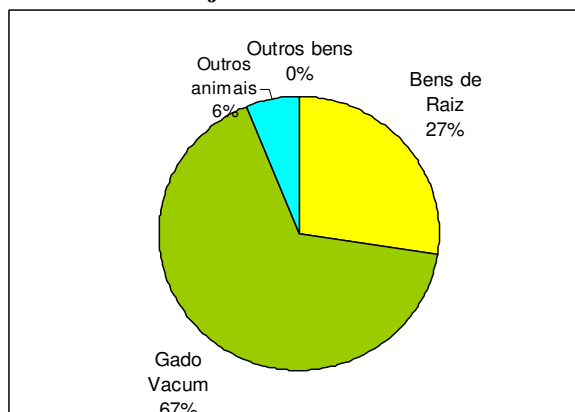
<sup>23</sup> Inventário de Marcollino de Santa Rosa, Geremoabo, 1885, seção judiciária, APB, número 04/1365/1834/22.

Vejamos os dois gráficos seguintes que representam a composição do patrimônio do grupo que compunha essa primeira faixa de riqueza de 1880 até a abolição – quando escravos ainda compunham parte dos patrimônios – e da abolição até 1900.

**Gráfico 4: Participação dos diferentes bens no patrimônio total dos inventariados pertencentes à faixa 1 entre 1880 e maio de 1888**



**Gráfico 5: Participação dos diferentes bens no patrimônio total dos inventariados pertencentes à faixa 1 entre junho de 1888 e 1900**



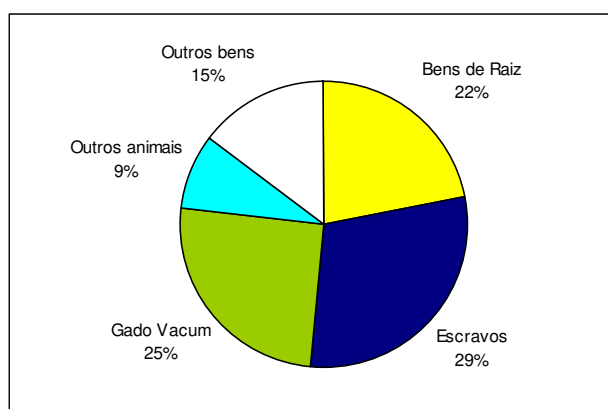
**Fonte:** Inventários *post mortem*, Geremoabo, 1880-1900, seção judiciária, APB.

A segunda faixa incluiu aqueles que possuíam monte-mor entre 3:000\$000 e 9:999\$000. Excetuando-se o inventário de Maria Francisca que deveria estar nessa faixa, mas que pelo perfil alocamos na faixa 1, são 26 inventários que apresentam esse nível de monte-mor sendo que suas características são bastante mistas. Temos nesse grupo quase um terço do total (8 inventariados, sendo 5 mulheres) possuindo mais animais do que o segundo menor criador da faixa 1 (162 cabeças), indicando que os membros dessa faixa

eram também criadores, não obstante de menor porte.<sup>24</sup> Há apenas 3 inventariados que não são criadores: 1 que não possui nenhum animal e 2 que possuem no máximo 2 animais, provavelmente os cavalos servindo de transporte e a vaca para leite ou tração.

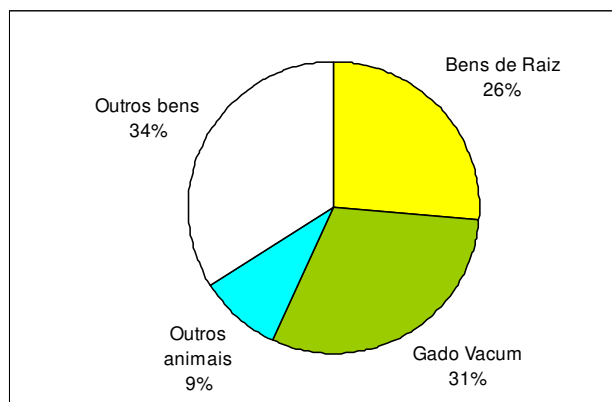
Os demais inventariados têm investimentos variados e nos faz crer que eram tanto criadores quanto lavradores autônomos. Prova disso é que possuíam alto percentual de “outros bens” nos seus patrimônios o que poderia indicar ferramentas agrícolas. Esse dado, embora difuso e difícil de interpretar, associado ao mais alto percentual de escravos do que em qualquer outra faixa, nos induz a crer que além da pecuária, havia significativo investimento na agricultura por parte desses inventariados. Há muito que em Geremoabo o cultivo da cana era realizado, embora em pequena escala, por aqueles que tinham algum recurso. Ademais havia plantações de mandioca, abóbora, arroz e de outros gêneros alimentícios que eram realizadas pelos muitos lavradores autônomos. Como se observa nos gráficos, mesmo depois de abolida a escravidão esta faixa social aumentou significativamente seus investimentos em “outros bens” ao passo que manteve estável o percentual de investimento em animais em geral, e acompanhou apenas um pequeno aumento no gado vacum em particular.

**Gráfico 6: Participação dos diferentes bens no patrimônio dos inventariados pertencentes à faixa 2 entre 1880 e maio de 1888**



<sup>24</sup> O menor criador da faixa 1 seria, a rigor, Antônio Cuvelho dos Santos, mas o desconsideramos por não ser *criador* de fato, como argumentamos acima.

**Gráfico 7: Participação dos diferentes bens no patrimônio dos inventariados pertencentes à faixa 2 entre junho de 1888 e 1900**

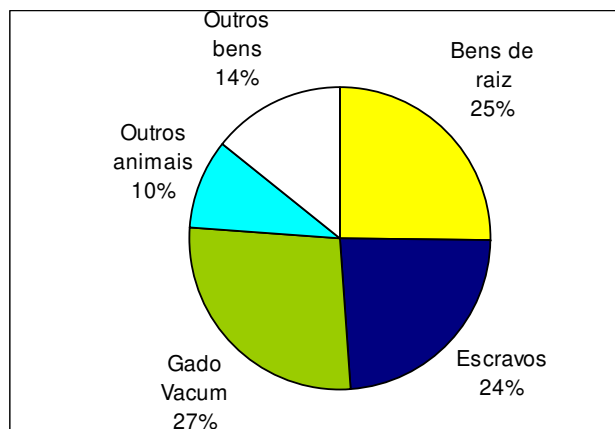


**Fonte:** Inventários *post mortem*, Geremoabo, 1880-1900, seção judiciária, APB.

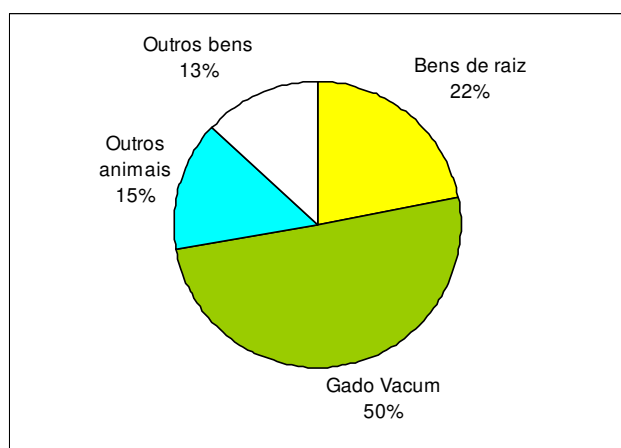
A faixa 3 foi definida como aqueles que deixaram entre 1:000\$000 e 2:999\$000. Estes também contam com uma característica de produção econômica variada. Apresentam também 8 criadores razoáveis cujo número total de animais supera o segundo menor criador da primeira faixa. Mas estes representam ínfima parte do total de membros desse grupo, apenas 12%. Os restantes 54 membros dessa faixa tinham alguma terra – que apenas em alguns casos chegava a mais de 1 conto de réis – e escravos, cujo número máximo foi de 9 por inventariado, sendo mais comum um ou dois escravos. Entretanto há que se destacar que foi a faixa 2 e a faixa 3, ou seja, os possuidores de monte-mor entre 1:000\$000 e 9:999\$000, que somados não chegavam a um terço da população inventariada, os responsáveis pela manutenção da escravidão em Geremoabo, uma escravidão cujo padrão de posse individual era bastante baixo e não parecia importar muito na estrutura produtiva. A diferença entre esses dois grupo de inventariados foi que depois de abolida a escravidão a faixa 2 passou a investir no campo “outros bens”, já que este passa de 15 para 34% do total inventariado. Também observamos que esta segunda faixa foi a que menos aumentou os investimentos na pecuária, subindo apenas 6 pontos percentuais em gado vacum e mantendo o mesmo percentual no campo “outros animais”. Por outro lado, a faixa 3 teve um comportamento semelhante ao grupo dos 14 mais ricos: quase dobrou o patrimônio em gado vacum e aumentou bastante em outros animais, sendo que o preço do “gado de criar de toda sorte” – o tipo mais comum nos inventários que indica o gado vacum que fica solto no pasto e do qual se extraía a carne e o couro para vender – oscilou muito

pouco, ficando entre 25\$000 e 30\$000 a cabeça. O investimento em bens de raiz e em outros bens pouco foi alterado com as mudanças do período, como se observa nos gráficos:

**Gráfico 8: Participação dos diferentes bens no patrimônio total dos inventariados pertencentes à faixa 3 entre junho de 1888 e 1900**



**Gráfico 9: Participação dos diferentes bens no patrimônio dos inventariados pertencentes à faixa 3 entre junho de 1888 e 1900**



**Fonte:** Inventários *post mortem*, Geremoabo, 1880-1900, seção judiciária, APB.

Na faixa 4 encontramos pequeníssimos criadores de algumas cabeças de animais geralmente de caprinos e/ou ovinos que deixaram para seus herdeiros entre 400\$000 e 999\$000. A tal “desagradável carne de bodes e ovelhas” para o paladar de Durval Vieira eram criadas sobremaneira pelos grupos mais desprovidos de recurso. A maior criadora dessa faixa foi novamente uma mulher, Maria Luduvina de Jesus que ao morrer tinha 161

cabeças de cabras e ovelhas, porém nenhuma de gado vacum.<sup>25</sup> Manoel de Fraga Pimentel faleceu nos idos de 1884, e também não deixou escravos nem gado vacum, mas deixou 72 cabeças de animais “miúdos”.<sup>26</sup> Como observamos no início o gráfico 1, que relaciona total de animais e monte-mor, a maior inclinação no gráfico se dá a partir de 80 animais sendo esta faixa possuidora de apenas 4 criadores desse nível. Na faixa 5, como veremos, o maior criador tem 82 cabeças de animais, representando, pois, esse limite algo de representativo para ascensão social.

O gráfico 2 que relaciona total de gado vacum e monte-mor, mostra que este bem era muito menos acessível e por isso apresenta, logo no início do gráfico, uma angulação mais acentuada que aquele presente no gráfico 3 relativa a outros animais. O maior rebanho vacum é de Herculano da Costa Borges, pai de Porfírio da Costa Borges aquele que foi procurador do barão de Geremoabo e de seus parentes próximos, comentado acima.<sup>27</sup> Eram 40 cabeças de gado acompanhados de 4 cavalos para o serviço de manejo. Havia, portanto, uns poucos que achavam melhor investir apenas em gado vacum, porque lhes rendia mais lucro por cabeça. Foi o caso também do ex-escravo Jesuíno de Tal que ao morrer não deixou terras, mas 16 cabeças de gado e 1 cavalo.<sup>28</sup> Pela descrição dos bens ele poderia ter sido um escravo vaqueiro que recebera alguma recompensa pelos seus serviços. Interessante que tanto Herculano quanto Jesuíno não deixaram nenhum bem de raiz o que nos faz supor que eles mantinham sua criação em terras arrendadas ou concedidas por algum “protetor”. Embora os dois inventariados estivessem em prováveis condições sociais diferentes partilhavam do mesmo sistema social que tornava viável e facilitado o caminho de quem se aliava *pessoalmente* a um proprietário local.

De todo modo, com todas as dificuldades relacionadas à aquisição de gado vacum, houve um aumento considerável na representatividade desse bem no patrimônio total dessa faixa. Dessa maneira, notamos que aí também parece ter havido substituição dos investimentos em escravos e em “outros bens” pela aquisição de gado no último decênio

---

<sup>25</sup> Inventário de Maria Luduvina de Jesus, Geremoabo, 1883, seção judiciária, APB, número 05/2095/2566/04.

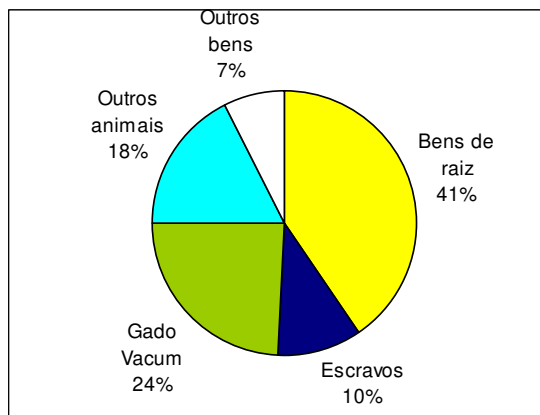
<sup>26</sup> Inventário de Manoel de Fraga Pimentel, Geremoabo, 1884, seção judiciária, APB, número 04/1365/1834/30.

<sup>27</sup> Inventário de Herculano da Costa Borges, Geremoabo, 1890, seção judiciária, APB, número 05/2210/2710/34.

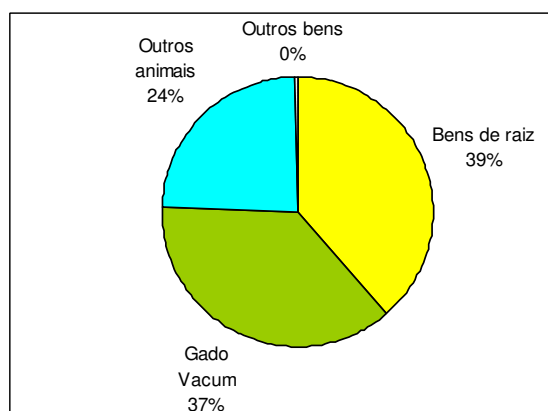
<sup>28</sup> Inventário de Jesuíno de Tal, Geremoabo, 1899, seção judiciária, APB, número 04/1549/2018/16.

dos oitocentos. Os gráficos de composição patrimonial desta penúltima faixa de riqueza é o seguinte:

**Gráfico 10: Participação dos diferentes bens no patrimônio dos inventariados pertencentes à faixa 4 entre 1880 e maio de 1888**



**Gráfico 11: Participação dos diferentes bens no patrimônio dos inventariados pertencentes à faixa 4 entre junho de 1888 e 1900**



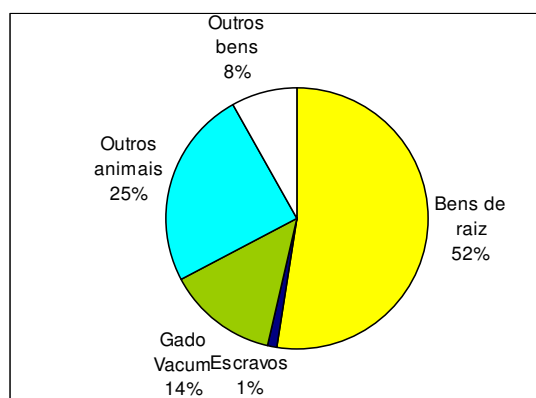
**Fonte:** Inventários *post mortem*, Geremoabo, 1880-1900, seção judiciária, APB.

A faixa 5, cujos indivíduos não chegavam a ter 400\$000 quando da sua morte representa a maior parcela de inventariados (123 indivíduos, ou 38% do total). Pelo fato de que não tinham patrimônio significativo em escravos, mantiveram quase o mesmo gráfico de participação de bens no patrimônio, aumentando só um pouquinho os campos relacionados à criação de animais. Tinham no máximo 82 animais no total sendo que os maiores criadores dessa faixa concentravam seus investimentos em caprinos e ovinos. Era o caso de Candodo Rodrigues do Espírito Santo que sendo criador de 77 animais, 70 eram caprinos e ovino e apenas 7 gado vacum; ou Paulo José do Nascimento, com 82 animais,

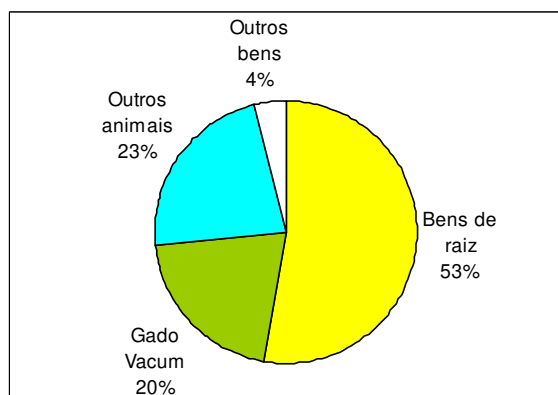
sendo apenas 10 vacum; ou ainda Thomázia Maria da Conceição que deixou 52 cabeças de animais, todas elas caprinos e ovinos.<sup>29</sup>

É notória a participação dos “bens de raiz” nos patrimônios dos inventários mais modestos. Nestes inventários as terras e benfeitorias, incluindo-se aí plantações, cercados e olhos d’água, chegaram a representar mais da metade do total de bens. Na realidade, à medida que passamos para as camadas sociais mais baixas, o percentual relativo aos bens de raiz vai se tornando cada vez mais representativo, assim como a participação de “outros animais”.

**Gráfico 12: Participação dos diferentes bens no patrimônio dos inventariados pertencentes à faixa 5 entre 1880 e maio de 1888**



**Gráfico 13: Participação dos diferentes bens no patrimônio dos inventariados pertencentes à faixa 5 entre junho de 1888 e 1900**



**Fonte:** Inventários *post mortem*, Geremoabo, 1880-1900, seção judiciária, APB.

<sup>29</sup> Inventário de Candodo Rodrigues do Espírito Santo, Geremoabo, 1895, seção judiciária, APB, número 04/1549/2018/17; Inventário de Paulo José do Nascimento, Geremoabo, 1888, seção judiciária, APB, número 04/1692/2162/15; Inventário de Thomázia Maria da Conceição, Geremoabo, 1882, seção judiciária, APB, número 05/1989/2460/08.

Quando olhados em conjunto esses gráficos que tentam uma rápida aproximação à lógica econômica a partir do patrimônio inventariado em Geremoabo notamos muitas desigualdades. De modo geral podemos afirmar que nesta comarca os mais pobres tendiam a investir em terras e benfeitorias, animais de pequeno porte e em algum gado, que deve ter servido mais à lavoura e como fonte de leite. Enquanto isso, os mais abastados eram primordialmente pecuaristas de gado bovino e proprietários de terras e benfeitorias. Os escravos foram mais acentuadamente usados pelas camadas médias que investiam tanto em lavoura quanto em criação.

### **3. “A falta de braços livres para o trabalho”. O trabalhador na visão das elites.**

Ao observar os patrimônios inventariados entre 1880 e 1900 nos deparamos com significativas mudanças nos padrões de investimento. Essas mudanças estavam, em grande medida, associadas ao contexto mais geral de conturbações políticas e sociais que atravessava Geremoabo. Neste item abordaremos uma das principais questões que preocupavam tanto as elites quanto o povo em geral, embora de maneiras bastante diferentes: a questão da mão-de-obra que estava associada à abolição e ao conselheirismo.

Quando dividimos o gráfico da participação dos bens das diferentes faixas de fortunas antes e depois da abolição tivemos uma primeira impressão do impacto da escravidão em Geremoabo. Observamos, por exemplo, que a camada mais pobre, por quase não ter utilizado mão-de-obra cativa, alterou minimamente sua configuração patrimonial. O investimento em escravos na última década de vigência desse sistema significou 18% do patrimônio total dos inventariados como mostra o gráfico 14 mais abaixo. Em outros termos, podemos afirmar que no período de 1880 a 1888, 34% dos inventários mencionam a posse de escravos, o que nos permite dimensionar a difusão do sistema escravista na comarca de Geremoabo.<sup>30</sup> Posto isso, e tendo em vista as controvérsias a respeito da existência de escravos nos sertões do Brasil, hoje já quase superadas, torna-se importante indicar que compreender as peculiaridades da escravidão em Geremoabo, não obstante esse

---

<sup>30</sup> Afastando-se da data limite esse percentual aumenta: entre 1880 e 1884 eram 40% os inventários com registro de escravos

sistema não tenha tido o impacto totalizante na sociedade e na economia que teve nas regiões voltadas para a exportação, é fundamental para entender as relações de dominação locais, que é o objetivo maior desse trabalho.

No Recenseamento do Brasil, realizado em 1872, eram 40.546 “almas” na comarca de Geremoabo, somando-se todas as vilas que lhe compunham nas décadas de 1880 e 1890 – São João Batista de Geremoabo, Nossa Senhora de Bom Conselho dos Montes do Boqueirão, Nossa senhora do Patrocínio do Coité, Santo Antônio da Glória do Curral dos Bois e a antiga aldeia de Massacará.<sup>31</sup> Havia 1.756 escravos pretos ou pardos, dos quais 992 homens, o que significa o ínfimo percentual de 4,3% de escravos. O dado que chama atenção, no entanto, é o de livres pretos que somam 8.616 (21,2%) e livres pardos que chega à expressivos 19.957 (49,2%). Esses dois grupos somados aos escravos significam 30.329 “almas”, ou seja, 75% da população de Geremoabo era descendente de africanos sejam eles escravos ou livres.<sup>32</sup>

É possível que essa população de cor, provinda também de outras províncias e em grande medida do litoral da Bahia, tenha trazido experiências relacionadas aos modos de dominação e de reação a escravidão. Exemplo disso foi relatado em uma carta para o barão de Geremoabo de José Antônio de Andrade seu “criado e amigo”. Nela é exposta uma situação de muita agonia em relação aos trabalhadores ex-escravos que não obedeciam como antes às ordens de trabalho emitidas pelo missivista, o qual parecia ser uma espécie de administrador ou feitor do engenho Regalo em Santo Amaro. Ele estava ao encalço de um desses “manhosos”, João Mulatinho que estava faltando muito ao trabalho e agora dizia que era forro e não deixava mais sua mulher trabalhar, estava pegando mandioca e fumo das plantações do barão e naquele momento tinha fugido, ou melhor, viajado, para o Camuciata em Itapicuru. De certo que João Mulatinho tinha conhecidos nessa região e contava suas experiências de trabalho, sua opinião sobre o barão que “queria desgraçá-lo”, nas palavras do administrador, e comentava suas concepções de mundo e trabalho após a abolição. É certo também que ele não era o único a passear por essas bandas.

Não obstante a eloquência dos dados sobre a representatividade do escravo no patrimônio total inventariado e da presença do negro na sociedade de Geremoabo, outras

---

<sup>31</sup> Recenseamento do Brasil de 1872 – Bahia. Disponível no site: <http://biblioteca.ibge.gov.br>.

<sup>32</sup> Havia 78 africanos livres em toda a comarca, segundo esse mesmo recenseamento.

observações qualitativas nos fazem crer que ter escravos não era a riqueza mais significativa na região. Embora tenha havido mudanças substanciais na composição dos patrimônios após 1888, esse padrão de posse de escravos difuso e diminuto não nos permitiria dizer, por exemplo, que o aumento da proporção de animais após a abolição tenha decorrido da “falta de braços” para a lavoura ou da simples transferência de investimentos – de escravos para gado. No entanto é possível que o fim legal da escravidão tenha fomentado a expectativa em torno de uma economia que tradicionalmente demandava menor quantidade de trabalhadores. Entrementes, a pecuária teria animado fazendeiros que também tinham negócios agrícolas, em Geremoabo ou no litoral, para concentrar seus investimentos em gado.

Ainda assim, não podemos dizer que a comarca de Geremoabo dependia da escravidão. Seus ciclos econômicos não estiveram diretamente associados com as flutuações no mercado de escravos ou com a própria abolição. Entretanto, a escravidão estava muito presente no tipo de dominação social que ali se estabeleceu e que estava intimamente baseada na dependência pessoal. O uso das relações pessoais em proveito próprio não era privilégio das elites que subjugavam seus trabalhadores ou se locupletavam da política criando aí um ambiente “familiar”. Essa era uma forma de poder usufruída por toda a sociedade embora com formas diferenciadas.

Dessa maneira, verificamos que a posse de escravos se manteve até as vésperas da abolição e foi propalado entre as elites de Geremoabo um discurso preocupado com a “falta de lei obrigatória do trabalho e garantidora do proprietário” e com o comportamento pouco deferente dos ex-escravos.<sup>33</sup> Essa posse de escravos difusa e o receio, ainda que imaginário, dos proprietários quanto à perda de domínio sobre os trabalhadores nos induz a crer que esta sociedade estava imersa em valores do sistema escravista tais como a efetivação do poder político a partir da dominação pessoal. Por isso o desconforto das elites em relação à abolição ser, no nosso contexto, mais significativo para explicar algumas desordens sociais do período do que as expectativas dos trabalhadores em torno da “liberdade”, como fora no Recôncavo baiano, por exemplo.

---

<sup>33</sup> Carta enviada por Paulo Martins Fontes para o barão de Geremoabo, 10 de dezembro de 1894, correspondência passiva, fundo Barão de Jeremoabo, Fundação Clemente Mariani (doravante FCM), documento 0726.

Associado à abolição havia a indefinida peregrinação de Antônio Conselheiro que começou por volta de 1874 e só cessou em 1893 quando finalmente foi fundado o arraial de Canudos. José Calazans, em seu livro *Antônio Conselheiro e a escravidão*, afirma a presença de ex-escravos “nas hostes do Bom Jesus Conselheiro” a partir de relatos de viajantes, notas de jornais e cartas. Em uma dessas cartas, enviada ao barão de Geremoabo, Antônio de Cerqueira Galo descreve um medo difundido entre as elites locais: “Lá os vultos que estão desinvolvendo (sic) a revolta. É o mesmo Conselheiro com seus sequazes d’entre estes soldados e desertores, de diversos estados e o povo 13 de maio que é a maior parte”.<sup>34</sup> Outrossim, numa nota de jornal, O barão de Geremoabo define o olhar das elites sobre essa perigosa associação entre conselheirismo e abolição:

*O povo em massa abandonava suas casas e afazeres para acompanhá-lo. Com a abolição do elemento servil ainda mais se fizeram sentir os efeitos da propaganda pela falta de braços livres para o trabalho. A população vivia como em delírio ou êxtase e tudo quanto não fosse útil ao inculcado enviado de Deus, facilmente não se prestava. Os cemitérios e capelinhas eram construídos com materiais carregados na cabeça ou puxados por pessoas do povo na distância. Assim foi escasseando o trabalho agrícola e é atualmente com suma dificuldades que uma ou outra propriedade funciona, embora sem a precisa regularidade.”<sup>35</sup>*

A tônica do discurso do barão é a preocupação em torno das motivações pelas quais as pessoas – ou apenas “os braços”, como as elites costumam reduzir – passaram a dedicar sua força de trabalho. É preciso notar que Geremoabo era uma sociedade pouco monetarizada e que além de naturalmente não se remunerar o trabalho escravo, também o trabalho “livre” estava associado muito mais aos laços de dependência e solidariedade moral do que exatamente à remuneração, já que esta não se reduzia à idéia de um salário, porquanto era irregular e acrescida de um bocado de pequenos favores e acordos firmados

---

<sup>34</sup> Carta enviada por Antônio de Cerqueira Galo para o barão de Geremoabo, 19 de março de 1897, *apud*. José Calazans. *Antônio Conselheiro e a escravidão*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, s/d. A expressão “povo 13 de maio” é bastante usada na Bahia da época relativa aos ex-escravos.

<sup>35</sup> Bahia, Jornal de Notícias, 05/03/1897, *apud*, José Calazans. *Antônio Conselheiro e a abolição*.

na relação pessoal estabelecida entre patrões e empregados. A observação do barão é interessante porque nos confirma tanto a vinculação entre o problema da abolição e as novas questões trazidas pela pregação de Antônio Conselheiro e pela formação do Arraial de Canudos quanto a preocupação das elites em relação às mudanças nos padrões de dependência. Portanto, independentemente da representatividade numérica da posse de escravos em Geremoabo, a escravidão enquanto sistema, e sua extinção oficial, não poderiam ter passado despercebidos nessa comarca.

A passagem da monarquia para a república também não foi pacífica em Geremoabo e esteve bastante relacionada com o movimento de Antônio Conselheiro. Sendo os principais chefes políticos locais monarquistas, quando foi decretada a nova ordem eles tiveram que se adaptar às pressas. Em 1893 as lutas políticas foram acirradas e localmente dois grupos se enfrentaram: os vianistas, partidários de Luis Vianna, então governador da Bahia, e os gonçalvistas, adeptos de José Gonçalves, antigo governador. É interessante notar como os processos criminais de Geremoabo estão recheados de casos de perseguição e vingança política, nos quais ocorrem agressões, soltura ilegal de presos e até incentivo e proteção aos conselheiristas com vistas a enfraquecer o governo.<sup>36</sup> Embora a relação entre conselheirismo e a política local não deva ser explicada apenas como manipulações, é certo que houve essa dimensão e ela fazia com que as alianças pessoais significassem um meio de proteção e um distintivo social importante para indivíduos de qualquer classe.

#### **4. A Comarca de Geremoabo e a criação de animais**

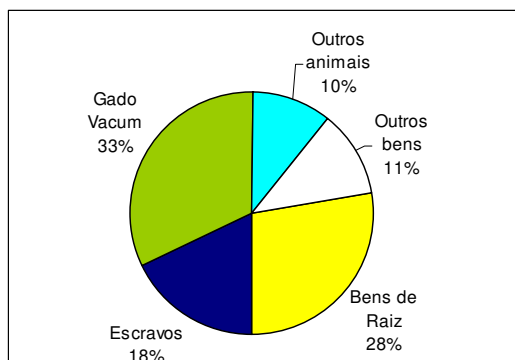
Se olharmos os inventários em sua totalidade, veremos que até maio de 1888, a composição principal dos patrimônios era gado vacum (33%), seguida de bens de raiz (28%) e escravos (18%). Depois da abolição, gado e bens de raiz continuam liderando no total dos patrimônios, sendo que houve uma elevação de 11 pontos percentuais na participação de gado vacum indicando uma considerável concentração de investimentos nesse bem. Esse dado fica mais significativo se somarmos o percentual de gado vacum ao

---

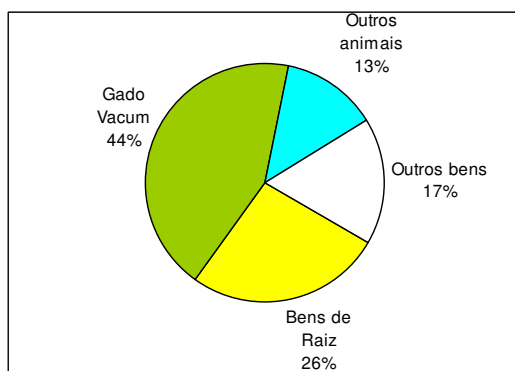
<sup>36</sup> A propósito esta é uma acusação que recebe Porfírio da Costa Borges. Ver Processo crime de desobediência, em que é réu Porfírio da Costa Borges, Geremoabo, 1897, APB, seção judiciária, estante 28, caixa 983, documento 17. Este importante escrivão, chefe político, procurador do barão de Geremoabo e fazendeiro é também citado como vítima de furto em um processo que será analisado mais adiante.

de outros animais. Dessa forma, após a abolição, a atividade pecuária passa a representar 57% da riqueza inventariada em Geremoabo.

**Gráfico 14: Participação dos diferentes bens no patrimônio de todos os inventariados entre 1880 e maio de 1888**



**Gráfico 15: Participação dos diferentes bens no patrimônio de todos os inventariados entre junho de 1888 e 1900**



**Fonte:** Inventários *post mortem*, Geremoabo, 1880-1900, seção judiciária, APB.

Podemos, portanto afirmar que para além dos grandes senhores de terra e gado havia em Geremoabo uma cultura de criação de animais bastante difundida. Para todo o período estudado, de 1880 a 1900, constatamos que 61% dos inventariados eram possuidores de gado vacum e 86,5% criavam todo tipo de animal, além do vacum, não obstante tenhamos pesquisado indistintamente inventários rurais e urbanos. Esse alto percentual associado ao fato de que, com exceção de três, todos os indivíduos das duas faixas mais ricas eram caracteristicamente criadores inclusive de gado vacum, significa que a pecuária tinha papel econômico de destaque nessa sociedade. A posse média de animais seria de 62 cabeças por inventariado, mas a realidade é muito mais desigual. Para observar mais de perto essa desigualdade apresentamos duas tabelas que indicam a proporção de animais inventariados

e das fortunas acumuladas em relação às faixas de riqueza (baseadas no monte-mor de acordo com o que definimos anteriormente) e níveis de criador. Continuamos a manter em separada a inventariada Maria Victória das Virgens porque, como afirmamos anteriormente, distorce as nossas conclusões em razão de sua grande fortuna:

**Tabela 1: Proporção dos animais inventariados por faixa de riqueza**

| <b>Faixa de Riqueza</b>    | <b>Nº de inventários</b> | <b>% em relação ao total de inventários</b> | <b>Nº de animais inventariados</b> | <b>Média de animais por inventariante</b> | <b>% que detêm do rebanho total inventariado<sup>37</sup></b> | <b>% que detêm do total do monte-mor</b> |
|----------------------------|--------------------------|---------------------------------------------|------------------------------------|-------------------------------------------|---------------------------------------------------------------|------------------------------------------|
| Maria Victoria das Virgens | 1                        | <b>0,3%</b>                                 | 2.253                              | 2.253                                     | <b>10%</b>                                                    | <b>9%</b>                                |
| Faixa 1                    | 14                       | <b>4,3%</b>                                 | 7.560                              | 540                                       | <b>34%</b>                                                    | <b>32,7%</b>                             |
| Faixa 2                    | 26                       | <b>8%</b>                                   | 3.931                              | 151                                       | <b>17,5%</b>                                                  | <b>22,9%</b>                             |
| Faixa 3                    | 64                       | <b>19,6%</b>                                | 4.742                              | 74                                        | <b>21%</b>                                                    | <b>19,75%</b>                            |
| Faixa 4                    | 98                       | <b>30,1%</b>                                | 2.580                              | 26                                        | <b>11,5%</b>                                                  | <b>10,75%</b>                            |
| Faixa 5                    | 123                      | <b>37,7%</b>                                | 1.345                              | 11                                        | <b>6%</b>                                                     | <b>4,9%</b>                              |
| <b>TOTAL</b>               | <b>326</b>               | <b>100%</b>                                 | <b>22.411</b>                      | <b>-</b>                                  | <b>100%</b>                                                   | <b>100%</b>                              |

**Tabela 2: Proporção dos animais inventariados por nível de criador**

| <b>Criadores</b>           | <b>Nº de inventários</b> | <b>% em relação ao total de inventários</b> | <b>Nº de animais inventariados</b> | <b>Média de animais por criador</b> | <b>% que detêm do rebanho total inventariado</b> | <b>% que detêm do total do monte-mor</b> |
|----------------------------|--------------------------|---------------------------------------------|------------------------------------|-------------------------------------|--------------------------------------------------|------------------------------------------|
| Maria Victoria das Virgens | 1                        | <b>0,3%</b>                                 | 2.253                              | 2.253                               | <b>10%</b>                                       | <b>9%</b>                                |
| Acima de 301 animais       | 18                       | <b>5,5%</b>                                 | 9.342                              | 519                                 | <b>42%</b>                                       | <b>34,4%</b>                             |
| Entre 101 e 300            | 30                       | <b>9,2%</b>                                 | 4.610                              | 154                                 | <b>20%</b>                                       | <b>17,5%</b>                             |
| Entre 21 e 100             | 103                      | <b>31%</b>                                  | 5.173                              | 50                                  | <b>23%</b>                                       | <b>23,8%</b>                             |
| Até 20 animais             | 130                      | <b>40%</b>                                  | 1.033                              | 8                                   | <b>5%</b>                                        | <b>12%</b>                               |
| Nenhum animal              | 44                       | <b>14%</b>                                  | 0                                  | -                                   | -                                                | <b>3,3%</b>                              |
| <b>TOTAL<sup>38</sup></b>  | <b>326</b>               | <b>100%</b>                                 | <b>22.411</b>                      | <b>-</b>                            | <b>100%</b>                                      | <b>100%</b>                              |

**Fonte:** Inventários *post mortem*, Geremoabo, 1880-1900, seção judiciária, APB.

<sup>37</sup> Como não temos números reais do total do rebanho na época este total se refere ao rebanho inventariado.

<sup>38</sup> Este é o total de inventários, o que inclui criadores e não criadores. O número total de inventários de criadores, ou seja, que arrolam animais é 282 que corresponde aos 86,5% referido acima.

Observa-se, nas duas últimas colunas da primeira tabela, razoável correspondência entre os percentuais de fortuna e de rebanho inventariados com exceção apenas para a faixa 2 que varia um pouco mais de cinco pontos. Na segunda tabela essa correspondência estranhamente não é verificada para a camada dos grandes criadores (mais de 301 animais) e para os pequenos criadores (até 20 animais). A provável razão disso é que ter uma grande boiada e grandes extensões de terra significava segurança econômica para investir em outras coisas, como a agricultura, por exemplo, já que esta era uma sociedade de economia mista não obstante tradicionalmente de pecuária como argumentamos antes. Quanto aos pequenos criadores, acreditamos que de fato não lucravam com a criação, sendo a lavoura e a criação para subsistência e para o pequeno comércio local o que mais lhes provia e, no fim da vida, era a terra em si o que mais pesava na fortuna inventariada. As outras faixas, e em especial Maria das Virgens, demonstram, uma vez mais, que o tamanho do rebanho indicava o tamanho da fortuna.

Ademais, tanto os possuidores de maior número de animais quanto aqueles com maior concentração de renda apresentam números quase coincidentes. Ou seja, os inventariados possuidores de mais de 301 animais e com monte-mor superior aos 10 contos de réis eram detentores individuais de mais de 500 animais em média – o que significa um número bastante superior à média geral de 62 animais por pessoa referida acima. Esse extrato mais rico da sociedade, embora representasse apenas 4,3% dos inventariados, era possuidor de quase 35% dos animais em geral e de 48% do rebanho especificamente *vacum* da região.<sup>39</sup>

Abaixo dessa faixa mais abastada, a quantidade média de animais por inventário cai bruscamente: de 540 para 151, chegando a apenas 11 na camada social mais numerosa e mais pobre. No entanto, mesmo que tenha havido grande concentração de riquezas e rebanhos, ainda é possível afirmar que a posse de animais era difundida e gozava de muita importância econômica mesmo para os mais pobres. Embora, na maior parte dos casos, fosse pequeno o número de animais por pessoa, esse bem era muito representativo no

---

<sup>39</sup> Optamos por fazer as tabelas 1e 2 baseadas na criação de todo tipo de animal, pois consideramos a pecuária no seu sentido mais amplo. Às vezes, entretanto, será importante referir apenas ao gado *vacum* porque sua posse, em quantidade, normalmente significava pertencer a um outro nível social. Reiteramos que esses dados excluem a inventariada Maria das Virgens; se considerássemos ela na faixa dos mais ricos e dos maiores criadores esses números subiriam muito mais.

patrimônio total. Especialmente depois de abolida a escravidão, todas as camadas sociais aumentaram o investimento em gado em geral e no gado vacum em particular.

A hipótese de que a pecuária ganhou relativo fôlego após a abolição é corroborada também pelo fato de que na comarca vizinha de Itapicuru há uma retração dessa atividade desde 1860 até pelo menos 1880 que foi a data limite do estudo realizado por Mônica Dantas em sua tese.<sup>40</sup> Sendo a comarca de Geremoabo mais seca e mais assolada pelas secas, portanto “mais propensa à criação do que à lavoura”, como se dizia na época, a retração da pecuária em Itapicuru pode ter estimulado os fazendeiros de Geremoabo a investirem nessa economia com mais afinco aproveitando o vazio deixado por Itapicuru no comércio de gado e de couro.<sup>41</sup> Esse fato, associado à persistência de grandes fazendeiros na região, mantinha viva a associação entre criação de animais (em especial o gado vacum) e prestígio social.

## **5. A comarca de Geremoabo e a lavoura**

No final do século XIX observamos, dentre as camadas mais pobres, um índice significativo de acesso aos bens de raiz, dentre eles a propriedade de terras. Provavelmente esta foi a razão pela qual além da criação de animais fosse acentuada a pequena lavoura para a subsistência e para o comércio nos mercados locais.

É significativo o número daqueles que se denominam lavradores na época. Duas fontes nos indicam esses dados: o Recenseamento do Brasil de 1872 e os processos criminais, dos quais extraímos um pequeno censo demográfico a partir dos dados sobre réus, vítimas e testemunhas. Dos 712 nomes que aparecem nos processos e que declaram suas profissões, 394 são lavradores (55%).<sup>42</sup> Nos dados do censo de 1872, temos 12.508

---

<sup>40</sup> Mônica Dantas. “Fronteiras Movediças: Relações sociais na Bahia do século XIX (a comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos)”. São Paulo: USP, Tese de Doutorado, 2002.

<sup>41</sup> Há indícios esparsos nas fontes de que o couro foi importante gênero comercial em Geremoabo. Ao responder sobre o preço de algumas ovelhas furtadas uma das testemunhas afirma que tem custado caro em razão dos “valores excessivos que tem os couros” que, na época, “muito tem subido o preço das criações”. Ver Processo crime de furto em que é réu Manoel Gomes de Souza (e outros), Geremoabo, 1892, seção judiciária, APB, estante 09, caixa 301, documento 12.

<sup>42</sup> Entre 1880 e 1900 existem 116 processos criminais no APB dos quais consideramos válidos 107 porque 9 foram catalogados de forma errada pelo arquivo. O total de nomes citados como réu, vítima e/ou testemunha é 992, mas optamos por desconsiderar os registros repetidos dentro de cada ocupação (lavrador, vaqueiro, criador, comerciante etc.) restando 860 nomes. Destes, 19% não informam a profissão, restando os 712 referidos.

lavradores (31%) em uma população total de 40.546 indivíduos. Se calcularmos o percentual desta mesma camada profissional apenas dentre a população que “tem profissão” de acordo com o censo (o que exclui mais de 60% da população total), chegamos à vultosa soma de 79% de lavradores nesta comarca.<sup>43</sup>

Há que se notar, entretanto, que a denominação de “lavrador” encontrada nos processos é ambígua. Primeiro porque não deixa claro se o trabalho é para si ou para outra pessoa, não nos informando possíveis relações de dependência vertical. Segundo porque é uma atribuição genérica que não indica uma ocupação voltada para a agricultura. Nem sempre um lavrador se ocupa especificamente da atividade de lavar terras para o cultivo de frutas, verduras e raízes, sendo possível também trabalhar na limpeza de fontes de água, conserto de cercas e limpeza de pastos como é comum encontrar em Geremoabo nesse período. Tais atividades configurariam essa ocupação como associada tanto à agricultura quanto à pecuária; tanto para si quanto para os outros.

Há um processo criminal que encontramos em Geremoabo que apresenta bem essa questão das múltiplas identidades. Em 1898 ocorreu uma briga envolvendo vários “lavradores” que estavam trabalhando na limpeza de um olho d’água.<sup>44</sup> Philomeno Marques da Silva, réu do processo identificado no depoimento como “lavrador”, chegou para trabalhar e encontrou várias pessoas inclusive um chamado Antônio Gomes Subrinho, identificado como “criador” com quem teve uma discussão. O réu teria chegado ao local de trabalho e dito que o serviço estava mal feito, pois precisaria de um bangüê para carregar a lama. Dirigiu-se a Elias, intitulado “vaqueiro” no processo, e disse: “você não é vaqueiro? Como não tem bangüê?”, ao que Elias respondeu: você também é criador e não tem bangüê”. Philomeno teria argumentado que tinha apenas duas reses que bebiam na Licurituba e nas Arueiras, não sendo, portanto, de fato um criador. Os trabalhadores, por sua vez, disseram que Marcolino Gomes, pai do ofendido, tinha um bangüê mas que estava quebrado, e o acusado sabia disso porque já tinha se utilizado dele quando do conserto da fonte da arueira, o que parece nos indicar que esta era uma terra de Philomeno. Deu-se, afinal, grande confusão porque todos começaram a insinuar que o réu tinha roubado o

---

<sup>43</sup> Recenseamento do Brasil de 1872 – Bahia. Disponível no site: <http://biblioteca.ibge.gov.br>.

<sup>44</sup> Processo crime de tentativa de homicídio em que é réu Philomeno Marques da Silva, Geremoabo, 1898, APB, seção judiciária, estante 28, caixa 983, documento 24.

bangüê de Marcolino, e o réu retrucou dizendo que “não precisava de bangüê de ninguém e de nenhuma daquelas pessoas”, ficou enraivecido e agrediu Antônio Gomes.

O conserto de um olho d’ água parece ter sido uma tarefa coletiva já que nesta ocasião estavam trabalhando pelo menos 12 pessoas, dentre elas duas mulheres. A impressão que temos ao ler esse processo é que a limpeza de olhos d’água e tanques por ser uma prioridade no tempo das secas – porque evitava o entupimento dos mesmos durante as chuvas – fosse realizada em mutirões, ou seja, todos trabalhavam em proveito de um só que posteriormente trabalhava para os outros em sistema de rodízio. As referências ao bangüê de Marcolino, que teria servido em outras situações similares, os variados tipos sociais presentes na ocasião – 1 vaqueiro, 1 criador, 8 lavradores, 1 rendeira e 1 de “profissão doméstica” – e até o desabafo soberbo de Philomeno “que não precisava de nenhuma daquelas pessoas” induzem à idéia de que era aquele um mutirão e não um trabalho realizado para um fazendeiro.

Pode-se observar também a questão das múltiplas identidades que se escondem sob o título de “lavrador” que estávamos comentando acima. Na representação à justiça é usado este termo genérico para se referir a todos que estavam presentes na situação. Nos depoimentos particulares, porém, aparecem os primeiros matizes dessas definições. Philomeno depôs afirmando que era lavrador, mas foi apontado por Elias como um criador. O próprio Elias, sendo vaqueiro, foi identificado na representação à justiça como lavrador e estava desempenhando funções que não estavam associadas diretamente ao gado. Esse tipo de indício nos faz desmistificar algumas idéias e embasa o que explicamos anteriormente sobre as variadas tarefas realizadas por um vaqueiro numa fazenda. De qualquer forma é interessante notar que se este era realmente um mutirão, como argumentamos, as pessoas que estavam ali deviam ter sua própria terra e a necessidade de cuidar dela, mesmo Elias, o vaqueiro, que supostamente seria, “por definição”, empregado de alguém. Talvez, por essa razão, todos foram designados como lavradores pela justiça. Diante disto percebemos o quanto difícil era identificar a ocupação real e/ou principal dos indivíduos de Geremoabo nesse período, especialmente por se tratar de uma região pobre onde nem mesmos os mais ricos desempenhavam uma única atividade.

Estudando diversas regiões de pecuária no Rio Grande do Sul colonial, Helen Osório encontrou situação semelhante.<sup>45</sup> Na “Relação de moradores que tem campos e animais no Continente” que foi mandada realizar pelo Vice-rei do Brasil em 1784, consta que 52% dos possuidores de terra eram “lavradores” e 4,5% identificaram sua ocupação como “mais lavoura que criação”, em um universo onde apenas 16,2% não informou esse dado. Para surpresa dos que esperavam muitos criadores no mundo das grandes estâncias gaúchas, estes não chegaram a 15% do total. A autora argumenta que, à semelhança do que ocorreu na região do Rio da Prata, as unidades produtivas tinham um caráter misto, sendo o lavrador também um possuidor de rebanho. A diferença entre as denominações “estancieiro” e “lavrador” decorriam, na realidade, do tamanho do rebanho e da proveniência do principal recurso para o sustento familiar. No caso sulino a autora constatou que ter um rebanho de 100 reses ou um pouco mais não era suficiente para o sustento de uma família, e por isso a necessidade de diversificar a produção. Em decorrência dessa diversificação as identidades ocupacionais se sobrepunham.

Em Geremoabo não é possível conferir quais eram as atividades autônomas ou não desses lavradores identificados nos processos criminais e no recenseamento de 1872, se eram também criadores e quais eram os critérios materiais para ser considerado uma ou outra coisa visto não possuímos algo como uma lista nominativa dos produtores rurais. Por ser uma região economicamente pouco expressiva, as autoridades públicas não se preocuparam em recolher esse tipo de dado. De qualquer maneira, fontes como os processos criminais nos dão provas de que a identidade ocupacional tinha significados morais porquanto era uma forma de os trabalhadores expressarem sua autonomia ou dependência. Por vezes trabalhavam para si e para sua família e por isso consideravam a si mesmos como lavradores, não obstante realizassem também trabalhos eventuais ou fixos para fazendeiros.

Um exemplo interessante disso também emergiu dos processos criminais. Em 1882 Manoel Passagem pede prescrição de pena para o crime que foi acusado. Ele tinha agredido uma senhora atirando seu cavalo em cima dela nos idos de 1865. Ele se dizia lavrador no processo, argumentando ser morador na Taquara “onde tem uma roça de plantações de laranjeiras, mandiocas, feijões e milho [onde] trabalhava cotidianamente com toda

---

<sup>45</sup> Helen Osório. “Estancieiros, lavradores e comerciantes”. pp. 67-68.

liberdade para seu serviço” e que “fazia sua administração de vaqueirice e recolhia-se para sua casa”. Portanto, além de lavrador, Manoel era vaqueiro, de dois fazendeiros inclusive, mas ao longo de todo o processo assume apenas a identidade de lavrador, nos informando que para ele significava mais sua atividade autônoma como dono de sua terra e comerciante de seus víveres do que a de empregado de outrem.<sup>46</sup>

Infelizmente não temos como avaliar se a atividade de roceiro lhe rendia mais ou menos que a de vaqueiro. O que podemos inferir é que a noção de liberdade de Manoel Passagem estava muito ligada ao trabalho autônomo na sua casa e “para seu serviço” – uma idéia, aliás, muito próxima da de ex-escravos como João Mulatinho o qual comentamos acima.

Portanto, a Geremoabo que encontramos em finais do século XIX era essa: uma região sob domínio de algumas grandes famílias onde a ascensão ou a simples segurança social dependiam do investimento nas relações pessoais de dependência, fossem elas baseadas na parentela, no conceito de Lewin, ou nas alianças sociais interessadas, como veremos com mais vagar no capítulo seguinte. Também era uma comarca assolada por secas e guerras políticas, com esparsa identidade econômica, na qual seus habitantes tinham de lidar com a necessidade e o prestígio de ter sua própria criação de animais ao mesmo tempo em que intentavam firmar sua autonomia laboral. Era, ainda mais, um lugar no qual os “mal-aventurados” estavam esperançosos com os “conselhos” sobre os novos tempos, a libertação dos homens e o “mistério da anunciação”.<sup>47</sup>

---

<sup>46</sup> Processo crime de lesões corporais e sumário de culpa em que é réu Manoel Passagem, Geremoabo, 1882, APB, seção judiciária, estante 28, caixa 1028, documento 10.

<sup>47</sup> José Calasans. *Antônio Conselheiro e a escravidão*.

## Capítulo 2

### **Desavenças e agonias: conflitos e novas solidariedades em Geremoabo**

Muito se argumentou a respeito do caráter bucólico e quase imóvel das áreas rurais do Brasil, especialmente as pastoris.<sup>1</sup> Folcloristas, memorialista e cientistas sociais da primeira metade do século XX se empenharam juntos, embora não o soubessem, em desenhar um quadro quieto e reiterativo do ponto de vista cultural e social das fazendas sertanejas. Muitas foram as razões pelas quais esse quadro eloquente convenceu as sociedades urbanas e letradas. A mais óbvia delas foi a necessidade de encontrar um contraste para o mundo dinâmico das cidades que consolidava suas noções de civilização. É possível, porém, que também um outro aspecto tenha tornado viável esse discurso, o qual nos interessa particularmente: as fontes em que se basearam esses estudiosos.

Eram elas relatos orais, memórias familiares, relatos de viajantes, fontes oficiais e governamentais em geral lidas e ouvidas de forma literal. A crítica da fonte era preterida em favor da coerência da narrativa. Essa postura vem mudando entre os estudiosos da história do Brasil e uma contribuição nesse sentido foi a própria consolidação da pesquisa na área de história com a criação dos cursos de pós-graduação que tornaram mais rigorosas as metodologias de interpretação da fonte. Além disso, outros documentos entraram na pauta de interesse dos historiadores nas últimas décadas e como seria longuíssimo falar

---

<sup>1</sup> Lembremos que Durval Vieira caracteriza nossa Geremoabo como uma “vila insípida, estacionária” e sua população como “sendo no geral muito ordeira”. Durval Vieira de Aguiar. *Descrições Práticas da Província da Bahia*. [1888] 2ª ed., Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: MEC, 1979, p. 76.

aqui da contribuição específica de cada um deles, ressaltaremos um: os processos cíveis e criminais.

Estes processos têm sido sobremaneira usados nas investigações de aspectos da história da escravidão. Desde meados da década de 1980 essa área de estudos vem sofrendo importantes mudanças nos seus enfoques sendo central a questão do interesse pelas formas de resistência cotidianas e pelas nuances do sistema de dominação. Os processos criminais e cíveis oferecem nesse sentido muitas possibilidades já que permitem tanto a análise quantitativa e serial quanto a qualitativa e nominativa.<sup>2</sup> Definido o intervalo de pesquisa desejado pode-se indagar quais os tipos de infrações que mais ocorreram, os motivos mais citados etc. Os dados sobre réus, vítimas e testemunhas também podem ser tratados de maneira serial porque contêm informações como estado civil, cor, idade, ocupação e grau de instrução. Por outro lado também podemos utilizar alguns ou um único processo para avaliar as motivações de um crime e as diferentes versões possíveis para uma mesma história ou perseguir sujeitos que encontramos em inventários, notas de jornais e que por uma razão ou outra acabam se envolvendo em um processo.<sup>3</sup>

No nosso caso optamos por analisar especificamente os autos crimes e dentre eles os que envolvem furto de animais instaurados na comarca de Geremoabo entre 1880 e 1900.<sup>4</sup> Consideramos a totalidade de depoimentos de cada processo criminal e o observamos como se fosse uma janela da sociedade da época. Nossa intenção é entender como se efetivava a dominação social, e a resistência a ela, através da análise de conflitos em torno da posse de animais. Diferentemente dos conflitos em torno da posse de terras no século XIX que em

---

<sup>2</sup> Atualmente existem inúmeros trabalhos que utilizam os processos com esse enfoque e não seria possível citar todos. Alguns exemplos que influenciaram mais de perto a abordagem desse capítulo são: Sílvia Hunold Lara. *Campos de Violência*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; Sidney Chalhoub *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1990; Márcia M. Motta. *Nas Fronteiras do Poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura; Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, 1998. João José Reis. *Rebelião escrava no Brasil. A História do Levante dos Malês em 1835*. Edição revista e ampliada, São Paulo: companhia das Letras, 2003; Walter Fraga. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2006; Natalie Zemon Davis. *Histórias de perdão e seus narradores na França do século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001; entre muitos outros.

<sup>3</sup> Sobre as possibilidades dos processos criminais como fonte ver Sílvia Hunold Lara. "Processos crimes: o universo das relações pessoais". *Anais do Museu Paulista* (1984): 153-161; Robert Slenes. "Escravos, cartórios e desburocratização: o que Rui Barbosa não queimou será destruído agora?" *Revista Brasileira de História*, 5 n. 10 (1985): 166-196.

<sup>4</sup> Como explicamos na introdução, consultamos também alguns processos que se encontravam nos maços documentais da comarca de Bom Conselho já que esta fez parte da comarca de Geremoabo durante toda a década de 1880.

geral visavam à ampliação de domínios sobre terras devolutas, ou ainda os conflitos em torno da propriedade de gado *xucros*, ou selvagens, na província de Rio Grande de São Pedro, no mesmo período, o conflito que observamos em Geremoabo é regularmente em torno de animais cujo possessorio era reconhecido por todos. Inclusive pelos supostos ladrões, já que os animais eram ferrados ou assinalados nas orelhas – as duas formas básicas de marcar a posse sobre um animal. Portanto, o que ocorria nestas paragens eram cenas de homens disputando entre si bens que nenhuma situação de guerra ou de brecha na legislação justificava existência de polêmica. Eram homens burlando símbolos de pertencimento largamente estabelecidos. Voltaremos a esse ponto no item 4.

Uma outra observação importante é que os processos criminais não eram o retrato exato dos conflitos que lhes deram origem. Desavenças cotidianas como o furto de animais raramente chegavam à justiça, sendo mais comum que se resolvessem privadamente. Diferente de um homicídio, por exemplo, o furto era tema menos extravagante, embora parte do repertório dos queixumes locais, sendo comentado em correspondências oficiais e pessoais ao lado de notícias sobre as chuvas e a magreza do gado. Como veremos adiante, havia um espaço mais ou menos longo entre o acontecimento do furto e a decisão de instaurar um processo e delegar à justiça a resolução do problema, espaço este que na maioria das vezes abortava tal decisão. Talvez isso explique o fato de que cada processo de furto normalmente agregasse outras acusações contra um suspeito ou contra toda uma comunidade – o “povo de Canabravinha”, por exemplo – o que indica que o número de furtos era bastante superior ao número de processos instaurados.

De todo modo, apostamos no fato de que a análise desses conflitos através das informações e versões dadas à justiça pelos envolvidos e pelas testemunhas pode nos informar mais do que sobre os significados da posse de animais nessa sociedade. Pode também elucidar aspectos das relações de poder ali estabelecidas e frequentemente questionadas. De mais a mais, os mesmos processos podem nos ajudar a identificar o perfil social de personagens importantes no contexto, como os fazendeiros, vaqueiros, criadores e lavradores. Nos tópicos seguintes abordaremos algumas características dos processos autuados em Geremoabo para depois discutir aspectos e significados dessas desavenças cotidianas em torno de bens tão preciosos numa região de pecuária: cavalos, bois, cabras e ovelhas.

## 1. Características gerais dos crimes de furto de animais em Geremoabo.

Dos 107 processos instaurados em Geremoabo entre 1880 e 1900 e que sobreviveram até os dias atuais mais ou menos legíveis, 25 envolvem ou mencionam o furto de animais. 222 indivíduos aparecem nestes processos como réus, vítimas ou testemunhas.<sup>5</sup> Eles eram residentes das diversas vilas e povoados que compunham a extensa comarca de Geremoabo – Coité, Bom Conselho, Geremoabo e Santo Antônio da Glória – e de fora dela – Monte Santo, Itapicuru, Santa Brígida e algumas vilas sergipanas. A maioria dessas pessoas eram lavradores (122)<sup>6</sup>, seguida de vaqueiros (24)<sup>7</sup> e pequenos ou grandes fazendeiros (20)<sup>8</sup>. O restante tem ocupações diversas como sapateiro, artista, negociante e serviço doméstico (10). E um razoável número não informou a ocupação (46).

Quase metade desses processos faz alusão a furtos anteriores que não foram denunciados às autoridades, o que confirma a observação feita anteriormente de que os processos não são espelhos da prática do furto, ao menos não eram seu reflexo imediato. Em todos eles são vitoriosos os que alegaram ter seus animais furtados ou aqueles que defenderam o direito da propriedade agredindo ou delatando ladrões, com exceção de um em que o proprietário acaba retirando a acusação e sobre o qual falaremos mais adiante. Um outro dado interessante é que muito raramente há equivalência social entre as partes em conflito. Embora esta seja uma afirmação difícil de comprovar porque são irregulares as informações sobre ocupação de réus e vítimas – o que não ocorre, por exemplo, com os mesmos dados para as testemunhas – é possível confirmá-la por meio da leitura dos processos. Em geral são grandes ou médios criadores que se queixam de lavradores, forasteiros e dos que não tem “domicílio certo” (para quem?) nem “meios de vida conhecidos” (por quem?), o que demonstra que as suspeitas recaíam sobre aqueles que fugiam ao domínio *pessoal* dos proprietários em âmbitos fundamentais para a manutenção

---

<sup>5</sup> Deste número já foram excetuadas os nomes que aparecem em dois ou mais processos e ocorrências como “governo provincial” e “justiça” que aparecem como autores/vítimas de dois processos. O número total de ocorrências nos processos de furto é 239.

<sup>6</sup> Incluímos na categoria “lavradores”: 115 que declararam “lavrador”, 1 “trabalha na enxada”, 2 “trabalho na roça”, 2 “vive de lavoura”, 1 “vive de roça”, e 1 “vive de trabalhar na enxada”.

<sup>7</sup> Incluímos nesta categoria 20 que declararam “vaqueiro”, 1 “vaqueiro e lavrador”, 1 “vive de vaqueirice e lavouras” e 2 “lavrador e vaqueiro”.

<sup>8</sup> Incluímos nesta categoria 11 que declararam “criador”, 5 “proprietário”, 1 “criador e proprietário”, 1 “criador e lavrador”, 1 “vive de criar” e 1 “vive de lavoura e de criar”.

da ordem social: a moradia e o trabalho. Em todo caso podemos confirmar que não há processo algum de confronto entre dois grandes fazendeiros.

Estes são dados que juntos tornam-se curiosos. Eles mostram que, apesar de ser certa a vitória daqueles que delegavam à justiça o poder de punir os culpados, apenas alguns optavam por essa via e, mesmo estes, apenas em situações de reincidência do furto. Provavelmente os fatores de ordem social não apenas influenciavam na decisão de instaurar ou não um inquérito, como também importavam mais que a eficácia de reaver o animal roubado. Quais eram esses fatores? Poderiam eles nos informar sobre concepções vigentes de poder, trabalho e sociedade? Temos indícios, por exemplo, de que denunciar para a polícia o furto de animais era uma forma de coibi-lo, pois significava a possibilidade de realizar uma espécie de punição exemplar. Era comum o queixoso finalizar sua representação de denúncia com o texto:

*“Urge que a justiça Pública sempre solícita a defender a nossa coletividade social lance suas vistas para tais malfetores, punido-os para que nos vejamos deles livres. A impunidade será o incitamento para novos crimes.”*<sup>9</sup>

Os casos que serão apresentados distribuem-se no tempo de maneira bastante desigual. É marcante a concentração das denúncias de furtos entre outubro de 1888 e o ano de 1893, o que pode sugerir relações com as mudanças políticas e sociais ocorridas nesse período. Como abordamos no capítulo anterior, estes foram anos difíceis para as elites nacionais e locais, que tiveram de enfrentar problemas com a mão-de-obra ocasionados pela abolição da escravatura e a desarticulação política gerada pela proclamação da república ao tempo em que lidavam com a ação dos conselheiristas e de cangaceiros. Essas novas configurações impeliram à mudanças nos padrões de dependência e nos laços de solidariedade social locais, como será argumentado aqui.

Não obstante o furto de animais tenha se concentrado nestes turbulentos anos, estamos cientes de que ele existiu em muitos outros momentos e lugares. Entretanto, o que será analisado aqui não é o seu peso numérico, e sim os significados conferidos a essas

---

<sup>9</sup> Processo crime de roubo em que é réu Joaquim Baptista do Nascimento, Cícero Dantas, 1900, seção judiciária, APB, estante 08, caixa 253, documento 03.

contravenções pelos contemporâneos. Para tanto iremos focalizar os aspectos narrativos dos processos a partir da análise dos diferentes argumentos usados pelos envolvidos, das motivações apresentadas e das versões apresentadas pelas testemunhas no inquérito.

## **2. Laços nos animais e nos homens: a delação do furto como forma de obter segurança e mais prestígio na sociedade.**

Em um processo de furto e em um outro de agressão ao delator de um furto, ambos ocorridos em outubro de 1888, pode-se observar alguns aspectos das relações sociais locais. No primeiro, João Barboza da Cruz foi acusado de ter furtado uma ovelha dos pastos do capitão Antônio Pereira de Carvalho. Foi o neto do capitão, João Pereira Carvalho, que saiu em busca do animal, e encontrou o acusado “já tendo decepado a cabeça da dita ovelha”, mas mesmo assim pode reconhecer os sinais do seu ferro. O acusado alegou que aquela era uma ovelha que ele tinha comprado na mão de Pito, agregado de Salustiano José do Bomfim, com quem ele, acusado, “muito se dá”.<sup>10</sup>

Inconformado, João Pereira foi encontrar o tal Pito para lhe perguntar se realmente ele havia vendido uma ovelha ao acusado. Pito afirmou ter, na verdade, vendido um carneiro a João Barboza, mas informou também que este “o havia procurado e lhe pedido que dissesse que a ovelha lhe tinha sido vendida por ele”; ou seja, o acusado queria que Pito confirmasse uma versão falsa, coisa que ele decidira não fazer. Desmentido e sem provas a seu favor, João Barboza foi considerado culpado, apesar de tentar recompor sua versão com uma história complicadíssima que sugere até que ele poderia ter roubado o criador Salustiano, patrão de Pito.

Ao ser interrogado, João Barboza não admitiu ter pedido para Pito mentir. Mas o relato do próprio Pito e a confirmação das testemunhas nos levam a crer que isso realmente aconteceu. Nesse caso, houve uma situação de traição na qual a solidariedade vertical – de Pito com seu patrão e com o capitão Antônio Pereira Carvalho – superou a horizontal – de Pito com seu par social, João Barbosa. As razões dessa superação são em grande medida circunstanciais, já que o réu parecia estar por demais comprometido na acusação e poderia

---

<sup>10</sup> Processo crime de furto em que é réu João Barboza da Cruz, Geremoabo, 1888, seção judiciária, APB, estante 15, caixa, 523, documento 08.

acabar por envolver Pito. Mas também havia razões relacionadas a uma política cotidiana de alianças sociais que nesse contexto mostrava ser mais vantajoso, porquanto seguro, alinhar-se verticalmente. O outro processo que iremos comentar corrobora também a suspeita de que as alianças sociais não eram fixas e, a depender das circunstâncias, as solidariedades poderiam se efetivar ignorando laços parentais ou de amizade.

Trata-se de uma acusação de agressão que Amâncio Bispo Filgueira teria sofrido de seu cunhado Torquato e de mais dois sobrinhos de sua esposa.<sup>11</sup> Segundo o relato do ofendido, e de quase todas as testemunhas, o motivo da agressão teria sido o fato de que no tempo em que Amâncio era vaqueiro de João Querino, tendo sumido umas criações do seu patrão, ele se pôs a investigar e descobriu que Torquato era o ladrão. Como um bom vaqueiro, Amâncio delatou seu cunhado, ignorando supostas solidariedades horizontais, e ganhou uma inimizade. Para uma das testemunhas Torquato não teve cerimônia: “foi eu que desenganei aquele cabra e fiz-lhe um serviço bonito [...] Um facão de cinco mil reis não caçoa nem dá talho perdido”, ou seja, além de assumir a culpa pela agressão, Torquato estava convencido que era justa sua retaliação. Assim, não restaram dúvidas de que o crime foi de vingança, não obstante a polícia não ter recolhido os depoimentos dos réus, e nem os próprios réus.

Nesse caso é interessante observar que o roubo perpetrado por Torquato não chegou até a polícia e terminou sendo resolvido ali mesmo, sendo o vaqueiro Amâncio responsável por identificar e coibir a ação do ladrão punindo-o. Essa era uma situação corriqueira que de certa maneira corrobora a idéia presente na literatura sobre as fazendas de gado nordestinas de que havia uma forte coesão e proteção recíproca entre fazendeiros e vaqueiros.<sup>12</sup> Como a fazenda era domínio particular e, portanto, estava fora da alçada necessária do poder público, era fundamental manter e fortalecer esses pequenos laços locais. Enquanto Amâncio era empregado de João Querino, pareceu-lhe mais interessante denunciar seu cunhado, investindo assim no seu laço vertical. Associado a isso houve uma provável sensação de que estaria protegido de retaliações, e de fato esteve. A vingança lhe veio a calhar apenas depois que perdeu o amparo de seu patrão, saindo do serviço.

---

<sup>11</sup> Processo crime de lesões corporais em que é réu Torquato de Sant’Anna, Geremoabo, 1888, seção judiciária, APB, estante 06, caixa 209, documento 14.

<sup>12</sup> Ver, por exemplo, esse argumento sobre a nossa região: Jozé Norberto Macedo. *Fazendas de Gado no Vale do São Francisco*. Documentário da Vida Rural, n. 3. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura – Serviço de Informação Agrícola, 1952.

A fidelidade entre fazendeiros e vaqueiros é tema de vasta literatura sociológica e folclórica. Câmara Cascudo agrupa esse tema na seção “Contos de exemplo” onde apresenta duas histórias: “Quirino, Vaqueiro do Rei” e “Boi Leição”, variantes narrativas da história de um vaqueiro que é testado na sua capacidade de não mentir. Um fidalgo aposta com o rei (ou na história do “Boi Leição” dois fazendeiros apostam entre si) a veracidade da palavra de um vaqueiro, criando uma situação na qual o vaqueiro, tendo que atender aos desejos gastronômicos de sua companheira grávida, deve matar o boi mais importante da fazenda de seu “amo” para lhe tirar o fígado.

Muito embora o vaqueiro tenha, afinal, decidido matar o boi numa verdadeira carnificina, colocando o capricho de sua mulher acima da vontade do fazendeiro, essa não é a questão enfatizada na história. Ao contrário, há um desvio narrativo para destacar o momento final da aposta quando o vaqueiro confessa para o fazendeiro ter matado seu boi preferido acompanhado de uma espécie de “moral da história” na qual são elevadas a honra e fidelidade do vaqueiro que “não mente”.<sup>13</sup>

Em relação à literatura sociológica podemos citar, por exemplo, as observações de Renan Soares que concorda com Marcius Frederico Cortes no argumento de que a pecuária nordestina viu surgir três momentos distintos das relações entre subalternos e patrões. O primeiro com o escravismo no qual a segurança econômica derivava da louvação dos méritos e qualidades do senhor. O segundo com a “decadência da organização agrária” quando o empregado passava a proteger de forma efetiva seu patrão com a finalidade de promover-se perante os demais e oferecer, ele mesmo, proteção aos outros. Por fim, no terceiro momento, associado ao “advento da burguesia”, quando o empregado buscava pleitear parte do poderio do patrão como recompensa do seu trabalho. Ainda segundo Soares, o cercamento das propriedades teria dado feições de capataz aos vaqueiros que passaram a responsabilizar-se pela integridade física das fazendas.<sup>14</sup>

Embora haja escassa sustentação empírica nos estudos referidos acima e eles operem com marcações do processo histórico muito amplas, suas conclusões parecem interessantes. Elas sugerem uma transformação na forma e no significado dos laços verticais entre vaqueiros e seus senhores e patrões. No caso de Geremoabo, os vaqueiros

---

<sup>13</sup> Câmara Cascudo. *Contos Tradicionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

<sup>14</sup> Renan Monteiro Soares. *Aspectos sociológicos da Pecuária Nordestina*. Recife: UFPE – imprensa Universitária, 1968, p. 67.

assumiram funções que foram muito além da capatazia. Na última década do século XIX se difundiu a delegação de responsabilidades e cargos policiais aos vaqueiros como uma espécie de “coronelismo ao rés do chão”. Em pelo menos dois processos há referência explícita a vaqueiros que são reconhecidos pela função de inspetores de quartirão e guardas de tropa.<sup>15</sup> Nessas funções são requisitados para resolver conflitos, perseguir bandidos e até dar voz de prisão na falta de um delegado. Nos demais processos que referem aos furtos de animais, os vaqueiros são testemunhas valiosas para averiguar a verdadeira propriedade de muitos animais, provavelmente porque eram os responsáveis pela apartação e partilha nas fazendas e, portanto, conhecedores dos ferros e marcas dos fazendeiros.

Esse acúmulo de responsabilidades que os vaqueiros foram assumindo com o passar dos anos de trabalho numa fazenda foi fator central para o aumento do seu prestígio social e poder de influência. Esse tema será discutido de maneira mais detida no capítulo 3, mas por ocasião dos processos examinados vale a pena adiantar o nosso argumento de que no último decênio do século XIX estavam sendo processadas mudanças nas formas de dominação o que significou alterações nas estratégias de obter segurança e ascender socialmente. O fim da escravidão desfez a hierarquia oficial/civil entre os trabalhadores de uma fazenda e criou a necessidade entre os trabalhadores livres e especializados de reafirmar virtudes que os diferenciavam da mão-de-obra comum. A fidelidade, a honra da palavra, a coragem, a dignidade e a confiabilidade eram alguns desses valores, e os vaqueiros foram os principais trabalhadores que mantiveram e reforçaram tais valores. Os fazendeiros, logicamente, tentaram apropriar-se desse discurso a seu favor.

### **3. “Cutucando a onça com a vara curta” e com a vara longa: dois vaqueiros, duas formas de ação.**

A acusação feita em 1893 pelo poderoso escrivão e fazendeiro local Porfírio da Costa Borges contra Francisco Quintino de Jesus nos remete a um interessante ambiente de

---

<sup>15</sup> Processo crime de apelação em que é réu Tertuliano de Sant’Anna, Geremoabo, 1889, seção judiciária, APB, estante 04, caixa, 139, documento 02; Processo crime de homicídio em que é réu Manoel Rodrigues da Silva (e outros), Geremoabo, 1898, seção judiciária, APB, estante 28, caixa 983, documento 21.

desrespeito de autoridade.<sup>16</sup> Segundo diversos relatos, Quintino teria recompensado com um boi um certo favor que Porfírio lhe teria feito em uma “acomodação” numa “questão de Francisco com seu primo Galdino”. O problema é que em razão de “não ter sido satisfeito no quanto desejava”, Francisco Quintino decidiu tomar de volta o boi e vendê-lo à revelia de seu atual dono, muito embora testemunhas importantes – como os vaqueiros da fazenda de Porfírio – acreditassem que era “público e notório ter o queixado sido satisfeito em tudo” e tivessem-no aconselhado a “não vender o que não lhe pertencia”.

Era “um boi gordo e bom” que decerto importava mais para Quintino, um pequeno sitiante cujo inventário em 1900 consta apenas de bens de raiz e alguns objetos pessoais, do que para Porfírio, um grande fazendeiro.<sup>17</sup> De todo modo, a situação era delicada já que o filho de Quintino, Antônio José dos Santos, trabalhava na fazenda de Porfírio em atividades de “pega de bois”.<sup>18</sup>

Ao que tudo indica esse era um trabalho eventual que se realizava uma ou duas vezes no ano quando era necessário reunir o gado no curral para contar, ferrar, cuidar das bicheiras, apartar os bezerros, dar os animais devidos aos vaqueiros, etc. Antônio devia trabalhar dessa forma na fazenda de Porfírio, assim como seu pai, Quintino, que declarou em seu depoimento que “vive de trabalhos” e que conhecia as testemunhas há muitos anos. Sendo as testemunhas todas trabalhadoras da fazenda de Porfírio, somos levados a crer que Quintino prestava serviços nesta fazenda, realizando pelo menos alguns dos seus “trabalhos”. Como não havia mão-de-obra farta e disponível na recôndita comarca, os trabalhadores eventuais eram, em geral, os mesmos, mas com uma outra relação de trabalho daquela estabelecida com os fixos e, porque não dizer, uma outra relação social.

Segundo Farinatti, que estudou as relações de trabalho na pecuária sulina, os trabalhadores eventuais eram em geral recrutados entre os agregados. Costumavam gozar de mais independência social que os fixos por não serem fonte segura de mão-de-obra e,

---

<sup>16</sup> Processo crime de furto em que é réu Francisco Quintino de Jesus, Geremoabo, 1893, seção judiciária, APB, estante 01, caixa 17, documento 12.

<sup>17</sup> No inventário de Francisco Quintino de Jesus, não consta bens semovente algum, entretanto no inventário de sua esposa em 1897, constam 61 cabeças de gado vacum “de toda a sorte”, das quais Quintino herdou 28. Cf. Inventário de Francisco Quintino de Jesus, Geremoabo, 1900, seção judiciária, APB, número 04/1549/2018/02; e inventário de Antônia Florência de Mattos, Geremoabo, 1897, seção judiciária, APB, número 04/1549/2018/02.

<sup>18</sup> Como explicamos no capítulo anterior, esse era o termo usado em Geremoabo para referir aos momentos de ajuntamento e apartação do gado.

por conseguinte, nem de lealdade, obediência, e defesa dos interesses dos proprietários.<sup>19</sup> Essa observação parece fazer sentido no nosso contexto já que foi justamente a mando de Quintino que Antônio tomou de volta o boi enquanto este trabalhava em “pega de boiadas” na fazenda de Porfírio.

É interessante observar a diferença entre o trabalhador Antônio, provavelmente insolente aos olhos de Porfírio, e o vaqueiro Miguel Victor de Jesus, provavelmente fiel aos olhos do mesmo fazendeiro. Se seguirmos o processo até o final, veremos que estranhamente o poderoso Porfírio retirou a acusação contra Quintino, sem que este tivesse se retratado, devolvido o boi, ou feito algum acordo. Este é o único dos 25 processos em que a parte roubada não venceu. Simplesmente Porfírio desistiu da causa e ficamos a imaginar o que o teria levado a tal atitude. Alguma ameaça direta ou subliminar? Dúvidas pairam também sobre o tal acordo que gerou a dívida inicial de Quintino com Porfírio. Haveria algum negócio fraudulento que inverteu a situação e deixou o escrivão nas mãos de Quintino e de seu filho Antônio? De qualquer maneira, eis aí a provável razão pela qual o réu afirmou que “não fazia caso de processos” e se sentiu bem à vontade para tomar de volta o que achava que era seu por direito.

Entretanto, essa não é uma diferença que deve gerar a falsa oposição entre resistência e acomodação. O “fiel” Miguel Victor de Jesus tinha justos motivos para colocar-se incondicionalmente ao lado de seu patrão. Primeiro porque gozava do prestígio e benesses de ser uma espécie de “vaqueiro-administrador” da fazenda Caritá, onde se deu o “furto”. Essa hierarquia entre os trabalhadores da fazenda não é um dado que as fontes indiquem objetivamente, mas podemos inferi-la a partir de alguns indícios como o fato de ter sido Miguel Victor o responsável por receber o boi das mãos de Quintino, além de ter sido o primeiro a depor.<sup>20</sup> Nessa posição superior na fazenda, Miguel Victor poderia gozar de uma casa de morada próxima à sede, para si e para sua família, da criação de seus animais nos pastos da fazenda, eventualmente da venda do requeijão extraído do leite das

---

<sup>19</sup> Luís A. E. Farinatti. “Nos Confins Meridionais”. Essa idéia é desenvolvida especialmente nos capítulos 7 e 8.

<sup>20</sup> É constante nos processos que a ordem dos depoimentos das testemunhas indicasse a hierarquia social e a proximidade destas em relação ao queixoso. Neste processo, por exemplo, o primeiro a depor é o vaqueiro administrador Miguel Victor, seguido dos vaqueiros auxiliares da fazenda Caritá, após os quais depuseram os vaqueiros de outras fazendas.

vacas paridas, entre outros pequenos espaços relativamente autônomos que lhe permitiam desfrutar das posses e bens do fazendeiro seu patrão.<sup>21</sup>

E esses espaços não lhe rendiam poucos frutos. Não tivemos acesso a seu inventário, mas ele aparece como inventariante de sua mulher que ao falecer deixou quase 100 cabeças de animais, dentre as quais 50 eram de gado vacum. O monte-mor partilhável passava dos 3 contos, uma quantia considerável para a região, sendo este um dos 24 inventários mais ricos entre os anos de 1880 e 1900.<sup>22</sup> Ademais, Miguel Victor mantinha boa parte da família empregada como vaqueiro nas fazendas de Porfírio da Costa Borges e do barão de Geremoabo.<sup>23</sup> Seus próprios pais eram moradores da fazenda Caritá, sendo que seu pai, José Victor de Jesus, tinha sido também vaqueiro. Dentre as testemunhas havia um provável parente de Miguel, chamado Camillo Victor de Jesus, “casado, vaqueiro, morador na Cacimba da Pedra deste Termo”, que era uma das fazendas do barão. Além deste, encontramos entre os missivistas vaqueiros do barão em Geremoabo certo Domingos Victor de Jesus.<sup>24</sup> A julgar pelos sobrenomes temos razões para acreditar que Miguel tinha motivos estratégicos e inteligentes para manter-se ao lado de seu amo Porfírio. Ao menos era uma forma de aumentar seus créditos dando-lhe mais poder de barganha e, afinal, garantir a segurança material da sua família.

#### **4. Gado fujão ou homem ladrão? A propriedade em disputa**

Em setembro de 1891 houve um outro caso de roubo, dessa vez de uma novilha pertencente a Clemente José Amâncio que pastava “nos campos do Frade” da fazenda

---

<sup>21</sup> Tivemos a oportunidade de visitar a sede da fazenda Caritá, onde nasceu e morou o barão de Geremoabo, que atualmente está em processo de desapropriação para reforma agrária. É um verdadeiro museu aberto, mas infelizmente sem tombamento e sem os cuidados de preservação necessários. Próxima a casa central da fazenda ainda há a antiga casa do vaqueiro, como mostrou nosso informante durante a visita, Sr. Domingos, que se identificou como “vaqueiro e procurador” dos atuais proprietários. Ver fotos da fazenda Caritá no nexo 1 e casa do vaqueiro no anexo 2.

<sup>22</sup> Para esse período constam 326 inventários completos. Cf inventário de Anna Joaquina de Jesus, Geremoabo, 1897, seção judiciária, APB, número 04/1549/2018/08.

<sup>23</sup> O escrivão e o barão eram muito amigos, sendo Porfírio seu procurador mais importante. Inclusive a fazenda Caritá, onde se deu a confusão em torno do boi, era da família Dantas e foi berço do barão, sendo passada para Porfírio tempos depois.

<sup>24</sup> Carta enviada por Domingos Victor de Jesus para o barão de Geremoabo, 5 de dezembro de 1896, correspondência passiva, fundo Barão de Jeremoabo, FCM, documento 0875.

Sirica.<sup>25</sup> Ao que indica o depoimento das testemunhas essa novilha foi “vaquejada” pelo denunciante Antônio Pereira de Sant’Anna para este pasto, não obstante estivesse marcada por um ferro diferente daquele usado nesta fazenda. Mas o vaqueiro da fazenda Sirica, conhecido por “senhor França”, reconheceu este ferro diferente. Como argumentamos anteriormente, era comum que os vaqueiros conhecessem as marcas usadas nas diversas fazendas e prestassem atenção a elas especialmente quando havia algum animal sumido. Nessas ocasiões eles eram naturalmente incumbidos de ajudar na busca. O caso de sumiço de animais era moralmente delicado e os proprietários costumavam se ajudar mutuamente inclusive para confirmar sua honestidade. Jozé Norberto Macedo, estudioso das fazendas de gado do São Francisco, acredita que nessa região:

*“Animal marcado ou ferrado tem seu dono e é por isso respeitado ainda que fuja e permaneça durante anos seguidos em terras estranhas. O sentido de respeito à propriedade alheia, altamente desenvolvido entre os criadores e vaqueiros, é uma nota de caráter daquela gente, explicando-se assim como podem animais de diferentes donos viver a vida livre das terras abertas, sem controle, apenas de longe em longe visitados pelo vaqueiro.”*<sup>26</sup>

Essa observação possui tons de utopia quando contrastada com casos reais e mostra-se improvável por muitas razões. Uma delas, para retomar o exemplo citado acima, é que os denunciados, José Martins de Souza e Hermenegildo José de Souza, não eram proprietários, nem criadores de porte, nem vaqueiros e, portanto, ignoravam tal código de conduta. Ao contrário, preferiram aproveitar o mal entendido de uma novilha pastando em campos “errados” para dar cabo à mesma. No processo não fica claro, mas pela proximidade dos réus com os vaqueiros e trabalhadores da Fazenda Sirica que foram interrogados, podemos inferir que eles deviam ser agregados e trabalhar eventualmente nesta Fazenda como diaristas. Segundo os relatos, há muito tempo os réus eram conhecidos por burlarem os símbolos de pertencimento do gado, como ferro e chocalhos usados pelos criadores, e

---

<sup>25</sup> Processo crime de furto em que é réu José Martins de Souza, Geremoabo, 1891, seção judiciária, APB, estante 09, caixa 301, documento 05.

<sup>26</sup> Jozé Norberto Macedo. *Fazendas de Gado*. p. 35.

dizerem “que era de seu domínio” aquilo que aparentemente não era de ninguém.<sup>27</sup> Nos processos de furto é constante que a polícia pergunte às testemunhas se os acusados são “useiros e vezeiros” em furtar, o que parece ser um grande ponto contra o réu caso seja confirmado. Nesse caso, além de confirmarem o mal costume dos réus, as testemunhas rememoraram alguns acontecimentos como,

*“uma ocasião em que estava o senhor França fazendo a partilha na dita Fazenda [Sirica] onde se achava de seis a oito vaqueiros [e] ali chegara o segundo denunciado [Hermenegildo] montado em uma Besta e foi tomada por Joaquim Camilo e Antônio Xavier pelo motivo de não lhe pertencer a dita Égua e sim a um homem de nome Victorino Gomes morador no Massacará e que o dito Hermenegildo se achava dono dela há um ano.”*<sup>28</sup>

Além desse episódio, havia outros em que os acusados tiraram os chocalhos dos animais do “senhor França” e que roubaram doze cavalos da própria Fazenda Sirica. Mesmo nesse furto da novilha, pelo qual finalmente foram processados, houve certa sofisticação no argumento. Para duas das testemunhas, os réus teriam admitido que haviam matado uma novilha “pertencente a Clemente José Amâncio a qual pastava nos campos do Frade”. Como sabiam que essa situação era irregular, podem ter considerado esse um motivo “justo” capaz de livrá-los da culpa. Para outras testemunhas, entretanto, os réus afirmaram que não sabiam de quem era a novilha, apenas asseguravam que não era da Fazenda Sirica e nem de Clemente... Ou seja: os réus tentaram de todas as formas ludibriar os seus conhecidos para convencê-los de sua inocência. O problema é que já estavam por demais mal afamados na cidade. Infelizmente, não temos os depoimentos dos réus para saber, afinal, que versão eles deram “oficialmente”.

À semelhança de outros processos, neste caso os acusados parecem não negar o furto perpetrado. De fato, raros são os casos em que os réus negam o furto, e é significativo

---

<sup>27</sup> Os chocalhos eram colocados em alguns animais de um rebanho e tinham o objetivo de facilitar o encontro do vaqueiro com os animais e servir de “alarme” no caso de furto. Além disso, eram geralmente usados na criação miúda, ovelhas e cabras, por não suportarem muito bem o ferro e nas vacas parideiras que precisavam vir ao curral diariamente para tirar leite.

<sup>28</sup> Depoimento do vaqueiro Francisco Romão de Carvalho “viúvo, morador na Fazenda da Sirica”.

que em nenhum deles sejam apresentadas justificativas como a seca e a fome que se alastravam nesse período, não obstante tais motivações terem o poder de sensibilizar juízes e coronéis. Outro aspecto relevante é que, neste caso, os ladrões não eram forasteiros, o tipo mais temido entre os proprietários. Ao contrário, eram bastante relacionados com a comunidade na qual realizaram seus furtos.

Conhecedores dos possessórios da região, eles aproveitaram as fendas no sistema de propriedade para afirmar temporária ou permanentemente sua posse sobre alguns animais controversos. Ao se referirem aos furtos anteriores cometidos pelos acusados, as testemunhas afirmavam que um e outro réu “se achava dono” ou dizia ser “de seu domínio” os animais em questão. Pelo menos até que se provasse o contrário, poderiam folgar do possessório, talvez por um ou dois anos, talvez para sempre.

A sociedade rural de Geremoabo era, portanto, mais complexa do que aparece nos relatos impressionistas dos memorialistas. Para além de vaqueiros e criadores respeitadores da propriedade, havia muitos outros atores sociais menos dispostos a manter a ordem. Agregados, trabalhadores eventuais, pequenos sitiantes, e até vaqueiros e fazendeiros menos “clássicos” compunham uma paisagem humana muito mais diversificada e conflituosa. A própria existência de símbolos de pertencimento tão tradicionalmente mantidos como a marcação com ferro no couro e os sinais nas orelhas são por si a prova da existência de eventuais sujeitos propensos a descumprirem as regras de respeito à propriedade.

Definir publicamente a legítima posse sobre terras e animais era uma árdua tarefa no século XIX. Em relação às terras, cada vez mais se intensifica a busca pela precisão de limites seja em decorrência da legislação, seja para evitar perdas futuras. Em um estudo sobre a transmissão de patrimônio em Maricá - RJ na segunda metade do século XIX, Márcia M. M. Motta argumenta que a imprecisão dos limites das terras inviabilizava a palavra final sobre a propriedade fazendo com que um conflito se perpetuasse através de gerações.<sup>29</sup> A autora observa ainda que “a ausência de uma legislação que assegurasse a forma de apropriação territorial” bem como a ausência de “preceitos jurídicos claros sobre

---

<sup>29</sup> Márcia M. M. Motta. “Feliciano e a Botica. Transmissão de patrimônio e legitimidade de direito à terra na região de Maricá (segunda metade do século XIX).” In: Silvia Hunold Lara; Joseli Maria Nunes Mendonça (orgs.). *Direitos e Justiça no Brasil – Ensaios de História Social*. Campinas/SP: editora da Unicamp, 2006, pp. 239-266.

os fundamentos da posse e da propriedade” também fazia com que o direito à terra fosse objeto de conflito.

Na tentativa de garantir o direito sobre uma terra em litígio, verifica-se, na região de Maricá ao longo do século XIX, a existência de “rituais de posse” como “lançar terra ao ar, cortar ramos de árvores, (...) passear pelo campo e entrar nas casas fechando e abrindo os portões dela”. Nesse sentido o ato de entrar na justiça reivindicando a posse de uma área podia significar mais do que querer ganhar uma causa, transformando o mero ato jurídico também num ritual de posse. Independente do resultado da ação, o fato de a sentença mencionar alguém como proprietário ou possuidor de uma gleba de terras poderia ter o efeito de um registro: na ausência de documentos formais, a palavra de um juiz era um forte indício a favor daquele que queria legitimar sua condição de senhor de terras.

Talvez seja possível pensar num paralelo em relação aos conflitos em torno da posse de animais em Geremoabo. No nosso caso, embora o gado fosse marcado ou assinalado com as iniciais do dono, os campos nos quais os animais pastavam não eram tão bem definidos, permitindo que os animais se misturassem. A precariedade dos cercamentos, e em particular das pastagens, associado ao absenteísmo e à criação de gado à solta definia um frágil domínio sobre tais bens, proporcionando um campo aberto para disputas de interesses e proveitos. Uma face desses conflitos é a invasão de roças por animais, sobre a qual falaremos mais adiante.

Entretanto, em Geremoabo, o ato de entrar na justiça parece não ter significado um ritual de posse como a leitura de Motta para a região de Maricá sugere. Embora seja significativo que entre 1880 e 1900 quase um quarto do total de autos crimes localizados refiram-se a questões relacionadas ao furto de animais, esse dado expressa mais ter havido um desgaste das relações sociais (que dificultava a resolução privada de tais conflitos) do que uma necessidade de utilizar a justiça para firmar a propriedade sobre a terra ou animais.

Além disso, havia constantes queixas no depoimento das vítimas e testemunhas de que, no final da década de 1880, os furtos aumentaram. De fato, como afirmamos no início, foi entre outubro de 1888 e o ano de 1893 que se instaurou a maioria dos processos. Isso indica que pelo menos parte dessa inabilidade para tratar do assunto foi gerada pelas convulsões políticas e sociais do período as quais certamente ensejaram o aparecimento do “ladrão de ocasião”. Mas indica também que nesse período as elites proprietárias

necessitavam definir com mais precisão quem eram os “insubordinados”, quem eram aqueles que não respeitavam o tradicional poder da propriedade. Voltaremos a esse ponto no próximo item.

O principal ritual de posse de animais em Geremoabo era o momento de ferra de gado. Essa era uma atividade que reunia todos os trabalhadores fixos de uma fazenda e mais outros contratados apenas para aquele serviço. No mais das vezes era uma ocasião festiva de desafios para os vaqueiros presentes, na qual suas habilidades eram testadas. Nestes momentos, em Geremoabo chamados de “pegas de bois” ou “pegas de boiadas”, os animais eram apartados (daí o termo igualmente usado “apartação”) e marcados com um ferro quente nos quartos traseiros, imprimindo no couro do animal um símbolo criado pelo dono. Mas não era apenas essa marca que traziam as reses. Em virtude de compras e vendas, trocas, doações, ou mesmo pagamentos aos vaqueiros em animais, os mesmos eram ferrados duas ou mais vezes e também eram assinalados nas orelhas com cortes específicos. O fato de serem festivas essas ocasiões tornava ainda mais público os possessórios.

Nos processos cíveis de “bens de evento” – aqueles originados por demandas a respeito de gado fugido ou solto dos quais não se sabia o dono – são mostrados muitos detalhes dessas marcações que indicavam a posse dos animais. Nestes processos os fazendeiros denunciavam a existência de animais que apareciam nas suas pastagens e ali permaneciam por mais de um ano sem que ninguém viesse reclamar. Requeriam, portanto, a arrematação pública desses animais que eram considerados “bens de evento”. O desenrolar desses processos é sugestivo porque descreve os diversos signos de posse que vão muito além do ferro em uma das traseiras, como no caso do “boi alvação, garfo em uma orelha, e latim em outra com os ferros das letras e, r, b, carimbo com a letra f que pasta no lugar curral do tanque, deste termo, desde o ano de 1877” ou da “novilha castanha, cara branca, com os ferros seguintes [...] e sinais de coice de porta em uma orelha e na outra dente de chave aparecida na fazenda Tora deste Termo”, ou ainda de um “garrote liso escuro, sem ferro algum, tendo apenas sinal nas orelhas, sendo na direita um coice de porta pelo lado de baixo, e na esquerda dois tacos também pelo lado de baixo, e se acha há um ano mais ou menos neste termo”.<sup>30</sup>

---

<sup>30</sup> Respectivamente: Processo cível de bens de evento em que é interessado o coronel José Alves Nogueira, Geremoabo, 1880, seção judiciária, APB, estante 89, caixa 3183, documento 06; Processo cível de bens de evento em que é interessado Henrique José de Carvalho, Geremoabo, 1893, seção judiciária, APB, estante 48,

Portanto era difícil confundir um animal. Além dos ferros, outros sinais identificavam-no e definiam sua propriedade, sendo, portanto, o couro em si um importante signo de pertencimento. Há pelo menos dois casos em que os ladrões se propõem a entregar de volta o couro do animal furtado para remediar a situação devolvendo, simbolicamente, a propriedade ao dono.<sup>31</sup>

Entretanto, para além dos símbolos havia a necessidade física. Em regra eram essas marcas que acabavam por desmascarar os ladrões de gado. Mesmo quando matavam imediatamente o animal, não queimavam ou jogavam fora o couro, pois ela era uma peça de muito valor no mercado.<sup>32</sup> Mesmo correndo riscos, vendiam-na para auferir mais lucro, como fez Alexandre que furtou uma ovelha “e depois não temeu nem se arreceiou de publicamente vender o couro dela”. Era justamente no momento de venda do couro que muitos ladrões eram pegos ou vistos pelas testemunhas que usavam essa informação como prova principal do furto.

## **5. Animal retalhado, dono emendado: o furto como represália à invasão de roças.**

Nas zonas de pecuária, em geral eram os plantadores que tinham a obrigação de construir os travessões, espécie de cerca de madeira que livrasse a roça do gado solto. Mas nem sempre isso ocorria em Geremoabo, mostrando que não era consenso essa idéia. Ao contrário, a invasão das lavouras por criações era um argumento fortíssimo usado para justificar casos de agressões ao dono do gado e furtos seguidos ou não de morte dos animais. Há, por exemplo, um episódio ocorrido em Coité em que os acusados admitem ter apreendido o animal que pastava indevidamente em suas roças. Quando a vítima, Pedro Oliveira Fontes, tentou retomar seu cavalo, houve agressões físicas e até um tiro de “garrucha”. Nos depoimentos para a justiça fica patente que se tentou explorar os laços de

---

caixa 1698, documento 19; Processo cível de bens de evento em que é interessado Jovino Pereira de Carvalho, Geremoabo, 1900, seção judiciária, APB, estante 48, caixa 1900, documento 1698.

<sup>31</sup> Processo crime de roubo em que é réu João Francisco das Chagas, Cícero Dantas, 1890, seção judiciária, APB, estante 08, caixa 255, documento 25; Processo crime de roubo em que é réu Joaquim Baptista do Nascimento, Cícero Dantas, 1900, seção judiciária, APB, estante 08, caixa 253, documento 03. Falaremos desses casos mais adiante.

<sup>32</sup> Em algumas regiões o couro chegava a representar 95% do valor total do animal. Infelizmente não encontramos o valor desta peça em Geremoabo, a qual, com tantos ferros e sinais, deve ter servido apenas para o comércio e confecções locais. De qualquer forma, por esse motivo, não podemos considerar apenas como simbólico o ato de devolver o couro ao “verdadeiro” dono.

vizinhança, resolvendo a questão de forma pacífica, mas não tiveram êxito. Por isso os réus, Manoel Pitanga e Cezário de Tal, acharam por bem tomar para si o cavalo que estragava suas roças, alegando desesperados que:

*“há nove meses que Pedro Oliveira Fontes, dá-lhe prejuízos com cavalos e criações e (...) em todas as vezes que entrava animais em sua roça, ele avisava a Pedro e ele providência nenhuma dava”.*<sup>33</sup>

Em duas ocasiões, nos idos de 1900, na vizinha comarca de Bom Conselho, também houve alegações de invasão de roças para furto de animais. Interessante nesses casos é que o furto foi seguido de matança do animal e retalhamento da carne.

Em um deles, os acusados eram conhecidos egressos de Canudos, Joaquim, Benjamim e Manoel Batista do Nascimento, e teriam roubado um boi pertencente à Pedro Nolasco de Carvalho, matado e dividido a carne com os “companheiros”.<sup>34</sup> Serviu de testemunha o vaqueiro de uma outra fazenda, que, por precaução, se dirigiu à casa dos réus “a fim de saber se era alguma das reses de que ele era vaqueiro”, ali se deparando com o couro do boi espichado na porta da casa, o que demonstra que os réus não temiam incriminações.

Nos depoimentos das testemunhas, o réu Joaquim interferia sempre fazendo um adendo informando que de fato haviam matado a rês “pelo fato de achar-se a mesma dentro de suas roças a estragarem as plantações; mas fizeram [isso] no sentido de pagarem ao dono o prejuízo causado”. Portanto, o furto e a matança foi uma forma de compensar a roça estragada – já que não poderiam comer os frutos da roça então comeriam o boi que a comeu – sendo também uma espécie de represália ao fazendeiro Pedro. Joaquim até mesmo disse a diversas testemunhas que de fato haviam aproveitado a carne, mas que “se o dono procurasse o couro entregaria, se não procurasse ficaria com ele”. Como argumentamos anteriormente, o couro era um importante signo de propriedade e essa proposta de Joaquim parece ser mais uma tentativa de mostrar a quem quisesse ver que não estava questionando a propriedade do boi e nem tentando auferir lucros e sim dando uma lição no dono dele.

---

<sup>33</sup> Processo crime de roubo em que é réu Cezario de Tal, Geremoabo, 1889, seção judiciária, APB estante 08, caixa 256, documento 27.

<sup>34</sup> Processo crime de roubo em que é réu Joaquim Baptista do Nascimento (e outros), Cícero Dantas, 1900, seção judiciária, APB, estante 08, caixa 253, documento 03.

O outro caso foi ainda mais dramático. Nele o fazendeiro Manuel de Castro Teixeira fez uma denúncia contra o fazendeiro Pedro Galdino, João Roberto (vaqueiro de Pedro) e Baldoíno Teixeira os quais, segundo ele, denunciante, teriam lhe roubado “um touro malhado de preto e branco, casteado de gadomar e raça taurina”.<sup>35</sup> A julgar pela descrição minuciosa de raça já se percebe que este não era qualquer boi, e sim, no mínimo, um dos reprodutores da fazenda, aliás, segundo o próprio fazendeiro “peça importantíssima de alto valor e estima”. Este boi teria recebido 11 machadadas de Baldoíno, mas não morreu. Ainda cambaleante precisou ser sangrado. Finda a matança, o boi “de alto valor e estima” foi literalmente esquartejado ficando um quarto para cada um dos valentes acusados, o couro para Pedro e o feto (intestinos) para a “jagunçada” que estava trabalhando.

Essa cena de horror para os olhos modernos foi entendida com naturalidade pelos contemporâneos. O próprio dono do boi, antes de denunciar o furto para o poder público, tentou, durante dois anos, negociar com Pedro Galdino um irônico pagamento em parcelas para compensar o prejuízo que teve com seu boi de raça, furtado e esquartejado. Mas houve discórdia entre os três acusados sobre a legitimidade do pagamento e o acordo não deu certo. O primeiro a se negar a pagar a indenização e, portanto, recusar um acordo privado entre os ladrões e o dono do boi, foi Baldoíno que de pronto respondera à Pedro que “não tinha medo de processo pelo que já tinha sido processado por três vezes e nunca fez caso de processo”, num tom de audácia que nos lembra Francisco Quintino de Jesus – que havia tomado de volta a novilha peitando o escrivão Porfírio há algumas linhas atrás. À semelhança do que ocorrera entre Porfírio e Quintino, e que fizera o primeiro retirar a acusação contra o segundo, alguma coisa o fazendeiro Manuel tinha feito de errado e isso poderia comprometê-lo no julgamento. Por isso, talvez, tivesse demorado dois anos até decidir entrar com um processo. O fato, sabidamente omitido da sua representação à justiça, foi relatado à polícia por uma de suas testemunhas, Major Clementino Pereira da Gama:

*“Respondeu que sabe por ouvir dizer que em dias do mês de dezembro de 1898 que o touro entrando nos pastos de capim pertencentes ao Pedro Galdino este pegara o dito touro e amarrou*

---

<sup>35</sup> Processo crime de furto em que é réu Pedro Galdino (e outros), Cícero Dantas, 1900, seção judiciária, APB, estante 19, caixa 653, documento 23. Gadomá é uma corruptela de gademar, que significa, segundo o *Dicionário Aurélio*, “boi mestiço de zebu e caracu”.

*em um pau com intenção de fazer o dito touro levar ali uns três dias, e ao depois soltar; nesta ocasião chegando Baldoino convidara a eles para matarem o touro, mas não consentindo a mulher de João que isso fizessem soltaram o dito touro, e Baldoino seguiu ao encalço com João e Pedro e adiante pegaram o touro e mataram, sendo divididas entre eles na forma em que foram ditos.”*

Portanto, o boi tinha invadido os pastos de Pedro e esta foi a razão pela qual este considerou justa uma retaliação: ela seria iniciada com o ato de deixar o boi amarrado em um pau por três dias. No entanto, por terem considerado insuficiente essa punição, eles resolveram matar o boi. Quanto ao vaqueiro de Pedro, José Roberto, este parece ter tentado esquivar-se da culpa opondo-se à realização da matança proferindo enérgica e enigmática frase: “O diabo está no olho daquele pau”. Ele e sua mulher, segundo testemunhas, teriam aconselhado os outros a não maltratarem o touro de Manuel Teixeira, embora ele estivesse pastando em campos indevidos. Justamente num pasto de Pedro, com quem o denunciante já tivera rixa por causa de uma outra “vaca gadomá de grande vulto e valor” cuja carne também fora retalhada para o consumo da casa.

Em seu livro *Encruzilhadas da Liberdade* Walter Fraga, ao analisar os tumultuados dias que se seguiram a abolição no recôncavo baiano, dedica um capítulo à análise de um caso que envolveu a matança de bois de um engenho.<sup>36</sup> O estopim que justificou a instauração do processo crime foi o espancamento do administrador deste engenho pelos recentes libertos pela lei de 13 de maio, quando este quis saber do feitor o motivo pelo qual os moradores tinham ferido e matado alguns bois do engenho. Nem o feitor, nem os ex-escravos toleraram a voz de mando do administrador e espancaram-no com paus, pedras e instrumentos de trabalho.

Os depoimentos dos envolvidos mostram que o motivo da agressão aos bois foi a invasão das roças dos trabalhadores do engenho pelo gado dos proprietários. Essa era uma questão antiga que simbolizava a opressão do senhor sobre os espaços de autonomia longamente conquistados pelos escravos e libertos. Ao matarem os bois que invadiam

---

<sup>36</sup> Walter Fraga Filho. *Encruzilhadas*. pp.165-212

corriqueiramente suas roças os trabalhadores matavam simbolicamente seus antigos senhores. Prova disso é que deram os nomes dos donos dos engenhos aos bois que estavam sendo retalhados. Fraga interpreta esse acontecimento como uma tentativa de consolidar enquanto direito o acesso e a produção na terra através das roças de subsistência, o que foi durante muito tempo entendido como uma concessão senhorial. Ainda que os escravos tivessem conquistado esse direito ele ainda não era completo, visto que uma eventual invasão de bois nas suas roças seria normalmente tolerada e não revidada de maneira tão brutal como aconteceu nesse episódio. Portanto, o pós-abolição foi um momento chave na inserção de novos significados nas relações sociais e de trabalho e de ampliação do caráter meramente civil da liberdade conquistada.

No caso de Geremoabo não observamos um corte tão radical no pós-abolição. Existe, como argumentamos anteriormente, uma concentração de furtos nos cinco anos que se seguem à 1888, mas não há nenhuma referência objetiva a esse acontecimento nos processos e nem mesmo a ex-escravos como réus. Entretanto, ainda que não tenhamos pesquisado exaustivamente os processos criminais da comarca de Bom Conselho, arriscamos dizer que aí os furtos se concentraram nos anos que se seguiram à Guerra de Canudos. Como argumentamos no primeiro capítulo o movimento de Canudos esteve, de alguma maneira, relacionado com a abolição já que as pregações de Antônio Conselheiro davam grande ênfase à luta contra o cativo e à conquista de liberdade, embora esses conceitos sejam ampliados para a idéia de cativo moral e espiritual.<sup>37</sup> Conquanto não possamos afirmar que todos os processos de furto que ocorrem entre 1880 e 1900 são furtos de animais, julgamos significativo que dos 175 processos, 35 sejam de furto, sendo que 11 ocorreram apenas entre 1897, quando a primeira expedição do governo ataca Canudos.<sup>38</sup> Só na década de 1900 são 23 processo de furto.

Além do mais, recaíam fortes suspeitas sobre aqueles que retornaram de Canudos. Alguns processos da comarca de Bom Conselho fazem referência a réus que “desde quando voltaram de Canudos só tem se empregado em furtos”. É claro que em grande medida essas suspeitas refletiam um “medo construído” especialmente pelas disputas entre facções políticas, mas também pela Igreja Católica e pelo Exército, como avalia Consuelo Novais

---

<sup>37</sup> José Calasans. *Antônio Conselheiro e a escravidão*.

<sup>38</sup> A primeira expedição ocorre no início de novembro de 1896 e os últimos defensores de Canudos morrem no dia 5 de outubro de 1897. Fizemos o corte em 1897 para captar os efeitos da guerra propriamente dita.

Sampaio.<sup>39</sup> Essa atmosfera de medo teria sido fundamental para as elites que tentavam reaver o domínio político há pouco perdido e acreditavam que uma desordem social “ameaçadora”, que justificasse a intervenção do governo federal, era a estratégia mais viável para se ter êxito.

Entretanto é necessário cautela para não considerar a questão de Canudos como apenas um teatro das manipulações políticas locais e nacionais. Além da guerra física que culminou na destruição total do arraial, houve também uma guerra moral que não findou em 1897 e colocou em discussão os motivos da obediência – afinal, algumas centenas de pessoas decidiram não mais sujeitar-se aos seus ex-senhores ou patrões, ou ainda aos fazendeiros de quem arrendavam terras ou eram agregados, e optaram por obedecer ao Bom Jesus Conselheiro e trabalhar para o Arraial.

Portanto as suspeitas que recaíram, por exemplo, sobre os irmãos Joaquim, Benjamim e Manoel Batista do Nascimento e outros companheiros, sobre os quais comentamos anteriormente, tinham um lado bastante concreto. Inclusive porque já fazia três anos de finda a guerra quando foram processados e as testemunhas afirmaram que eles, “desde que vieram dos Canudos tem vivido do furto e costumam dividir entre si produto de seus furtos”. Resultado ou não de uma consciência social formada durante a experiência na cidadela revoltosa, esses réus furtaram e mataram diversos animais com o argumento de que estes haviam invadido suas plantações e, enquanto retalhavam o boi, responderam aos presentes que “enquanto houvesse gado no mato e mandiocas nas roças não passariam fome”.<sup>40</sup> Muito mais do que famintos desesperados e irracionalizados estes réus tinham concepções morais sobre a propriedade privada e o limite do domínio dos fazendeiros.

Acreditamos que esses números, ainda que cheios de lacunas, associados às referências constantes aos egressos de Canudos que costumavam ser “useiros e vezeiros em furtar” seja um indício de que depois da guerra restou mais do que fome, necessidade física e um “grande medo”, como afirma Sampaio. Talvez a experiência nesta cidadela tenha significado a possibilidade de se estabelecer uma relação menos temerosa entre os roceiros

---

<sup>39</sup> Consuelo Novais Sampaio. *Canudos: Cartas para o barão*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999, pp. 31-60.

<sup>40</sup> Processo crime de roubo em que é réu Joaquim Baptista do Nascimento, Cícero Dantas, 1900, seção judiciária, APB, estante 08, caixa 253, documento 03; Processo crime de furto em que é réu Manoel Maria do Nascimento, Cícero Dantas, 1899, seção judiciária, APB, estante 05, caixa 177, documento 17.

e pequenos criadores com os fazendeiros. Uma postura, talvez, menos prepotente por parte dos fazendeiros e mais audaciosa por parte dos trabalhadores.

## **6. “O que engorda o gado é o olho do dono”. Aspectos do absenteísmo.**

Concomitante aos furtos de apenas um animal, havia também aqueles que subtraíam mais de 50 animais das fazendas. Esse tipo de furto geralmente ocorria em pequenos lotes semanais o que pode sugerir serem as vítimas grandes proprietários que precisavam contar com a administração indireta de suas posses.

Quando José da Costa Silva Passos, criador e proprietário, decidiu pôr fim à série de furtos que ocorria em seus rebanhos ovelhum e cabrum em duas de suas fazendas, quatro distintos fazendeiros vieram acudi-lo testemunhando a seu favor e legitimando sua queixa. Ele denunciava que, ao longo de nove meses, 50 cabeças de animais haviam sido subtraídas de seu domínio e, segundo os depoimentos das testemunhas, os acusados tinham levado também gados, criações e lavouras de outros fazendeiros. Apenas nos idos de 1891 é que o fazendeiro resolveu dar queixa dos acusados que “de um ano para cá têm furtado duplamente”.<sup>41</sup>

A impressão que se tem ao examinar este processo é que o criador era relapso ou seu vaqueiro conivente com os furtos porque o sumiço de 50 cabeças não é nada desprezível, ainda que fosse “em lotes semanais”. Considerando que a vítima não residia em uma das fazendas onde ocorreram os furtos, as duas possibilidades são válidas. A inexistência de cercas e a administração indireta poderiam explicar tanto a impossibilidade de “tomar conta de tudo” quanto certa conivência costumeira dos vaqueiros com os furtos.

Examinando alguns aspectos da estrutura narrativa deste processo criminal observamos algumas diferenças em relação aos demais que podem nos ajudar a esclarecer este ponto. Das sete testemunhas que depuseram a favor de José da Costa, quatro eram

---

<sup>41</sup> Processo crime de furto em que é réu Manoel Gomes de Souza (e outros), Geremoabo, 1892, seção judiciária, APB, estante 09, caixa 301, documento 12. Há um processo crime nos maços de Cícero Dantas cuja história é muito parecida com essa, sendo que neste o furto é de 20 gados vacum e mais de 100 ovelhas e cabras. Fica provado que os acusados revendiam carne roubada para 4 açougues. Cf. Processo crime de furto em que é réu Balduino Teixeira de Castro, Cícero Dantas, 1899, seção judiciária, APB, estante 05, caixa 177, documento 15.

proprietários de terras e animais que fizeram um discurso fervoroso contra o costume do roubo que se instaurou “de um ano para cá” em Geremoabo e desde que os acusados “obtiveram uso de varão”.<sup>42</sup> Na realidade eles não disseram nada sobre os furtos propriamente, ou seja, apesar de deporem como testemunhas eles não o foram de fato, e nesse caso os depoimentos tiveram apenas o sentido de endossar a acusação dizendo que “o conteúdo da petição que lhe fora lida é verdadeira”. Os três depoimentos restantes são de lavradores de lugares aparentemente não relacionados com as fazendas Barroquinha ou Itapicuru d’Água onde aconteceram os furtos.

A pergunta é lógica: onde estava o vaqueiro destas fazendas que não depôs como era normal nesse tipo de processo? Apesar de não termos acesso ao inventário de José da Costa, inferimos, a partir de aspectos desse processo e do inventário de seu sogro, um importante fazendeiro, que se tratava de um criador razoável que dificilmente cuidava sozinho de suas propriedades. Portanto, a ausência do vaqueiro, de algum empregado seu ou mesmo de algum agregado nos depoimentos é forte indício que o fazendeiro ignorava o cultivo de laços de solidariedade mais estreitos com seus dependentes expondo-se assim aos riscos da insubordinação e da deslealdade.

É importante salientar que o cultivo de laços de solidariedade verticais que evoluíssem para alianças sociais mais sólidas não era tarefa simples nas zonas de pecuária. Farinatti observa que não era apenas a propriedade de terras e bens que colocava as elites numa condição natural de vantagem na dominação social. Elas deveriam explorar aspectos como o gerenciamento competente das suas atividades econômicas, o fornecimento de crédito para os seus trabalhadores e agregados, a manutenção de boas e eficientes relações sociais com seus pares (que permitissem, por exemplo, receber e repassar favores). Além disso, valia a pena apostar no apadrinhamento, incentivar o comprometimento eleitoral e os recrutamentos militares, sendo este último talvez um aspecto mais próprio da região de

---

<sup>42</sup> Essa é uma expressão usada em dois processos ambos de 1892 e pode referir a maioridade civil, se considerarmos varão apenas como sinônimo de homem adulto. Mas como ele era usada para se referir a um grupo de pessoas (e não a um ou outro que tivesse atingido certa idade) também aventamos a possibilidade de que, no contexto do paternalismo sertanejo, o tornar-se adulto, ou varão, pudesse ser uma expressão para designar os recém libertados pela lei abolicionista de 1888. Mas não temos outros indícios que comprovem essa hipótese. A expressão também pode indicar o uso recente de algum instrumento, sendo possível, neste caso, que seja uma corruptela da palavra “vara de ferrão”, vara comprida com uma ponta de ferro correntemente usada pelos vaqueiros para cutucar e vaquejar o gado – agradeço a Walter Fraga Filho por essa observação. De qualquer maneira ainda permanece a dúvida sobre o que poderia mesmo significar esse termo.

fronteira estudada pelo autor, a Campanha Gaúcha.<sup>43</sup> Afora este último aspecto, que deve ser relativizado para a nossa região, não obstante a guerra em Canudos tivesse dividido a sociedade durante quase toda a década de 1890, os outros aspectos eram bastante valorizados pelos trabalhadores de Geremoabo. E a constituição de dependentes era vital para uma elite de proprietários cujos olhos não alcançavam os limites de suas terras, muito menos o rumo de seus animais. Mas o fazendeiro José da Costa parece não ter sido feliz na realização desse modelo tão em voga no período, ou não ter acreditado nele como o mais eficaz.

Estamos, portanto diante de uma situação que recoloca a questão da fidelidade incondicional dos vaqueiros para com seus patrões. A possível convivência do vaqueiro com os furtos nas fazendas Barroquinha e Itapicuru d'Água em decorrência da possível incompetência de José da Costa para cultivar de laços de solidariedade verticais mostra que a existência de um acordo social entre fazendeiros e vaqueiros – conforme expomos anteriormente e ficou patente nos casos dos vaqueiros Miguel Victor de Jesus e senhor França – não era uma regra, e sim uma fórmula que costumava dar certo. Era uma norma de conduta e um tipo de associação útil para ambas as partes – de um lado fidelidade, prontidão e proteção e, do outro, benesses materiais, algum prestígio social e também proteção. Mas Geremoabo tinha uma estrutura social muito mais complexa e estava passando por um momento especial de incerteza política e de desolação social o que tornava vital a criação de novas alianças sociais ou alguns ajustes nas existentes. Estudando um povoado piemontês no século XVII, Giovanni Levi reflete com muita propriedade sobre a questão da criação e adaptação de normas de comportamento num contexto de imprevisibilidade:

*“Na medida em que foi a própria incerteza a dar lugar à criação de normas que tornassem previsível o comportamento de cada indivíduo para todos os outros, foi a mesma dificuldade de previsão*

---

<sup>43</sup> Luís A.E. Farinatti. “Nos Confins Meridionais”, p. 377

*que fez com que estas normas fossem elásticas e ambíguas de forma a consentirem uma contínua adaptação.”* <sup>44</sup>

Vários outros processos se destacam pela quantidade de animais furtados. Em um deles são duas as vítimas: José Lourenço de Carvalho, do qual foram furtados duas criações e Gaudêncio Rebello de Alcântara, de cujo rebanho de ovelhas “tem desaparecido sessenta cabeças às quatro ou cinco semanalmente”. <sup>45</sup> Ao serem flagrados esfolando algumas das ditas criações, dois dos acusados fugiram e um foi detido, mas negou com veemência serem as ovelhas do possessor das vítimas, assim como o fizeram os réus do processo anterior. Nesse caso, entretanto, houve depoimento de cinco testemunhas, sendo que duas eram vaqueiros e duas moradores da fazenda Algodões e Espaduada. Apenas uma testemunha não parecia relacionada com as vítimas, depondo a partir “do que tem ouvido dizer”. Quem deu o flagrante no roubo foram os vaqueiros Marcionillo e Luis Antônio, que andavam no mato em companhia do soldado Antônio Garcia. Foram eles capazes de reconhecer os sinais no couro dos animais associando de imediato aos seus donos. Além disso, reconheceram os ladrões, correram atrás deles, mas só pegaram a ré Ângela Gomes. Em um outro processo o padrão se repete: são quarenta animais furtados, e vaqueiros e moradores da fazenda depõem confirmando o furto. <sup>46</sup>

Nesse clima de desconfiança cotidiana que permanecia às vezes durante anos uma pergunta se faz inevitável. Haveria alguém ou algum grupo viabilizando os furtos? De maneira quase automática nosso olhar recai sobre os vaqueiros que afinal eram os administradores *de fato* das propriedades, especialmente naquelas em que o proprietário era absenteísta. Eles eram, portanto, exímios conhecedores das questões internas à fazenda como a quantidade de animais, as vacas paridas, as melhores criações, entre outros detalhes. Esse grau de conhecimento e ingerência nas decisões da fazenda é que nos faz questionar se eles facilitavam ou não esses furtos e posteriores vendas.

Esse conhecimento minucioso da fazenda provinha do papel fundamental que os vaqueiros desempenhavam na vistoria dos pastos, no controle e contagem dos animais e,

---

<sup>44</sup> Giovanni Levi. *A Herança Imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 105

<sup>45</sup> Processo crime de furto em que é ré Ângela Gomes de Souza, Geremoabo, 1892, seção judiciária, APB, estante 09, caixa 301, documento 13.

<sup>46</sup> Processo crime de danos em que é réu Estanislão Bispo dos Anjos (e outros), Geremoabo, 1892, seção judiciária, APB, estante 09, caixa 301, documento 10.

por conseguinte, na identificação de problemas na criação, a exemplo dos furtos. Eram eles os responsáveis pelas partilhas de animais e por definir novos possesórios; eram também incumbidos de devolver eventuais animais furtados a seus verdadeiros donos – como vimos o caso do “senhor França” que surpreendeu um cavalo roubado numa ocasião de pega de bois e partilha e ficou responsável por devolvê-lo. Em grande medida, os vaqueiros tinham também interesse pessoal no bom desempenho dessas tarefas porque era costume que mantivessem os seus próprios animais nos pastos de seus patrões.

Um caso que encontramos nos maços de documentos judiciais de Bom Conselho é bastante revelador dessa questão. Foi o caso do furto e matança do touro “gadomá” do fazendeiro Manuel de Castro por Pedro Galdino, João Roberto, que era vaqueiro de Pedro, e Balduino Teixeira. Já nos referimos a esse processo, mas omitimos um detalhe que estava presente no texto da representação de Manuel à justiça. Segundo a vítima, além de furtar, Pedro teria o hábito de negociar com os vaqueiros das fazendas a ajuda para realizar seus furtos. Diz Manuel de Castro que:

*“É tal a audácia do dito Pedro Galdino que seduz vaqueiros a furtarem animais da Fazenda e a ele venderem, como aconteceu a meu ex-vaqueiro Francisco Lima, a quem propôs que ocultamente vendesse-lhe um burro; igual proposta fez a Anízio Maranduba.”*<sup>47</sup>

Esses fatos não foram investigados pela polícia, o que resulta na falta de elementos para concluirmos a partir deste processo que os vaqueiros de Manuel de fato intermediavam e se locupletavam com os furtos. A representação à justiça, que normalmente vinha logo no início do processo, continha muitas informações que não precisavam ser comprovadas para a polícia e apenas serviam para reiterar a pertinência da denúncia, não gerando novas acusações. Entretanto, o grau de detalhamento desta afirmação, contendo, por exemplo, o nome dos vaqueiros supostamente envolvidos, confere credibilidade ao texto. Além disso, no meio do depoimento de uma das testemunhas soubemos que o vaqueiro de Manuel na época do processo era um outro, a propósito seu xará, Manoel Dias, o que indica que possivelmente ele despediu os dois citados acima que cederam à “sedução” de Pedro.

---

<sup>47</sup> Processo crime de furto em que é réu Pedro Galdino (e outros), Cícero Dantas, 1900, seção judiciária, APB, estante 19, caixa 653, documento 23.

Por razões não informadas, o vaqueiro Manuel Dias não consta no rol de testemunhas apresentado pela acusação. Não obstante tenha participado da busca ao touro roubado e tivesse, por isso, muito mais a dizer do que muitas testemunhas que apenas reiteraram “o que tem ouvido dizer” e “o que é voz pública”. Ou ele não se dispôs a servir de testemunha ou, o que parece mais provável, o fazendeiro, desiludido com os vaqueiros anteriores, não teve confiança em chamá-lo para depor.<sup>48</sup>

Apesar de ter sido o único caso que encontramos referência ao envolvimento dos vaqueiros com furtos nas fazendas em que trabalhavam, não julgamos que isso seja uma exceção. Existe um folclore ainda hoje bastante presente na região de Geremoabo no qual se louva os feitos dos vaqueiros aparentemente diligentes que recuperavam bois fujões dos fazendeiros. Esses bois eram também chamados “encantados” em razão de sua velhacaria e ardileza. Era durante as “pegas de boi”, organizadas pelos vaqueiros, que se cantavam as façanhas de bois e vaqueiros e se reforçava a imaginação sobre vaqueiros “misteriosos” que logravam encontrar e dominar o boi do fazendeiro. Mais adiante aprofundaremos nesse tema que não por acaso se tornou um dos mais pujantes na literatura popular na região. Por ora ficamos com uma inquietante indagação: não seriam os bois fujões e “encantados” um bom argumento para encobrir “homens ladrões”?

O processo e esse folclore que se desenvolveu na região são significativos pois representam um lado das relações entre fazendeiros e vaqueiros. De outro lado temos o fato de que a grande maioria dos vaqueiros citados nos processos de furtos de animais em Geremoabo foi testemunha dos crimes.<sup>49</sup> Dos 24 vaqueiros que tiveram seus nomes citados nos processos, 22 foram apenas testemunhas dos atos. Apenas aquele que declarou que vivia de “vaqueirice e lavoura” foi réu de um processo de furto de um cavalo provavelmente para fuga, segundo ele “para ver se escapava de ser remetido para a Bahia”. O outro era um infante vigiador de ovelhas e foi vítima de terrível assassinato seguido de roubo do rebanho.

---

<sup>48</sup> Não temos informação objetiva de que o fazendeiro Manuel de Castro Teixeira estivesse ausente de sua propriedade quando ocorreu o furto e se esta fazenda era absenteísta. Mas, na representação de Manuel à justiça, ele afirma ser “residente em Buenos Ayres deste termo”, o que significa que morava no mesmo termo, Bom Conselho, mas em vila diferente daquela em que ficava sua fazenda (Baixa Grande).

<sup>49</sup> Como mostramos na página 4 deste capítulo montamos uma lista de 222 nomes citados nos campos de réu, vítima e testemunha dos processos crimes de Geremoabo. O número de vaqueiros citados é 24; destes, 22 foram testemunhas.

Esse dado nos induz a crer que os vaqueiros não se envolviam em furtos, pois seu papel principal nos processos de Geremoabo era o de testemunhas. Seriam, inclusive, delatores ativos já que seus testemunhos foram sempre a favor do lado prejudicado pelo furto, ou seja, dos fazendeiros. Contudo, é preciso observar algumas limitações da fonte que usamos. A identidade ocupacional declarada nos processos é resultado de algumas escolhas sociais e estava relacionada com a própria construção da autonomia. Como argumentamos no capítulo anterior, a identificação como lavrador (muito mais freqüente) era sinônimo de maior autonomia – enquanto a de vaqueiro evidenciava a existência de laços de dependência. Entretanto, essas identidades não eram fixas, podendo um mesmo indivíduo ser vaqueiro e também lavrador de suas roças ou comerciante e vice-versa. Assim, no momento em que cometiam um crime e tinham que responder na justiça sobre suas identidades, poderiam mobilizar aquela que julgavam mais conveniente, e esse fato não nos permite considerar a declaração que vai registrada no processo como a “verdadeira” ocupação dos indivíduos.

De todo modo, definir o vaqueiro como defensor dos interesses do fazendeiro ou como aquele que tirava proveito da situação de proximidade com o patrão para obter vantagens, não é tarefa simples para nós, nem para o fazendeiro em busca de um vaqueiro de confiança que lhe substituísse na ausência. As duas situações ocorreram em Geremoabo, como na maioria das zonas de pecuária que tiveram origem em grandes latifúndios absenteístas. Essa ambigüidade, por seu lado, nos permite observar com mais discernimento um campo normalmente cheio de observações impressionistas que alude à força e à credibilidade social dos vaqueiros e administradores bem como ao seu afamado conhecimento da fazenda, dos animais, da terra e da gente do lugar em muitos casos superior ao conhecimento que o próprio fazendeiro tinha.<sup>50</sup>

Márcia Motta reflete sobre o significado da escolha das testemunhas quando analisa os processos cíveis de embargo de Paraíba do Sul entre 1834 e 1858.<sup>51</sup> Ela acredita que esse era um momento chave na definição dos tipos sociais que mereciam mais ou menos crédito. No seu estudo verificou uma tendência a escolher homens brancos casados e mais

---

<sup>50</sup> Muitas são as análises que ajudaram a endossar essa fama, como por exemplo, Macedo, *Fazendas de Gado*; Áureo Magalhães Ribeiro. “As Estradas da vida: Histórias da terra, da fazenda e do trabalho no Mucuri e Jequitinhonha, Minas Gerais.” Campinas: Unicamp-IFCH, Tese de Doutorado, 1997.

<sup>51</sup> Márcia M. M. Motta. *Nas Fronteiras do Poder*. Ver capítulo 2.

velhos, o que estava de acordo com os preceitos gerais das *Ordenações Filipinas* sobre a importância da qualificação das testemunhas. É claro que essa não era uma receita infalível para se obter sucesso na arena judicial, mas estes eram critérios de respeitabilidade regularmente seguidos. Associado a isso Motta observa ainda que:

*“Mais importante era o fato de que a escolha das testemunhas implicava a capacidade de articulação de uma pessoa com seus pares e/ou subordinados, de convencê-los a se apresentar perante o juiz, confirmando os seus argumentos. (...) Em outras tantas, apresentava o esforço de outros sujeitos sociais para constituírem laços de solidariedades na sua luta contra um ou mais fazendeiros.”*

No nosso caso observamos que o rol de testemunhas apresentado à justiça pelo fazendeiro lesado indicava, em regra, sua capacidade de articulação bem como seus aliados sociais. Como concluímos anteriormente, ao analisar os casos de José da Costa Silva Passos e o de Manuel Teixeira, muitos fazendeiros apresentavam seus vaqueiros como principais testemunhas, mas outros não tinham a mesma conduta, provavelmente por inabilidade na construção de laços verticais de solidariedade. Afinal, não havia possibilidade de o vaqueiro ignorar o movimento de saída irregular de animais da propriedade que tomava conta, a ponto de nem mesmo prestar depoimento confirmando o furto. Por isso, apesar das limitações dos processos como fonte, é representativo o fato de que a grande maioria dos vaqueiros citados tenha servido de testemunha (e não de réus ou vítimas), indicando que esse era o seu papel prevalecente. É significativo também que, apesar das exceções que comprovam tanto a diversidade quanto a própria “regra” da sociedade, os vaqueiros administradores de Geremoabo mantinham alta credibilidade social e os fazendeiros, em geral, apostavam nessa aliança vertical.

## **7. Um parêntese, para finalizar.**

Certa feita, o ex governador da Bahia José Gonçalves escreveu mais uma de suas muitas cartas para o barão de Geremoabo. Exasperado com os ladrões de gado que

“exercitam impunemente sua profissão” pedia algumas providências do barão nas suas áreas de influência, dizendo assim:

*“Não sei o que faço para coibir o furto nesses lugares; parece que há propósito de me prejudicar, seja como for tenho (...) mandado os administradores, acompanhados de vaqueiros, arrebanhando o que encontram, declarando por toda a parte que ninguém, nem eles próprios, têm ordem de vender gado nosso; mas tudo tem sido baldado: moradores e ladrões somados, todos ali me não pouparam. Sendo uma infelicidade que atualmente me persegue. Viram que, em tempo, por insensatez, abandonei o que era meu, e não admitem, hoje, que eu recupere o que anda disperso. Peço que escrevas aos teus vaqueiros daqueles lados ordenando-lhes que não consintam que quem quer que seja venda ou pegue gado nosso, e o não entregue senão a administradores e vaqueiros meus, montados a cavalos com os meus ferros, ou marcas.”*<sup>52</sup>

Em muitas outras cartas são comentadas situações desse tipo, mas em geral apenas num tom queixumeiro. Nesta carta de José Gonçalves há uma rica observação sobre diversos aspectos dos furtos, alguns dos quais difusamente mencionados nos processos criminais.

Esta é uma visão íntima das elites do gado que nos remete a um ambiente de preocupações em torno de retaliações política ou social, desconfianças em relação aos empregados e das fragilidades do exercício e dos símbolos de poder. José Gonçalves acreditava que o furto de gado nas suas propriedades, que já somavam mais de 40 animais, estava relacionado ao fato de ter abandonado o que era seu. Essa é uma das faces mais concretas do absenteísmo a que estamos aqui nos referindo e que parece ser mais comum nesse período e região: proprietários de muitas terras que apesar de morarem em uma fazenda (e não na capital) não iam com a frequência necessária visitar as outras propriedades e nem mantinham vaqueiros residindo nelas. Nesses casos, o gado solto ficava

---

<sup>52</sup> Carta enviada por José Gonçalves para o barão de Geremoabo, 17 de março de 1900, correspondência passiva, fundo Barão de Jeremoabo, FCM, documento 1258.

sem controle e era peça visada pelos ladrões. A tentativa do fazendeiro de “recuperar o que anda disperso” era em vão, pois, provavelmente, a essa altura, moradores e ladrões estavam convencidos de que as terras estavam abandonadas. Essa é uma versão que dificilmente seria contada à justiça pelas vítimas que instauravam um processo, mas que aqui, numa carta entre amigos, desabafa-se.

Um outro aspecto que esta carta nos traz é a cautela em relação a vaqueiros e administradores. Embora estes fossem os responsáveis pelo gado do fazendeiro “nem eles próprios” tinham ordens para vendê-lo. Nesse caso, José Gonçalves parece querer prevenir-se contra a situação que sucedeu ao fazendeiro Manuel Teixeira, na qual os vaqueiros, por terem acesso fácil os animais da fazenda poderiam roubá-los e vendê-los para outrem, repassando também a culpa pelo furto. Ele frisa para quem os animais roubados poderiam ser devolvidos: aos “administradores e vaqueiros meus, montados a cavalos com os meus ferros, ou marcas”, o que nos leva a crer que era comum ladrões fingirem ser vaqueiros para vender e receber gado dos fazendeiros sem desconfiança da comunidade.

Tudo indica, portanto, que estamos diante de uma sociedade complexa cujas nuances e tensões aparecem tanto nos processos criminais quanto nos desabafos de uma correspondência entre amigos. Ao findar este capítulo estamos cientes de que não foi possível definir regras de conduta e comportamentos padrões. Ao focar os conflitos em torno do furto de animais observamos que o estabelecimento de confiança e fidelidade entre indivíduos de diferentes classes sociais é um terreno movediço especialmente se estamos tratando de uma comunidade cuja necessidade de sobrevivência era mais importante do que a de ascensão social. Talvez, à semelhança do que ocorria no povoado rural de Santena no século XVII, e em tantos outros povoados rurais, os habitantes de Geremoabo estavam prioritariamente em busca de segurança. Como observa Levi, “a melhoria econômica era um objetivo subordinado à ampliação e confirmação das relações sociais sobre as quais se fundavam as necessidades de subsistência”.<sup>53</sup> E foi nesse processo de tentativa de ampliar e confirmar as relações sociais que fazendeiros, vaqueiros e trabalhadores autônomos adaptavam seus laços de solidariedade, mobilizavam suas identidades sociais, ponderavam suas diferentes concepções de poder, trabalho e sociedade e definiam a aparência de seus conflitos cotidianos: ora assumidos tête à tête, ora sutil e sabidamente contornados.

---

<sup>53</sup> Giovanni Levi, *Herança Imaterial*. p. 105.

### CAPÍTULO 3

u'a vontade é a qui me dá  
tali cuma u'a tentação  
dum dia arresolvê  
infiá os pé pelas mão  
pocá arrôcho pocá cia  
jogá a carga no chão  
i rinchá nas ventania  
quebrada dos chapadão  
nunca mais vim num currá  
nunca mais vê rancharia  
é a ceguêra de dexá  
um dia de sê pião  
num dançá mais amarrado  
pru pescoço cum cordão  
de num sê mais impregado  
e tomém num sê patrão  
(...)  
u'a vontade é a qui me dá  
dum dia arresolvê  
quebrá a cerca da manga  
e dexá de sê boi manso  
e dexá carro dexá canga  
de trabaiá sem discanço <sup>1</sup>

#### Entre linhas: o jogo da dominação pessoal

Não eram muitos os vaqueiros em Geremoabo. Embora a pecuária tenha sido uma atividade econômica importante e bastante difundida nessa comarca, não eram normalmente grandes as propriedades, nem os criatórios. O cenário geral era composto por

---

<sup>1</sup> *Peão na amarração*, música e letra de Elomar.

algumas fazendas imensas entremeadas por pequenos lotes de arrendatários, lavradores autônomos e matas. É bem verdade, entretanto, que havia diversos tipos de vaqueiros e não apenas o clássico trabalhador encourado das fazendas grandes e absenteístas. Qualquer proprietário médio necessitava de um empregado para ajudá-lo ou para ser o “responsável” pela criação. Nesse posto, como observamos anteriormente, era costume em Geremoabo que cuidasse tanto da lavoura quanto da pecuária.

Pesquisando os processos criminais de furto de animais aproximamos nosso foco dos conflitos frequentes por que passavam criadores, vaqueiros, trabalhadores e agregados das fazendas de gado. Mas não foi tarefa fácil identificá-los nestes processos, e foi especialmente difícil identificar os vaqueiros. Para descrever suas atividades, aspectos de seu cotidiano e sua cultura política foi preciso partir de fragmentos de histórias contadas com o claro objetivo de convencer a justiça. Além disso, havia o problema da auto-identificação ocupacional nos depoimentos que estava amiúde relacionada com a construção da autonomia profissional e social. Como argumentamos no segundo capítulo, o depoimento do vaqueiro era, em geral, favorável ao patrão e esta era uma situação na qual eram ressaltados os seus laços de dependência e de solidariedade vertical. No entanto, em outras ocasiões alguns vaqueiros puderam manter-se ocultos para a justiça, identificando-se como lavrador, ou mesmo não prestando depoimento, ou ainda sendo “apenas” facilitadores de furtos. Nesses casos esses trabalhadores escaparam ao nosso olhar.

Neste capítulo tentaremos aprofundar o olhar sobre os valores e a cultura política dos vaqueiros de Geremoabo juntando os fios pouco sistemáticos de uma outra documentação compulsada: a correspondência ativa e passiva de Cícero Dantas Martins, o barão de Geremoabo, entre 1880 e 1903, quando do seu falecimento.

O arquivo que abriga essas cartas é um acervo familiar, passado de mão em mão, geração após geração sendo revisto e selecionado.<sup>2</sup> De acordo com um caderno de notas pessoal, o barão teria enviado e recebido mais de 44.000 cartas, sendo que atualmente pouco menos de 3.000 se encontram disponíveis para a pesquisa.<sup>3</sup> Em grande medida a seleção das cartas que permaneceram de 1903 até hoje ficou a cargo do tempo – algumas

---

<sup>2</sup> Atualmente, este acervo compõe o Fundo barão de Jeremoabo e está disponível no Centro de Documentação e Informação Cultural da Bahia (CEDIC), mantido pela Fundação Clemente Mariani.

<sup>3</sup> “Caderno incompleto de correspondência expedida pelo barão de Jeremoabo, anotada pelo mesmo, com os meses, dias e como foram expedidas.” Fundo barão de Jeremoabo, FCM, caderno de notas 1.

cartas de fato se decompuseram. Uma outra parte, porém, provavelmente veio sendo selecionada pela moral de seus biógrafos descendentes.<sup>4</sup>

De qualquer forma sobreviveu um número considerável de cartas para os propósitos desta pesquisa. Tão grande, aliás, que não foi possível pesquisar todo o acervo. A escolha dos documentos obedeceu a um critério muito simples, embora enganoso: as palavras chave definidas pelos arquivistas. Separamos todas as cartas que continham um desses descritores: pecuária, mão-de-obra, escravidão, abolição, crise social, emprego e clientelismo, além daquelas enviadas por vaqueiros, independente do assunto que traziam. Isso significou um total de 137 cartas.

A família de Cícero Dantas era tradicionalmente a grande proprietária das terras de Geremoabo. Herdaram terras e formas de dominação dos Garcia D'Ávila quando estes começaram a sucumbir politicamente. No final dos oitocentos algumas famílias preponderaram no cenário político regional, tais como os Sá, os Rebello de Moraes, entre outras, mas foi a família Dantas e o barão, especificamente, que aliou a importância política em Geremoabo a uma projeção nacional mais acentuada.

Durante o período monárquico Cícero Dantas Martins, o barão de Geremoabo, esteve sempre relacionado com o conservadorismo. Sua carreira política começou desde cedo, tendo disputado sua primeira eleição em 1859. Mas sua estréia parlamentar em nível nacional foi em 1869 quando ocupou o cargo de deputado geral pelo assim chamado 4º distrito. Este distrito, que englobava 13 colégios e elegia três deputados no sistema criado pela lei de círculos de 1855, era zona de influência da família Dantas desde o início da década de 1860, mas isso não significava homogeneidade política. Segundo Álvaro Pinto Dantas, que escreveu uma biografia política do barão,

*A disputa política entre os Dantas que de início se deu apenas por questões eleitorais locais, se acirraram no ano de 1861, a partir do momento em que eles começaram a se posicionar mais claramente*

---

<sup>4</sup> O bisneto do barão foi seu primeiro biógrafo: João da Costa Pinto Dantas Junior. *O barão de Jeremoabo (Dr. Cícero Dantas Martins). 1838-1938*. Bahia: Imprensa Oficial do estado, 1939. Foi seguido pelo seu tataraneto que recentemente publicou sua tese de mestrado sobre a trajetória política do barão: Álvaro Pinto Dantas de Carvalho Júnior. *O barão de Jeremoabo e a política de seu tempo – Trajetória de um líder conservador na Bahia*. Salvador, Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006.

*em relação a disputas políticas do partido Conservador e Liberal a nível nacional.*<sup>5</sup>

A disputa familiar veio na rebarba da tensão política entre esses dois partidos. O barão viveu seu apogeu político monárquico, por assim dizer, entre os anos de 1869, quando da sua eleição para deputado geral, e 1878, quando findou a grata seqüência de quatro gabinetes conservadores. Ao fim desse período de trabalho contínuo na Corte, Cícero Dantas se recolheu politicamente e se dedicou aos seus familiares e às suas fazendas até 1885. Foram sete anos durante os quais o barão tratou, por exemplo, de realizar interessantes novenas temáticas que antecediam as festas de São João para distrair sua família e investir em sua própria imagem como coronel e como político. Álvaro Dantas as descreve:

*“Cada noite do novenário era dedicada a um grupo de pessoas que podia reunir-se pela posição social, profissão que exerciam na fazenda, ou grau de parentesco e intimidade que possuíam com a família do proprietário. Uma noite era dedicada aos vaqueiros, outra aos carreiros, e, assim por diante, de maneira que a nona e última noite fosse dedicada ao dono da fazenda e toda sua família.*<sup>6</sup>

Em 1885 retornam os conservadores ao poder com o barão de Cotegipe. Ato contínuo, reabriram-se as possibilidades de vida política para o barão. No entanto ele, desiludido por ter sido derrotado em uma eleição já de início desfavorável, havia feito uma nota de despedida política no *Jornal de Notícias* “pela descrença invencível de ser útil ao meu país e aos meus amigos”, denunciando, publicamente, a característica clientelista da política nacional.<sup>7</sup> Mas o barão se rendeu aos encantos da Corte, para lá voltou com sua família, e participou de mais três gabinetes, dois conservadores e o último liberal, até a desagregação da monarquia.

---

<sup>5</sup> Álvaro P.D.C. Júnior. *O barão de Jeremoabo*, p. 116.

<sup>6</sup> Idem., pp. 132-133.

<sup>7</sup> *Jornal de Notícias*, 30 de outubro de 1885, apud Álvaro P.D.C. Júnior. *O barão de Jeremoabo*, p. 137. Interessante é a manifestação da oposição liberal em relação à derrota do barão: “Todo de couro vestido / Vinha atrás Jeremoabo, / Seguido de dois palhaços / Dando o braço ao José Gonçalves, / Muito alegre e de todo ancho, / De aguilhada e facão, / Guiando todo o farrancho / Também vestido de couro / Como um filho do Sertão!” Cf. *Idem*, p. 136

No período republicano, o barão, assim como tantos políticos baianos, ficou inicialmente afastado dos cargos públicos. Embora ele não tivesse se surpreendido com o golpe, também não se animou de pronto com as idéias republicanas preferindo ficar na “expectativa simpática” diante da nova situação.<sup>8</sup> De mais a mais, o grupo conservador padecia da falta de uma liderança política visto que seu grande líder baiano, o barão de Cotegipe, havia falecido alguns meses antes de ver concretizar-se a República. Por outro lado, Rui Barbosa, a quem o barão hostilizava abertamente, foi prestigiado com o novo regime ocupando a importante pasta da Fazenda e dando apoio aos primos liberais de Cícero Dantas.

A década de 1890 iniciou-se com uma tentativa de união que foi logo seguida por intensa briga política no seio da própria família Dantas e fora dela, entre aqueles que se propuseram a organizar novas agremiações políticas que substituíssem os extintos partidos liberal e conservador. Do lado conservador, lideranças importantes se uniram em torno do Partido Republicano Federalista: o próprio barão de Geremoabo, seu amigo e futuro governador da Bahia, José Gonçalves, Luis Viana, que também viria a ser governador, e Severino Vieira. Porém, em 1893, acirrou-se a disputa interna com a cisão deste partido, o qual, durante alguns anos, mascarou a discordância política. Dessa forma se firmou a famosa rixa entre vianistas (partidários de Luis Viana) e gonçalvistas (partidários de José Gonçalves)<sup>9</sup>. O barão, evidentemente, ficou do lado de José Gonçalves e, por isso, o ano de 1893 marcou o momento em que ele deixa de ser “um coronel governista, para se tornar um coronel oposicionista”, no dizer de Álvaro Dantas. Mas ele continuou a exercer importantes cargos nacionais para os quais já havia sido eleito em 1891 – senador estadual – e em 1893 – presidente do Senado – além de ter sido, neste mesmo ano conturbado de 1893, intendente municipal de Itapicuru. Foi apenas dois meses depois de ter sido escolhido presidente do Senado que o barão entrou em crise com a oligarquia estadual dominante. Durante a guerra em Canudos essa disputa foi motivadora de muitas ações e omissões.

---

<sup>8</sup> Expressão usada pelo próprio barão em carta enviada para José Gonçalves em 6 de dezembro de 1889. *Apud*. Álvaro P.D.C. Júnior. *O barão de Jeremoabo*, p. 186.

<sup>9</sup> Desta cisão nasceram o Partido Republicano Federal da Bahia, que abrigou Luis Viana e Rodrigues Lima e foi fundado em 15 de abril de 1894, e o Partido Republicano Constitucional, fundado em 19 de agosto de 1894 por José Gonçalves e pelo barão de Geremoabo. Sobre a rixa entre Vianistas e Gonçalvistas ver, por exemplo, Consuelo Novais Sampaio. *Os Partidos Políticos da Bahia na primeira República. Uma política de acomodação*. 2ª ed. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBa, 1999.; Eul-Soo Pang. *Coronelismo e Oligarquias. 1889-1934. A Bahia na primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

Pela relação de amizade e proximidade política ente o barão de Geremoabo e José Gonçalves, este veio a ser um dos missivistas mais freqüentes no conjunto de correspondência que permaneceu até hoje. O tom das suas cartas, como veremos adiante, é bastante íntimo e sincero, permitindo observar aspectos que estão um pouco além das frases feitas dos políticos.<sup>10</sup>

Não é a nossa intenção aqui fazer uma reflexão mais longa sobre a atuação política do barão de Geremoabo, mas apenas situar brevemente seu perfil político e delinear seu relacionamento com os poderes públicos estadual e nacional. Muito mais do que o barão político, interessa-nos o barão fazendeiro, muito embora tenha sido difícil dissociar as duas coisas. Apesar de terem sido cuidadosamente classificadas por assuntos pelos arquivistas, as missivas abordam muitos temas e é possível ler numa só carta algo sobre política, vida amorosa e pagamento de trabalhadores. Além da diversidade de temas, há correspondentes de variados grupos sociais, o que nos permite colocar estes temas em perspectiva na sociedade. Tentaremos aproveitar essa profusão de temas e personagens para entrever, a partir de visões particulares, as relações de trabalho e a cultura política exercidas cotidianamente nas fazendas de gado de Geremoabo.

## **1. A questão do prestígio social do vaqueiro.**

O vaqueiro é um dos tipos sociais mais romantizados pela literatura. Seus hábitos e vestimentas, sua lida diária, a relação com os animais, sua moral e prestígio, são todos aspectos reiterados de maneira quase poética por estudiosos e curiosos.

A figura idealizada do vaqueiro perpassou diversos períodos da história do Brasil sendo seu “mito de origem” estabelecido no momento da colonização dos sertões. Em narrativas históricas aparentemente díspares como as de Capistrano de Abreu, Costa Porto, Eurico Alves Boaventura, Euclides da Cunha, José Norberto Macedo, Renan Soares, Caio Prado Jr., e também em narrativas folclóricas como em Câmara Cascudo observa-se a sustentação de uma imagem positiva associada ao vaqueiro.<sup>11</sup> Acreditamos que isso se

---

<sup>10</sup> Foi José Gonçalves o quarto governador da Bahia, tendo exercido o cargo entre novembro de 1890 e dezembro de 1891, quando foi forçado pela oposição florianista a renunciar.

<sup>11</sup> Capistrano de Abreu. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. 7ª ed., ver., Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: editora da USP, 1988; Costa Porto. *O Pastoreio na formação do Nordeste*. Serviço de documentação –

deveu, dentre outros motivos, ao fato de que ele personalizou a idéia de “ocupação” e “civilização” do sertão livrando-se da imagem agressiva do bandeirante ou entradista e incorporando uma aura corajosa e nobre. Prova disso é a análise que faz Euclides da Cunha da formação social do baixo São Francisco, onde define os três personagens centrais dessa história: o bandeirante, o jesuíta e o vaqueiro, sendo que este último “bravo e destemeroso como o primeiro, resignado e tenaz como o segundo, tinha a vantagem de um atributo que faltou a ambos – a fixação ao solo”.<sup>12</sup> Segundo Boaventura, a formação dos currais era a “mostra clara e evidente do sedentarismo” e que a fazenda de criar era “a mais forte origem da nossa civilização”.<sup>13</sup>

Em se tratando de pecuária extensiva, a única praticada no Brasil até finais do século XIX, as propriedades administradas por vaqueiros eram enormes fazendas cujos limites eram despenhadeiros naturais – a partir dos quais o gado não mais podia ir. Conhecer e dominar os limites conquistados foram as tarefas centrais dos vaqueiros ao longo de séculos e o principal motivo pelo qual se perpetuou seu prestígio nas fazendas.

Esse crivo inicial fixou o vaqueiro no imaginário das elites como um tipo digno, honrado e correto, além de corajoso. Concorreu para a confirmação dessa imagem o próprio cotidiano aventuroso deste trabalhador, a relação de intimidade e cumplicidade estabelecida com o patrão e a reiteração social constante desses atributos. Analisando a fama de valentia dos trabalhadores da estiva, Fernando Teixeira da Silva observa argutamente que a manutenção de tal fama “exigia platéia, torcida, testemunhas que deveriam funcionar como um ‘tribunal da reputação’, ao qual cabia reconhecer quem gozava de respeito, reverência e distinção.”<sup>14</sup> No caso dos vaqueiros de Geremoabo parece ter sido igualmente importante o

---

Os Cadernos de Cultura. Rio de Janeiro: departamento da Imprensa Nacional, 1959; Eurico Alves Boaventura. *Fidalgos e Vaqueiros*. Salvador, EDUFBA, 1989; Euclides da Cunha. *Os Sertões*. São Paulo, Martin Claret, 2003; Jozé Norberto Macedo. *Fazendas de gado no Vale do São Francisco*. Documentário da Vida Rural, nº 3, Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1952; Renan Monteiro Soares. *Aspectos sociológicos da Pecuária Nordestina*. Recife: UFPE – imprensa Universitária, 1968; Caio Prado Jr. *Formação do Brasil Contemporâneo. Colônia*. [1942] 24ª reimp., São Paulo: Editora Brasiliense LTDA, 1996; Luís da Câmara Cascudo. *Vaqueiros e Cantadores*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

<sup>12</sup> Euclides da Cunha. *Os Sertões*. P. 99.

<sup>13</sup> Eurico Alves Boaventura. *Fidalgos e Vaqueiros*, p. 24.

<sup>14</sup> Fernando Teixeira da Silva. “Valentia e cultura do trabalho na estiva de Santos”. In: Cláudio Batalha; Fernando Teixeira da Silva; Alexandre Fortes (orgs.). *Culturas de Classe. Identidade e Diversidade na Formação do Operariado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, pp. 205-245. Há um artigo de Hobsbawm que também alude às características que vão sendo associadas aos grupos profissionais, no seu caso de estudo, os sapateiros. Eric J. Hobsbawm. “Sapateiros Politizados”. In: *Mundos do Trabalho. Novos estudos sobre*

reconhecimento social das suas virtudes, prova disso é que serviram de inspiração para cordéis e para causos contados em ocasiões festivas, nos botecos em dias de feira ou no fim do dia, quando os corpos cansados procuravam se distrair com alguma história, o que popularizou ainda mais esse personagem e tornou mais consistente sua reputação. Trataremos do folclore associado a esse imaginário no próximo capítulo. Aqui, tentaremos abordar aspectos da lida diária real dos vaqueiros e algo sobre suas tentativas de se valorizarem moral e culturalmente frente a seus patrões.

É inegável que a vitalidade histórica associada a um “mito de origem” tão bem construído contribuiu muito para a propagação de uma imagem positiva associada ao vaqueiro. Entretanto, um dos principais traços a distingui-lo, tanto no seio da classe dominante quanto entre os trabalhadores em geral, era a capacidade que este demonstrava de transitar livremente entre o mundo do dono da fazenda e aquele dos trabalhadores, tornando-se um “bilíngüe” experiente na arte de decodificar normas de comportamento por vezes opostas.<sup>15</sup> Por isso mesmo, o vaqueiro-administrador atuava como porta voz dos interesses de um ou de outro grupo. No entanto, essa condição de “bilíngüe”, longe de amortecer o conflito entre as classes, como o termo pode sugerir, fazia do vaqueiro alguém que tinha mais elasticidade e noção do funcionamento social e que podia aproveitar as frestas da comunicação em proveito próprio.

Em muitas ocasiões o vaqueiro servia como o “braço direito” do proprietário, quando não era a única representação de seu domínio. Por esse motivo se firmou a coincidência entre vaqueiro e procurador, notada no capítulo primeiro. Quanto mais distante estava o dono, mais poderoso era o vaqueiro, já que ele acumulava funções e poderes administrativos. No entanto, ao mesmo tempo em que mantinha essa relação de estreita confiança com o dono da fazenda, o vaqueiro mantinha com os demais trabalhadores uma relação bastante próxima e não era raro que ele tivesse que reportar ao dono da fazenda as suas queixas e reivindicações. Uma das funções centrais da

---

*história operária*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, pp. 149-191. Agradeço a Rafaela Leuchtenberger a lembrança dessa referência.

<sup>15</sup> Utilizamos, aqui, a expressão de P. Burke que propõe o conceito de “bicultural”, “bilíngüe” ou ainda “anfíbio cultural” para definir a condição daqueles que no início da Europa moderna vivenciavam a “pequena tradição”, a qual era transmitida informalmente e era por isso mais aberta e acessível, mas também tinham acesso à “grande tradição” basicamente por serem letrados. Burke argumenta que essa situação era vivida por membros da elite, mas que foi uma experiência que sucumbiu gradualmente já que ao longo dos séculos XVII e XVIII as classes altas foram deixando de participar da pequena tradição. Cf. Peter Burke. *Cultura Popular na Idade Moderna. Europa, 1500-1800*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995, p. 55.

correspondência enviadas por vaqueiros ao barão de Geremoabo era exatamente relatar a situação dos trabalhadores, como veremos adiante na carta do vaqueiro José Lins.

Além do mais, o trabalho com o gado na pecuária tradicional, diga-se extensiva, sempre exigiu força, astúcia e responsabilidade. Em grande medida esses também foram componentes que elevaram o vaqueiro em prestígio e respeito social e fundamentaram o mito em torno da sua superioridade dentre os demais trabalhadores de uma fazenda. Sua atividade não se resumia à supervisão do trabalho, como se fosse um feitor, embora essa também fosse uma incumbência sua. Ele também cuidava diretamente do gado, tocava de um pasto para outro, contava, ferrava, comercializava, e prestava contas para o dono, sendo esta última tarefa a que realmente o diferenciava dos demais já que eram apenas os vaqueiros, em funções de administradores, que se correspondiam com o barão de Geremoabo, por exemplo. Numa situação de parcial ou total absenteísmo, o acesso direto ao dono da fazenda era um dos mais importantes signos de prestígio deste trabalhador.

De acordo com Áureo Ribeiro, que estudou os vaqueiros dos Vales do Mucuri e Jequitinhonha, a “glória profissional” do vaqueiro “nasceu de duas circunstâncias muito unidas: a proximidade com o fazendeiro e a complexidade da tarefa”.<sup>16</sup> Sendo criado na casa da sede ou próxima a ela, recebia “roupa, bom trato e comida” e se familiarizava desde cedo com o patrão – e seu temperamento, seus gostos, seus pontos fracos. Esse contato, bem mais que gerar traços de domesticação cultural – como se argumenta no caso dos escravos da casa grande –, levou à dependência do dono da fazenda em relação a seus vaqueiros. Eram os vaqueiros, afinal, que sabiam de tudo na fazenda: localização do gado, condições das instalações e das pastagens, existência de fontes, olhos d’água, madeiras, entre outros aspectos. Eram eles também que dominavam a chave da boa relação com os demais trabalhadores.

Em uma carta enviada ao barão por sua irmã, Francisca Dantas da Silveira Carvalho em 1890, dá notícias da situação de uma fazenda provavelmente situada em Bom Conselho:

*O José Lins aqui esteve e muito senti você não estar aqui para conversarmos. Paguei a ele os 48\$000 do cavalo e os vaqueiros a*

---

<sup>16</sup> Áureo Magalhães Ribeiro. “As Estradas da vida: Histórias da terra, da fazenda e do trabalho no Mucuri e Jequitinhonha, Minas Gerais.” Tese de Doutorado, Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 1997.

*pedirem a partilha pedi a ele que desse. [O] João Bernardino diz que não se sujeita a partilha de 5, e eu que não faço exceção, disse ao João Severo que se ele não concordasse então se retirasse.*<sup>17</sup>

A partilha, ou sistema de sorte, era um momento festivo, mas às vezes também tenso em uma fazenda. Como se observa na passagem citada, nem todos a consideravam uma concessão generosa do proprietário e sim seu dever. Ela significava o pagamento dos serviços prestados com um de cada quatro ou cinco bezerros nascidos num intervalo de tempo previamente acordado, em geral anualmente. Ao que indica esse trecho da carta, João Bernardino não aceitava a “partilha de cinco”, ou seja, aquela que lhe daria um de cada cinco bezerros nascidos, talvez em razão de ter havido mudança recente nas regras de partilha. É possível que nos dois anos seguintes à Abolição, quando escrevia esta carta, Francisca Dantas tivesse estendido o benefício da partilha aos trabalhadores ex-escravos; assim, além de ter que lidar com novas exigências políticas, tivesse também que adaptar o sistema de partilha para algo mais viável, em razão do maior número de trabalhadores que seriam beneficiados. Para atender a essa nova demanda, Dona Francisca pode ter optado por dar um de cada cinco bezerros nascidos no ano ao invés de um de cada quatro. Fazendo isso ela estaria diminuindo o pagamento de cada um, individualmente, para beneficiar a todos com o mesmo sistema de sorte. No entanto, não pudemos confirmar essa hipótese porque não há uma lista de empregados da fazenda ou algum outro documento que indicasse alguma mudança nesse sistema de pagamento.

Mas o aspecto central que deve ser frisado nesse trecho é o fato de que era o vaqueiro-administrador José Lins o responsável por efetuar o pagamento em forma de partilha e não o dono da fazenda. Era, portanto, o vaqueiro quem lidava diretamente com os trabalhadores e negociava eventuais reivindicações, como a de João Bernardino, já que representava o dono da fazenda não apenas na sua ausência. Esse fato confirma a idéia de que o vaqueiro era tanto braço direito do fazendeiro quanto porta voz dos interesses dos demais trabalhadores. Sendo assim, o fazendeiro dependia em mais um aspecto do vaqueiro: da boa imagem propagada por ele frente aos outros trabalhadores.

---

<sup>17</sup> Carta enviada por Francisca Dantas da Silveira Carvalho para o barão de Geremoabo, 04 de outubro de 1890, correspondência passiva, fundo Barão de Jeremoabo, FCM, documento 0468.

Fica patente nas cartas que estamos analisando, que o fazendeiro tinha que lidar inteligentemente com essa dependência no sentido de manter a honestidade e fidelidade do vaqueiro em relação a ele. É nesse contexto que deve ser analisado o fato do vaqueiro ter o direito de manter sua criação “embolada” com a da fazenda, ter participação na venda do requeijão e do couro, ter direito à roça e a manter sua casa próxima à sede da fazenda além de outras pequenas concessões que foram compondo o cenário das relações de trabalho locais e se tornando uma praxe. Estas concessões significavam para o fazendeiro uma tentativa de não ficar refém da dependência que sofria e uma espécie de retribuição simbólica ao dedicado serviço que o vaqueiro lhe prestava.

Dentre as cartas enviadas para o barão, aquelas oriundas de José Gonçalves da Silva, ex-governador da Bahia, são as que mais nos aproximam da visão das elites sobre vaqueiro. Como eram muito amigos, José Gonçalves não poupava palavras para dizer ao barão o que pensava, nem para admitir seus fracassos. Em meados de 1897 escreve lamentando a ruína por que passava suas propriedades, dentre outros motivos em razão da dificuldade de contratar vaqueiros e administradores. De acordo com o missivista:

*Administradores e vaqueiros que prestem, não se encontram mais nestas paragens, por que o pessoal melhorzinho, é a verdade, [tira] de suas agências para conta própria, vantagens que nós não podemos dar. Os meus vaqueiros que estão ganhando de 300 a 400\$00, reclamam que não podem continuar sem aumento de salário, e eu lhes vou argumentar. Eles não prestam, mas eu não encontro melhores. E nota: além dos tais vaqueiros, tenho nas fazendas do Curaça, não falo mais daqui, dois administradores ganhando, cada um, 600\$00 sem falar da percentagem que aufere na venda de requeijão, couros etc....*<sup>18</sup>

Nesse trecho fica claro que vaqueiros e administradores eram considerados ofícios distintos, muito embora na linguagem corrente se dissesse vaqueiro para se referir a ambas as ocupações. Os vaqueiros ganhavam entre 300\$000 e 400\$000 por mês e os

---

<sup>18</sup> Carta enviada por José Gonçalves da Silva para o barão de Geremoabo, 1897 (mês ilegível), correspondência passiva, fundo Barão de Jeremoabo, FCM, documento 0489.

administradores em torno de 600\$000 o que indica a prática de um salário regular que os diferenciavam dos trabalhadores diaristas e dos agregados. No caso dos administradores, além dessa renda fixa mensal, havia a complementação com parte da produção da fazenda que significava uma “percentagem que auferem na venda de requeijão, couros etc.”

É interessante notar que preocupava as elites o maior grau de autonomia que os trabalhadores estavam obtendo. José Gonçalves escreve essa carta no meio da guerra contra Canudos, momento em que geralmente se associa todos os problemas sociais da região ao conselheirismo, mas ele não relaciona a falta de vaqueiros a esse fenômeno. Ao contrário, acredita que “o pessoal melhorzinho” não se dispunha a empregar-se numa fazenda porque, trabalhando para si, tinha mais vantagens, não obstante as facilidades que um emprego fixo lhes proporcionasse. Os vaqueiros e administradores também estavam exigindo aumento de salário, o que provavelmente significava consciência sobre as mudanças nas relações de trabalho que se processavam no período.

Um outro distintivo importante era a vestimenta que consistia em um uniforme de couro, hoje já muito difundido como o traje típico do vaqueiro. “As vestes são uma armadura”, dizia o observador Euclides da Cunha: “O seu aspecto recorda, vagamente, à primeira vista, o de guerreiro antigo exausto da refrega”.<sup>19</sup> Era uma roupa que deixava o vaqueiro preparado para a lide com o gado bravio na vegetação fechada e espinhenta que caracterizava os pastos do sertão. Mas era também um aspecto que o destacava visualmente na sociedade e por vezes permitia intersecção entre a função de vistoriar o gado, na qual ocupava a maior parte do tempo, e a de vigilância social.

Temos poucos indícios sistemáticos sobre o comércio de couros, mas podemos afirmar que esse era o produto mais lucrativo da pecuária na época. No capítulo anterior, onde analisamos os furtos de gado na região, constatamos alguns casos em que os ladrões comiam ou vendiam a carne do gado roubado, mas devolviam o couro para o dono, caso ele quisesse reaver seu animal. Esse fato ocorria mais frequentemente quando o gado roubado tinha invadido pastos ou fazendas alheias e, nesses casos, a posse do gado era posta em questão, embora não o fosse sua propriedade – devolver o couro significava, portanto, devolver simbolicamente a propriedade sobre o animal. Aliado a essa interpretação, deve ser notado que o alto valor atribuído ao couro do animal fazia do ato de devolve-lo ao dono

---

<sup>19</sup> Euclides da Cunha, *Os Sertões*. P. 119.

uma forma de emendar pacificamente o roubo devolvendo a parte economicamente mais interessante do animal. Nesse sentido, estar vestido com uniforme de couro era também símbolo de prestígio social, tanto sim que era prática reservada aos vaqueiros e, dentre estes, provavelmente aos vaqueiro-administradores, não apenas por um costume social, mas pelo alto valor dessa vestimenta. Sabedor desse significado, José Gonçalves da Silva termina sua carta sugerindo ao barão uma boa maneira de se arranjar vaqueiros para trabalhar:

*Quer um vaqueiro para o Regalo [?] Vaqueiros que entendam do ofício, é coisa rara nesta terra onde, hoje, o povo está entregue ao trabalho de roça. Sabes como os arranjo para mim? Pego um diabo que me parece mais jeitoso, e mando vesti-lo de couro, e entrego aos mais velhos para ensiná-lo, acertando umas vezes, errando outras. Ainda ontem contratei um assim (do Monte Santo) para Gabriel. Verei se aparece algum para te mandar.*<sup>20</sup>

Nesse trecho pode-se observar que estar encourado era uma característica importante para identificar aqueles que ocupavam o cargo de vaqueiro e que era uma obrigação do fazendeiro prover este uniforme. Observa-se também que, para as elites, lidar com o gado era um serviço para aqueles trabalhadores mais “jeitosos”, não sendo um serviço para a “mão-de-obra” comum. Acreditamos que esses dois aspectos, salário regular e uniforme, posicionavam de maneira distinta esses trabalhadores numa sociedade egressa da escravidão e com poucas oportunidades econômicas. Era o dono da fazenda, portanto, um dos principais responsáveis por alimentar esse status social diferenciado dos seus vaqueiros. Mas seria essa uma prática comum nas demais fazendas?

As fontes compulsadas para responder questões como essas não são sistemáticas e não respondem diretamente à pergunta. O perfil de fazendeiros que capturamos a partir da correspondência do barão do Geremoabo é o do latifundiário parcialmente absenteísta. Esse tipo de fazendeiro costumava manter um vaqueiro-administrador e lhe confiar poder de mando – o que significava conferir também respeito e prestígio frente aos demais

---

<sup>20</sup> Carta enviada por José Gonçalves da Silva para o barão de Geremoabo, 1897 (mês ilegível), correspondência passiva, fundo Barão de Jeremoabo, FCM, documento 0489.

trabalhadores. José Gonçalves, só no final da vida, no período de sua ressaca política, esteve mais presente e dedicou mais atenção às suas propriedades, mas, ainda assim, considerava-se um elemento externo a elas a ponto de dizer, ao notar “as ruínas” em que se encontravam suas fazendas: “Estão assim todas as propriedades, em que não residem os próprios donos”. Suas cartas reiteram um queixume em relação ao abandono das fazendas, que ensejava furtos de animais e invasão de propriedades. Até mesmo a seca parecia um castigo de Deus associado ao absenteísmo, embora fosse obviamente um fenômeno natural e anual.

No entanto, nem todos os proprietários absenteístas apostavam numa relação de trabalho mais amistosa com seus vaqueiros, ou seja, delegavam pouco ou nenhum poder e por isso não contavam com um vaqueiro-administrador de confiança nos moldes apresentados acima. Os processos de furto nos quais os vaqueiros não depõem como testemunhas ou que sugerem o envolvimento desses trabalhadores com os furtos de animais da própria fazenda onde trabalhavam pode indicar uma outra relação de trabalho na qual os fazendeiros não contribuía para elevar em prestígio e status social seus vaqueiros dando-lhes a função de administradores.<sup>21</sup> Fossem eles absenteístas ou não, mantinham em suas fazendas vaqueiros que cumpriam apenas a função de vaquejar e cuidar do gado, não partilhando, portanto, das benesses, do poder e do prestígio de serem vaqueiros-administradores como o “senhor França”, comentado no capítulo anterior ou o próprio José Lins Barreto que, como veremos adiante, era um importante empregado da família Dantas. Isso talvez explique também o fato de que alguns vaqueiros não se identificavam como tais nos processos crimes, por exemplo, preferindo a identificação de “lavrador de suas roças”, que lhes parecia uma ocupação autônoma e por isso mais prestigiosa.

Nas propriedades onde os donos residiam, fossem elas fazendas grandes ou médias, era comum que eles mesmos as administrassem, mas era igualmente freqüente que delegassem a um filho ou parente essa tarefa. Antônio João de Meneses, falecido em julho de 1888, deixou em testamento a maior parte dos bens para seu vaqueiro e irmão Thomaz

---

<sup>21</sup> Esses casos foram comentado no capítulo 2 no item 6. Sobre suspeita de envolvimento de vaqueiro com o furto ver processo crime de furto em que é réu Pedro Galdino (e outros), Cícero Dantas, 1900, seção judiciária, APB, estante 19, caixa 653, documento 23. Processos nos quais os vaqueiros não depõem ver, entre outros, processo crime de furto em que é réu Manoel Gomes de Souza, Geremoabo, 1892, seção judiciária, APB, estante 09, caixa 301, documento 12; e processo crime de furto em que é réu Balduino Teixeira de Castro, Cícero Dantas, 1899, seção judiciária, APB, estante 05, caixa 177, documento 15.

Vila Nova Meneses. Deixou para ele também todos os animais de partilha de sua cunhada. Antônio não fez isso por falta de herdeiros naturais, e sim para garantir que seu irmão tivesse direito ao que ele considerava justo, provavelmente em razão de seu dedicado trabalho na fazenda.<sup>22</sup> O caso que citamos acima, de Francisca Dantas, irmã do barão, também é um exemplo de fazendeiros que, mesmo residindo na própria fazenda, delegavam a administração a um vaqueiro de confiança e reiteravam assim a fama deste trabalhador como alguém importante e poderoso.

Afora as questões especificamente relacionadas com as relações de trabalho, outros aspectos presentes no cotidiano do vaqueiro conferiam a ele maior importância social. Por se tratar de uma pecuária extensiva na qual o gado passava a maior parte do tempo em pasto aberto sendo apenas vaquejado para uma ou outra região em busca de água e comida, era o vaqueiro quem sabia as reais condições dos animais e o que havia de bom e ruim na fazenda. Essa situação aparece claramente em uma carta do vaqueiro Tibertino Pereira de Matos, que escreve para o barão de uma fazenda sua em Tucano:

*Agora é me possível comunicar a Vossa Mercê o prejuízo que teve nesta fazenda. Com certeza 10 vacas pariram faltam três que não aparecem julgo que não são vivas morreu uma novilha de 6, e 13 mamotes de 8 também morreu um boi creio que ao todo 18 cabeças, o Touro de Casta está vivo já tirando algum bezerro.*<sup>23</sup>

Era Tibertino quem detinha o conhecimento do que a fazenda Lagoa do Brás de fato produzia. Ele sabia quais os bezerros nascidos e sua filiação, os animais que morriam e o peso dos mesmos.<sup>24</sup> Eram tão necessárias suas informações sobre o estado da fazenda que o barão mantinha freqüente correspondência com o vaqueiro, ao menos a julgar pelo tom corriqueiro desta carta, já que não restou nenhuma outra correspondência de Tibertino no acervo que serviu a esta pesquisa. O vaqueiro, portanto, tinha opinião relevante no momento da venda de animais, sendo o responsável pela única fonte de renda das fazendas.

---

<sup>22</sup> Inventário de Antônio João de Meneses, Geremoabo, 1888, seção judiciária, APB, número 08/3469/19.

<sup>23</sup> Carta enviada por Tibertino Pereira de Matos para o barão de Geremoabo, 10 de julho de 1890, correspondência passiva, fundo Barão de Jeremoabo, FCM, documento 0935.

<sup>24</sup> Acreditamos que Tibertino se referia a uma novilha de 6 arrobas e a 13 mamotes de 8 arrobas que haviam morrido. Arroba é a medida mais usada no nordeste baiano e equivale a 30 quilos no peso bruto ou 15 só de carne.

Geralmente era também ele quem realizava as transações comerciais, conduzia e contava o gado até o destino final ou supervisionava essa tarefa. Esse dado, associado ao fato de que era o vaqueiro quem fazia o pagamento dos trabalhadores, seja ele em espécie ou em criação, colocava esse trabalhador no centro da vida econômica das fazendas de Geremoabo.

Havia também a questão dos perigos enfrentados no cotidiano de trabalho do vaqueiro. De acordo com Áureo Ribeiro, a complexidade das tarefas exercidas por este trabalhador era um componente principal da sua “glória profissional” tendo em vista que ele executava tanto as funções administrativas, comentadas acima, quanto técnicas, como domar um animal, curar bicheiras, interferir no parto de uma vaca cujo bezerro estivesse atravessado, entre outras afazeres que exigiam habilidades bastante específicas. Mas a sua atividade por excelência em Geremoabo parece ter sido a de vistoriar e vaquejar o gado, procurar boi brabo que se perdia nos vastos campos e essas eram tarefas em geral perigosas. A vestimenta encourada do vaqueiro se explica também por esse tipo de necessidade, afinal, os pastos eram fechados de vegetação espinhosa e os terrenos eram acidentados. Nos processos criminais instaurados para averiguar os furtos de animais, muitos vaqueiros flagravam os acusados justamente enquanto estavam vaquejando.<sup>25</sup>

Não por acaso serviram os vaqueiros às funções de inspetores de quartirão e guardas de tropa, como abordamos no capítulo segundo. O fato de estarem encourados (uniformizados), terem como principal atividade percorrer e vistoriar territórios e ter um respeito social acentuado deu a eles as condições necessárias para ocupar determinados cargos. Quando Tertuliano de Santana brigou e matou José Antônio de Souza em 1889 em razão de uma cobrança de dívidas a respeito de uns peixes que tinham em sociedade, foi logo denunciar a si próprio ao vaqueiro Hilário, que estava “em sua casa na Barriguda”, a propósito, uma das fazendas do barão de Geremoabo. O vaqueiro Hilário, que estava trabalhando com outros lavradores, imediatamente agarrou Tertuliano e o conduziu à presença do “inspetor de quartirão”, que era o vaqueiro Antônio Teixeira de Castro, para que ele tomasse as devidas providências.<sup>26</sup> Em processos como este vemos que não era

---

<sup>25</sup> Ver, por exemplo, processo crime de furto em que é réu José Martins de Souza, Geremoabo, 1891, seção judiciária, APB, estante 09, caixa 301, documento 05.

<sup>26</sup> Processo crime de apelação em que é réu Tertuliano de Sant’Anna, Geremoabo, 1889, seção judiciária, APB, estante 04, caixa 139, documento 02.

apenas a suposta solidariedade política e eleitoral com os donos das fazendas que fazia dos vaqueiros protagonistas do coronelismo republicano. Foi também sua própria atitude de exercer funções que caberiam aos poderes públicos. À semelhança, por exemplo, do barão de Geremoabo que fazia o trabalho de um cartório ou da Igreja ao anotar cuidadosamente nascimentos, falecimento e casamentos na região.<sup>27</sup>

Nesse sentido é que se pode afirmar que o vaqueiro se distinguia dos demais trabalhadores rurais pelo seu cotidiano aventuroso e arriscado e “sua coragem todo o dia posta a prova”, no dizer de Áureo Augusto Ribeiro. Destacava-se também, por sua relação de proximidade com o dono da fazenda e pelas funções administrativas que ele lhe confiava, pelo poder de mando que exercia frente aos demais trabalhadores, pelos direitos diferenciados que adquiria ao longo do tempo em que servia em uma fazenda e por lidar com um animal que esteve sempre relacionado ao principal fator de expansão e conquista de novos territórios. Não por acaso, o folclore do boi continua sendo um dos mais importantes difusores da idéia de honra e superioridade cultural do vaqueiro, como veremos no próximo capítulo.

## **2. “Deixar de ser boi manso”**

Todos esses fatores de prestígio social abordados acima serviram para situar de maneira diferenciada o vaqueiro numa sociedade pobre, desigual e com poucas oportunidades de ascensão social. Mas esses elementos de destaque não existiram pacificamente em Geremoabo, ou seja, não obstante fossem baseados em valores que permeavam fortemente o imaginário social, era preciso reafirmá-los constantemente e isso algumas vezes gerava conflito.

A análise da correspondência entre o barão e seus vaqueiros mostra que havia um longo processo retórico por meio do qual este trabalhador convencia o “amo” da sua importância na fazenda e da pertinência de suas reivindicações. Os vaqueiros aproveitavam a oportunidade da resposta às cartas enviadas pelo barão – que em geral pediam notícias da fazenda – para reiterar e manipular inteligentemente os fatores que faziam deles indivíduos

---

<sup>27</sup> “Assentamento de nascimentos, batizados, casamentos e óbitos de familiares, parentes e amigos”. Fundo barão de Jeremoabo, FCM, caderno de notas 2.

mais bem posicionados em Geremoabo. O conjunto de apenas 12 cartas entre o barão e seus vaqueiros e administradores do recôncavo e das suas fazendas no sertão que permaneceu até a atualidade é uma das peças documentais mais ricas para essa pesquisa porque nos permite ir além da visão e das expectativas das elites sobre as relações de trabalho locais.

## **2.1 Correspondência entre o vaqueiro José Lins Barreto e o barão de Geremoabo<sup>28</sup>**

Uma carta do vaqueiro José Lins Barreto para o barão escrita da fazenda Barras em Bom Conselho em janeiro de 1900 permite observar bem as tensões no relacionamento entre o barão e seus vaqueiros-administradores.

Tratou-se de uma missiva bastante particular cuja intenção não era apenas dar notícias sobre a fazenda, o que era comum nesse tipo de carta. José Lins ocupou poucas linhas informando sobre a falta de chuva, uma rês fugida e a venda de gado do barão. Como veremos a seguir, mesmo estas informações foram dadas em função da abordagem principal da carta, qual seja a negociação por melhores condições de trabalho.

O vaqueiro iniciou a carta pedindo um burro para trabalhar e queixou-se da falta de animais. Seguiu pedindo, com veemência, empréstimo em dinheiro e inteirando o barão das dificuldades pelas quais ele mesmo vinha passando e de seus esforços para superá-las. Nesse sentido comentou sobre a venda de alguns dos animais que ganhara na partilha. Por último, José Lins informou sobre a miséria pela qual passava um outro vaqueiro, José Moreno, e anunciou que este iria ao encontro do barão para ver como ficaria a sua situação, ou seja, para tentar negociar, pois se continuasse naquela condição iria embora da fazenda.

José Lins gozava de certo prestígio, tanto por ser vaqueiro-administrador quanto por ser antigo funcionário da família Dantas. Seu pai, Manoel Lins Barreto, passara quase todo século XIX servindo de vaqueiro ao avô, pai e ao próprio barão, até sua morte em 1888, cuidadosamente anotada pelo barão em seu livro de assentamentos:

*Manoel Lins Barreto, meu velho amigo e ex-vaqueiro de toda a confiança de meu Avô, de meu Pai e meu, nasceu a 20 de novembro*

---

<sup>28</sup> Carta enviada por José Lins Barreto ao barão de Geremoabo, 24 de janeiro de 1900, correspondência passiva, fundo Barão de Jeremoabo, FCM, documento 0282. Ver no anexo 3 a íntegra desta carta que iremos analisar nesse item.

*de 1800 e faleceu a 11 de Fevereiro de 1888 com 87 anos, 3 meses e 9 dias. Deixou o filho José Lins, meu vaqueiro. Morreu na fazenda São Domingos no Bom Conselho.* <sup>29</sup>

É interessante observar que ser um vaqueiro “de toda confiança” fazia do trabalhador um amigo, especialmente se ele tivesse atravessado gerações servindo com lealdade à família do fazendeiro. O fator da antiguidade contava muito para a ascensão ao posto de administrador e era comum encontrar ao menos pai e filho sendo vaqueiros. Francisco Vieira de Andrade, responsável pelas fazendas do barão na região de Patrocínio do Coité comentara em uma carta com o barão sobre coisas que se fazia “no tempo de meu pai” <sup>30</sup>; Domingos Victor de Jesus, missivista e vaqueiro do barão tinha o pai, além de extensa família, empregada nessa mesma função, sendo pelo menos ele e Miguel Victor de Jesus vaqueiros-administradores. <sup>31</sup> O sentimento de amizade expresso pelo barão parecia recíproco já que encontramos o termo “amigo” nas saudações finais nas cartas dos principais administradores, em geral composto com o termo “criado”, “obrigado”, “respeitador” e “fiel”, o que sugere que essas noções estavam interligadas. <sup>32</sup>

Tanto Manoel Lins, quanto seu filho José, certamente nunca foram escravos, ao menos não constaram na lista de semoventes do inventário do pai de Cícero Dantas datado de 1873. <sup>33</sup> Ademais, José Lins (como o caso anteriormente citado de Tiburtino) provavelmente escrevia de próprio punho suas cartas, tendo em vista a escrita carregada de palavras e ortografia desviantes dos padrões. Essa habilidade demonstra mais um aspecto

---

<sup>29</sup> Ver “Assentamento de nascimentos, batizados, casamentos e óbitos de familiares, parentes e amigos”. Fundo barão de Jeremoabo, FCM, caderno de notas 2, fl. 41 verso.

<sup>30</sup> Carta enviada por Francisco Vieira de Andrade ao barão de Geremoabo, 1<sup>o</sup> de agosto de 1903, correspondência passiva, fundo Barão de Jeremoabo, FCM, documento 0094P.

<sup>31</sup> Este último foi aquele que serviu de testemunha num processo de roubo de um boi de Porfírio da Costa Borges abordado no capítulo anterior. Cf. Processo crime de furto em que é réu Francisco Quintino de Jesus, Geremoabo, 1893, seção judiciária, APB, estante 01, caixa 17, documento 12.

<sup>32</sup> Ver, por exemplo: Carta enviada por Francisco Vieira de Andrade ao barão de Geremoabo, 1<sup>o</sup> de agosto de 1903, correspondência passiva, fundo Barão de Jeremoabo, FCM, documento 0094P; Carta enviada por Tiburtino Pereira de Matos ao barão de Geremoabo, 10 de julho de 1890, correspondência passiva, fundo Barão de Jeremoabo, FCM, documento 0935; Carta enviada por José Antônio Andrade ao barão de Geremoabo, 16 de agosto de 1890, correspondência passiva, fundo Barão de Jeremoabo, FCM, documento 0097P; Carta enviada por Antero de Cerqueira Galo ao barão de Geremoabo, 13 de fevereiro de 1898, correspondência passiva, fundo Barão de Jeremoabo, FCM, documento 0775; Carta enviada por Antero de Cerqueira Galo ao barão de Geremoabo, 04 de março de 1898, correspondência passiva, fundo Barão de Jeremoabo, FCM, documento 0776.

<sup>33</sup> Inventário de João Dantas dos Reis, Salvador, 1873, seção judiciária, APB, número 04/1803/2274/11.

de destaque do vaqueiro nessa sociedade tendo em vista o analfabetismo generalizado entre os mais pobres, especialmente nas regiões afastadas dos grandes centros. Esse quadro, aliado às freqüentes remissões a José Lins em outras cartas, nos indica que ele era um vaqueiro-administrador, de confiança, com o qual o barão se correspondia frequentemente.

Infelizmente, a postura de José Lins Barreto só nos é dado intuir a partir dessa única peça que ficou para a posteridade. Não há no acervo nenhuma outra missiva entre esses dois personagens, mas é certo que existiram muitas. Embora não tenhamos recuperado a resposta do barão a esta carta, ela existiu, e foi escrita rapidamente (no dia seguinte), por muitos motivos ignorados por nós, mas certamente muito em razão da febre epistolar do barão. Pacientemente ele anotava em todas as cartas recebidas, a data do recebimento e a data da resposta, além de manter um caderno de notas onde passava os dados de todas as correspondências recebidas e expedidas. E estas eram muitas: uma média de 1.432 por ano, segundo seu bisneto e biógrafo Dantas Júnior que reuniu na época 44.411 cartas escritas entre os anos de 1873 e 1903.<sup>34</sup>

Mas saber que o barão respondeu a esta carta de José Lins não é suficiente para entender as negociações havidas entre ambos. O vaqueiro parecia ansioso pela resposta do barão, tanto assim que afirmou já ter escrito duas cartas e não ter tido resposta. Se ampliarmos o conceito de resposta, de uma simples remissão de carta para uma atenção às solicitações, a questão se torna mais complexa e interessante. Teria o barão considerado os numerosos pedidos de José Lins? Teria ele emprestado os 100\$000 que o vaqueiro lhe pediu? E as outras exigências de cavalo, ajuda para o vaqueiro José Moreno, e venda de novilhas? Quais as estratégias narrativas usadas por José Lins para convencer seu amo da sua “grande necessidade” e afinal lhe ajudar? Adiante analisaremos cada um desses aspectos. O que se percebe a princípio é que de fato, como observou Tiago Miranda, o gênero epistolar, mais do que outros gêneros literários, “permite um acesso direto e incisivo aos seus interlocutores”, ainda mais se tratando de uma carta particular.<sup>35</sup> É um diálogo franco, *tête-à-tête*, sem público. Esse foi o gênero escolhido por José Lins para confirmar o que lhe era de direito e reivindicar aquilo que ele ousava querer transformar em um.

---

<sup>34</sup> “Caderno incompleto de correspondência expedida pelo barão de Jeremoabo”. Fundo barão de Jeremoabo, FCM, caderno de notas 1,.

<sup>35</sup> Tiago C. P. dos Reis Miranda. “A arte de escrever cartas: para a história da epistolografia portuguesa no século XVIII”. In: Walnice Nogueira Galvão e Nádia Battella Gotlib (orgs.). *Prezado senhor, Prezada senhora. Estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 42.

\*\*\*

Comecemos pelas estratégias narrativas usadas por José Lins. Em seu estudo sobre cartas de remissão da França nos séculos XVI e XVII, Natalie Davis argumenta a necessidade de se observar os elementos ficcionais das cartas (aspectos que sustentam as narrativas), mais do que os elementos propriamente factuais.<sup>36</sup> Estamos de acordo com Davis e trataremos aqui de dar especial atenção à interpretação das estratégias narrativas como indicativo das estratégias de ação de José Lins. A carta revela escolhas retóricas que deveriam ser eficazes o suficiente para prescindir de uma verbalização – afinal de contas o barão era político e mantinha 58 fazendas no nordeste baiano, duas das quais em Sergipe, e mais dois engenhos no Recôncavo. Não obstante sua boa vontade, era-lhe impossível estar presente e atuar em todas as propriedades.

“Exmo.sr. meu amo”; é assim que José Lins começa sua carta, fazendo questão de emanar respeito e educação, chamando seu patrão de amo e o invocando em parágrafo centralizado. Aqui se poderia recorrer, muito cuidadosamente, às recomendações do *Código do Bom Tom*.<sup>37</sup> Não supomos que José Lins o tenha lido, mas é possível pensar numa circulação de costumes já que as “regras de civilidade” expressas naquela obra, no que tange à elaboração de correspondências, eram correntes e em grande medida cumpridas por seu interlocutor, o barão, que lhe escrevia com frequência. No caso do tratamento (título dado ao destinatário) chama a atenção o fato de que esse manual sugere que em geral seja escrito à direita, sendo centralizado apenas nas cartas endereçadas aos “eminentíssimo cardeais, príncipes, e soberanos”.<sup>38</sup> Também nesse manual de civilidade, Roquete adverte o quão inadequado é despedir-se usando as palavras “consideração” e “estima” que “não se devem nunca empregar de inferior para superior; porque só a este pertence dar consideração e estima; aquele é feliz quando a merece”. José Lins, no entanto, finaliza a carta demonstrando sua consideração para com o barão dizendo “com estima seu vaqueiro

---

<sup>36</sup> Natalie Zemon Davis. *Histórias de Perdão e seus narradores na França do século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

<sup>37</sup> J. I. Roquete. *Código do Bom-Tom, ou Regras da civilidade e de bem viver no século XIX*. Organização Lília Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 1997 (Coleção Retratos do Brasil).

<sup>38</sup>, *Idem*. p. 272. A grande maioria das regras desse código é pautada das distinções sociais, assim também. Cf p. 275

obrigado e criado”, enquanto as missivas de outros vaqueiros limitaram-se a reiterar a obediência, à exemplo de Tiburtino Pereira Mattos, vaqueiro na vila de Tucano, que finaliza dizendo “disponha de seu vaqueiro respeitador obrigado e criado” ou João Victorino de Carvalho, vaqueiro em Geremoabo, cujas saudações finais são “pode dar suas ordens ao seu vaqueiro e fiel amigo”<sup>39</sup>. Como estamos tratando de uma relação de trabalho na qual os subalternos poderiam galgar posições melhores na fazenda e na sociedade com algumas atitudes que provassem suas habilidades e, sobretudo, sua lealdade para com o fazendeiro, é interessante notar que José Lins demarcava em diversos momentos, inclusive ao escrever esta missiva, a distância entre ele e um vaqueiro comum. É sugestivo que das 12 cartas de vaqueiros e administradores que escreveram para o barão apenas nesta de José Lins haja essa saudação centralizada e o tratamento de estima, sendo que esta é exatamente a carta mais dramática nos apelos e mais ousada nas reivindicações.

O vaqueiro segue desejando saúde e logo trata de trabalho, expressando seu primeiro incômodo: necessitava de um burro. Não queria um cavalo de fábrica, pois argumentava ser frágil para os trabalhos mais pesados. Um dado interessante é que os inventários garantiam um valor muito superior dos burros em relação aos cavalos, e o pai do barão, grandíssimo fazendeiro, e o próprio barão, mantinham significativa criação de muar em suas propriedades.<sup>40</sup> Como um vaqueiro de confiança, José Lins devia mesmo partilhar desses bens, sem dúvida necessários para o bom andamento da fazenda, pois, segundo ele, “de momento pode fugir uma rês, e à pé não posso segui-la”.

O argumento da fuga de gado usado por José Lins encarna o tema das histórias do “boi encantado” muito vivas na poesia popular desse período. Não identificamos folhetos de época que remetam a essa região, mas a cultura oral mantém vivas as histórias sobre o encantamento do boi fujão e do vaqueiro que vai atrás, diligentemente, para recompor a boiada do patrão.<sup>41</sup> Essa saga do vaqueiro perseguindo o boi também sustentou o

---

<sup>39</sup> Carta enviada por Tiburtino Pereira de Matos ao barão de Geremoabo, 10 de julho de 1890, correspondência passiva, fundo Barão de Jeremoabo, FCM, documento 0935; Carta enviada por João Victorino de Carvalho ao barão de Geremoabo, 19 de abril de 1903, correspondência passiva, fundo Barão de Jeremoabo, FCM, documento 0473.

<sup>40</sup> Os cavalos de fábrica de Cícero Dantas em 1903 foram avaliados entre 20\$000 e 40\$000 e os burros e mulas variavam entre 60\$000 e 80\$000. Cf. Partilha Amigável dos bens do barão de Geremoabo, Itapicuru, 1903, seção judiciária, APB, número 01/303/578/14.

<sup>41</sup> A versão mais difundida e mais antiga do boi encantado é a de Leandro Gomes de Barros (1865-1918). Pode ser lido o folheto original, infelizmente sem data, em [http://dominiopublico.mec.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=5406](http://dominiopublico.mec.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=5406). Os relatos

imaginário de coragem e nobreza do vaqueiro, a partir de histórias, de festejos, e até de peregrinações, como abordaremos no próximo capítulo.<sup>42</sup>

De acordo com Davis, supomos que esses temas ou argumentos, como preferimos designar, permeavam o repertório das histórias possíveis e dos argumentos válidos, constituindo, neste caso, um motivo convincente para o empréstimo de um burro. A referência a fatos concretos, ao “tempo histórico”, também ajudava a tornar mais verossímil uma versão. Tanto assim que José Lins explica a necessidade do burro: “porque de momento pode fugir uma rês, como de fato tinha uma vaca que já fui vê-la no Jacuricy, em dois dias solta resistindo”. De certa maneira torna-se menos importante para nós saber se a rês realmente fugiu para o Jacuricy ou não, e mais relevante entender a menção à rês fugida como um elemento retórico de persuasão, duplamente citado pelo vaqueiro, diga-se de passagem.

Num segundo momento José Lins foi enfático. Não mediu palavras para dizer:

*Outrossim, sei do meu compromisso que já tenho consigo, tinha procurado meus recursos daqui, de acolá, e que hoje estou resolvido incomoda-lo, não tenho jeito, para ver se assim posso atravessar o resto desta cruz (...) Sei que V. E<sup>xma</sup> (porque assim me disse) não adianta mais dinheiro a vaqueiro porém todavia mesmo assim me atrevo, e confio em sua generosidade que há de me auxiliar no seguinte sentido. Quero 100\$000 de empréstimo, não admito que me as empreste para o futuro, sim pode crêr que tenho grande necessidade, e não deixará de me as mandar, apesar que essa quantia para me ir me daqui até termos da roça, não me dará para passar, porém é muito abusar, enfim quando se ver que ainda tenho carência para maior quantia me mandará, do contrario os 100\$000 espero têr sem falta 2º minha necessidade (...).*

---

orais foram recolhidos em um projeto do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia e foi publicado em: Bahia, IPAC. *Histórias de Vaqueiros: vivências e mitologia*. Salvador, 1987.

<sup>42</sup> Em Geremoabo há, inclusive, uma serra chama “Serra do Cavaleiro” onde fica o “Monte Calvário”, centro de peregrinações na Semana Santa. O nome desse local é uma homenagem a um vaqueiro que perseguia um boi.

José Lins queria um empréstimo em dinheiro apesar das palavras do barão de que não adiantaria "mais dinheiro" a vaqueiro. Mas ele confiava na generosidade do barão e tinha a seu favor o argumento da vida sofrida e, sobretudo, o seu empenho em sair da situação complicada em que se encontrava. Logo após fazer o pedido de empréstimo ele comentou que estava cuidando do seu gado, negociando de maneira inteligente, trabalhando no seu roçado, aguardando os animais da partilha, enfim, demonstrando o quanto era digno do empréstimo e dando garantias de que poderia devolver o dinheiro. Além do mais, o vaqueiro parecia ciente de que seu papel era fundamental na fazenda e de que havia relações de dependência mútua, bem mais densas do que poderíamos imaginar à sombra das teorias sobre o coronelismo. José Lins usou sem moderação os imperativos e criou um tom ameaçador na carta. É o caso de pensar se haveria algum trunfo nas mãos de José Lins que o deixava deveras à vontade para “atrever-se” tanto, embora sem “abusar” (limite tênue!), e considerar seu pedido como um direito. De onde viria essa sensação de vantagem e de superioridade expressa por ele?

O missivista era vaqueiro do barão e, como observamos acima, veio de uma família de vaqueiros que servira desde muito à família Dantas. Já encontramos referência a José Lins em uma carta da irmã do barão e a maneira como ele é mencionado indica que era também empregado dela. Dona Francisca era uma fazendeira mais atuante e presente nas suas terras e, de certo por isso, mantinha freqüente correspondência com seu irmão, dando-lhe notícias sobre a fazenda, os animais e os trabalhadores. Talvez a intimidade excessiva com os patrões e o fato de que dona Francisca necessitasse de proteção para sua integridade feminina deixassem José Lins mais franco e mais seguro na exposição de seus pedidos e ciente de seu poder de barganha. De mais a mais, todos os elementos de prestígio abordados no item anterior parecem ter feito parte da experiência de José Lins como vaqueiro-administrador representante do barão naquelas paragens e tudo isso contou para a formação de uma forte auto-estima profissional e pessoal que lhe permitiu os imperativos na carta.

Mas há ainda uma outra estratégia usada por José Lins para convencer seu “amo”, de maneira sutil e resoluta, como faz ao longo de todo o texto. O vaqueiro apresenta a situação de um companheiro seu de trabalho que é uma lástima e que está pronto para pedir

para sair da fazenda: o vaqueiro José Moreno. Assim, dois quadros de negociação das relações de trabalho se apresentam nesta carta.

A situação de José Moreno foi relatada por José Lins da seguinte maneira:

*O José Moreno veio a mim, convencer-me segundo estado dele vaqueiro que se acha perfeitamente sem o menor recurso vendo morrer à fome com a família sem poder sair para ganhar para dali poder dar de comer aos filhos, em virtude disto (diz ele e é exato) ou larga ou sabe que morre (...).*

Seu nome, ou provável apelido, indica que sua identidade social estava bastante relacionada com sua situação racial, o que inicialmente já define uma diferença em relação ao seu porta-voz José Lins Barreto. É de se supor que José Moreno fosse um ex-escravo como era um certo João Mulatinho, personagem de outra correspondência expedida por José Antônio de Andrade, um administrador do barão em Santo Amaro.<sup>43</sup> Nos idos de 1900 ele era um empregado comum na hierarquia de trabalhadores da fazenda, e, como tantos vaqueiros, não gozava de nenhuma autonomia. Ao contrário do que se poderia supor a partir da literatura que enaltece e generaliza a figura do vaqueiro, casos como o de José Moreno mostram que o fato de ser vaqueiro não significava ter um status social mais elevado, não obstante fosse essa uma ocupação que potencialmente criava mais possibilidades de ascensão do que qualquer outra. Mais do que ter habilidade com a criação de animais era o acesso ao fazendeiro e o grau de proximidade e confiança estabelecido com ele que possibilitava crescimento profissional e social. No caso de José Moreno observa-se que seu acesso ao barão era restrito e intermediado por José Lins que tinha por função relatar ao barão a queixa de José Moreno e confirma-la (“diz ele e é exato”).

Entretanto, o indício mais decisivo da diferença hierárquica entre José Lins Barreto e José Moreno é que este sofria por não poder “sair para ganhar”. Ao contrário daquele cuja autonomia de criar e negociar é relatada em detalhes na própria carta para o barão, José Moreno não tinha direito à liberdade de trabalhar para si enquanto servia na fazenda e a solução que encontrava para sobreviver era largar o emprego. Esse fato revela uma lógica

---

<sup>43</sup> Carta enviada por José Antônio de Andrade ao barão de Geremoabo, 16 de agosto de 1890, correspondência passiva, fundo Barão de Jeremoabo, FCM, documento 0097p.

muito peculiar, já que o emprego fixo poderia ser a solução de seus problemas e não a parte central deles. Entretanto, o contexto de uma comarca rural pobre na Bahia do final do século XIX mostra que os contratos de trabalho não seguiam um padrão rígido sendo redefinidos em função das necessidades e, principalmente, de acordo com a capacidade de barganha de cada trabalhador.

Além do mais, o acesso à terra, ainda que em pequenos lotes, parecia mais facilitado nesse período. Como observamos no capítulo primeiro, em Geremoabo o grupo de pessoas cujos inventários montavam menos de 400\$000 investia, sobretudo, em bens de raiz e em animais de pequeno porte. Dos 123 indivíduos que compunham esse grupo apenas 12 não possuíam bens de raiz. Pouco mais da metade tinha acima de 100\$000 investido nesses bens. Associado a isso, a grande maioria da população se auto identificava como lavrador o que significava, de maneira mais ampla, trabalhador autônomo. Isso talvez ajude a explicar o incômodo de José Gonçalves que não achava trabalhadores qualificados, dentre outros motivos porque “o povo” estava “entregue ao trabalho de roça”, tirando de suas “agências” mais vantagens que os fazendeiros podiam lhes dar.<sup>44</sup> Portanto, trabalhadores e fazendeiros reconheciam que estar empregado, ainda que nas maiores propriedades de Geremoabo, não era tão seguro para a sobrevivência como era trabalhar para si mesmo, em terras próprias ou mesmo arrendadas, plantando e negociando.

Em muitas zonas rurais pobres ou em processo de decadência econômica nas quais havia uma grande população negra após a Abolição, os signos de mobilidade espacial e de autonomia econômica eram bastante importantes para conformar a noção de liberdade em oposição à de escravidão. Em um estudo sobre as zonas rurais do sudeste brasileiro, especialmente do norte fluminense, Hebe Mattos de Castro verifica que na segunda metade do século XIX o “processo de indiferenciação entre brancos e pobres e negros e mestiços livres teria levado, por motivos opostos, a que se silenciasse sobre a cor de ambos”. Porque a identificação como “branco” passou a não ser mais sinônimo de liberdade, outras práticas sociais começaram a denotar essa condição social. Segundo Mattos “mobilidade e autonomia consistiam nos dois mais fortes signos a identificar a experiência de liberdade

---

<sup>44</sup> Carta enviada por José Gonçalves ao barão de Geremoabo, 1897 (mês ilegível), correspondência passiva, fundo Barão de Jeremoabo, FCM, documento 0489.

vigente ainda durante a escravidão”.<sup>45</sup> É bem possível que José Moreno desejasse desfrutar desses símbolos para sentir-se mais livre e ganhar mais.

O fato de José Lins apresentar o sofrimento de seu companheiro de trabalho pode ter vários significados e efeitos. Em primeiro lugar é preciso notar que falar dos infortúnios alheios, doenças, mortes, e de queixar-se do clima, da falta de recursos, da escassez de mão-de-obra, etc., era uma constante nas cartas escritas nessa região e período. Esses elementos de vitimização permeavam o discurso de remetentes e destinatários pertencentes a grupos sociais diversos que se correspondiam com o barão de Geremoabo. Pode-se mesmo pensá-los como elementos narrativos de uma espécie de gênero lamuriento, que cumpria diversas funções. Durval Moniz de Albuquerque em seu estudo sobre os discursos sobre o Nordeste nota que houve particular empenho dos senhores de engenho e de gado baianos no sentido de convencer os poderes republicanos a investir mais no nordeste a partir do reforço de um discurso pesado de lamentações que mesclava vitimização, piedade e saudosismo dos tempos áureos coloniais.<sup>46</sup>

Nesta carta de José Lins esse lugar comum retórico parece também ser parte de uma estratégia para ser atendido nas suas demandas. O caso de José Moreno é relatado logo após o parágrafo no qual ele pede os 100\$000 de empréstimo ao barão. Após apresentar as queixas de seu companheiro ele volta a falar de seus problemas econômicos e das suas providências para superá-los que estavam associadas à criação de animais e ao comércio. A impressão que temos ao ler a carta é que José Lins usa o exemplo de alguém que fracassou, por ter poucas possibilidades, para mostrar o quão importante era a ajuda do barão e, especialmente, a sua liberdade de “sair para ganhar”.

Não obstante ambos serem vaqueiros, no sentido de lidarem com o gado, e ambos também ganharem dinheiro ou animais na partilha, José Lins lucrava muito mais com seu trabalho. Primeiro ele tinha a possibilidade de manter a si e a sua família nas propriedades do barão, além de criar seu gado ali mesmo, “embolado” como o gado do barão, de ter criação “miúda” (porco, galinha e até cabras e ovelhas), manter uma roça, usar a prensa de requeijão, entre outros aspectos que, apesar de serem muito importantes e costumeiros, sequer foram relatados nas cartas. Para além do fato de ser administrador da fazenda, ele

---

<sup>45</sup> Ver “A cor inexistente. Relações raciais e trabalho rural no Rio de Janeiro pós-escravidão”. Estudos Afro-Asiáticos, 28, (out., 1995). P. 118.

<sup>46</sup> Ver. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. 2ª ed., Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

também era filho e neto de vaqueiros que já haviam prestado serviços nas fazendas do barão. Nessa região, como em boa parte da Bahia, esse era um dado que conferia respeito e confiança ao trabalhador e estimulava a formação de família dentro da própria fazenda em que trabalhavam. No Rio Grande do Sul oitocentista, Farinatti observou uma tendência oposta: eram geralmente homens jovens e solteiros que ocupavam o cargo de peões nas estâncias. Quando atingiam a idade adulta e planejavam constituir uma família normalmente se afastavam do emprego fixo e tentavam a vida independente nos seus pequenos lotes de terra, muito embora continuassem a trabalhar eventualmente para grandes fazendeiros.<sup>47</sup>

Ao que indica a situação de José Lins, era signo de segurança e possibilidade de ascensão social em Geremoabo empregar-se como vaqueiro-administrador em uma fazenda. Além do direito de manter um espaço de produção autônomo havia normalmente a possibilidade de negociar com o próprio barão. Como observamos na carta de José Lins, mesmo numa situação limite (“Se me ver obrigado a comer o resto das resinhas que tenho”), poderia recorrer ao barão comercialmente (“desejo que compre-as para ficarem na fazenda”). Munido desta segurança material, não era difícil optar por estabelecer família e encaminhar ao menos um dos filhos para substituí-lo em sua função no futuro.

No entanto, José Lins tinha que cumprir outros requisitos para ter êxito na sua negociação por melhores condições: ser prestativo, de confiança, conhecedor das atividades ganadeiras, mas também ser valente para proteger a fazenda e inteligente para os negócios a ponto de parecer insubstituível. Uma forma de demonstrar isso para o barão era equacionando bem sua própria sobrevivência. Isso explica o fato de que a carta abordou sobremaneira as condições do próprio José Lins e de José Moreno e apenas secundariamente registrou notícias sobre a fazenda. Como ele diz na carta, queria os 100\$000 de empréstimo imediatamente porque:

*(não podendo esperar para o futuro) na ocasião da partilha, não confiando-me somente nela, mas sim porque tenho ainda Deus louvado umas 4 vacas [...] boas dirá porque não se arremedeia*<sup>48</sup>

---

<sup>47</sup> Luís A. E. Farinatti. “Nos Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira sul do Brasil (1825-1865).” Tese de Doutorado, UFRJ, 2007. Ver essa tese no capítulo 8.

<sup>48</sup> Do verbo remediar significando atenuar um mal. Não confundir com arremedar.

*com elas? porque estou esperando Deus sendo servido brevemente das 4 tornar-se 8 cabeças visto que estão ambas por parirem a não ser isto não me era tão difícil fazer esta quantia. 6<sup>as</sup> feiras têm presentemente estado boas que com uma só vaca eu me arrumaria, mas indo a semana passada ao rio pegar uma das referidas vacas encontrei-as nesse estado. Este negocio que lhe freqüento é independente das 2 novilhas que lhe mandei oferecer aos dias passados, das quais ainda não tive resposta até o presente e cuja novilha (a minha) fui vende-la ao Sr. Raimundo (...). Tenho 5 crias do ano de 7 e 8, e deste ano tenho 6 espero daqui para o meio do inverno pegar uns 10 bezerros pouco mais o menos.*

Nesse trecho vemos com detalhes que as diferenças entre administradores e vaqueiros iam muito além da diferença salarial apontada por José Gonçalves naquela carta comentada acima. Aqui o missivista se destacava, sobretudo, pela sua liberdade de criar suas reses nas terras do barão e comerciar. Suas estratégias de auferir recursos estavam, via de regra, baseadas nos animais que ganhava na partilha, embora se preocupasse em afirmar que não contava apenas com eles. De todo modo, o fato de que esses animais poderiam permanecer na fazenda e se reproduzir (“das 4 tornar-se 8 cabeças”) era o que dava a José Lins uma liberdade semelhante àquela de estar produzindo em suas próprias terras. Em outros contextos, ainda na região do São Francisco, segundo Macedo, era comum que o fazendeiro obrigatoriamente comprasse os animais que seriam dados em partilha e os vaqueiros recebessem o benefício em dinheiro, não podendo acumular e criar seus animais na fazenda.<sup>49</sup>

O que fica patente nesses comentários é que a partilha era tradicional (por isso segura) e os lucros ou ganhos anuais podiam ser programados. Pelas contas do missivista ele recebia entre 5 e 7 bezerros por ano e a fazenda parecia em ritmo de crescimento, já que “até o meio do inverno” ele esperava pegar “uns 10 bezerros pouco mais ou menos”. Na fazenda Barras, de onde José Lins escreve, havia 110 cabeças de gado vacum, quando da

---

<sup>49</sup> José Norberto Macedo. *Fazendas de Gado no Vale do São Francisco*. pp. 33 e 34.

morte do barão que ocorreu três anos depois de escrita esta carta, em 1903.<sup>50</sup> Como o gado era “de criar”, ou seja, havia tanto machos quanto fêmeas, pode-se supor que a metade fosse fêmea, e, desta parte, a metade estivesse em idade de reprodução, ou seja, aproximadamente 28 eram vacas. Sendo nove meses o período de gestação de um bezerro, podemos supor que em condições ideais nasciam 28 bezerros por ano. Se dividirmos esse número por 4 ou 5 – supondo um sistema de partilha que concede um de cada 4 ou um de cada 5 animais nascidos anualmente – temos exatamente entre 5 e 7 bezerros que era a quantidade de animais que José Lins disse que vinha arrecadando nos últimos anos. Tendo em vista os padrões pecuários da região, esses números são bastante significativos.

Mas era possível também que José Lins fosse responsável por mais de uma fazenda e recebesse o benefício proporcional ao seu trabalho. Contudo, manter outras formas de ganho e não “confiar” somente na partilha era fundamental para a sobrevivência. Nesse aspecto José Lins parece ter astúcia e total liberdade para comerciar gado ou frutos da roça na feira ou com particulares – liberdade cuja falta José Moreno padecia. Mas esses eram direitos já incorporados, que o vaqueiro apenas reforçava para o barão; sua intenção na carta é por mais um ponto na pauta de reivindicação: um empréstimo, adiantamento ou um aumento de salário.

No intento de mostrar-se um vaqueiro dedicado e digno e, portanto, merecedor de mais regalias, José Lins atuava tanto contrapondo seu martírio (sua “cruz” que necessita atravessar) ao estado lastimável de José Moreno, quanto equiparando-se ao barão em astúcia para os negócios. Dessa maneira, traçava fronteiras mais rígidas entre vaqueiros-administradores e os demais vaqueiros e se aproximava mentalmente da almejada condição de fazendeiro.

\*\*\*

É claro que tantas concessões por parte do barão não significavam apenas uma retribuição aos serviços prestados, mas também um investimento na diligência e lealdade de José Lins. Em grande medida, era mesmo uma forma de “comprar” essa dedicação visto

---

<sup>50</sup> Partilha Amigável dos bens do Barão de Geremoabo, Itapicuru, 1903, seção judiciária, APB, número 01/303/578/14.

que, como argumentamos longamente, os fazendeiros absenteístas necessitavam de “homens fortes” em suas propriedades. Mas como lealdade efetivamente não se compra, esse era um jogo constante de conquista no qual os proprietários pareciam estar sempre desconfiados. Mas não havia outro meio: tinham que acreditar nos seus vaqueiros, já que, no dizer melancólico de José Gonçalves, “no naufrago tudo dá esperança de salvação”.<sup>51</sup> Quanto aos vaqueiros-administradores restava manter e aprofundar suas reivindicações por melhores condições levando em conta que defender o fazendeiro não significava concordar política e culturalmente com ele. Era proteger a si e a sua família e a forma de ação política tradicionalmente usada por ela. No final das contas poderíamos considerar esta relação enquanto uma profunda simbiose, posto que ambas as partes cediam e eram beneficiadas.

Seria de um prazer inestimável se pudéssemos ler a resposta de Cícero Dantas a este nobre vaqueiro que não poupava palavras e estratégias para convencer seu amo. Talvez embaraçosa e piedosa, ou talvez, se cremos na astúcia e velhacaria também dos senhores, vaga e indiferente. Na pergunta e resposta estaríamos ainda mais diante do “pacto epistolar” selado entre remetente e destinatário, no qual toda carta espera uma resposta, como bem nos lembra Ângela de Castro Gomes.<sup>52</sup>

Ao analisar de maneira mais detida este documento, concluímos que as cartas não podem ser reduzidas nem à expressões da realidade, nem à peças de literatura, nem tampouco à ficção. As cartas retêm um pouco de tudo isso, servindo como espaço privilegiado de comunicação e negociação de interesses. Como um antigo manual português previa, as cartas deviam dividir-se por propósito (pois sempre o contêm) e seguir certos passos para se atingir os objetivos movendo-se “elegante, por entre jogos de ‘louvores’, ‘engrandecimentos’ e ‘dissimulações’”.<sup>53</sup> Um jogo que o nosso vaqueiro era perito, uma vez mais, certamente, sem ter lido os manuais, mas ciente de que a escrita de uma carta é uma elaborada performance de convencimento, com direito a ensaio, rascunhos, e pensamento “frio”.

---

<sup>51</sup> Carta enviada por José Gonçalves ao barão de Geremoabo, 14 de junho de 1899, correspondência passiva, fundo Barão de Jeremoabo, FCM, documento 1250.

<sup>52</sup> Ângela de Castro Gomes (org.). *Em família: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2005 (coleção Letras em Série), p. 7.

<sup>53</sup> Ver análise das obras de Cândido Lusitano em Tiago C. P. dos Reis Miranda. “A arte de escrever cartas...”, pp. 49-52.

## CAPÍTULO 4

**“Ê boi, quem haverá de pegar?”**

**Resistência e submissão cultural nas narrativas populares.**

*Intão, sô aquele home piqueno, cum essa idade poca,  
mas sempre tenho aquela inteligência assim,  
dada pur Deus, na parte de campo.<sup>1</sup>*

*Se ixisse jeito de quand'eu morrê,  
meus filho botare meus coro dento do caxão,  
vô procurá essas lei... essa lei.  
Porque foi o isporte do mundo, que hove no mundo, qu'eu gostei:  
foi gibão, foi gado, num sabe?<sup>2</sup>*

---

<sup>1</sup> Comentário que o vaqueiro Zezé do Gagê de Itiúba fez sobre si quando venceu o desafio feito pelos vaqueiros mais “antigos” de pegar um boi valente (considerado “encantado”) no mato. Bahia, IPAC. *Histórias de Vaqueiros*. Vol. 1, p. 147.

<sup>2</sup> Relato de Antôim Taioca, Jeremoabo, Idem, vol. 2, p. 161.

No capítulo anterior constatamos que parcela significativa do prestígio diferenciado de que gozava o vaqueiro em Geremoabo era construída pelos próprios fazendeiros. A desconfiança seguida do receio de que os vaqueiros facilitassem furtos, fossem desonestos no momento da partilha, ou simplesmente descuidassem da fazenda na ausência dos proprietários, fazia com que estes partilhassem com aqueles sua autoridade, delegando um poder que elevava o status social dos vaqueiros. Essa relação de simbiose entre vaqueiros e fazendeiros – necessidade mútua que gerava benefícios para ambos – nos mostra que a aliança entre esses dois personagens era altamente interessada e nem sempre derivava de uma solidariedade moral. Havia muita teatralidade nos atributos de fidelidade do vaqueiro e de confiança do fazendeiro. No mais das vezes, quando havia expectativas não satisfeitas por algum dos lados, essa solidariedade simplesmente deixava de existir ou se manifestava apenas formalmente.

Entretanto esse prestígio dos vaqueiros não provinha apenas do fazendeiro, ou seja, não era apenas a relação de maior intimidade e cumplicidade com o dono da fazenda que fez do vaqueiro-administrador um tipo proeminente no sertão. Houve também, por parte dos próprios vaqueiros, dos trabalhadores em geral, dos cantadores, poetas e repentistas uma intenção difusa de consolidar uma imagem sobre o trabalho com o gado que servisse ao mesmo tempo de paradigma moral, caminho de ascensão social e valorização cultural. Essa imagem foi (e continua sendo) cultivada através de narrativas impressas em folhetos ou apenas contadas durante as pegadas de boi, as longas viagens tocando gado, nas feiras, nas festas e em outras tantas ocasiões. É sobre essas narrativas, sobre os valores que elas veiculavam e sobre o papel que tiveram na conformação da cultura política e das relações de trabalho de fazendeiros e vaqueiros que falaremos neste capítulo.

## **1. Narrativas folclóricas sobre bois e vaqueiros**

As histórias que iremos comentar são antigas, bastante difundidas e razoavelmente pesquisadas por folcloristas, literatos, antropólogos, sociólogos, historiadores, linguistas e outros estudiosos. Elas tiveram três formas principais de difusão: a primeira foi a própria

transmissão oral com objetivo de divertir, moralizar, estabelecer valores etc.<sup>3</sup>; a segunda partiu de uma espécie de formalização da produção literária com a impressão em folhetos pelos próprios poetas (ou por editores que compravam os direitos autorais dos poetas) que caracterizou a chamada “literatura de cordel”; e a terceira forma de difusão dessas histórias foi a publicação, por parte dos folcloristas, das compilações que fizeram dos versos e prosas ouvidos em situações diversas.

Para além da diversidade de fontes existentes para analisar esse conjunto de narrativas, que designaremos como narrativas folclóricas, há também considerável diversidade temática. A literatura de cordel, por exemplo, contempla qualquer assunto desde histórias envolvendo onças, cabras, bois e animais fantasiosos até a história política do Brasil. Do ponto de vista formal, podem ser genericamente chamadas de folhetos e de romances, cujas diferenças são definidas por Julie Cavignac:

*Distinguem-se, de fato, os folhetos, mais curtos, dos romances por seu número de páginas e pelo assunto tratado. Os folhetos que tratam de um assunto particular são, antes de tudo, destinados a informar, por isso abordam de preferência temas da atualidade. Os romances, por sua vez, descrevem mundos maravilhosos onde os heróis vivem mil e uma aventuras, sofrem, amam, vingam-se, são traídos, e são sempre recompensados no fim.*<sup>4</sup>

Essa distinção parece interessante porque se baseia na intenção da narrativa e não tanto no tema ou na forma de apresentação. Diante dessa definição, privilegiaremos os romances, e não os folhetos, já que o romance é em geral uma história exemplar e tem como característica certo tom moralizante. Pode remeter a temas do cotidiano à semelhança dos folhetos, mas não tem o objetivo de divulgar um acontecimento. O intuito da sua criação e divulgação é proporcionar uma reflexão moral, sendo, por isso, mais propenso a expressar os valores e as crenças que permeiam a sociedade, as condutas consideradas

---

<sup>3</sup> Essa produção é também conceituada como literatura oral. Esse termo é de Paul Sébillot e Câmara Cascudo o toma de empréstimo para definir a literatura que persiste pela oralidade “com ou sem fixação tipográfica”. Ver *Literatura Oral no Brasil*. 3ª ed., Belo Horizonte: ed. Itatitaia; São Paulo: editora da USP, 1984.

<sup>4</sup> Julie Cavignac. *A Literatura de Cordel no Nordeste do Brasil. Da história escrita ao relato oral*. Natal: Editora da UFRN, 2006, p. 77-78.

corretas e as conseqüências de ignorar tais valores. Deve-se frisar, no entanto, que a palavra folheto guarda também o sentido genérico do tipo de publicação. Nesse sentido os próprios romances, ao serem impressos, também eram conhecidos como folhetos. A distinção proposta por Cavignac é, portanto, conceitual e ignora o uso popular desses termos.

Dentro desse amplíssimo universo das narrativas folclóricas romanescas – que ficaram para a posteridade pela oralidade e memória e pela pena dos folcloristas e dos cordelistas – estreitaremos o olhar sobre as histórias, fantasiosas ou não, sobre bois indomáveis e vaqueiros dotados de incrível habilidade, que figuram na produção literária e na tradição oral das zonas de pastoreio do nordeste brasileiro. Nosso objetivo não é fazer uma análise dos aspectos formais deste gênero narrativo, mas entender os valores que as histórias veiculavam, sendo por isso mais focalizado o enredo do que as características dos versos, por exemplo.

Ao tomar como objeto essas narrativas nos deparamos com uma farta e diversa bibliografia. Embora não seja o nosso interesse discuti-la integralmente, importa esclarecer como tais histórias foram produzidas, como chegaram até hoje e com que intuito elas têm sido pesquisadas para entender os limites e as possibilidades da nossa interpretação.

Encontramos narrativas sobre bois arditos, ditos “encantados”, em entrevistas orais, cordéis e publicações de folcloristas. As entrevistas que iremos analisar foram realizadas entre 1985 com vaqueiros de diferentes regiões da Bahia pelo projeto intitulado “Histórias de Vaqueiros: vivências e mitologia” do Instituto de Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia-IPAC.<sup>5</sup> As histórias contadas e os versos recitados evidenciam que a crença na magia de bois e vaqueiros é pujante e muito provavelmente antiga. Mostra também que o nordeste baiano e particularmente a região da antiga comarca de Geremoabo continuou importante como zona de criação de gado já que dentre os 36 municípios escolhidos para realizar as entrevistas 10 integram a região nordeste onde se localizava esta comarca no século XIX.<sup>6</sup> O universo das entrevistas é justificado pelos autores:

---

<sup>5</sup> Consultamos apenas o material publicado e tudo que temos de informação sobre as escolhas metodológicas, o processo de construção das entrevistas e os pesquisadores envolvidos é o que está escrito na apresentação e introdução dos livros. Faremos referência a essas informações quando for oportuno. Ver Bahia, IPAC. *Histórias de Vaqueiros: vivências e mitologia*. Salvador, 1987 (2 volumes)

<sup>6</sup> Dentre eles Jeremoabo, Cícero Dantas (antigo Bom Conselho) e outros dois municípios que compunham a comarca: Pedro Alexandre e Coronel João Sá. Cf lista completa dos municípios: Idem. Vol. 1, p. 15.

*(...) consideraram-se os municípios onde a criação de gado se dá em vegetação de caatinga e cerrado e, por outro lado, onde existe maior rebanho bovino. Com isso quis-se garantir o contato com informantes que tivessem, precipuamente, uma atividade característica de vaqueiro da caatinga: a lida com o boi dentro dessa vegetação.*<sup>7</sup>

Não por acaso, o que motivou a realização do projeto “Histórias de Vaqueiros” foi a constatação de uma mudança estrutural nas zonas de pecuária que estaria gerando alterações significativas na “figura tradicional do vaqueiro” que já não enfrentava “os obstáculos próprios à criação extensiva do gado”. O receio de que desaparecesse essa “personalidade tetracentenária” e suas histórias extinguissem “sem o devido registro” levou o grupo de antropólogos, pedagogos e sociólogos a entrevistarem os vaqueiros e registrarem suas vivências.<sup>8</sup> Como se verá ao longo desse capítulo, as entrevistas ajudaram muito na análise do significado social que tinha a criação e divulgação das narrativas sobre bois encantados. Embora tivessem sido produzidas num período muito posterior ao nosso escopo cronológico (1880-1900), elas reiteravam temas e argumentos das histórias mais antigas, e também marcaram diferenças importantes. Além do mais, como as entrevistas foram específicas sobre as experiências no trato com o gado e as respostas não estavam aprisionadas a nenhum formato de verso, os depoimentos apresentaram uma riqueza impressionante de detalhes. Elas ajudaram a perceber a associação entre mitologia e “vida real” já que as referências a aspectos mágicos nos animais e nos homens (encantamento) justificavam as dificuldades cotidianas da lida com o gado.

Os cordéis também são fontes importantes de narrativas folclóricas sobre bois encantados e vaqueiros habilidosos. Essa literatura abunda no século XX, mas dificilmente conseguimos identificar datas, locais de publicação e por vezes até mesmo os autores. Como estas eram informações que interessavam sobremaneira essa pesquisa optamos por não analisar essa fonte sistematicamente.<sup>9</sup> Entretanto, analisamos pelo menos um texto, a

---

<sup>7</sup> Idem.

<sup>8</sup> Idem.

<sup>9</sup> Embora não haja aqui uma análise mais rigorosa dos cordéis que versam sobre bois encantados fizemos pesquisa em dois acervos importantes e constatamos um grande número de títulos com esse tema. Importa salientar que são muitos os acervos de cordéis e a pesquisa exaustiva destes demandaria muito mais tempo do

*História do Boi Misterioso*, que foi publicado como cordel pelo próprio autor, Leandro Gomes de Barros, ainda no começo do século XX.<sup>10</sup>

Quanto às versões apresentadas pelos folcloristas, são de grande interesse em função de sua antiguidade, mas necessitam também de um exame atento porque eram relatos de histórias que eles tinham ouvido de cantadores e poetas nas fazendas, nas feiras ou em conversas particulares e que foram transcritos segundo critérios pouco claros. Não obstante estes estudiosos terem dedicado suas vidas a ouvir e anotar o que lhes diziam o “povo”, no momento da publicação de “seus” trabalhos, nem sempre foram fiéis ao que tinham escutado e, muito frequentemente, fizeram “uma ‘tênue alteração’ para ‘conservar a harmonia do verso’”, como confessa ter feito José de Alencar ao anotar o famoso romance *O Rabicho da Geralda*.<sup>11</sup> Por vezes há até mesmo confusões entre a história ouvida e a versão transcrita como no caso do *Romance do boi da mão-de-pau* que Câmara Cascudo afirma ser de “autoria” de Fabião das Queimadas e ao mesmo tempo ser sua a “versão”.<sup>12</sup> Por esse tipo de inconsistência, as fontes ditas folclóricas – leia-se, os registros da cultura feitos pelos folcloristas – caíram em descrédito acadêmico.

## **1 Folcloristas: melhor não usá-los.... mas se não usá-los como acessar as tradições?**

Analisando os caminhos percorridos pela disciplina folclórica, E.P.Thompson argumenta que o motivo pelo qual essa ciência foi rechaçada pela academia, particularmente na Inglaterra, foi o discurso classificatório até “taxonômico” adotado pelos

---

que tivemos. Para os propósitos desta pesquisa pesquisamos o acervo da biblioteca do Museu Casa do Sertão - Centro de Documentação da Universidade Estadual de Feira de Santana - CDOC/ UEFS; e a coleção “Literatura de Cordel” do Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio - CEDAE no IEL/UNICAMP.

<sup>10</sup> Leandro Gomes de Barros nasceu em Pombal - PB em 1865 e morreu em Recife - PE em 1918. Infelizmente não conseguimos identificar a data precisa da primeira publicação da *História do Boi Misterioso*, mas sabemos que Leandro publicou seus folhetos entre 1906 e 1917 em uma gráfica própria. Em 1921 sua viúva vendeu os direitos autorais a João Martins de Ataíde que passou a publicar os folhetos omitindo a “verdadeira” autoria – o que confundiu ainda mais os pesquisadores.

<sup>11</sup> José de Alencar. *O Nosso Cancioneiro: cartas ao sr. Joaquim Serra*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1962, p. 53, apud Gilmar de Carvalho. *Publicidade em Cordel. O mote do consumo*. São Paulo: Annablume, 2002, p. 63.

<sup>12</sup> Ver história de Fabião das Queimadas em Câmara Cascudo. *Vaqueiros e Cantadores. Folclore poético do sertão do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000, p. 109-114; a informação de que seria de Cascudo este romance encontra-se em *Tradições Populares da Pecuária Nordestina*. Documentário da Vida Rural, nº 9, Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1956, p. 37.

folcloristas.<sup>13</sup> Estes estudiosos se preocupavam excessivamente com a origem comum humana de práticas e símbolos o que os distanciava muito das preocupações historiográficas e perigosamente os aproximava das ideologias racistas do século XX. Um outro viés que incomodava os historiadores era certo “perfil conservador” que se manifestava na associação entre práticas costumeiras e cultura estática. O folclore teria atraído a atenção de intelectuais conservadores que viam no costume apenas a reiteração dos valores vigentes. Na visão de Thompson, o que os folcloristas não atentaram é que nem sempre as formas rituais correspondiam aos mesmos significados, o que indica que “enquanto as estruturas mudam, velhas formas podem expressar funções novas, e funções velhas podem achar sua expressão em novas formas.”<sup>14</sup>

Esse perfil conservador esteve bastante presente entre os folcloristas que registraram a cultura associada ao boi no sertão nordestino. Estudioso das tradições populares nordestinas, particularmente das vaquejadas, Câmara Cascudo definia o vaqueiro como “o valente defensor da propriedade confiada à sua coragem solitária”.<sup>15</sup> Nesse sentido, a “autonomia moral” e a “decisão nos atos e atitudes”, definidas por ele como características do vaqueiro, estariam sempre a serviço do fazendeiro. Por conseguinte, a saga do vaqueiro em busca do boi misterioso seria a representação da devoção e fidelidade ao fazendeiro e a legitimação do seu poder. Como veremos adiante, por detrás da aparente submissão aos desejos e mandos do fazendeiro havia outros significados nesse folclore, inclusive de resistência, que escaparam ao olhar de Cascudo.

Embora os costumes populares registrados pelos folcloristas tivessem uma aparência conservadora, podem também ser reveladores de novas tendências, de momentos de crise e de revisão de valores. Exemplos disso são mostrados nas pesquisas de Thompson sobre a *rough music*, na Inglaterra, e de Natalie Zemon Davis sobre manifestações

---

<sup>13</sup> E.P.Thompson. “Folclore, antropologia e história social”. In: NEGRO, Antônio Luigi e SILVA, Sérgio (orgs.). *As Peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, pp. 227-269. Ao contrário do que se diz, o objetivo taxinômico não é exclusividade dos folcloristas e, paradoxalmente, ao combater a obsessão por classificar a caótica produção de romances e folhetos, os pesquisadores “acadêmicos” propuseram novas tipologias e assim sucessivamente. Ver por exemplo Ruth Lemos Brito Terra. *Memórias de Luta. Literatura de folhetos no Nordeste, 1893-1930*. São Paulo: Global, 1983; Julie Cavignac. *A Literatura de Cordel no Nordeste do Brasil*; Gilmar de Carvalho. *Publicidade em Cordel*. Ver também os textos de Ariano Suassuna e Idelette Muzart Fonseca dos Santos que compõem o livro: Ministério da Educação e da Cultura. *Leandro Gomes de Barros. Antologia. Tomo III*. João Pessoa: UFP, Fundação casa de Rui Barbosa, 1977.

<sup>14</sup> E.P.Thompson. “Folclore, antropologia e história social”, p. 243.

<sup>15</sup> Câmara Cascudo. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 11ª ed., São Paulo: Global, 2002, p. 718.

populares análogas na França, os *charivaris* <sup>16</sup>. Nesse tema das festas e manifestações burlescas populares mais uma vez Thompson se depara largamente com o material compilado pelos folcloristas. Mas estes (a quem, na observação do autor, “devemos muitas das melhores narrativas desses rituais”) estiveram mais interessados nas formas e menos na interpretação dos motivos dos rituais. <sup>17</sup> Não obstante, é possível perceber o quanto os costumes, mesmo os festivos e carnavalescos, traziam, na visão de Davis, elementos de crítica política e social e até mesmo o objetivo de “destruir e renovar a vida política”, embora “não o de levar diretamente à ação política subsequente”. <sup>18</sup> Essa relação entre tradição e inovação é bastante complexa e exige mais trabalho empírico do que teórico no sentido de desvendar os vetores da ação política já que “a estrutura da forma carnavalesca pode evoluir de modo a servir tanto para reforçar quanto para sugerir alternativas à ordem existente”. <sup>19</sup> Frisando a ambivalência da *rough music* inglesa, Thompson também tenta perceber as evoluções e variações internas desse movimento que ora servia para ridicularizar, ora para legitimar a autoridade movendo-se entre o “apelo à tradição e a ameaça de rebelião”. <sup>20</sup>

O processo de re-aproximação com o folclore esteve atrelado, na visão de Thompson, com dois movimentos historiográficos. O primeiro estava relacionado com a revisão do marxismo que impôs a necessidade de superar categorias amplas e estruturantes que vigoraram nessa corrente teórica nas décadas de 60 e 70. O segundo teve origem num “estímulo antropológico” que determinou uma observação mais intensa das normas, sistemas de valores, rituais e “expressões simbólicas de autoridade, controle e hegemonia”.

<sup>21</sup> Esse estímulo antropológico tinha suas matizes. Thompson frisa que a fixação numa antropologia estruturalista, funcionalista ou simbolista pouco ou nada pode ajudar na análise histórica. Para ele, a escolha deve advir do contexto analisado e é a partir de sua própria trajetória de pesquisa e, portanto, das fontes consultadas que ele conclui a necessidade de uma mudança de foco teórico. Ao observar as sociedades da Inglaterra pré-

---

<sup>16</sup> E.P.Thompson. “Rough Music”. In: *Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 353-405; Natalie Zemon Davis. “Razões do Desgoverno”. In: *Culturas do Povo. Sociedade e Cultura no início da França Moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, pp. 87-106.

<sup>17</sup> E.P.Thompson. “Rough Music”, p. 360

<sup>18</sup> Natalie Zemon Davis. “Razões do Desgoverno”. p. 103

<sup>19</sup> Idem, p. 106

<sup>20</sup> E.P.Thompson. “Rough Music”, p.363.

<sup>21</sup> Idem. “Folclore, antropologia e história social”. p.229

industrial “governadas, numa extensão muito maior, pelo costume” torna-se imperativo despir-se de categorias e fontes muito internas à história econômica e voltar-se em grande medida para as compilações dos folcloristas.<sup>22</sup>

Diferente da Europa, no Brasil o fortalecimento institucional do folclore inicialmente se deu com forte interlocução com a sociologia e a antropologia. Na visão de Maria Laura Cavalcanti e Rodolfo Vilhena, foram cruciais nesse processo de institucionalização da disciplina a criação da Comissão Nacional de Folclore (CNFL) em 1947 e a realização, em 1951, do I Congresso Nacional de Folclore que definiu “as bases conceituais do fato folclórico” através da Carta do Folclore Brasileiro.<sup>23</sup> A CNFL estava, em última instância, ligada à UNESCO e tentava, através do estudo do folclore, atender às recomendações deste órgão de promover a “compreensão entre os povos” e a “paz mundial” no contexto do pós-guerra.<sup>24</sup> Coincidência ou não, a década de 50 também inaugurou os primeiros congressos de antropologia e sociologia, o que indica a profunda relação entre essas disciplinas. Nesse período também se estruturaram importantes centros de pesquisa a exemplo do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) que também guardou relação com a atuação da UNESCO, neste caso, em prol da “reconstrução educacional” do país.

No entanto desde os anos de 1950 havia diferenças cruciais entre essas disciplinas. Ainda de acordo com Cavalcanti e Vilhena, a perspectiva de “urgência da ação” de que partilhavam folcloristas, sociólogos e antropólogos, era pensada pelos folcloristas em termos de “preservação” e reação ao “progresso avassalador”, enquanto que os sociólogos e antropólogos viam a necessidade de ação em termos de “reconstrução”.<sup>25</sup> Por isso, e pelo fato de que essas três disciplinas estavam, no mesmo momento, tentando definir seus objetos e métodos e, portanto, conferir cientificidade aos seus estudos, houve forte tensão entre esses campos. Os anos de 1950 foram também decisivos na elaboração das críticas ao folclore enquanto ciência e, conseqüentemente, quanto à sua importância no estudo das sociedades. Se entre o folclore e a antropologia ainda parecia se manter alguma

---

<sup>22</sup> Idem, p. 230.

<sup>23</sup> Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti e Luís Rodolfo da Paixão Vilhena. “Traçando Fronteiras: Florestan Fernandes e a marginalização do Folclore”. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 3, n.5 (1990), pp. 75-92.

<sup>24</sup> Idem, p. 76.

<sup>25</sup> Idem, p. 77.

interlocução, com a sociologia foi se tornando cada vez mais difícil o diálogo especialmente a partir da hegemonia da escola paulista de sociologia e das críticas de Florestan Fernandes ao folclore no quadro das ciências sociais. Este admitia para o folclore apenas o estatuto de “disciplina humanística” e considerava seu estudo, e o material folclórico em si, como símbolos de atraso e conservadorismo.<sup>26</sup> Segundo os autores:

*O confronto entre a ‘escola paulista de sociologia representada por Florestan Fernandes, e os folcloristas da CNFL [Comissão Nacional de Folclore] nos revela um debate entre dois modelos distintos da ciência, modelos esses que apontam para diferentes projetos de modernização para o Brasil.*<sup>27</sup>

Os autores argumentam que o “triunfo do modelo sociológico” desenvolvido pela escola paulista que durou mais de 25 anos no Brasil, pode ser considerado como uma das causas da marginalização acadêmica do folclore. Mas esse distanciamento da universidade teria gerado também a ascensão político-institucional desta disciplina. Exemplo disso é a criação da Campanha Brasileira de Defesa do Folclore (CDBF) por Jucelino Kubitschek que estava ligada ao Ministério da Cultura e tinha “verbas próprias e autonomia para a assinatura de convênios”.<sup>28</sup> O folclore teve, portanto, um tipo de institucionalização bem diferente da sociologia e da antropologia, já que logrou associar pesquisa e ação política através da aproximação efetiva com o Estado.

De volta à metodologia de pesquisa dos folcloristas, é preciso salientar que apesar das intenções que tinham esses estudiosos ao registrar costumes, rituais, poesias e provérbios populares o resultado deste empenho se constituiu, não raro, na única forma possível de aproximação com realidades e significados que escaparam ao registro institucional. Porém, diferente do caminho traçado pelos folcloristas, que se ocuparam em pinçar fragmentos de um passado irremediavelmente em decomposição, tentaremos realizar um movimento quase inverso: reinserir os fragmentos no seu contexto atentando para as

---

<sup>26</sup> Essas disciplinas não se distinguiram na prática tanto quanto gostariam em termos políticos. Há muitos estudos sociológicos ou históricos que abordam as relações de trabalho na pecuária e que repetem os mesmos preconceitos dos folcloristas. Ver nota 78 deste capítulo e nota 9 do capítulo terceiro.

<sup>27</sup> M.L.V.C. Cavalcanti e L.R.Vilhena. “Traçando Fronteiras”, p. 88.

<sup>28</sup> Idem, p. 77

formas nas quais se manifestavam os rituais, sejam eles uma narração de história, uma festa ou uma vaquejada.

A exemplo do estudo que Robert Darnton fez sobre os contos populares da França pré-revolucionária, usaremos as compilações de folcloristas para tentar desvendar aspectos do “universo mental” dos vaqueiros nordestinos.<sup>29</sup> No seu artigo Darnton defende que a análise de contos como *Chapeuzinho Vermelho*, *Barba Azul*, *Cinderela* e *A Bela Adormecida* deve buscar a identificação de “características gerais, temas centrais e elementos difusos de estilo e tom”.<sup>30</sup> A noção de “tom” ganha destaque na análise porque Darnton defende a aproximação da história com a antropologia e argumenta que a prática antropológica de pesquisa de campo nos ensinaria a não buscar “comentários sociais direto, ou alegorias metafísicas, porém mais um tom de discurso – ou um estilo cultural – capaz de comunicar um *ethos* e uma visão de mundo particulares.”<sup>31</sup>

Aqui vale uma reflexão sobre uma diferença quase sutil entre as perspectiva de Thompson-Davis e Darnton sobre o folclore enquanto fonte para a pesquisa histórica. Nas análises sobre a *rough music* inglesa e o *charivari* francês há um esforço maior de reconstituir o universo cultural das classes populares a partir das evidências folclóricas, enquanto que na análise de Darnton os contos parecem apenas ilustrar a “realidade”. Na primeira parte do seu artigo há uma longa explanação da situação de penúria e instabilidade dos camponeses franceses setecentista com suas preocupações centralizadas na comida, no trabalho, no casamento, na busca por fortuna e segurança pessoal e só depois aparecem os contos que confirmam, sistematicamente, o quadro anteriormente pintado por ele, de certo a partir de outras fontes “institucionais”.<sup>32</sup>

Mas Darnton também elucida alguns pontos que nos interessam particularmente. Por exemplo, a questão da especificidade da fonte folclórica que normalmente se constitui num registro de um ritual ou de contos produzidos na oralidade. Darnton sugere que entre a

---

<sup>29</sup> Robert Darnton. “Histórias que os camponeses contam: o significado de Mamãe Ganso”. In: *O Grande Massacre de gatos, e outros episódios da História Cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, pp. 20-101.

<sup>30</sup> Idem, p. 33

<sup>31</sup> Ambas as citações ver: Idem, p. 29. Esse argumento sustenta a idéia de que o significado histórico deve ser buscado no tom das narrativas e não em suas alusões específicas. Já na última parte do artigo o autor faz uma longa análise comparativa focando os diferentes tons nacionais a partir das versões dos contos: o burlesco italiano, o horrífico alemão, o dramático e astuto francês e o fantasioso e humorístico inglês. Ver p. 69 e *passim*.

<sup>32</sup> Ver as páginas que antecedem a análise mais detida dos contos onde o autor começa com a frase: “O quadro, em linhas gerais é o descrito a seguir.”. Idem, pp. 40-47.

tradição oral e a letrada haveria uma diferença no conceito de repetição, o que significa que na oralidade a forma e o estilo geralmente se mantêm enquanto ocorrem muitas “variações de detalhes” e fatos. No momento em que a tradição oral é fixada pelo antiquário ou folclorista, sua versão passa a coexistir com a produção oral, ou seja, esta não se interrompe, mas dialoga com a cultura letrada.<sup>33</sup>

Tendo essas questões em vista, optamos por observar em conjunto a literatura de cordel, as entrevistas com vaqueiros e o material recolhido pelos folcloristas, já que essas três fontes apresentam versões que dialogaram entre si, como no caso das narrativas estudadas por Darnton. Embora seja um material oriundo de diferentes períodos e regiões e muitas vezes de difícil identificação, é certo que se propagaram pelo nordeste através de livretos ou de conversas, em prosa ou em verso.

Portanto, o que define o universo das narrativas que iremos analisar é o enredo central delas. Este consiste na constatação por parte do fazendeiro ou do vaqueiro da existência na fazenda de um boi ou uma vaca misteriosos que o vaqueiro vê, mas não consegue pegar para ferrar, imprimir no couro o domínio sobre o animal. Num primeiro momento há uma tentativa de vencer a rês por parte dos trabalhadores da própria fazenda, mas depois, tendo a vaca ou o boi conseguido escapar, são convocados vaqueiros “de fora” para o desafio. A narrativa costuma se concentrar nessa busca, nos detalhes da correria, na malícia do gado, na destreza do vaqueiro. Em linhas gerais esse é o enredo comum às versões que encontramos na literatura de cordel, nos textos compilados pelos folcloristas e nos relatos coletados pelo IPAC em 1987. No entanto há variações narrativas que denotam aspectos importantes do universo de valores e das intenções do sujeito que contavam a história. Não se trata apenas da idéia de que “quem conta um conto aumenta um ponto”, mas de identificar quais pontos foram acrescidos ou silenciados pelo narrador e quais seriam os seus prováveis objetivos.

## **1.2 De próprio punho. Histórias de bois na literatura de cordel**

Tão ricas são as narrativas sobre bois que Câmara Cascudo chegou a considerar o “ciclo do gado” e o “ciclo heróico dos cangaceiros” como portadores dos “melhores e

---

<sup>33</sup> Idem, pp. 35 e 36.

maiores motivos” da literatura popular.<sup>34</sup> É também considerada pelos estudiosos como genuinamente brasileira e detentora dos mais antigos versos. Segundo Márcia Abreu:

*O chamado “ciclo do boi” parece ser uma criação local, pois não há registro de produções semelhantes entre os portugueses ou nas culturas negras presentes no Brasil. A matéria narrativa é calcada na realidade nordestina dos séculos XVIII e XIX, quando a criação de gado era a atividade econômica mais importante, reunindo ao seu redor grande parte da população.*<sup>35</sup>

Câmara Cascudo também encontra indícios expressivos de antiguidade nessas “gestas de animais” e acredita que “sua abundância de outrora com a rareza de sua existência presente marcam o predomínio e o declínio da pecuária nordestina”.<sup>36</sup> Segundo o folclorista teria havido maior produção de histórias sobre o encantamento de animais durante o século XVIII e início do XIX. Famosas gestas, como *Rabicho da Geralda*, *Boi Surubim*, *ABC do Boi-Prata*, *Boi Espácio*, *A Vaca do Burel*, coletadas por Sílvio Romero e outros folcloristas, aludem a termos antigos ou datas remotas como a seca de 1792 e a independência de 1822.<sup>37</sup>

Mas há certo exagero na idéia de decadência na pecuária nordestina afirmada por Cascudo. As extensas fazendas de gado permaneceram na paisagem dos sertões conquanto tenha havido mudanças na estrutura social e econômica da pecuária associadas tanto à retração dos proprietários lusitanos expulsos e rechaçados moralmente após a Independência, quanto à substituição do nordeste enquanto importante pólo de produção de carne para o mercado interno pelo sul das charqueadas. Em algumas zonas pecuárias, como em Geremoabo, pode mesmo ter havido algum melhoramento da produção com os proprietários mais próximos de suas fazendas, maior investimento em touros de raça, em especial os famosos zebus indianos, aumento no valor da arroba do boi, e novo ânimo da pecuária em vista da decadente cultura da cana de açúcar, na qual muitos fazendeiros do

---

<sup>34</sup> Câmara Cascudo. *Vaqueiros e Cantadores*. p. 11.

<sup>35</sup> Márcia Abreu. *Histórias de cordéis e folhetos*. Campinas/SP: Mercado das Letras; Associação de Leitura no Brasil, 1999, p. 82.

<sup>36</sup> Cascudo. *Vaqueiros e Cantadores*. p.108.

<sup>37</sup> Sílvio Romero. *Folclore Brasileiro. Cantos Populares do Brasil*. [1883]. Rio de Janeiro: editora Livraria José Olympio, 1954, Tomo I, p. 194-220 e 231-237.

gado estavam também envolvidos.<sup>38</sup> De todo modo, mesmo havendo mudanças na pecuária baiana, é possível observar, no final do século XIX e início do XX, a persistência de um profundo respeito à figura do boi e do vaqueiro. Isso demonstra que esse período não foi apenas de decadência da pecuária, ou ainda, que uma suposta recessão econômica pode não ter significado diminuição da produção de histórias, como supunha Cascudo.

Na segunda metade do século XIX houve mudanças na estrutura dos versos e no ritmo de impressão dos romances e folhetos. Decerto essas foram alterações que também comprometeram a interpretação dos folcloristas. A partir de 1850, na serra do Teixeira na Paraíba, um grupo chamado “grupo do Teixeira” realizou uma revolução no modo de pensar, fazer e publicar as poesias populares.<sup>39</sup> Em termos de construção dos versos, a grande contribuição desse grupo foi a mudança da composição em quadras (estrofes em quatro versos) com rimas do tipo ABCB, populares em Portugal, para as sextilhas (estrofes em 6 versos) com rimas do tipo ABCBDB. Nesse novo formato, na hipótese de haver um “desafio” ou “peleja” entre dois cantadores, cada um deveria sempre responder à rima deixada pelo adversário no último verso de sua fala, o que definia a chamada “regra da deixa”. Foi Silvino Pirauá de Lima, do grupo do Teixeira, quem inaugurou o uso das sextilhas e isso permitiu aos folcloristas identificar mais precisamente o período em que foram compostas as histórias, e, por conseguinte, identificar qual teria sido o momento de decadência da produção das gestas de animais. As histórias mais famosas, apontadas acima, teriam sido escritas em versos de quadras, o que demonstraria sua antiguidade já que o uso da sextilha “denuncia a relativa modelagem recente”.<sup>40</sup>

---

<sup>38</sup> O próprio barão de Geremoabo era uma prova da forte intersecção entre donos de engenho e fazendeiros do gado. Sobre o melhoramento racial da criação de gado é um movimento que vem desde o último quartel do século XIX com a iniciativa de fazendeiros fluminenses, paulistas e mineiros. O barão de Geremoabo também comprou os famosos zebus da Índia em 1900. Ver carta enviada por Marcondes Machado ao barão de Geremoabo, 16 de maio de 1900, correspondência passiva, fundo Barão de Jeremoabo, FCM, documento 0894A. Comentamos no capítulo primeiro sobre esse possível recrudescimento da pecuária no final do século XIX em Geremoabo.

<sup>39</sup> Uma análise mais detalhada sobre a ação desse grupo pode ser conferida em Linda Lewin. “Oral tradition and elite myth: the legend of Antônio Silvino in brazilian popular culture”, *Journal of Latin American Lore*, 5:2 (1979), 157-204.

<sup>40</sup> Cascudo. *Vaqueiros e Cantadores*. pp.102-9; Márcia Abreu. *Histórias de cordéis e folhetos*. P. 73-90. Embora tivesse havido muita comunicação entre as regiões de pecuária é delicado generalizar essas conclusões sobre a difusão das histórias do “ciclo do gado” para todo o nordeste. Ainda que o grupo do Teixeira tivesse proposto uma nova forma para a produção das histórias, o fato de se tratar de uma cultura ainda fortemente oral fazia com que os referenciais não se estabelecessem rapidamente e nem fossem necessariamente seguidos pelos poetas de Geremoabo, por exemplo.

A montagem das primeiras gráficas de cordel em Juazeiro da Norte, Ceará, também constituiu uma mudança fundamental não apenas para a própria literatura popular, mas também para a concepção dos folcloristas sobre essa literatura. Romances e folhetos já eram publicados em jornais desde as primeiras décadas do século XIX, mas foi Leandro Gomes de Barros o “iniciador dessa atividade editorial sistemática”.<sup>41</sup> Não temos o objetivo de fixar marcos iniciais para a literatura de cordel, mesmo porque isso iria levar a uma discussão controvertida e sem interesse para os propósitos dessa pesquisa. No entanto é importante salientar que essa “modernização” operada em finais do século XIX fez os folcloristas e primeiros pesquisadores paradoxalmente anunciarem o desaparecimento do cordel. Cavignac mostra que já na década de 1880 autores como Silvio Romero e Irineu Joffily acreditavam que os livretos de cordel estavam perdendo a força e deixando de serem lidos em razão da “grande invasão dos jornais”.<sup>42</sup> Como vimos acima, Cascudo encontra no mesmo período indícios do desaparecimento das gestas de animais e o motivo desse suposto declínio também é a modernização, no caso, das fazendas de gado.

Talvez valha a pena tentar entender esses comentários, pois eles não significam apenas uma aversão às mudanças. Em grande medida o que eles indicam é uma concepção, da qual nos distanciamos, de que a verdadeira literatura popular é aquela que demonstra continuidade de temas e de formas com o romance ibérico oral. Nesse sentido Cascudo define como “livros do povo” os romances que unem “o Brasil ao velho mundo” a exemplo de *Donzela Teodora*, *A Princesa Mangalona*, *Carlos Magno e os Doze Pares da França*, *Imperatriz Porcina*, *João de Calais* e outros que chegaram ao Brasil no meio de coleções particulares. Não obstante autores do final do século XIX, como Leandro Gomes de Barros, tivessem publicado versões de algumas dessas histórias, os folcloristas, obcecados em ver traços intactos de uma cultura ibérica e medieval no sertão nordestino, acreditaram que a literatura de cordel estava se desintegrando nesse período. Portanto, estamos de acordo com Cavignac de que é um contra-senso imaginar a decadência de uma literatura justamente no momento em que ela vivia o seu auge, quando se observava o surgimento de uma

---

<sup>41</sup> Gilmar de Carvalho. *Publicidade em Cordel*, p.65. Entre 1906 e 1917 Leandro Gomes de Barros foi proprietário de uma pequena gráfica para impressão de seus próprios folhetos, em Recife-PE, sendo ele próprio o autor, o editor e o distribuidor.

<sup>42</sup> Palavras de Silvio Romero, *apud*. Julie Cavignac. *A literatura de cordel no nordeste do Brasil*, p. 88.

“literatura autóctone desenvolvendo temas específicos a um espaço e um período dados”.<sup>43</sup> Talvez o que estivesse se desintegrando era a primazia dos folcloristas como únicos aptos a “resgatar” a cultura popular e torná-la acessível ao público erudito. Com a possibilidade de publicar seus próprios poemas, cantadores e repentistas sentiram-se motivados a inovar temas ou improvisar em cima de temas clássicos deixando assim, pelo próprio punho, um legado formidável para a posteridade prescindindo dos folcloristas para isso.

No final das contas, devemos a esse processo de desvinculação da tradição ibérica o desenvolvimento dos romances sobre bois encantados. Como notamos acima, é incontestável entre os estudiosos, inclusive folcloristas, que esse tema foi gerado no Brasil, muito embora seja patente a coexistência de elementos externos não apenas ibéricos, mas também africanos e indígenas.<sup>44</sup> Um dos principais motivos dessa “originalidade” é o fato de que essa narrativa correspondia a atividades muito típicas da pecuária nordestina: as pegas de boi, as apartações e as vaquejadas. Em se tratando de pecuária extensiva, com pastos indivisos e extensos lotes de terra, era necessário agrupar todo o gado (pegas de boi) uma ou duas vezes no ano para ferrar e separar (apartar) os animais dos diferentes donos. Também era nessa ocasião que eram marcados os bezerros que cabiam aos vaqueiros como retribuição pelo trabalho prestado. Essa atividade de apartação, realizada exclusivamente por vaqueiros, deu origem às festas de vaquejada, muito típicas no nordeste até hoje, nas quais os participantes expõem suas habilidades na derrubada de bezerros.<sup>45</sup>

Afora esses momentos pontuais e em geral festivos – que estavam sofrendo mudanças com a prática dos cercamentos – havia a lida diária com o gado que exigia do vaqueiro habilidades semelhantes às aquelas exigidas nas vaquejadas. Eram atividades como conduzir o gado de um pasto para outro ou simplesmente vaquejar, como se dizia em Geremoabo, que significava domesticar o gado reunindo-o em alguns pontos da fazenda com certa frequência para que não se tornasse bravo. Em razão dessa forte vinculação entre as narrativas de bois misteriosos e o cotidiano de trabalho com o gado é que iremos

---

<sup>43</sup> Idem, p. 87.

<sup>44</sup> Tais aspectos não são problematizados por folcloristas como Cascudo. A intenção explícita é de ver neste folclore apenas traços nacionais. Apesar de termos observado claras referências a elementos indígenas e africanos não iremos aprofundar a análise sobre possíveis confluências culturais em razão do nosso objetivo maior ser entender o uso e difusão dos temas presentes no folclore e nas narrativas e não tanto as origens destas.

<sup>45</sup> Nas fontes consultadas só encontramos referência às “pegas de bois”; não encontramos evidência de algum tipo de festa com esse objetivo na Geremoabo do final do século XIX. Atualmente as vaquejadas são festas tradicionais na cidade e nos municípios vizinhos, o que sugere que esta “tradição” é invenção mais recente.

analisar essas duas dimensões em conjunto na tentativa de entender até onde ia a simples representação da lida diária na literatura e na mitologia e onde começavam as negociações por mais prestígio e valorização social da cultura do vaqueiro.

De mais a mais a própria persistência das gestas de animas, ainda que alteradas na forma ou no conteúdo, nos diz muito sobre a cultura daqueles que as narravam. São do início do século XX histórias famosas como o *Romance do Boi da Mão de Pau*, de Fabião das Queimadas e a *História do Boi Misterioso*, de Leandro Gomes de Barros que vamos analisar particularmente.<sup>46</sup> Além destas há uma enorme gama de cordel do século XX que versa sobre bois e vaqueiros encantados. Os relatos de vaqueiros baianos recolhidos e publicados pelo IPAC em 1987 também reproduzem essas histórias, embora com variações. Qual o significado da persistência desse tema? Em que medida essas histórias estavam baseadas na realidade? Que dimensão do real elas comunicam? Haveria alguma intenção subliminar na recriação constante dessas narrativas? Ao invés de lamentar a suposta “rarefa” das gestas de animais na virada do século como fizeram os folcloristas tentaremos, ao longo desse capítulo, responder a essas perguntas e a instigante questão: por que, numa época considerada pelos contemporâneos de decadência da pecuária nordestina tradicional, tiveram tanta popularidade as narrativas sobre bois e vaqueiros encantados?

## **2 Histórias do boi encantado, misterioso, mocambeiro, ideado, mandingueiro, rezado, curado, moleque, mas nunca xereta.<sup>47</sup>**

Em entrevista realizada em 1987, o vaqueiro Maximiano, de Santa Bárbara, descreve a origem da força do boi e diz como o vaqueiro pode dominá-la:

*Dentro do intistino, no bucho do boi, cria uma bolazinha de coro e cabelo – uma maçã –, cria ali dento. Aquele boi fica, que corre a*

---

<sup>46</sup> Fabião das Queimadas. *Romance do Boi da Mão-de-Pau*. In: Câmara Cascudo. *Vaqueiros e Cantadores*. pp. 109-14; Leandro Gomes de Barros. *História do Boi Misterioso*. In: [http://dominiopublico.mec.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=5406](http://dominiopublico.mec.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=5406).

<sup>47</sup> Todos estes termos foram encontrados na documentação e, embora haja algumas especificidades, eles adjetivam um estado mágico em que se encontram alguns animais e também alguns vaqueiros. Detalharemos o significado de alguns desses termos quando for oportuno. Os termos misterioso e encantado, que usaremos aqui como sinônimos, foram os que mais apareceram nas fontes, sejam elas cordéis, relatos do IPAC ou os textos dos folcloristas.

*vida toda e num se cansa. Intão, aí luta a vida toda correno, e cavalo nenhum arcança esse boi. O vaquero num pega. Vai indo, indo, aí incronta um cavalo, também, que tem essa maçã também. Aí quebra a faca do boi e [o vaqueiro] consegue pegá.*<sup>48</sup>

Mário Barreto completa o raciocínio dizendo que são só alguns bois que têm a maçã e aquele que a tem é um boi “todo fechado, todo preparado” e que já traz isso de nascença.<sup>49</sup> Não era difícil identificar o animal que trazia no bucho a maçã: “a rês que infeza à toa, a rês que infeza assim cum quarqué coisa é sujeito tê a maçã”.<sup>50</sup>

Essa explicação para o encantamento do boi é encontrada somente nessas entrevistas de 1987 coletadas pelo IPAC. Não são mencionadas maçãs nas histórias mais antigas coletadas por folcloristas ou publicadas em cordéis. O *Dicionário Aurélio* incorpora esse sentido definindo maçã também como “bola de pêlos feltrados que se encontra no estômago dos bovinos e do jacaré”.<sup>51</sup> Pelas entrevistas, observamos que a maçã poderia ser encontrada em vários animais como cavalos e veados, mas nem todos de uma mesma espécie a possuíam, como sugere sumariamente o *Aurélio*. Além disso, à maçã era atribuída uma função mágica de conferir poder ou encantamento a quem a possuísse. É contraditória a explicação sobre o que aparece primeiro: se é a maçã que já nasce com o animal e se expressa no caráter rebelde ou se é a ferocidade que “cria” a maçã, para usar a expressão do vaqueiro Maximiano citado acima.<sup>52</sup>

---

<sup>48</sup> Relato de Maximiano Daniel de Freitas, 60 anos, Santa Bárbara em Bahia, IPAC. *Histórias de Vaqueiros*. Vol. 1, p. 131. Como havia muitas entrevistas com vaqueiros selecionamos aquelas dos municípios que compõem a região nordeste da Bahia (onde se situava a antiga comarca de Geremoabo) de acordo com a definição da Superintendência de Estudo Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. Citaremos também relatos de algumas cidades limítrofes, a exemplo deste, de Santa Bárbara.

<sup>49</sup> Relato de Mário Barreto, 43 anos, Serrinha. In: Bahia, IPAC. *Histórias de Vaqueiros*. Vol. 1, p. 133.

<sup>50</sup> Relato de Sinfrônio Cordeiro Araújo, 68 anos, Santa Bárbara. Idem, 132

<sup>51</sup> Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3ª ed. (rev. e amp.), Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 1244. Não identificamos a crença em maçãs no jacaré nas narrativas que analisamos, provavelmente pela óbvia razão deste animal não ser comum no sertão. Mas há na literatura sobre os Kongo na África referência a crença no crocodilo como um animal que possui algo como uma glândula dentro do corpo o que lhe confere poderes mágicos. Ver especialmente capítulo XXIII de Karl Laman. *The Kongo III*. Studia Ethnographica Upsaliensia XII, 1962.

<sup>52</sup> Entre os Kongo há uma crença de que a origem do poder de determinados indivíduos que eram considerados feiticeiros (bandoki) estava em uma glândula que poderia se localizar atrás da cabeça, nos pulmões ou próximo à virilha, à semelhança da maçã que era encontrada no estômago dos animais. Essa glândula poderia ser resgatada e usada como um poder mágico, do mesmo modo que a maçã do nosso contexto. É possível que tivesse havido certa circulação de crenças já que o tráfico de escravos em Pernambuco repetiu o padrão do Rio de Janeiro, ou seja, foi significativa nessa província a importação de

O vaqueiro podia obter uma maçã e suas propriedades mágicas resgatando-a do bucho de algum animal encantado. Dessa forma tornava-se, ele mesmo, um vaqueiro encantado, o que significava ser um vaqueiro extremamente destro e sagaz na arte de dominar bois. Por isso se dizia que era bom que o vaqueiro levasse a maçã consigo durante as pegadas de bois, porque ela servia como um amuleto. Ela funcionava como “um imã bom pra quem luta com gado”, fazia o gado brincar com o vaqueiro “pensano que é uma ota rês” e fazia o vaqueiro ter segurança em si mesmo e muito prestígio na sociedade.<sup>53</sup> Mesmo aqueles que davam mais valor à coragem pessoal admitiam o poder que tinha a maçã. Era o exemplo de Sinfrônio, que nunca acreditou nisso e “só tinha fé im Deus e no qu’eu tava muntado”, até encontrar a dita maçã e melhorar muito a habilidade com o gado e também elevar sua condição social. Sinfrônio afirmou que desde então não foi mais vaqueiro de ninguém: “eu sô vaquero do meu até hoje”, o que parece a realização da sonhada fórmula cantada por Elomar “de não ser mais empregado e também não ser patrão”.<sup>54</sup>

Por outro lado, nos romances sobre bois encantados presentes na literatura de cordel assim como nas versões de folcloristas a explicação para o boi ser encantado é ser filho de uma vaca misteriosa, que por sua vez seria a encarnação de um boi que teria morrido de fome numa grande seca. A vaca teria ligações com o “outro mundo” e teria sido vista conversando com vultos, conforme testemunha o vaqueiro da história de Leandro Gomes de Barros:

*O vaqueiro viu que os vultos  
Foram de duas mulheres  
Uma delas disse à vaca  
Parte por onde quiseres  
Eu protegerei a ti  
E aos filhos que tiveres (...)*

*Por isso teve essa vaca  
Daí em diante esse nome  
Uns chamavam-na feiticeira  
Outro a vaca lobisomem  
Diziam que ela era a alma  
De um boi que morreu à fome*<sup>55</sup>

---

centro-africanos para lá nas últimas décadas do tráfico. Em Geremoabo, por sua vez, de acordo com o censo de 1872, havia muitos habitantes nascidos em outros estados nordestinos. No entanto, uma distinção fundamental que deve ser notada entre as crenças centro africanas e esta crença sertaneja que estamos tratando é o fato de essa última ser socialmente construída e por vezes até destruída pois dependia da reiteração constante das habilidades do boi e do vaqueiro que o dominava, enquanto que a outra era dada através de rituais e acreditada como imanente ao sujeito. Além do mais os bandoki do Kongo “agiam em segredo”, enquanto que entre os vaqueiros nordestinos exercer o poder de dominar o boi era um ato essencialmente público. Ver Karl Laman. *The Kongo III*. Agradeço a Robert Slenes por essa referência.

<sup>53</sup> Respectivamente explicações dadas por Sinfrônio Cordeiro Araújo, 68 anos, Santa Bárbara. Idem, 132; José Bispo do Araguaia, 77 anos, Santo Estevão. Idem, p. 153.

<sup>54</sup> Relato de Sinfrônio Cordeiro Araújo, 68 anos, Santa Bárbara. Idem, 132. Frase final ver música de Elomar. *Peão na amarração*.

<sup>55</sup> Leandro Gomes de Barros. *História do Boi Misterioso*. In: [http://dominiopublico.mec.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=5406](http://dominiopublico.mec.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=5406).

Logo no início das narrativas, o dono da fazenda expressa desinteresse por ferrar a vaca e a despreza por ser feia ou magra demais. Depois de dois anos de seca – que na história de Leandro Gomes de Barros correspondeu aos anos de 1824 e 1825:

*A vaca misteriosa  
Não houve mais quem a visse  
O dono não importava  
Que ela também sumisse  
Podia até pegar fogo,  
Que na fumaça subisse*<sup>56</sup>

Na história incompleta do *Boi Moleque*, compilada pelo folclorista Gustavo Barroso, também é enfatizada a ascendência do boi e a selvageria (ou liberdade) em que vivia como razões para o encantamento:

*Uma vaca Piauí,  
Do nome de Coração,  
Deu cria a este bezerro,  
O qual ficou barbatão  
Nunca viu relho no pescoço,  
Nem porteira, nem mourão*<sup>57</sup>

O vaqueiro Teté do Inxuí corrobora essa versão. Em sua entrevista para o IPAC ele se propõe a reconstituir a *História do Boi Misterioso* e conta que o dono da fazenda, vendo a vaca depois de uma grande seca, diz: “solta essa vaca pro mato, qu’eu num quero ela, qu’ela ta muito feia demais e pirigosa no mei do gado! (era uma cavera triste)”.<sup>58</sup> Assim, condenada à selvageria pelo dono e protegida por forças sobrenaturais, a vaca emprenha e tem seu bezerro no mato. Este, criado distante da fazenda, se torna também encantado e, mais do que a vaca, é indomável. Porém, ao contrário da vaca, o bezerro prende a atenção do fazendeiro e de seus vaqueiros que se sentem desafiados e decidem capturá-lo para

---

<sup>56</sup> Idem.

<sup>57</sup> Gustavo Barroso. *Ao Som da Viola. Ao Som da Viola*. [1921] Nova edição correta e aumentada. Rio de Janeiro, 1949, p 268.

<sup>58</sup> Relato de Antero de Souza Neto, 63 anos, Cícero Dantas. In: Bahia, IPAC. *Histórias de Vaqueiros*, vol. 2, p. 28.

ferrar. É nessa tentativa de domar o boi que a narrativa folclórica se concentra, finalizando, via de regra, com o desaparecimento súbito do boi, do vaqueiro e do cavalo.

O fato de o vaqueiro não ter êxito no encalço do boi bravo é um ponto de distinção importante entre os relatos sobre “as vivências na lida diária com o boi e com a natureza” e os mitos “frutos dessa relação” expressos nos romances e narrados nas próprias entrevistas.<sup>59</sup> Nas histórias acima, ao final o boi e o vaqueiro morrem e, para Câmara Cascudo, por exemplo, as honras são todas da “vítima”, ou seja, do boi. Diz ele:

*“Curiosamente, nenhum vaqueiro mereceu ainda, como nenhum caçador feliz, as honras consagradoras de um ABC ou dum romance. [...] Nenhum animal vitorioso possui no sertão sua ‘gesta’. Os vencidos é que têm o supremo direito ao louvor”.*<sup>60</sup>

Nessa perspectiva, é a fama do boi que se mantêm, embora as façanhas dos vaqueiros fossem “descritas fielmente”. Ao contrário do que é relatado fartamente nas entrevistas do IPAC, que mencionam a possibilidade do vaqueiro obter a maçã e tornar-se “um imã” para o gado brabo, o vaqueiro das histórias compiladas e divulgadas pelos folcloristas não consegue ser “elevado” à condição de encantado. O que os folcloristas como Câmara Cascudo registram é a existência da crença em torno do “vaqueiro misterioso” que ele define em seu *Dicionário do Folclore Brasileiro* como “sabedor de segredos infalíveis, mais destro, mais hábil, mais afoito, melhor cavaleiro que todos os outros reunidos. Usa vários nomes ninguém sabe onde ele mora nem a terra em que nasceu”.<sup>61</sup> O vaqueiro misterioso, tal qual retratado por Cascudo é, portanto, um tipo desconhecido e quase uma entidade. Nada tem a ver com o vaqueiro de carne e osso que, pela repetição do sucesso e pela habilidade adquirida, se torna afamado no lugar e recomendado alhures. Nos casos contados pelos vaqueiros nas entrevistas de 1987 são mais comuns e mais vibrantes as histórias nas quais o vaqueiro consegue laçar o boi e trazê-lo

---

<sup>59</sup> Bahia, IPAC. “Introdução”. In: *Histórias de Vaqueiros* Vol. 1, p. 14. É importante frisar que nem todos os relatos das entrevistas do IPAC são “reais”, ou seja, são casos do cotidiano de trabalho dos vaqueiros, tanto sim que o subtítulo do projeto do IPAC é *Vivências e Mitologias*. O relato citado acima do vaqueiro Teté do Inxuí, por exemplo, é uma clara tentativa de reconstituição da *História do Boi Misterioso*, de Leandro Gomes de Barros.

<sup>60</sup> Cascudo. *Vaqueiros e Cantadores*. P. 12.

<sup>61</sup> Idem. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. P. 718.

para a fazenda, reavendo um prestígio eventualmente perdido na comunidade ao “quebrar” a fama de um boi.<sup>62</sup> Foi o caso de Zé Preto que depois de ser humilhado conseguiu provar para todo mundo que ele era de fato um bom vaqueiro ao pegar um boi misterioso. Depois de intensa correria, Zé Preto “pulô pegado no cabo do boi” e quando os outros vaqueiros chegaram ele estava calmamente “fazendo um cigarrim de fumo”. O coronel Sigismundo, o patrão da fazenda, ao chegar, foi logo perguntando: “o nego presta?”, ao que prontamente o “vaqueiro mestre” gritou: “Deus fez, o vento ispaiô, mas o diabo juntô o burro e o nego. Tá pegado, quebrada a fama do boi, num tem mais nada”. O narrador dessa história conclui afirmando que Zé Preto “foi um dos homes mais vaquero qu’eu vi na minha vida até hoje”.<sup>63</sup>

Já nos romances, a saga em busca do boi, os desafios entre os vaqueiros, as apostas dos fazendeiros, a chegada de vaqueiros de terras distantes onde se espalhou a fama do animal, é que são o mote da história. O final é sempre marcado por uma tragédia, como nessa versão de Leandro Gomes de Barros na qual, depois da grande correria do vaqueiro atrás do boi, eles encontraram um obstáculo, uma “cruz”:

|    |                                                                                                                                                                         |    |                                                                                                                                                                                    |
|----|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1º | <i>Mas o boi chegando perto<br/>Não quis enguiçar a cruz<br/>Tudo desapareceu<br/>Ficou um foco de luz<br/>E depois dela saíram<br/>Uma águia e dois urubus</i>         | 3º | <i>Voltaram todos os homens<br/>O coronel constrangido<br/>O boi e o tal vaqueiro<br/>Terem desaparecido<br/>A terra abrir-se e fechar-se,<br/>Pôs tudo surpreendido<br/>(...)</i> |
| 2º | <i>Tudo ali se observou<br/>O fato como se deu,<br/>Dizendo que a terra se abriu<br/>E o campo estremeceu<br/>Pela abertura da terra<br/>Viram quando o boi desceu.</i> | 4º | <i>O coronel Sezinando<br/>Ficou tão contrariado<br/>Que vendeu todas as fazendas<br/>e nunca mais criou gado<br/>Houve vaqueiros daqueles<br/>Que um mês ficou assombrado.</i>    |

Há também a possibilidade de um final irônico como na versão de Gustavo Barroso de *O Boi Moleque*:

<sup>62</sup> Embora seja remota é preciso ponderar a possibilidade de que no processo da entrevista os vaqueiros tivessem se sentido mais estimulados a contarem suas façanhas vitoriosas e não as histórias mais fantasiosas e míticas, o que teria gerado um número maior de relatos de buscas bem sucedidas a bois ariscos. O fato de não conhecermos as perguntas feitas e a postura etnográfica dos entrevistadores do IPAC restringe, em certa medida, nossa interpretação.

<sup>63</sup> Esta frase é ótima porque eleva o substantivo *vaqueiro* à categoria de adjetivo. Todas as falas deste parágrafo são do relato de Manezinho Aboiador, 48 anos, Serrinha. Idem, p.136.

*O restante desta história  
Não foi possível tirar  
Pois muito vaqueiro velho,  
depois de bem se enrascar,  
Se empenhou com o poeta,  
P'r'ele não continuar...*<sup>64</sup>

Quando o vaqueiro Teté do Inxuí conta sua versão da *História do Boi Misterioso*, de Leandro Gomes de Barros, há um final semelhante:

*Aí o boi deu dois urro feio e atolô assim numa serra terrive – nunca tinha passado nem cobra lá. (...) Lá num virum mais nada, só saiu três vulto e o chão abriu assim do jeito de uma cruz, e desceu boi, vaqueiro, e cavalo, tudo. Disse que avuou três vulto de dento. Aí acabô-se o boi, terminô finado. Esse foi o boi misterioso. E assim tudo findô.*<sup>65</sup>

## 2.1 Além da história

Embora algumas histórias fossem claramente “irreais”, hiperbólicas ou cheias de imaginação elas eram derivadas da vida real, do trabalho diário com o gado e da relação estabelecida com o dono da fazenda. Por esse aspecto, não devemos fixar uma dicotomia entre as narrativas “reais” e as “imaginárias” porque estas são a continuação necessária daquelas. Assim, é muito provável que as histórias sobre bois encantados exprimissem aspectos das estratégias de driblar as dificuldades cotidianas. Mesmo nos relatos sobre a lida com o gado, é comum o vaqueiro apelar, quando não consegue explicar uma situação, para a existência de forças sobrenaturais, no caso o encantamento do boi ou do vaqueiro que tivesse conseguido pegar o boi. Nos romances há sempre uma pausa onde o vaqueiro, por ter falhado no encaicho ao boi que o fazendeiro lhe pediu, se sente pressionado a “inventar” uma explicação:

---

<sup>64</sup> Gustavo Barroso. *Ao Som da Viola*. p 270.

<sup>65</sup> Relato de Antero de Souza Neto, 63 anos, Cícero Dantas, Idem, p. 28.

|    |                                                                                                                                                                                                                                      |    |                                                                                                                                                                                                                     |
|----|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1º | <i>Com menos de meia légua<br/>         Estava o vaqueiro perdido,<br/>         Não soube em que instante<br/>         O tal boi tinha-se ido<br/>         Estava o cavalo suado,<br/>         E já muito esbaforido.</i>            | 3º | <i>Contou então o vaqueiro<br/>         O que se tinha passado<br/>         Dizendo que aquele boi<br/>         Só sendo bicho encantado<br/>         Se havia mandinga em boi<br/>         Aquele era batizado</i> |
| 2º | <i>Voltou então o vaqueiro<br/>         Sem saber o que fizesse,<br/>         Pensando ao chegar em casa<br/>         Então que história dissesse<br/>         Se pegando com os santos:<br/>         Que o coronel não soubesse</i> |    |                                                                                                                                                                                                                     |

O fazendeiro, que está sempre presente nos romances, embora, a princípio, não acredite em mandinga de boi, é o principal organizador dos encontros festivos em que os vaqueiros mais valentes da região e até das “Minas Gerá” se reúnem para testar suas habilidades derrubando o boi brabo. Por isso o ato de alimentar (e mesmo inventar) a fama de um boi, ao ponto de considerá-lo encantado, pode ter sido uma estratégia de valorização social da figura do vaqueiro e, mais que isso, uma valorização autônoma – e não submissa – em relação ao poder do fazendeiro. Esse seria um momento de muita exposição social dos vaqueiros e nas histórias diversas vezes é mencionado que eles iam de livre vontade, não aceitando nenhuma recompensa material por seu trabalho. Entre os próprios vaqueiros era uma questão de honra pegar um boi que os desafiava e era também uma oportunidade que tinham de se tornar um vaqueiro afamado, “recomendado”. Tudo isso nos mostra que havia muito mais que simples diligência no ato de embrenhar-se no mato para pegar um boi brabo e criar e disseminar histórias com esse motivo: era também uma maneira criativa de se destacar socialmente e contornar as dificuldades cotidianas do trato com o gado e com o próprio patrão.

Uma situação análoga pode ser observada na pesquisa realizada por Paulo Pinheiro Machado em seu livro *Lideranças do Contestado*.<sup>66</sup> Ao analisar os mandamentos do Monge João Maria aos seus seguidores do planalto catarinense contestado durante os anos de 1912 a 1916, Machado argumenta que as relações sociais e os valores morais presentes nas gestas populares nunca teriam existido na realidade. Ao focar o tema das relações entre

---

<sup>66</sup> Paulo Pinheiro Machado. *Lideranças do Contestado. A formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004. Ver especialmente capítulos 1 e 3.

patrões e empregados o autor acredita se deparar com uma espécie de romantização das relações de trabalho, no caso vagamente definidas como paternalistas. Ele afirma que “os mandamentos do monge procuram recuperar um tipo de sociedade que as pessoas, naquela época, já não identificavam como parte de seu mundo real (...) existia uma consciência de que a avareza dominava as relações e, justamente por isto, os mandamentos eram difundidos como necessários a uma vida justa”.<sup>67</sup> Machado salienta que, ao abordar aspectos como lealdade e fidelidade, as gestas estavam de alguma maneira valorizando os trabalhadores e fomentando entre os fazendeiros a idéia de que essas eram qualidades raras e, portanto, preciosas.

No aspecto das funções que desempenhavam as narrativas de bois encantados na conformação da cultura política do vaqueiro, é bastante útil o estudo clássico de Geertz sobre o ritual da briga de galos em Bali.<sup>68</sup> Ele percebe que ali eram apresentados valores como honra, masculinidade e prestígio, mas que esse ritual não era um retrato da sociedade, ou, nas suas palavras:

*A matança na rinha de galos não é um retrato de como as coisas são literalmente entre os homens, mas, de um ângulo particular, de como elas são do ponto de vista da imaginação, o que é bem pior.*

<sup>69</sup>

Em sua análise, Geertz confere um sentido muito mais ativo à imaginação porque sugere que havia tensões na sociedade que não eram expostas e por isso dificilmente seriam captadas, mas que eram reveladas nesse ritual. A briga de galos cumpria uma função interpretativa porque era uma ocasião na qual a sociedade balinesa fazia uma leitura sobre ela mesma, era “uma história sobre eles que eles contam a si mesmos”. Assim, Geertz define, empiricamente, sua metodologia de ver determinados rituais como textos da sociedade, os quais revelariam aspectos da “semântica social”. Todavia, essa perspectiva leva Geertz a restringir o potencial de interferência na esfera social que esses rituais poderiam ter. Ele afirma que embora fossem ocasiões nas quais o prestígio dos oponentes

---

<sup>67</sup> Idem, pp. 95-99.

<sup>68</sup> Clifford Geertz. “Um Jogo Absorvente: notas sobre a briga de galos balinesa”. In: *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.

<sup>69</sup> Idem, p. 314.

fosse questionado e se “incitasse rivalidades e hostilidades”, as posições sociais não eram *realmente* abaladas, dentre outros motivos porque a briga era “ficcional”, sendo apenas “verdadeiramente real para os galos”.<sup>70</sup>

Estamos de acordo com Geertz de que mesmo os rituais não textuais podem ser interpretados como textos que a sociedade produz sobre ela mesma. No caso das narrativas sobre bois encantados essa perspectiva é ainda mais pertinente porque são histórias que extravasam o cotidiano sendo, justamente, a imaginação sobre ele. À semelhança dos rituais de brigas de galos balinesa, a criação e divulgação de narrativas sobre bois encantados no nordeste baiano colocavam em questão “o saber, a estima, a honra, a dignidade, o respeito – em suma o status.”<sup>71</sup> Não se tratava de contrapor fazendeiros a vaqueiros e tampouco de abalar posições sociais, e sim de imaginar, veicular ou propor valores e condutas consideradas corretas. Geertz define ainda as brigas de galos como espetáculos de “educação sentimental”, mas não “meros reflexos de uma sensibilidade preexistente e representada analogicamente; eles são agentes positivos na criação e manutenção de tal sensibilidade”.<sup>72</sup> Com essa observação sua análise fica mais completa e nos permite fazer algumas reflexões sobre nosso objeto.

### **2.1.1 Personagens:**

#### **I – O Boi**

O encantamento, que nas entrevistas é explicado em termos da existência de uma maçã no intestino da rês, era um elemento de poder que estava associado com resistência à dominação e insistência na liberdade. Nessas narrativas mais antigas que estamos analisando, o boi defendia sua liberdade até a morte – liberdade de pastar onde lhe aprouvesse e não estar totalmente sob o domínio do fazendeiro, que era impresso em seu couro. No dizer de Márcia Abreu, enquanto os homens nas narrativas representavam “a ordem, a organização, o respeito às regras” os bois encantados, não por acaso também conhecidos como “mocambeiros”, ou “ideados”, “simbolizavam a liberdade, a

---

<sup>70</sup> Idem, p. 311.

<sup>71</sup> Idem, p. 300.

<sup>72</sup> Idem, p. 319.

impossibilidade de se deixar subjugar, a valentia, a habilidade de fugir ao adestramento”.<sup>73</sup> Este boi que desafiava os vaqueiros pela sua audácia e teimosia era também respeitado por eles. Em momento algum, o boi era motivo de pilhéria por parte dos vaqueiros, ao contrário, estes é que eram debochados nos romances em razão de tentarem em vão cercar a liberdade do boi misterioso. Como mostra a versão baiana de Prado Ribeiro, *ABC do Estrela*, o próprio boi zomba dos vaqueiros:

*É verdade minha gente  
Que o Estrela é do capeta,  
Dos vaqueiros, ele zomba  
Pois deles não é xereta*<sup>74</sup>

Acreditamos que esses romances serviam como exemplos de conduta, ou “educação sentimental”, para usar a expressão de Geertz, e nos permitem olhar tanto os valores vigentes quanto aqueles que se desejava imprimir nas sociedades nas quais as narrativas foram escritas ou divulgadas. A liberdade, sustentada até o fim pelo boi, é entremeada de outros valores como honra, coragem, sagacidade, insubmissão e fidelidade aos próprios princípios (ele não é xereta de ninguém), os quais eram altamente caros às sociedades pastoris e, particularmente, àquelas recém egressas da escravidão. Além disso, de acordo com Márcia Abreu, nos romances de bois encantados “a identificação do poeta e, provavelmente, do público convergia para os bichos, mesmo que seu fim fosse a morte”.<sup>75</sup> Por isso, e pela popularidade dessas narrativas confirmada pelos folcloristas e pela persistente memória popular, o comportamento do boi pode indicar a própria concepção de liberdade prezada na época e almejada pelos indivíduos: não tanto uma liberdade total – já

---

<sup>73</sup> Márcia Abreu. *Histórias de cordéis e folhetos*. P. 82. Embora os diversos termos que adjetivam o boi brabo denotem em geral um estado mágico eles produzem metáforas específicas. Não encontramos explicação para o termo “ideado”, mas acreditamos que venha do verbo idear e signifique algo imaginário, fantasioso, mas também aquele que arquiteta, concebe, projeta, tem idéias – e por isso não segue o rebanho submisso... Quanto ao termo “mocambeiro”, o folclorista Gustavo Barroso, ao publicar a sua versão do *Boi Moleque* explica: “mocambeiro é o boi velhaco que vive escondido nos matos, sempre solitário, *amocambado*”. (grifo do autor). Gustavo Barroso. *Ao Som da Viola*. p. 268. Boi Estrela, como é chamado na versão de Prado Ribeiro abaixo, remete a antiga e difundida simbologia de um boi que traz uma estrela na testa o que seria indicativo de um animal especial.

<sup>74</sup> Prado Ribeiro (1894-?). *Vida Sertaneja. Usos e costumes do Sertão Baiano*. Bahia: Oficinas Gráficas d. A. Luva. s/d, p. 54.

<sup>75</sup> Márcia Abreu. *Histórias de cordéis e folhetos*. P. 82.

que o boi gozava de uma liberdade precária e constantemente ameaçada – mas uma liberdade imbuída de dignidade e respeito social.

Nesse sentido é muito interessante a versão de Fabião das Queimadas porque a voz narrativa é o boi, e não o vaqueiro ou um observador, como é na versão de Leandro Gomes de Barros.<sup>76</sup> Não por acaso, o poeta Fabião era vaqueiro e ex-escravo e foi com o pecúlio acumulado durante o cativeiro que comprou uma rabeca e a alforria sua e de parte de sua família, se tornando desde então pequeno criador e poeta.<sup>77</sup> Intitulado *Romance do Boi da Mão de Pau*, essa versão é especial porque mostra as razões pelas quais o boi encantado resiste às tentativas dos vaqueiros de dominá-lo. Trata-se de uma defesa “natural”,

*Pois, sendo eu um boi manso,  
Logrei a fama de brabo:  
Dava alguma corridinha  
Por me ver aperriado,  
Com chocalho no pescoço,  
E além disso algemado...<sup>78</sup>  
(...)*

*Me traquejaram na sombra  
Traquejaram na comida,  
Me traquejavam nos campo,  
Traquejavam nas bebida  
Só Deus terá dó de mim,  
Triste é a minha vida*

O touro Mão de Pau se sente perseguido a todo o momento pelos vaqueiros. Logo no início ele diz “sei que não tenho razão”, todavia, não quer se submeter, e essa vontade de estar livre está acima da necessidade de sombra, comida e bebida, ou melhor ele deseja resolver sua sobrevivência sozinho, sem ordens de fazendeiros ou vaqueiros. Depois de ser aperreado na cacimba do Salgado, Mão-de-Pau decide voltar para a serra Joana Gomes, onde nasceu, “nem que eu morra de fome”. Mas depois de quatro anos de sossego, recomeça a perseguição e o boi defende sua liberdade como uma questão de honra. Deve ensinar aos homens a medir sua empáfia e nunca mais “a boi insultar”. Ele também demonstra coragem: “mato cem duma carreira / deixo estirado no chão”, e suas limitações: “só temo a cavalo gordo / e vaqueiro de fiança”. É interessante que o boi se sinta protegido pelo repentista que afinal está permitindo tornar pública a sua versão: “abaixo de Deus eu tinha / Fabião a meu favor”. Fabião, ex-escravo a quem o touro chama “meu nêgo”, é a

<sup>76</sup> Fabião nasceu em 1949 em Santa Cruz, RN e morreu em 1928 no mesmo local. À rigor usou o sobrenome do fazendeiro de quem foi escravo, José Ferreira da Rocha, mas ficou conhecido como Fabião das Queimadas. Não encontramos a versão original do *Romance do Boi da Mão de Pau*; a versão que consultamos está em Cascudo. *Vaqueiros e Cantadores*, pp. 109-114.

<sup>77</sup> Essas informações biográficas são dadas por Câmara Cascudo. *Vaqueiros e Cantadores*. pp. 346-8; e Julie Cavignac. *A literatura de cordel no Nordeste do Brasil*. pp. 306-7.

<sup>78</sup> Aperriado é o mesmo que aperreado, ao pé da palavra, perseguido por *perros*, cachorros.

possibilidade que o boi tem de se apropriar da narrativa para inverter a situação de dominação: “meu nêgo chicota os bicho... / aqueles pabuladô”.<sup>79</sup>

Em todas as versões de romances sobre bois indomáveis coligidas por Silvio Romero o animal também é a voz narrativa e, segundo estudiosos, essas versões eram as mais comuns entre as produções literárias do “ciclo do boi”.<sup>80</sup> Para entender a íntima relação entre o boi e os homens é preciso notar que em regiões como Geremoabo o boi representava muito mais que riqueza. Como vimos nos capítulos anteriores, o prestígio social, econômico e político estava intimamente relacionado com o tamanho das boiadas e, por esse mesmo motivo eram o fazendeiro e o vaqueiro os protagonistas locais: aqueles por possuir gado e estes por cuidar do gado e, muitas vezes, também possuir algum. O controle social também era facultado a esses personagens, sendo o coronel, possuidor de grandes rebanhos, aquele que cumpria as funções de um Estado pouco presente e confiável e o vaqueiro aquele que frequentemente ocupava funções policiais, ao que denominamos “coronelismo ao rés do chão” no capítulo segundo dessa dissertação.

Uma situação bastante sugestiva a comprovar a amplitude do significado do gado vacuum em Geremoabo foi encontrada em um processo criminal de homicídio instaurado em 1897 na vila de Geremoabo.<sup>81</sup> Nele, as testemunhas afirmam que Lúcio havia matado Manoel em razão deste ter deflorado a filha do réu. O interessante nesse episódio, aparentemente corriqueiro, é que, também de acordo com as testemunhas, o réu não deveria ter feito isso porque Manoel já havia recompensado o defloramento dando um cavalo e duas reses ao pai da moça. Essa situação mostra que além de riqueza o gado vacuum era também mediador das relações sociais.

Isso nos faz lembrar um estudo etnológico sobre a comunidade dos nuer da África Ocidental realizado por Evans-Pritchard em 1936.<sup>82</sup> Este povo, “eminentemente pastoril”, considerava o gado o bem mais prezado por ser “fonte de alimentos essencial e a posse

---

<sup>79</sup> Essa palavra não existe no dicionário como adjetivo. Pabulagem no *Dicionário Aurélio* significa “orgulho vão, empáfia, fatuidade”. De acordo com essa e outras versões a arrogância não é um valor apreciado. O vaqueiro é admirado por pegar o boi e não por medir forças com ele, muito menos menosprezá-lo. Na versão de Prado Ribeiro ABC do Estrela os próprios vaqueiros reprovam essa postura: Os vaqueiros afamados / Cadê essa pabulage... / Se sê vaqueiro é assim... / Adeus, eu tou de viagem... Prado Ribeiro. *Vida Sertaneja*. P. 56.

<sup>80</sup> Silvio Romero. *Folclore Brasileiro. Cantos Populares do Brasil*. P. 194-220.

<sup>81</sup> Processo crime de homicídio em que é réu Lúcio Martins da Conceição, Geremoabo, 1897, seção judiciária, APB, estante 28, caixa 983, documento 29.

<sup>82</sup> E.E.Evans-Pritchard. *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições de um povo nilota*. São Paulo: editora Perspectiva, 1978.

social mais importante”, a ponto de ser motivo máximo de orgulho entre os nuer expor seu gado. Além disso, os animais viviam em íntima associação, inclusive física, com os indivíduos e estava presente nos nomes das pessoas, nas palavras e expressões, no folclore, na alimentação e vestuário, sendo o gado, “em si mesmo uma finalidade cultural”. Toda a observação sobre valores ou comportamento social era feita em função do gado, a ponto de Pritchard considerar o “idioma social” dos nuer como um “idioma bovino”.

É claro que há diferenças fundamentais entre este povo nilota e as sociedades pastoris do nordeste brasileiro, e particularmente baiano. O ponto de convergência que queremos ressaltar é o fato de que por se tratar, em ambas as sociedades, do bem social e econômico mais prezado, o gado *vacum*, permeava simbolicamente o universo mental daqueles que conviviam diariamente com ele. A relação mais íntima entre homens e animais – muito mais acentuada do ponto de vista do contato físico entre os nuer – tornava possível que o gado representasse desejos e aspirações humanas como a honra, a coragem e a liberdade.

Entretanto, enquanto os nuer interagiam com o gado assemelhando-se a ele – desde pequenas as crianças passavam o dia no meio dos animais lambuzadas de esterco e bebendo leite diretamente do udo das vacas –, nas zonas de pecuária que estamos analisando há um distanciamento físico seguido da imposição de características humanas ao animal. Em alguns trechos dos romances há referências ao olhar dos animais que “diziam” coisas aos vaqueiros; as próprias histórias de boi encantado nas quais o animal é quem conta sua vida e expõe seus sentimentos é uma prova dessa humanização. Também nos relatos recolhidos pelo IPAC há muitas referências que indicam esse comportamento como explica o vaqueiro Garantido: “a gente vai com a boiada, né? O boi perde num caminho, numa estrada, a gente fala, e ele volta po meio dos cumpanhero, só pode sê porque ele intende...”.<sup>83</sup> Além disso, o boi também tinha seu lado espertalhão e era por isso também chamado “boi moleque”, na versão de Gustavo Barroso, ou “boi criança” no dizer de Benedito Vaqueiro.<sup>84</sup> Um comportamento comum a esses bois, e que parecia bem “humano” se atentarmos para a discussão do capítulo segundo, é a de invadir roças. O vaqueiro Antôim da Quixaba conta

---

<sup>83</sup> Bahia, IPAC. *Histórias de Vaqueiros*. Vol. 2, p. 167.

<sup>84</sup> Relato de Benedito Januário da Silva, 47 anos, Coronel João Sá. Idem.

sobre um boi “rezado” que “curria o dia todo, de noite vinha robá numa roça”.<sup>85</sup> O fato de haver forte identificação entre o gado e os homens corrobora a nossa idéia de que o papel desempenhado pelo boi nas narrativas pode ser considerado uma projeção da concepção de liberdade partilhada e almejada pelos vaqueiros e por aqueles que criavam, contavam ou ouviam as histórias.

## II – O Vaqueiro

O papel dos vaqueiros nas narrativas também permite algumas observações sobre o universo cultural desses trabalhadores. A interpretação mais comum é que vê o vaqueiro como prestativo e diligente a cumprir as ordens do fazendeiro porque ele segue ao encalço do boi enfrentando todos os perigos da tarefa. Essa perspectiva coaduna com a tese de inexistência de escravos nas fazendas de gado em razão de ser esta uma atividade essencialmente “livre”, à qual os vaqueiros se dedicavam por gosto pessoal e por identificação com o fazendeiro seu patrão. Tanto no Nordeste quanto no Sul essa idéia foi propalada ignorando-se as tensões que permeavam qualquer relação de trabalho.<sup>86</sup> Euclides da Cunha ao descrever os vaqueiros de Canudos viu apenas “servidão inconsciente” decorrente do sistema absenteísta de exploração da terra e do contrato de pagamento no qual os vaqueiros recebiam percentagens da produção.<sup>87</sup> Esse contexto faria com que os vaqueiros ali ficassem “anônimos (...) cuidando a vida inteira de um rebanho que não lhes

---

<sup>85</sup> Relato de Antônio Pereira Batista, 70 anos, Valente. IPAC. *Histórias de Vaqueiros*. Vol. 1, p. 141. Há também outros relatos que indicam bois encantados roubando as roças: Francisco Xavier da Costa, 60 anos, Itiúba. Idem, p. 144; Benedito Januário da Silva, 47 anos, Coronel João Sá, Idem, vol. 2, p. 27

<sup>86</sup> São muitos os autores que reproduzem essa tese. Além dos folcloristas podemos citar, entre outros: Capistrano de Abreu. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. 7ª ed., ver., Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: editora da USP, 1988; Caio Prado Jr. *Formação do Brasil Contemporâneo. Colônia*. [1942] 24ª reimp., São Paulo: Editora Brasiliense LTDA, 1996; Costa Porto. *O Pastoreio na formação do Nordeste*. Serviço de documentação – Os Cadernos de Cultura. Rio de Janeiro: departamento da Imprensa Nacional, 1959; Eurico Alves Boaventura. *Fidalgos e Vaqueiros*. Salvador, EDUFBA, 1989; Jozé Norberto Macedo. *Fazendas de gado no Vale do São Francisco*. Documentário da Vida Rural, nº 3, Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1952; Renan Monteiro Soares. *Aspectos sociológicos da Pecuária Nordestina*. Recife: UFPE – imprensa Universitária, 1968; Áureo Magalhães Ribeiro. “As Estradas da vida: Histórias da terra, da fazenda e do trabalho no Mucuri e Jequitinhonha, Minas Gerais.” Tese de Doutorado, Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 1997.

<sup>87</sup> Euclides da Cunha. *Os Sertões*. São Paulo: Martin Claret, 2003. O autor dedica em especial o capítulo III da segunda parte de sua obra à análise das características do vaqueiro comparando este nordestino ao peão do sul. Cf. pp. 115-130. O termo “servidão inconsciente” é usado na página 122.

pertence” e se entregassem “abnegados, a uma servidão que não avaliam”.<sup>88</sup> Do seu lado, o fazendeiro confiava cegamente neste trabalhador por ser conhecida a sua “probidade” e “fidelidade sem par”. Nessa visão de Euclides da Cunha, cuja obra teve forte repercussão nacional, o vaqueiro é considerado um tipo alienado de si mesmo, sem vontade própria, apático, dotado de um “caráter de humildade deprimente” a ponto de um gaúcho (antítese do vaqueiro nordestino) sobreolhá-lo “comiserado”. O vaqueiro só se mostraria ativo quando aparecia algum incidente. Aí, então, ele se transfigurava: “da figura vulgar do tabaréu canhestro, reponta, inesperadamente, o aspecto dominador de um titã acobreado e potente”.<sup>89</sup>

É impecável a capacidade descritiva de Euclides da Cunha e por isso é impossível usar outras palavras que não as suas para apresentar suas idéias. Entretanto, seu argumento é claramente superficial. Ele contrapõe o gaúcho “vitorioso, jovial e forte” ao vaqueiro nordestino “bárbaro, impetuoso, abrupto” e na personalidade deste vê a “intercadência impressionadora entre extremos impulsos e apatias longas” como se a realidade fosse tão óbvia e dicotômica.<sup>90</sup> No afã de ver nos indivíduos a “perfeita tradução moral dos agentes físicos de sua terra” e também de criar comoção piedosa nas elites letradas em relação à situação em Canudos, Cunha não consegue ver a capacidade de resistência na atitude quieta do sertanejo. Por ter ido registrar a guerra, ele não penetrou na dimensão lúdica da cultura, nos trocadilhos inteligentes, nos duplos sentidos, nas apropriações de discurso, entre outros aspectos das estratégias de sobrevivência e ascensão social dos trabalhadores canudenses.

Autores como Euclides da Cunha contribuíram para considerar como subserviência a significativa auto-estima profissional definida, por exemplo, na fala do vaqueiro Antôim Taioca, de Jeremoabo, apresentada no começo desse capítulo, em que ele diz querer ser enterrado com seu gibão porque gado é para ele o “esporte” preferido.<sup>91</sup> Ou o desejo do vaqueiro Zé do Leite, de Cícero Dantas, que pede a Deus para morrer dentro de um curral de gado porque “morreno cum aquele prazê a morte é aliviada”.<sup>92</sup> De maneira semelhante foi interpretada como diligência, excessiva lealdade e convergência de interesses com o fazendeiro a disposição dos vaqueiros em pegar um boi rebelde.

---

<sup>88</sup> Idem, p. 122.

<sup>89</sup> Idem p. 116

<sup>90</sup> Idem. Expressões encontradas respectivamente nas páginas 118, 120 e 116.

<sup>91</sup> Relato de Antôim Taioca, Jeremoabo, *Histórias de Vaqueiros*, vol. 2, p. 161.

<sup>92</sup> Relato de Zé do Leite, Cícero Dantas. Idem, p. 177

No entanto em nenhuma narrativa, seja ela apresentada em romance ou nas entrevistas, o vaqueiro é guiado pela vontade de recompor a boiada do patrão, restituir-lhe a propriedade. Nos romances, por exemplo, os versos que anunciam a partida dos vaqueiros atrás do boi falam da beleza de seus cavalos, da destreza e coragem dos cavaleiros, da vontade de se tornar famoso e também do medo de morrer, da despedida da família etc. O fato de haver valorização social e prazer pessoal no exercício da atividade de vaqueiro é uma peculiaridade importante no estudo deste trabalhador e não deve ser confundida com adoração ao dono da fazenda. Ao contrário, era a possibilidade de afirmar-se social e politicamente de forma autônoma e independente do fazendeiro – vivendo sobre si, tendo sua casa, sua plantação, seus animais e, é claro, seu prestígio – que fazia desta uma ocupação almejada.

Esse equívoco sobre a proximidade subserviente entre vaqueiros e fazendeiros pode também ter se sustentado no fato de que nos romances o dono da fazenda, a exemplo do “coronel Sezinando”, estava sempre presente acreditando ou não nas explicações de encantamento do boi, desafiando os vaqueiros a pegá-lo, organizando as festas de vaquejada, aprovando ou não os candidatos que apareciam para enfrentar o boi. Mas essa é outra visão simplista porque é pautada apenas na versão “clássica” da história do boi misterioso e desconsidera importantes variações dessa narrativa na tradição oral.<sup>93</sup>

Exemplo disso são as diferenças entre o relato de Teté do Inxuí que recompõe a *História do Boi Misterioso*, já mencionado acima, e a versão “clássica” dessa história.<sup>94</sup> No relato do vaqueiro o dono só aparece no início quando diz para soltar a vaca misteriosa porque ela estava “muito feia demais e pirigosa”. O resto da história se passa sem o dono e inexistente qualquer festa promovida pelo coronel fazendeiro. Inclusive, quando o vaqueiro volta de sua malograda tentativa de prender o boi ele não expressa medo de relatar o fato ao fazendeiro ou necessidade de inventar uma explicação para o ocorrido, como acontece nas versões mais antigas. Ele analisa a situação com perfeita auto confiança e ainda se vangloria: “Não! Não pode ser boi aquilo, porque eu nunca botei num boi pa num pegá, e aquele num pode, num deu certo”. A partir desse momento é que os vaqueiros começam a

---

<sup>93</sup> O que chamamos de versão “clássica” é a história de Leandro Gomes de Barros In: [http://dominiopublico.mec.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=5406](http://dominiopublico.mec.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=5406).

<sup>94</sup> Relato de Antero de Souza Neto, 63 anos, Cícero Dantas, Idem, p. 28.

chegar, por livre vontade, para tentar pegar o boi. A festa é uma consequência normal do ajuntamento de vaqueiros e o boi só se torna “encantado” depois que todos concordam:

*Aí agora cumeçô a junta vaquero, e a junta vaquero, e a junta vaquero... e um ia, num pegava, oto ia, num pegava, e ia de dez e de vinte, ia trinta, ia cinqüenta... e num pegava mermo! E pur fim se viro-se im...im festa, e no fim, o boi... disse que num era mais boi... num era.... uma patacoada de Satanás...”*

E quando o dono “entra e cena” sua opinião não é tão relevante para definir a atitude do vaqueiro. Na história sobre a *nuvia macumbada* que o vaqueiro Balbino relata, o dono aparece depois da primeira tentativa sem sucesso de pegar a novilha e critica o cavalo do vaqueiro, ao que ele responde “sua nuvia parece que tem é macumba nela”. O fazendeiro, desdenhoso, diz “tem nada é que você num presta”. Balbino decide tentar de novo pegar a novilha, mas novamente sem sucesso continua com sua convicção:

*Só pode sê cum idea uma coisa dessa, né? Porque meu cavalo era bom mermo – era chamado bom de gado – e num pôde conseguir pega essa nuvia, intão eu penso que ela era ideada mesmo. Devera, cheia de safadeza!*<sup>95</sup>

Mesmo a versão clássica de Leandro Gomes de Barros permite uma outra interpretação sobre as relações entre fazendeiros e vaqueiros. Nessa versão também não há voz de ordem sobre os vaqueiros, ao contrário. Quando um deles desiste de campear, ele é bastante claro com o coronel: “Haja o que houver vou embora / Querendo me dispensar / Pode me dizer agora”, ao que o fazendeiro não responde nada.<sup>96</sup>

O que a tradição oral e o próprio romance parecem informar é que, para além da divulgação do valor da fidelidade para com o fazendeiro, existe uma apropriação da narrativa por parte dos trabalhadores e repentistas sertanejos que a utilizam como possibilidade de valorização pessoal e profissional do vaqueiro e exposição dos valores que

---

<sup>95</sup> Relato de Balbino José dos Matos, 55 anos, Coronel João Sá. Idem, p. 41

<sup>96</sup> Leandro Gomes de Barros. *História do Boi Misterioso*. In: [http://dominiopublico.mec.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=5406](http://dominiopublico.mec.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=5406).

lhe são caros: coragem, honra, liberdade, persistência, sagacidade, enfim. É essa apropriação que permite uma entrada mais densa no universo mental do vaqueiro e não ficar aprisionado nas expectativas que os fazendeiros tinham sobre eles.

Essa ambigüidade interpretativa aproxima nossa análise daquela sobre o folclore do Pai João empreendida por Martha Abreu.<sup>97</sup> A autora recupera as histórias sobre um personagem muito difundido no imaginário do Brasil oitocentista com o objetivo de entender as razões pelas quais houve tamanha e diversa elaboração e apropriação desse personagem na poesia popular e no discurso dos próprios folcloristas brasileiros. Enquanto antítese do suposto “heróico e revolucionário Zumbi”, o Pai João reiterava a idéia de submissão e complacência dos escravos e da própria escravidão.<sup>98</sup>

Ao desvendar as origens e apropriações deste folclore, Martha Abreu se depara com uma vasta produção de historietas populares que mencionam o relacionamento entre brancos e negros dando indícios sobre as estratégias de ação, os padrões de moralidade e especialmente os limites de atuação dos negros num período de decadência do sistema escravista. Martha Abreu vincula as versões de Pai João aos discursos abolicionistas e escravistas vigentes no período e mostra que, concomitante aos discursos parlamentares, estavam sendo produzidos discursos poéticos cheios de criatividade e imprevistos entre as camadas populares.

À semelhança do que constatamos na análise das narrativas sobre bois encantados, as apropriações do folclore do Pai João, além de variadas, eram igualmente contraditórias entre si e isso refletia a própria condição social ambígua desse personagem. Pai João tanto foi julgado como símbolo da “reação resignada” quanto da sátira astuta e audaciosa que dribla e desmoraliza o poder senhorial. Outrossim, o vaqueiro não era apenas caracterizado pelos atributos de fidelidade e prontidão, mas também pela liberdade que gozava, pela dignidade e prestígio que mantinha, pelo conhecimento e sagacidade para os negócios, pela coragem e até pela interlocução com o mundo “mágico” ou encantado.

Na sua pesquisa Martha Abreu também reflete sobre duas perguntas importantes: as histórias sobre o Pai João teriam de fato sido elaborados pelo povo? Abreu argumenta que “a origem dos versos registrados (...) não foi muito bem esclarecida pelos folcloristas”,

---

<sup>97</sup> Martha Abreu. “Outras histórias de Pai João: conflitos raciais, protesto escravo e irreverência sexual na poesia popular”. *Afro-Ásia*, 31 (2004), pp. 235-276.

<sup>98</sup> Idem, p. 237.

simplesmente porque não interessava a eles esse aparente detalhe. Da mesma forma, para o historiador, a questão da autoria e de uma suposta autenticidade é pouco relevante já que “as práticas culturais não são prisioneiras de certos segmentos sociais, de certas áreas geográficas ou de certos períodos considerados ‘de ouro’”.<sup>99</sup> Fundamental para o historiador é perceber as dimensões da circulação, apropriação, significação e registro da produção dos versos.

Mas até que ponto era factível o que era contado ou cantado? Martha Abreu tenta responder a essa questão dedicando uma última parte do seu artigo aos “possíveis amores entre negros e sinhás” já que esse era um dos temas favoritos do folclore do Pai João – o caso do escravo que substitui o senhor até na relação amorosa com a senhora. Muito embora nos contos o final seja em geral moralizante e pouco vantajoso para Pai João, a autora sugere que essas narrativas eram espaços fundamentais de negociação dos alcances e limites da liberdade dos libertos e do relacionamento mais geral entre brancos e negros. Portanto, longe de constituir um “retrato” da sociedade os contos populares tinham papel ativo na construção da crítica e do imaginário social.<sup>100</sup>

\*\*\*

Quando mergulhamos no mundo das poesias populares e dos relatos sobre bois e vaqueiros misteriosos temos a oportunidade de compreender melhor os valores que sustentavam as relações sociais e de trabalho na pecuária. Em um mundo em que “se conhecia o home pela palavra”, a produção e divulgação de narrativas sobre bois encantados além de divertir, educar e refletir a sociedade foi também um espaço privilegiado de valorização cultural do vaqueiro.<sup>101</sup> A apropriação desse espaço ensejou a consolidação do prestígio deste trabalhador entre seus pares e entre os fazendeiros. Um prestígio pautado da autonomia moral, respeito social e sólida auto-estima profissional. De mais a mais, sendo as narrativas folclóricas também metáforas ou imaginações sobre a

---

<sup>99</sup> Idem, p. 252

<sup>100</sup> Idem, pp. 256, 258, 261 e *passim*

<sup>101</sup> Frase do vaqueiro Profiro. Angico. *Histórias de Vaqueiros*, vol. 2, p. 23

realidade, permitiram que o vaqueiro, personagem central, se apropriasse do significado simbólico do bem mais cobiçado: o boi.

## CONCLUSÃO

Repensar relações sociais estigmatizadas ao longo de décadas não foi tarefa fácil. A cada tentativa de explicar uma situação tropeçamos nas frases feitas, nos adjetivos óbvios e nas descrições eloqüentes dos apaixonados estudiosos do sertão.

Nessa dissertação analisamos a maneira como se realizava a dominação de fazendeiros sobre seus vaqueiros e como estes reagiram ao domínio ao tempo em que lutavam por mais autonomia e melhores condições de trabalho. Esse enfoque significou reconhecer as ambigüidades e interesses circunstanciais desses trabalhadores e abandonar certa aparência clássica da relação entre fazendeiros e vaqueiros fixada por memorialistas, folcloristas e alguns cientistas sociais do início do século XX.

Nos processos criminais, nas cartas enviadas para o barão de Geremoabo e no folclore do boi encantado vimos que, não obstante em muitos momentos os vaqueiros expressassem real fidelidade para com os fazendeiros, havia também outras alianças sociais possíveis que permitiram manter e melhorar a condição social e econômica. Nesse sentido encontramos vaqueiros que roubavam ou facilitavam o roubo de gado do próprio patrão, que se aproveitavam da proximidade com o fazendeiro e do conhecimento detalhado da propriedade onde trabalhavam para obter maior prestígio social e, até mesmo, que se apropriavam da comunicação com o mundo “encantado” e transformavam histórias fantasiosas em argumentos verossímeis.

Observar esses aspectos, um tanto inusitados, só foi possível a partir da inversão do nosso olhar. Foi nossa intenção ao logo dessa dissertação perceber os vaqueiros a partir de suas próprias necessidades e expectativas e não a partir do olhar do fazendeiro. Em determinados momentos, porém, fez-se necessário também retomar a perspectiva do proprietário, que expressava medo e desconfiança em relação a seus subordinados, confirmando a idéia de que não eram tão “brandas e cordiais” as relações de trabalho nas fazendas de gado. No entanto, eram geralmente sutis as estratégias cotidianas dos vaqueiros de reivindicar o que consideravam seus direitos e de impor o reconhecimento dos seus valores na sociedade.

Inspirados nessa idéia é que tentamos analisar as fontes pelo ângulo dos subalternos. Duas delas foram generosas nesse sentido: tínhamos cartas escritas pelos próprios vaqueiros que mostravam inclusive suas estratégias retóricas para obter mais autonomia e mais recursos econômicos. Acessamos também cordéis escritos por vaqueiros ex-escravos, como Fabião das Queimadas, que mostravam a apropriação de um imaginário sobre vaqueiros e animais encantados para, entre outras coisas, driblar dificuldades cotidianas como explicar para o fazendeiro a falha no encaicho de um boi arisco. Por sua vez, os depoimentos das testemunhas em processos criminais de furto de animais não contavam apenas o crime, mas também as impressões sobre o réu, a vítima e sobre o vaqueiro que cuidava da fazenda e era geralmente quem flagrava o delito. A atenção dispensada à dimensão da palavra permitiu, em grande medida, adentrar no mundo dos valores sertanejos. Os pronomes de tratamento e o encadeamento dos assuntos nas cartas e nos depoimentos dos processos, bem como as vozes narrativas das histórias do boi encantado permitiram interpretar aspectos da cultura política dos vaqueiros.

No ambiente das fazendas de gado nordestinas as relações pessoais ocupavam um lugar de destaque e por isso elas eram cuidadosamente manipuladas. Estar ou não vinculado a alguém por laços de parentesco ou de dependência fazia muita diferença e esse era o motivo pelo qual o próprio ato de identificar-se como vaqueiro ou lavrador de suas próprias terras significava uma atitude política que envolvia demonstrar na sociedade o tipo de autonomia desfrutada. No mais das vezes encontramos esse padrão: trabalhadores que preferiam identificar-se como lavrador, seja para a polícia, seja para o censo, tanto assim que os lavradores eram quase 80% dos moradores com profissão recenseados na comarca

de Geremoabo e representavam 55% dos réus, vítimas e testemunhas que informaram suas profissões nos processos criminais. Mas havia também aqueles que preferiam o reconhecimento social de estarem a serviço de alguém, e isso não significava mera demonstração de subserviência. Como vimos nos casos em que os vaqueiros delatavam furtos e depunham a favor dos fazendeiros lesados, essa era uma prática que poderia facilitar a ascensão à condição de administrador da fazenda, por exemplo, ou permitir mais regalias como ter uma casa para sua família, seu gado pastando nas terras do fazendeiro, uma percentagem na venda de requeijão, couros, etc. Nos quatro capítulos dessa dissertação ficaram patentes as ambigüidades desse sujeito que traçava suas escolhas e definia suas alianças de acordo com as vantagens que eles julgavam que poderiam obter.

Esses e outros aspectos emergiram das fontes porque fizemos novas perguntas a elas. De certa maneira essas perguntas foram sucitadas pela perspectiva adotada desde meados da década de 1980 pelos estudiosos da escravidão brasileira. Tal perspectiva privilegiou o olhar sobre a resistência cultural e simbólica praticada cotidianamente pelos escravos. Para além das grandes rebeliões que ora se opunham ao poder senhorial, ora exigiam mais flexibilidade nas relações entre senhores e escravos, havia estratégias sutis de desmoralizar o poder estabelecido e impor a vontade dos subalternos transformando concessões senhoriais de mais autonomia em direitos adquiridos, por exemplo. Dessa forma, o tema da liberdade passou a ser visto de uma maneira muito mais ampla do que a mera obtenção da carta de alforria e isso permitiu novas interpretações acerca da escravidão.

Seguimos essa trilha na expectativa de discutir aspectos da escravidão no sertão baiano da pecuária. A pesquisa nos inventários mostrou que era difundido o uso do trabalhador escravo em Geremoabo, representando 18% do patrimônio inventariado nos oito anos finais de escravidão e chegando a 29% entre os inventariados abastados que deixaram um monte-mor entre 3:000\$000rs e 9:999\$000rs. Conquanto tenhamos constatado que a escravidão havia impactado essa sociedade, encontramos pouca referência à maneira como se efetivavam as relações escravistas em Geremoabo. Por isso, ficou comprometida a discussão sobre quais eram as ocupações mais freqüentes dos escravos, a maneira como senhores e escravos se relacionavam, quais as possíveis peculiaridades do escravo vaqueiro e qual era o nível de autonomia gozado por ele. Enfim, o tema da

escravidão em uma zona de pecuária teve pouca visibilidade no conjunto de fontes que decidimos trabalhar, em parte em razão da natureza dessas fontes, mas também, em grande medida, em razão do tipo de pergunta que fizemos à documentação. De todo modo, continuou gerando interesse o tema da liberdade nas relações de trabalho nas fazendas de gado e, de certa maneira, todos os capítulos dessa dissertação tentam elucidá-lo.

Ao focalizar os vaqueiros foi possível discutir aspectos de uma cultura política fomentada pela própria atividade diária, já que esses trabalhadores sempre foram conhecidos por sua maior mobilidade espacial e social e pelo gozo de maior autonomia laboral e econômica. Esses atributos eram justamente aqueles identificados pelos pesquisadores da escravidão como resultados da negociação cotidiana pela melhoria das condições de vida e trabalho nesse sistema. De acordo com Stuart Schwartz, o tempo livre que os escravos conseguiam e usavam para obter independência econômica, trabalhando e lucrando com a venda dos produtos de suas roças, ou simplesmente complementando sua dieta alimentar, não era um exemplo de “brecha camponesa” que teria permitido o sistema escravista funcionar melhor, do ponto de vista senhorial. Ao contrário, as negociações explícitas ou implícitas por mais liberdade tencionavam esse sistema e o lapidava de acordo com os interesses dos subalternos. Além do que criava, dia-a-dia, uma “tradição de autonomia” que podia levar, num momento ou noutro, a uma ruptura desse mesmo sistema.<sup>1</sup>

Nossa hipótese era que interpretar as formas de ação do vaqueiro poderia trazer novos elementos para a compreensão dos conflitos inerentes a qualquer relação de trabalho, seja ela escravista ou “livre”. Entender esse personagem, reiteradamente afamado pela sua subserviência e fidelidade irrestrita ao fazendeiro, permitiu ampliar a visão sobre a resistência cotidiana eximamente estudada pelos historiadores da escravidão que se opunham à idéia do “escravo-coisa” formulada por Fernando Henrique Cardoso e reafirmada pela escola paulista de sociologia. Descobrimos que não existia apenas a atitude de sabotar a produção do patrão, fugir temporária ou permanentemente do seu domínio ou impor valores e vontades sub-repticiamente transformando em desejo senhorial suas reivindicações, tão bem estudada, no caso dos escravos, por historiadores como Sidney

---

<sup>1</sup> Stuart Schwartz. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Bauru, SP.: EDUSC, 2001.

Chalhoub em *Visões da Liberdade*.<sup>2</sup> No ambiente das fazendas de gado havia também uma estratégia de reagir à dominação que passava pela afirmação da dignidade pessoal e profissional e pela reivindicação de melhores condições em diálogo franco, *tete-a-tete*, como vimos, por exemplo, no terceiro capítulo, na carta enviada pelo vaqueiro José Lins Barreto ao barão de Geremoabo.<sup>3</sup>

Argumentamos que aspectos como a coragem, a valentia, o orgulho profissional, o controle do próprio tempo de trabalho e lazer não eram iminentes à condição do vaqueiro. Apesar de haver um “mito de origem” muito bem construído sobre este personagem, que o associava ao verdadeiro desbravador dos sertões, a distinção social deste trabalhador necessitava ser confirmada em muitas ocasiões, sendo algumas destas evidenciadas por esta pesquisa. Quando voltamos a atenção para o folclore sobre o boi encantado, por exemplo, notamos que esse era um espaço privilegiado de construção e confirmação de valores que elevavam o prestígio do vaqueiro. Também permitia que, em certa dimensão, ele se tornasse senhor “de fato” do boi, enquanto o fazendeiro era apenas senhor “de direito” das boiadas, já que apenas o vaqueiro que congregava os atributos acreditados como típicos do ofício, sobretudo a coragem e a comunicação com o mundo animal, conseguia dominar o gado bravo. Mais do que a criação de novas histórias sobre bois encantados era a difusão notável do argumento da existência de um boi que ninguém conseguia pegar, exceto um grande vaqueiro, que nos fez crer que havia uma intenção política no folclore do boi encantado. Essa intenção passava pela construção de um prestígio associado à lida cotidiana do vaqueiro – vaquejar ou costear o gado, ferrá-lo, trazê-lo para o curral, etc. – que o fazia respeitado frente a seus pares e seu patrão.

Muitas vezes, os vaqueiros conheciam a fazenda mais do que os fazendeiros, o que abria possibilidades para, de formas sutis, inverterem a situação de dependência. Tanto nos depoimentos dos processos criminais quanto nas cartas percebe-se certo receio dos proprietários em confiar em seus vaqueiros e administradores e, por parte destes, notamos certo ar sobranceiro que os fazia exigir empréstimos em dinheiro e condições de trabalho não muito usuais. Além disso, os vaqueiros gozavam de um outro poder que vinha do fato

---

<sup>2</sup> Sidney Chalhoub. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. Rio de Janeiro: Companhia da Letras, 1990.

<sup>3</sup> Carta enviada por José Lins Barreto ao barão de Geremoabo, 24 de janeiro de 1900, correspondência passiva, fundo Barão de Jeremoabo, FCM, documento 0282

de serem reconhecidos como representantes do dono pelos demais trabalhadores, a ponto de serem chamados de “senhor” pelos mesmos. Ao mesmo tempo eram normalmente os vaqueiros quem reportavam as queixas e opiniões dos trabalhadores da fazenda para os fazendeiros. Tanto o conhecimento das posses do fazendeiro quanto o fato de serem porta-vozes dos interesses dos donos dos rebanhos e também dos trabalhadores na lida cotidiana das fazendas fomentava um sentimento de dependência de muitos fazendeiros em relação a seus vaqueiros.

Tratava-se, portanto, de uma cultura política composta de valores e práticas que eram constantemente reafirmados, e não conformavam atributos natos ou étnicos. A liberdade, a independência moral, a auto-estima profissional, a honra da palavra, o prestígio social, a coragem e a valentia “típicos” do vaqueiro assumiam sentidos políticos quando eram mobilizados de acordo com os seus interesses. Eles contribuíram para posicionar de maneira distinta esses trabalhadores que viviam numa sociedade fortemente marcada pelas relações pessoais, abalada pelo conselheirismo e pela guerra em Canudos, recém egressa da escravidão e com poucas oportunidades econômicas.

## **FONTES E BIBLIOGRAFIA**

### **Fontes manuscritas**

#### **Fundação Pedro Calmon – Centro de Memória – Arquivo Público da Bahia (APB)**

##### **a) Inventários**

- Seção Judiciária, Geremoabo, 1880-1900 (326 unidades documentais).
- Seção judiciária, Itapicuru, 1873, inventário de João Dantas dos Reis, número 04/1803/2274/11
- Seção judiciária, Itapicuru, 1903, inventário de Cícero Dantas Martins, número 01/303/578/14.

##### **b) Processos crimes – Geremoabo**

- Processo crime de furto em que é réu José Martins de Souza, 1891, seção judiciária, APB, estante 09, caixa 301, documento 05.
- Processo crime de desobediência, em que é réu Porfírio da Costa Borges, 1897, APB, seção judiciária, estante 28, caixa 983, documento 17.
- Processo crime de tentativa de homicídio em que é réu Philomeno Marques da Silva, 1898, APB, seção judiciária, estante 28, caixa 983, documento 24.
- Processo crime de lesões corporais e sumário de culpa em que é réu Manoel Passagem, 1882, APB, seção judiciária, estante 28, caixa 1028, documento 10.
- Processo crime de furto em que é réu João Barboza da Cruz, 1888, seção judiciária, APB, estante 15, caixa, 523, documento 08.
- Processo crime de lesões corporais em que é réu Torquato de Sant'Anna, 1888, seção judiciária, APB, estante 06, caixa 209, documento 14.
- Processo crime de furto em que é réu Francisco Quintino de Jesus, 1893, seção judiciária, APB, estante 01, caixa 17, documento 12.
- Processo crime de furto em que é réu José Martins de Souza, 1891, seção judiciária, APB, estante 09, caixa 301, documento 05.
- Processo crime de roubo em que é réu Cezario de Tal, 1889, seção judiciária, APB estante 08, caixa 256, documento 27.

- Processo crime de furto em que é réu Manoel Gomes de Souza (e outros), 1892, seção judiciária, APB, estante 09, caixa 301, documento 12.
- Processo crime de furto em que é réu Ângela Gomes de Souza, 1892, seção judiciária, APB, estante 09, caixa 301, documento 13.
- Processo crime de homicídio em que é réu Lúcio Martins da Conceição, 1897, seção judiciária, APB, estante 28, caixa 983, documento 29.
- Processo crime de danos em que é réu Estanislão Bispo dos Anjos (e outros), 1892, seção judiciária, APB, estante 09, caixa 301, documento 10.

c) Processos crimes – Cícero Dantas

- Processo crime de furto em que é réu Manoel Maria do Nascimento, 1899, seção judiciária, APB, estante 05, caixa 177, documento 17.
- Processo crime de roubo em que é réu Joaquim Baptista do Nascimento, 1900, seção judiciária, APB, estante 08, caixa 253, documento 03.
- Processo crime de roubo em que é réu João Francisco das Chagas, 1890, seção judiciária, APB, estante 08, caixa 255, documento 25.
- Processo crime de furto em que é réu Pedro Galdino (e outros), 1900, seção judiciária, APB, estante 19, caixa 653, documento 23.
- Processo crime de furto em que é réu Pedro Galdino (e outros), 1900, seção judiciária, APB, estante 19, caixa 653, documento 23.
- Processo crime de furto em que é réu Balduino Teixeira de Castro, 1899, seção judiciária, APB, estante 05, caixa 177, documento 15.

**Fundação Clemente Mariani – Centro de Documentação e Informação Cultural da Bahia (CEDIC).**

a) Fundo Barão de Jeremoabo, correspondência passiva.

- Carta enviada por Paulo Martins Fontes para o barão de Geremoabo, 10 de dezembro de 1894, documento 0726.
- Carta enviada por Domingos Victor de Jesus para o barão de Geremoabo, 5 de dezembro de 1896, documento 0875.
- Carta enviada por Tiburtino Pereira de Matos para o barão de Geremoabo, 10 de julho de 1890, documento 0935.
- Carta enviada por José Gonçalves ao barão de Geremoabo, 14 de junho de 1899, documento 1250.
- Carta enviada por José Gonçalves para o barão de Geremoabo, 17 de março de 1900, documento 1258.
- Carta enviada por Francisca Dantas da Silveira Carvalho para o barão de Geremoabo, 04 de outubro de 1890, documento 0468.
- Carta enviada por José Gonçalves da Silva para o barão de Geremoabo, 1897 (mês ilegível), documento 0489.

- Carta enviada por José Lins Barreto ao barão de Geremoabo, 24 de janeiro de 1900, documento 0282.
- Carta enviada por Francisco Vieira de Andrade ao barão de Geremoabo, 1<sup>o</sup> de agosto de 1903, documento 0094P.
- Carta enviada por José Antônio Andrade ao barão de Geremoabo, 16 de agosto de 1890, documento 0097P.
- Carta enviada por Antero de Cerqueira Galo ao barão de Geremoabo, 13 de fevereiro de 1898, documento 0775.
- Carta enviada por Antero de Cerqueira Galo ao barão de Geremoabo, 04 de março de 1898, documento 0776.
- Carta enviada por João Victorino de Carvalho ao barão de Geremoabo, 19 de abril de 1903, documento 0473.
- Carta enviada por José Gonçalves ao barão de Geremoabo, 1897 (mês ilegível), documento 0489.
- Carta enviada por Marcondes Machado ao barão de Geremoabo, 16 de maio de 1900, documento 0894A.

b) Fundo Barão de Jeremoabo, outros documentos.

- Caderno de notas 1: “Caderno incompleto de correspondência expedida pelo barão de Jeremoabo, anotada pelo mesmo, com os meses, dias e como foram expedidas.”
- Caderno de notas 2: “Assentamento de nascimentos, batizados, casamentos e óbitos de familiares, parentes e amigos.”

### **Fontes Impressas**

a) Literatura de Cordel

- Centro de Documentação da Universidade Estadual de Feira de Santana (CDOC/UEFS) - Acervo da biblioteca do Museu Casa do Sertão
- Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio (CEDAE - IEL/UNICAMP) - Coleção “Literatura de Cordel” (LC), folhetos de autores diversos (AR8-D4-6)
- BARROS, Leandro Gomes de. História do Boi Misterioso. In: [http://dominiopublico.mec.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_o\\_bra=5406](http://dominiopublico.mec.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_o_bra=5406)
- BARROS, Leandro Gomes. *História do boi misterioso e outros cordéis*. São Paulo: Hedra, 2004.

b) Obras de folcloristas

BARROSO, Gustavo. *Ao Som da Viola*. [1921]. Nova edição correta aumentada. Rio de Janeiro, 1949.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Contos Tradicionais do Brasil*. [1946]. 20ª edição, Rio de Janeiro, Ediouro, 2003.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Vaqueiros e Cantadores*. [1939]. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Tradições Populares da Pecuária Nordestina*. Documentário da Vida Rural, nº 9, Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1956.

RIBEIRO, Prado. *Vida sertaneja : usos e costumes do sertão baiano*. Bahia: Gráfica d'A Luva, s/d.

ROMERO, Silvio. *Folclore Brasileiro. Cantos Populares do Brasil*. [1883]. Rio de Janeiro: editora Livraria José Olympio, 1954, Tomo I

c) Outras

AGUIAR, Durval Vieira. *Descrições Práticas da Província da Bahia: com declaração de todas as distâncias intermediárias das cidades, vilas e povoações*. [1888], 2ª ed., Rio de Janeiro: Cátedra, Brasília: INL, 1979.

BAHIA, IPAC. *Histórias de Vaqueiros: vivências e mitologia*. Vol. I e II, Salvador, 1987.

CASCUDO, Luiz da Câmara. “O barão de Geremoabo”. *A Tarde*, 1º de agosto de 1939.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *Canudos: Cartas para o barão*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. [1902]. São Paulo, Martin Claret, 2003.

ROQUETE, J. I. *Código do Bom-Tom, ou Regras da civilidade e de bem viver no século XIX*. Organização Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 1997 (Coleção Retratos do Brasil).

## **Bibliografia**

a) Obras de Referência

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 6ª ed., Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1988.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3ª ed. (rev. e amp.), Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999

FLECHOR, Maria Helena Ochi. *Manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

SOUZA, Bernardino José. *Dicionário da terra e da gente do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, s/d.

XAVIER, R. C. L. (Org.). *História da escravidão e da liberdade no Brasil meridional: guia bibliográfico*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

b) Livros e artigos citados

- ABREU, Martha. “Outras Histórias de Pai João: Conflitos raciais, protesto escravo e irreverência sexual na poesia popular, 1880-1950.” In *Afro-Ásia*, 31 (2004), pp. 235-76.
- ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. 7ª ed., Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: editora da USP, 1988.
- ABREU, Márcia. *Histórias de Cordéis e Folhetos*. 2. ed. Campinas: Mercado de Letras, 1999.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. 2ª ed., Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.
- BELL, Stephen. “Campanha Gaúcha: a brazilian ranching sistem, 1850-1928.” Stanford: Stanford University Press, PHD, 1998
- BOAVENTURA, Eurico Alves. *Fidalgos e Vaqueiros*. Salvador, EDUFBA, 1989
- BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna. Europa, 1500-1800*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.
- CABRAL, Maria do Socorro Coelho. *Caminhos do Gado. Conquista e ocupação do Sul do Maranhão*. São Luís: SIOGE, 1992.
- CALAZANS, José. *Antônio Conselheiro e a escravidão*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, s/d.
- CALMON, Pedro. *História da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros*. Salvador: Fundação Cultural da Bahia, 3ª edição, 1983
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.
- CARVALHO JR., Álvaro P.D. *O barão de Jeremoabo e a política de seu tempo – Trajetória de um líder conservador na Bahia*. Secretaria da Cultura e Turismo do estado da Bahia, 2006.
- CARVALHO, Gilmar de. *Publicidade em cordel. O mote do consumo*. São Paulo: Annablume, 2002.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Literatura Oral no Brasil*. 3ª ed., Belo Horizonte: ed. Itatiaia; São Paulo: editora da USP, 1984.
- CASTRO, Hebe de “A cor inexistente. Relações raciais e trabalho rural no Rio de Janeiro pós-escravidão”. *Estudo Afro-Asiáticos*, 28, (out., 1995).
- CASTRO, Hebe de. *Das Cores ao Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; VILHENA, Luís Rodolfo da Paixão. “Traçando Fronteiras: Florestan Fernandes e a marginalização do Folclore”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 3, n.5 (1990), p. 75-92.
- CAVIGNAC, Julie. *A Literatura de Cordel no Nordeste do Brasil. Da história escrita ao relato oral*. Natal: Editora da UFRN, 2006.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. Rio de Janeiro: Companhia da Letras, 1990.
- CORSETTI, Berenice. “Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX.” Niterói: UFF, Dissertação de Mestrado, 1983.

- DANTAS, Mônica. *A Comarca de Itapicuru e a formação do Arraial de Canudos*. São Paulo: editora Hucitec, 2007.
- DANTAS JR., João da Costa Pinto. "O Capitão-mor João d'Antas e sua descendência". *Revista do Instituto Genealógico da Bahia*, n. 15, (1967).
- DANTAS JR., João da Costa Pinto. *O barão de Jeremoabo (Dr. Cícero Dantas Martins). 1838-1938*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1939.
- DARNTON, Robert. *O Grande Massacre de Gatos e outros episódios da História Cultural francesa*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DAVIS, Natalie Zemon. *Histórias de perdão e seus narradores na França do século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- DAVIS, Natalie Zemon. "Razões do Desgoverno". In: *Culturas do Povo. Sociedade e Cultura no início da França Moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, pp. 87-106
- EVANS-PRITCHARD, E. *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições de um povo nilota*. São Paulo: editora Perspectiva, 1978.
- FARINATTI, Luís A. E. "Nos Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira sul do Brasil (1825-1865)." Rio de Janeiro: UFRJ, Tese de Doutorado, 2007.
- FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2006.
- FREITAS, Décio. "O Capitalismo Pastoril". In: *O Capitalismo Pastoril*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980,
- GALLIZA, Diana Soares. *O declínio da escravidão na Paraíba. 1850-1888*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPb, 1979.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. *O Império de Belo Monte: Vida e morte de Canudos*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.
- GARAVAGLIA, Juan C., *Pastores y Labradores de Buenos Aires: una historia agraria de la campaña bonaerense (1700-1830)*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999
- GELMAN, Jorge. *Campesinos y estancieros. Una región del Río de la Plata a fines de la época colonial*. Buenos Aires: Editorial Los Libros del Riel, 1998
- GARCIA, Graciela. "O Domínio da Terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha Rio-grandense Oitocentista". Porto Alegre: UFRGS - PPGH, Dissertação de Mestrado, 2005.
- GEERTZ, Clifford. "Um Jogo Absorvente: notas sobre a briga de galos balinesa". In: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A., 1989
- GOMES, Ângela de Castro (org.). *Em família: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2005 (coleção Letras em Série)
- HOBSBAWN, Eric J. "Sapateiros Politizados". In: *Mundos do Trabalho. Novos estudos sobre história operária*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, pp. 149-191.
- LAMAN, Karl. *The Kongo III*. Studia Ethnographica Upsaliensia XII, 1962
- LARA, Silvia Hunold. *Campos de Violência*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LARA, Silvia Hunold- "Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil" Projeto História, 16 (fev.1998): 25-38.
- LARA, Silvia Hunold. "Processos crimes: o universo das relações pessoais". *Anais do Museu Paulista* (1984): 153-161.
- LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs). *Direitos e Justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2006

- LEAL, Vítor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. 2ª ed., São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- LEWIN, Linda. "Oral tradition and Elite Myth: the legend of Antônio Silvino in Brazilian Popular Culture". *Journal of Latin American Lore*, 5:2 (1979), pp. 157-204.
- LEWIN, Linda. "Who was 'o Grande Romano'? Genealogical Purity, the Indian 'Past', and Whiteness in Brazil's Northeast Backlands, 1750-1900." *Journal of Latin American Lore*, 19 (1996), pp. 129-179.
- LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba. Um estudo de caso da Oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- MACEDO, Jozé Norberto. *Fazendas de gado no Vale do São Francisco*. Documentário da Vida Rural, nº 3, Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1952.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado. A formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. "Para uma História Social seriada da cidade do Salvador no século XIX: os testamentos e inventários como fonte de estudo da estrutura social e de mentalidades.". *Anais do APEB*. Salvador, n. 42, (1976), pp. 147-197
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA. *Leandro Gomes de Barros. Antologia. Tomo III*. João Pessoa: UFP, Fundação casa de Rui Barbosa, 1977.
- MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. "A arte de escrever cartas: para a história da epistolografia portuguesa no século XVIII". In: Walnice Nogueira Galvão e Nádia Battella Gotlib (orgs.). *Prezado senhor, Prezada senhora. Estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000
- MOTT, Luiz. "O Patrão não está: análise do absenteísmo nas fazendas de gado do Piauí Colonial". In *Piauí Colonial: população, economia e sociedade*. Teresina, Secretaria de Cultura do Piauí, 1985.
- MOTT, Luis. "Os índios e a pecuária nas fazendas de gado do Piauí Colonial". Comunicação apresentada XI reunião da Associação Brasileira de Antropologia. Recife, 1978.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do poder: conflito e direito a terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional do Estado do Rio de Janeiro/Vício de Leitura, 1998.
- NEVES, Erivaldo. "Escravidão e Policultura". *Clio -Série História do Nordeste*, nº15 (1994).
- NEVES, Erivaldo. "Sucessão dominial e escravidão na pecuária do Rio das Rãs". *Sitientibus*, n.21 (jul/dez 1999).
- NEVES, Erivaldo. "Sertanejos que se venderam. Contratos de trabalho sem remuneração ou escravidão dissimulada?". *Afro-ásia*, 19/20 (1997).
- NEVES, Erivaldo. "Sampauleiros e Traficantes: Comércio de escravos do Alto sertão da Bahia para o Oeste Cafeeiro Paulista". *Afro-Ásia*, 24 (2000)
- NEVES, Erivaldo. *Uma Comunidade Sertaneja: Da Sesmaria ao Minifúndio (Um estudo de história regional e local)*. Salvador, EDUFBA, 1998.
- OSÓRIO, Helen. "Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822." Niterói: UFF, Tese de Doutorado, 1999.
- PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias: 1889-1943: A Bahia na Primeira República Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

- PESAVENTO, Sandra. *República Velha Gaúcha: frigoríficos, charqueadas, criadores*. Porto Alegre: Movimento/IEL
- PESAVENTO, Sandra. *A Burguesia Gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho. RS 1889-1930*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- PINHO, José Ricardo Moreno. “Escravos, Quilombolas ou Meeiros? Escravidão e Cultura Política no Médio São Francisco (1830-1888)”. Salvador: UFBA-FFCH, Dissertação de Mestrado, 2001.
- PORTO, Costa. *O Pastoreio na formação do Nordeste*. Serviço de documentação – Os Cadernos de Cultura. Rio de Janeiro: departamento da Imprensa Nacional, 1959.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo. Colônia*. 24ª reimp., São Paulo: Editora Brasiliense LTDA, 1996.
- REIS, João José. (org.). *Escravidão e invenção da liberdade – Estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil. A História do Levante dos Malês em 1835*. Edição revista e ampliada, São Paulo: Companhia das Letras, 2003
- RIBEIRO, Áureo Magalhães. “As Estradas da vida: Histórias da terra, da fazenda e do trabalho no Mucuri e Jequitinhonha, Minas Gerais.” Campinas: Unicamp – IFCH, Tese de Doutorado, 1997.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. *Canudos: Cartas para o Barão*. São Paulo: Imprensa Oficial do estado de São Paulo, 1999.
- SAMPAIO, Consuelo Novais *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador: EDUFBA, 1999
- SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e Rebeldes*. Bauru, SP: EDUSC, 2001
- SENA, Consuelo Ponde de. “Introdução ao Estudo de uma Comunidade do Agreste Baiano (Itapicurú, 1830-1892)”. Salvador: UFBA-FFCH, Dissertação de Mestrado, 1977.
- SENA, Consuelo Ponde de. “Caminhos, Vilas e Cidades nos sertões de Euclides da Cunha”. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, n. 85 (1972-75)
- SILVA, Fernando Teixeira da. “Valentia e cultura do trabalho na estiva de Santos”. In: Cláudio Batalha; Fernando Teixeira da Silva; Alexandre Fortes (orgs.). *Culturas de Classe. Identidade e Diversidade na Formação do Operariado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, pp. 205-245.
- SILVA, Francisco C. Teixeira. “Pecuária, sertões e a formação do mercado interno no Brasil”. *Revista Sociedade e Agricultura (CPDA/UFRJ)*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 119-156, 1997.
- SLENES, Robert- “Escravos, cartórios e desburocratização: o que Rui Barbosa não queimou será destruído agora?” *Revista Brasileira de História*, 5 n. 10 (1985): 166-196.
- SOARES, Renan Monteiro. *Aspectos sociológicos da Pecuária Nordestina*. Recife: UFPE – Imprensa Universitária, 1968.
- TERRA, Ruth Lemos Brito. *Memórias de Luta. Literatura de folhetos no Nordeste, 1893-1930*. São Paulo: Global, 1983.
- THOMPSON, E.P. “Folclore, antropologia e história social”. In: NEGRO, Antônio Luigi e SILVA, Sérgio (orgs.). *As Peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, pp. 227-269.
- THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

- VIANA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil. – vol. 02: O Campeador Rio-Grandense*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- WILCOX, Robert Wilton. “Cattle Ranching on the Brazilian frontier: Tradition and innovation in Mato Grosso, 1870-1940”. New York: New York University, PHD, 1992.
- ZARTH, Paulo. *Do Arcaico ao Moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2002

## ANEXOS

1. Fazenda Caritá: Casa onde nasceu e morou o barão de Geremoabo.



Foto tirada pela autora em julho de 2006 – Jeremoabo/BA

2. Casa do vaqueiro que fica na lateral da casa do barão mostrada acima.



Foto tirada pela autora em julho de 2006 – Jeremoabo/BA

3. Íntegra da carta enviada por José Lins Barreto ao barão de Geremoabo, 24 de janeiro de 1900, documento 0282.

## Fl. 1

*José Lins*

Barras 24 de janeiro de 1900

Exmo sr meu amo

*Rec. a 27 - Rep. a 28 [...]*

Desejo-lhe a continuação de boa saúde em companhia da exma família a quem respeitamos. Passamos bem [...] grassas a Deos. Tinha-lhe escrito 2 cartas, e ainda não tive resposta de nenhuma até o fazer desta hoje [pela] demora torno a fazer. Estou aqui direto [vo com] os gados no Rio, até apresentar nova de chuvas, E vos [...] desta o [compadre? competente?]<sup>4</sup> José Moreno, por quem remeto-lhe ocavallo que vinha montado, vai magro não por motivo detrabalho, que não me prestou cerviço algum, omoreno levará o delle também para não acontecer como o outro. Mandeme por elle um animal, não queria nem quero meo cavallo nocazo de estar bom, sim um burro emprestado enquanto chove que o cavallo [...] nem tem para tão grande percizão de carregar da feira um bocado, sim porque de momento pode fugir uma rez, como de fato tinha uma vaca que já fui vèlla no Jacurici, em dois dias [solta] [resistindo] Seguir, eu estou longe, apesar de

## Fl. 2

todas as semanas estou [...] porem de momento pode fugir uma rez, iape não posso seguilla, portanto tenho muita nessecidade de animal como já disse. Outro sim, sei domeo comprimisso que já tenho com sigo, tinha percurado meus recurso daqui, dacula, e que hoje estou rezulvido im comodado, não tenho geito, para ver se assim posso trevessar oresto destacruz, tendo nós [...] Deos sendo cervido, Sei que V. Exma (porque assim me disse) não adianta mais dinheiro a vaqueiro porém todavia mesmo assim miatrevo, e confio em sua generosidade que há de miauxiliar no seguinte sentido. Quero 100\$ de empréstimo, não adimito que miasim preste para o futuro, sim pode crêr que tenho grande nessicidade, e não deixará de me as mandar, apesar que essa quantia para mirirme daqui até termos da roça, não me dará para passar, porém é muito abusar, emfim quando sever que ainda tenho [carência] para maior quantia me mandara, do contrario os 100\$ espero têr sem falta 2º

---

<sup>4</sup> A abreviatura usada na carta é comp<sup>o</sup> que segundo Flechor significa compadre no século XVII e competente no XVIII e XIX. Maria Helena Ochi Flechor. *Manuscritos dos século XVI ao XIX*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

minha necessidade que lhe confesso t r bom delles (não podendo esperar para o futuro) na  
oportunidade da partilha, não

### Fl. 3

confiandome somente nella, mas sim porque tenho ainda Deos lovado umas 4 vaccas [...] boas dirá porque não se arremedeia com ellas? por que estou esperando Deos sendo cervido brevemente das 4 tornar-se 8 cabeças visto que estão ambas por parirem an o s r isto não mi ra tão difícil fazer esta quantia. 6as feiras teem prezentemente estado bôas que com uma só vaca eu miarrumaria, mas indo asemana passada aorio pegar uma das riferidas vaccas emconstreias nesse istado. Este negocio que lhe freqüente   independentes das 2 novilhas que lhe mandei oferecer aos dias passados, das quais ainda não tive resposta até o presente e cuja novilha (a minha) fui vendella ao Sr. Raimundo, esse tratou di compralla, ou por V. Exma, ou por elle, ou por desejo que fique para a fazenda, e então d  suas providencias mandando para [...] Sr. Raimundo juntalla, e ferralla, apesar de estar no rio ambas. Tenho 5 crias do ano de 7 e 8, e deste ano tenho 6 ispero daqui para o meio do inverno pegar uns 10 bezerros pouco mais o meno. O José Moreno veio a mim, con-

### Fl. 4

vencerme segundo estado delle vaqueiro [...] que si acha perfeitamente sem o minor recur o vendomorrer afome com a família sem poder sahir para ganhar para dalli poder d r de comer aos filhos, em virtude disto (diz elle e   exato) ou larga ou sabe que morre, então não tendo geito a dar, e nem posso receber a fazenda desde quando não posso nem me   possível ficar respon avel aoscomprim os delle, então vai asua prezen a para assim v r em que fica, orapaz vai mal e assim mais alguns. Eu tenho feito todos os meios dever se meiscapasse essas 4 rezinhas e 2 cavallos que ainda tenho, para ver se assim adiante me ajudava combater meus comprem os porém emfim não sei só Deus o sabera.

As partilhas agora só quando chover não? Si mever obrigado com  oresto das rezinhas que tenho, desejo que comprias para ficarem na fazenda.

Sempre as ordens como sabe  
Com estima seo vaqueiro obrigado e criado

P.S.

Vai o recibo do [...] que entreguei ao [...] Capitão Raymundo Correa